

ps 229 -> correio -
pós 121 -> Z' Miguel W. W. -> unir, a cultura

Para onde vai a USP?

I Congresso da Universidade
de São Paulo

Agosto/Setembro de 1980

"Para onde vai a USP? — I Congresso da USP" é editado sob a responsabilidade da diretoria da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo — ADUSP, com a colaboração da CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), dentro do seu programa de avaliação da reforma universitária.

Diretoria da ADUSP: Presidente — **Ernest Wolfgang Hamburger**
1.º Vice-presidente — **Tércio Sampaio Ferraz**
2.º Vice-presidente — **José Arthur Giannotti**
1.º Secretário — **Wanderley Messias da Costa**
2.º Secretário — **Wilson Roberto Navega Lodi**
1.º Tesoureiro — **Hernan Chaimovich**
2.º Tesoureiro — **Dilma de Melo Silva**

Coordenação geral: **Frederico Pessoa da Silva**

Pesquisa: **Paul Magnoni**

Diagramação e arte: **Patrícia dos Passos Claro**

Capa: Cartaz de divulgação do I Congresso da USP

José Armênio Brito Cruz

Claudio Martins de Mello

Edição de texto e revisão: **Fred Navarro**

Serviços gráficos: **Álvaro Abujâmara Gráfica e Editora**

Rua Barra Funda, 438 — Tels.: 826-2832 e 291-0439

Tiragem: **4000 exemplares**

ADUSP: **Prédio de Geografia e História — Setor do departamento de História — Sala T — Cidade Universitária — Butantã — São Paulo**
CEP — 05508

Para onde vai a USP?

I Congresso da Universidade
de São Paulo

Agosto/Setembro de 1980

Apresentação	1
Um marco nas relações da comunidade universitária	3
1. Resoluções do I Congresso da USP	11
1. Relatórios dos Grupos de Trabalho	11
2. Resumos das Mesas-redondas	33
3. Moções aprovadas na Plenária Final	48
4. Serviços à comunidade — <i>Relatório do Grupo de Trabalho</i>	
5. Ensino Público e Gratuito — <i>Transcrição dos debates</i>	
6. Universidade e Cultura — <i>Transcrição dos debates</i>	

2. A Semana da Universidade — 15 a 19 de setembro de 1980 128

Abertura: *Alfredo Bosi e Braz José de Araújo*

Objetivos e organização — *Comissão Executiva do Congresso*

A Comunidade da USP — *Conclamação da Comissão Organizadora*

Em defesa da USP — *Manifesto da ADUSP*

Servidor quer democratização — *Convocação da ASUSP*

Unidade na Universidade — *Chamamento da diretoria do DCE*

Programação da “Semana da Universidade”

3. Semanas preparatórias — Alguns eventos 144

Ensino pago versus Ensino gratuito, *a abertura informal do Congresso*

Ciclo de Debates do campus de Ribeirão Preto

Semana de Economia

Semana de Saúde

Semana das Questões de Política Nacional

Semana de Geografia

Semana de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

O Congresso da USP nas Ciências Sociais

Debates na Faculdade de Educação

4. Construindo o I Congresso da USP 154

A proposta da ADUSP

Convite à participação

Na Letras, o debate é anterior

Sugestões da Psicologia

O debate no Conselho de Representantes da ADUSP

Constituição de mesas — *sugestão preliminar*

O Conselhinho da ECA discute o Congresso da USP

Proposta do Instituto de Matemática e Estatística

Sugestões da Medicina

Relatório da Comissão Organizadora — *ADUSP*

Proposta da Escola de Comunicações e Artes

Proposta de pauta da ADUSP

Plano-proposta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Manifesto da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas

O debate no Conselho de Representantes da ADUSP — II
Propostas da Comissão Organizadora — *ADUSP*

Proposta da diretoria da ASUSP

Contribuição do Instituto de Matemática e Estatística

Chamamento final à comunidade universitária

O boicote das autoridades universitárias

Os funcionários exigem participar

Mal entendidos e esquecimentos; ou os desencontros da
arte no campus universitário — *crítica da ECA*

Um testemunho de agradecimento — *Alfredo Bosi*

As despesas do I Congresso da USP — *ADUSP/ASUSP/*
DCE

5. Registros de hoje e de ontem 201

Depoimento dos organizadores

Editoriais de “O Estado de São Paulo” e da “Folha de
S. Paulo”

Diretorias das entidades organizadores em 1980

6. Rumo ao II Congresso da USP: a proposta da ADUSP 218

Apresentação

A convocação do II Congresso da Universidade de São Paulo por decisão conjunta das entidades representativas de sua comunidade exige um amplo processo de preparação e organização. Trata-se de garantir os meios para que tenhamos uma discussão, a mais produtiva possível, acerca dos caminhos e desafios da USP, no ano do seu cinquentenário. Momento importante dessa preparação é a busca de subsídios que apoiem os debates a serem travados.

Para a diretoria da ADUSP, o I Congresso (realizado há quatro anos) é o marco natural e fonte privilegiada de subsídios para o presente debate. Daí a decisão de publicar este livro, com os anais do I Congresso e outros documentos que resgatam ao menos parte daquela experiência. Decisão que se materializou com a colaboração da CAPES (dentro de seu programa de avaliação da reforma universitária), que forneceu parte dos recursos necessários à pesquisa, coleta de material, realização de entrevistas, organização e seleção dos textos contidos nesta edição.

A escolha do I Congresso como fonte para as discussões do II Congresso não se deve, apenas, a razões de ordem formal. Ela decorre, antes de tudo, do significado e do conteúdo dos debates travados há quatro anos e da necessidade de reflexão acerca dos temas de interesse da comunidade, cuja discussão é permanente e anterior ao I Congresso.

No I Congresso, alunos, professores e funcionários assumiram, pela primeira vez de modo consequente, o desafio de buscar conjuntamente as saídas para seus problemas. Com coragem e determinação, conscientes dos muitos obstáculos a superar, as entidades representativas — ADUSP, ASUSP e DCE — decidiram em 1980 “quebrar o gelo” e os tabus que dificultavam a discussão conjunta. Hoje, quatro anos depois, com melhores condições para avaliar as limitações e desencontros daquele I Congresso, é possível valorizar o significado extraordinário da experiência, como revelam os documentos publicados neste livro.

Dos impactos causados pelo I Congresso destaca-se, por exemplo, a mudança de qualidade nas discussões acerca das relações professor-aluno-funcionário. Igualmente importante é o início de uma reflexão acerca do papel dos funcionários na Universidade, em sua produção cultural e científica. Professores, por seu lado, pensaram e discutiram a Universidade como um todo, tendo de compartilhar essa reflexão com os demais segmentos da comunidade. Os alunos participaram de um debate rico acerca dos propósitos de uma universidade viva.

O I Congresso colocou a USP diante de si própria, revelou algumas de suas mazelas, aprofundou o conhecimento sobre seus problemas e anseios. Mas, acima de tudo, indicou os caminhos de uma integração verdadeira, possível, onde o debate livre é a essência e a criação é o fim.

Mais que gerador de conclusões definitivas, o I Congresso da USP foi um palco de debates — suas resoluções aliás, têm apenas o caráter de recomendações — e, como palco democrático, alterou a história das relações internas da comunidade. Unimo-nos e nos fortalecemos nessa tentativa de interação, apesar das naturais divergências.

Esta publicação e o esforço para a realização do II Congresso da Universidade de São Paulo demonstram também (para desprazer de alguns e espanto de outros) que a Universidade existe dentro da USP. Assim, em lugar de analisar criticamente o I Congresso, optamos pela publicação integral de seus textos e documentos disponíveis. Acreditamos que os documentos “falam” por si e fornecem um retrato bastante aproximado do I Congresso da Universidade de São Paulo. Incluímos, ainda, depoimentos de alguns participantes que tiveram atuação destacada na organização e realização do evento.

Estamos certos de que o conhecimento abrangente do I Congresso e seus documentos contribuirá positivamente para a realização de um II Congresso melhor, mais representativo e onde os debates sejam ainda mais profundos. A diretoria da ADUSP agradece a todos que contribuíram para a edição deste livro e lamenta a ausência dos que não se fizeram presentes.

Um marco nas relações da comunidade universitária

O I Congresso da Universidade de São Paulo foi uma experiência inédita de debate entre professores, alunos e funcionários. Esse foi o mais forte significado do Congresso, que emerge da leitura de seus textos e da avaliação do conjunto de atividades desde o lançamento da idéia (julho de 1979) até a realização da plenária final, mais de um ano depois.

Realizado, de fato, de abril a setembro de 1980, o I Congresso da USP não teve uma abertura formal, nem mesmo uma estrutura rígida de funcionamento. Ele foi *acontecendo* através de dezenas de eventos de caráter geral e específico, nas Unidades. A proposta aprovada em reunião do Conselho da ADUSP, do dia 11 de abril de 1980, é o documento-base que deflagra todo o processo de organização e discussão do Congresso (ver pág. 154).

Dias depois, o debate "Ensino público-Ensino pago" — atividade do Dia Nacional de Luta em defesa do Ensino público e gratuito (em 17 de abril de 1980) — é considerado a *abertura* do I Congresso da USP. A partir daí, ao longo de quase seis meses, multiplicaram-se as iniciativas ao nível das Unidades (plenárias, mesas-redondas e grupos de trabalho) envolvendo representantes de um ou mais segmentos da comunidade universitária.

No segundo semestre (agosto e setembro), quatro semanas de debates são organizadas: *Semana de Economia*, *Semana da Saúde*,

Semana das Questões Políticas Nacionais e o *Ciclo de Debates*, este último no campus de Ribeirão Preto. A etapa final e mais concentrada aconteceu de 15 a 19 de setembro, na *Semana da Universidade*, quando foram debatidos os problemas específicos da USP e sua comunidade, bem como resgatadas as discussões realizadas a nível das unidades e dos grupos de trabalho.

O Congresso caracterizou-se pela grande flexibilidade e variedade de temas (ou "eixos", como se dizia na época) e por uma extraordinária autonomia dos eventos. A rigor, as diversas "fases" do I Congresso se interligavam apenas pela idéia geral, pelo "objetivo" final, que era o próprio debate.

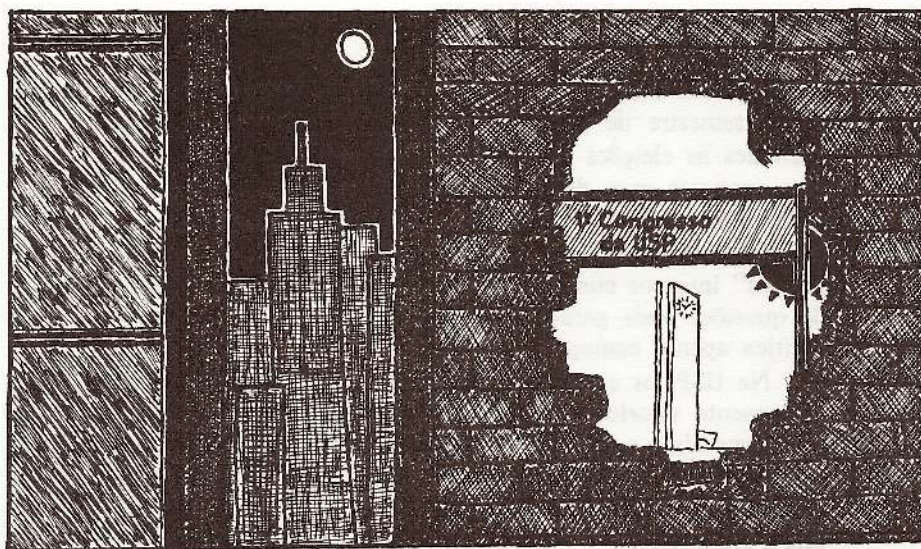
A *Comissão Organizadora* (inicialmente formada apenas por docentes e, depois, tripartite) funcionou como outro elo de ligação entre as diversas atividades. De modo quase sempre informal, com quase nenhum poder deliberativo, a Comissão praticamente se limitava a reunir sugestões, acompanhar as iniciativas locais, divulgá-las na medida do possível, estimular novos eventos e, pouco a pouco, construir o variado mosaico de atividades do I Congresso da USP.

As atividades centrais, destinadas a mobilizar as tensões e a participação do conjunto da comunidade, tinham sua execução a cargo dessa Comissão Organizadora. Não sem antes passarem por um aceso debate interno junto às categorias e entidades representativas, quando se disputava desde a escolha dos temas até a indicação de convidados para as mesas.

Discutia-se a natureza do Congresso, seu caráter deliberativo ou não, temas centrais, estrutura e critérios de representação. Também se falava em "pré-condições" para a participação dos funcionários: a ASUSP chegou a se retirar do Congresso após a negativa das autoridades universitárias em liberar o ponto dos funcionários. Mas o debate estava voltado, basicamente, para as ações finais e conclusivas do I Congresso pois este já se desenrolava (de modo variado, com maior ou menor participação) nas unidades.

Com todos os seus *altos* e *baixos*, o I Congresso da USP abriu discussões até então desconhecidas na autoritária estrutura da Universidade. A intensidade no debate das questões internas pode ser parte da explicação para a pouca repercussão do Congresso fora da Universidade de São Paulo.

Mesmo a discussão de temas cruciais para toda a sociedade e as tentativas de "interessar" a comunidade não universitária pelos problemas da USP não foram suficientes para garantir uma maior repercussão. Foi como se a comunidade uspeana se fechasse em si mesma para discutir seus problemas. Destaque-se, ainda, o papel negativo das autoridades universitárias, que tudo fizeram para reduzir o alcance e a profundidade das discussões propostas. A não



liberação do ponto dos funcionários é apenas um fato da resistência a qualquer debate mais profundo e democrático sobre a Universidade.

A grande imprensa (com exceção da "Folha de S. Paulo") dedicou ao Congresso uma pobre cobertura, limitando-se a divulgar alguns momentos da *Semana da Universidade*. Já a imprensa dita alternativa, de esquerda, simplesmente ignorou o I Congresso. Nenhuma linha. A "Folha", mais ágil na cobertura dos fatos sociais (e, na ocasião, realizando excelente acompanhamento dos assuntos ligados à educação) coube o melhor trabalho. Com editorial, chamadas de primeira página e corretas matérias internas, o jornal acompanhou os principais momentos da *Semana da Universidade*.

"O Estado de S. Paulo" dedicou dois editoriais contra o Congresso (destinados a justificar o boicote das autoridades universitárias) e rala cobertura jornalística. Esta relativa omissão é intrigante já que, à época, a crise das universidades estaduais e a polêmica Ensino público *versus* Ensino privado concentrava as atenções de grande parte dos meios de comunicação. Aliás, o I Congresso da USP realizou-se em seguida à maior movimentação da comunidade (greve de funcionários públicos estaduais contra o governo Maluf, em 1979, e grandes manifestações no primeiro semestre de 80) por mais verbas para a Educação, melhores salários e condições de trabalho para professores e funcionários.

De qualquer modo, não se pode separar o I Congresso do debate que se travou na imprensa em todo o ano de 1980, justamente sobre seus principais temas. Mas é fato que a maior repercussão foi no interior da comunidade universitária.

Os estudantes

A idéia do Congresso partiu dos estudantes, no final do primeiro semestre de 1979, como proposta de uma das chapas concorrentes às eleições do DCE-Livre Alexandre Vanucchi Leme. Era uma proposta vaga de encontro da comunidade para debate de seus problemas. A forma *congresso* inspirava-se em experiência da PUC-Rio de Janeiro, realizada em meados dos anos 70. Ali, os "congressos" internos cumpriam a missão de permitir o debate em torno de questões mais gerais, no momento em que a chamada abertura política apenas começava.

Na USP, os estudantes da chapa "Todo Mundo no DCE" (posteriormente vitoriosa nas eleições) pretendiam repetir a experiência da universidade carioca direcionando-a para as questões universitárias, educacionais, profissionais e salariais. A proposta ganhou corpo e desenvolveu-se notadamente por professores da Faculdade de Economia e Administração, que a encaminharam à ADUSP.

No geral, a participação dos estudantes foi menor que a dos professores e não obteve o apoio de expressivas parcelas de sua liderança. Na organização, registrou-se apenas a participação da diretoria do DCE, de alguns centros acadêmicos com ela alinhados e alunos desvinculados das correntes que disputavam a liderança do movimento estudantil.

Os funcionários

Desde o primeiro momento a participação dos funcionários vinha sendo dificultada por inúmeros fatores. A tradição de autoritarismo (e, mesmo, discriminação) nas relações professor-funcionário e aluno-funcionário era o primeiro obstáculo. Tal como se pretendia, a idéia do congresso exigia condições democráticas e iguais de participação.

A isto acrescentava-se o menor grau de organização, mobilização e participação dos funcionários em ações desse tipo — provocado, em parte, pela estrutura particularmente repressiva sobre eles. Era pequena a participação dos servidores em sua própria entidade, a ASUSP. Entre as unidades, contava-se nos dedos da mão onde os funcionários possuíam tradição de organização.

A própria ASUSP encontrava-se em fase de transição, com uma diretoria recém-eleita, combativa e com propostas renovadoras. Também a menor disponibilidade de tempo dos funcionários (submetidos a horários e controles mais rigorosos) contribuía para dificultar sua participação. Com argumentos ponderáveis, sugeria-se que aquele não

era o momento da participação dos funcionários. Defendia-se que, antes, os funcionários deveriam se organizar melhor e conquistar maior autonomia frente aos demais segmentos da comunidade.

Apesar de tudo, a diretoria da ASUSP e alguns de seus associados participaram de quase toda a fase de organização. Participação importante para a própria formulação da proposta final de congresso, seus temas e atividades. O agudo (e, às vezes, ressentido) espírito crítico dos servidores da USP foi importante para a discussão de temas até então ignorados da Universidade.

O I Congresso abriu os debates sobre a condição do funcionário da USP, seu papel no processo de criação intelectual e científico. A contribuição dos funcionários também foi expressiva naquelas Unidades onde era maior a sua tradição de participação e organização.

A diretoria da ASUSP formulou uma proposta para o Congresso, em julho de 1980, cujas linhas centrais foram incorporadas pela Comissão de Organização. Com a negativa de liberação do ponto dos funcionários, a ASUSP chegou a retirar-se do Congresso, retornando por pressão de um grupo de seus associados. Entre os funcionários mais destacados na preparação do I Congresso registre-se a participação de José Roberto Stella e Silvana Casella (da diretoria da ASUSP).

Os professores

Os professores e sua ADUSP constituíram-se nos principais organizadores e sustentáculo material do I Congresso da USP. É o próprio órgão oficial da entidade — “Informativo ADUSP” — que relata, em sua edição de maio de 1981, a evolução da proposta dos professores de Economia:

“Originalmente, pretendia o Congresso abrir um espaço onde a Universidade, no seu conjunto, apresentasse e debatesse o que faz, como faz e o que se propõe a fazer, avaliando os principais entraves e quais as melhores formas de superá-los. Em uma primeira fase de trabalho, a Comissão Organizadora do Congresso — presidida pelo professor Alfredo Bosi — estimulou e promoveu encontros e debates em várias unidades e com representantes das associações de funcionários e dos estudantes. Esse trabalho possibilitou o surgimento de diversas propostas, posteriormente estudadas e incorporadas o máximo possível ao projeto final do Congresso.

A discussão entre os professores prosseguiu no Conselho de Representantes da ADUSP, que debateu todas as propostas encaminhadas. Ao final, o relatório da Comissão Organizadora foi aprovado pelo

Conselho no dia 20 de junho de 1980. A partir daí os entendimentos e discussões entre as três entidades formalizam-se numa Comissão Tripartite, que conduziu unitariamente a realização do Congresso até o final”.

Esse breve relato da evolução do Congresso entre os professores não revela a profundidade de ação da diretoria da ADUSP e de seu Conselho na organização do evento. Não haveria Congresso sem a participação — quase em tempo integral — dos professores Alfredo Bosi, Maria Adélia de Souza, Denizard Cnéio de Oliveira Alves, Marilena Chauí, Amélia Império Hamburger (representante da diretoria na Comissão Organizadora) e de Braz José de Araújo e Walter Colli, presidente e vice, respectivamente.

Destaque-se, ainda, uma participação comparativamente maior dos docentes no conjunto das atividades do Congresso. Isso resultou, com certeza, da forma democrática como a diretoria da ADUSP conduziu o processo de organização. Fato que se refletiu na própria composição da Comissão Organizadora, ampla e representativa das correntes políticas existentes entre os professores.

Ao contrário do que ocorreu no DCE e na ASUSP (onde a amplitude da participação de alunos e funcionários parece ter sido prejudicada pelas disputas político-eleitorais), a ADUSP soube acolher a diversidade de seus representados no núcleo de organização do Congresso. Não sem lutas ou dificuldades, registre-se desde logo. Mas na ADUSP as questões foram superadas democrática e organicamente (através de suas estruturas deliberativas, especialmente o Conselho de Representantes).

Entre os professores, o I Congresso da USP realizou-se através de um prolongado debate a partir das Unidades, seus “conselhinhos” e do Conselho de Representantes da ADUSP, como se pode observar nos documentos desta edição.

O Congresso em resumo

Quatro anos depois, uma avaliação isenta do I Congresso da Universidade de São Paulo não pode deter-se neste ou naquele momento de sua programação. O Congresso não poderia ser avaliado, por exemplo, pela participação em sua plenária final. Com a presença de aproximadamente 400 pessoas, no ginásio coberto da Escola de Educação Física, a plenária final não refletiu em absoluto a riqueza da experiência dos debates nos seis meses anteriores.

Apesar disso, mesmo esta plenária, com as limitações apontadas, foi capaz de deliberar mantendo o espírito e traduzindo com fide-

dade o debate realizado. Sob a direção da professora Marilena Chauí, a plenária aprovou — como recomendação — um conjunto de estudos e propostas que resumiam as discussões realizadas nas unidades, nos grupos de trabalho, nas mesas-redondas e nas quatro semanas específicas (Saúde, Economia, Problemas Nacionais e Ciclo de Debates de Ribeirão Preto).

É nesse conjunto de atividades, mesmo nas que contaram com baixo índice de participação, que deve se buscar o significado e os impactos gerados no I Congresso da USP. Nos documentos publicados no III capítulo deste livro pode-se perceber a variedade e profundidade dos debates travados em torno de numerosas questões de interesse da comunidade uspeana. Algumas dessas questões eram enfrentadas pela primeira vez ou pela primeira vez debatidas conjuntamente por professores, alunos e funcionários.

Observe-se ainda a importância dos temas discutidos nas “Semanas”, inclusive para fora da Universidade. Veja-se o caso da *Semana de Economia*, cujos temas, propostas e alguns de seus autores ocupariam — dois anos depois — o primeiro plano da grande batalha eleitoral das oposições contra o regime. Hoje, a quase totalidade daqueles debates permanece não apenas atual, como reveladora de algumas das causas da grande encruzilhada em que foi lançada a economia nacional.

Noutro caso, a *Semana de Questões Políticas Nacionais* não apenas abriu a Universidade para o debate global das grandes questões da atualidade política, como foi precursora de novas atitudes frente aos anseios de convivência democrática. Foi no Congresso da USP, pela primeira vez em 16 anos, que se defrontaram democrática e abertamente os representantes de diversas correntes político-ideológicas de nossa sociedade: o debate que reuniu representantes declarados de diversas organizações socialistas e comunistas com políticos liberais e conservadores dos partidos legais.

Nos demais capítulos desse livro estão registradas as diversas fases de organização e discussão do Congresso. Embora os documentos disponíveis reflitam o processo de organização nas três categorias, eles são insuficientes para recuperar tudo o que aconteceu naqueles seis meses, especialmente no que se refere à participação de alunos e funcionários. As entidades representativas dos alunos e funcionários não cuidaram de registrar e documentar sua participação no I Congresso. Já a participação dos professores está detalhada em sugestões, propostas e críticas.

Finalmente, temos os depoimentos de alguns dos organizadores do Congresso e a opinião de editoriais da grande imprensa. Lamen-

1 - Resoluções do I Congresso da USP

Os resultados do I Congresso da Universidade de São Paulo, com a participação de professores, estudantes e funcionários, indicam a abrangência das discussões e das preocupações dos participantes. Tanto nos relatórios dos Grupos de Trabalho como nos relatos sobre os debates das Mesas-redondas, o ensino e a pesquisa são enfocados pela comunidade universitária. Questões como o Ensino público e gratuito e o papel da Universidade na produção da cultura são abordadas por eminentes personalidades da vida acadêmica, parlamentares e líderes estudantis.

1. Relatórios dos Grupos de Trabalho

*Coordenação Geral:
Marilena de Souza Chauí*

O Congresso da USP — organizado pela ADUSP, ASUSP e DCE — pretendeu, além de outras finalidades, fazer um primeiro diagnóstico de nossa situação atual e formular algumas propostas para um trabalho conjunto que pudesse alterar parte da condição presente em nossa Universidade. Para tanto, a Comissão Organizadora do Congresso propôs a formação de Grupos de Trabalho, dedicados aos mais diferentes problemas, tanto de interesse geral quanto de interesses específicos das Unidades e das categorias. A formação desses grupos foi inteiramente livre, tendo a Comissão solicitado que, ao fim dos trabalhos, fossem entregues por escrito relatórios e propostas que deveriam ser distribuídos a toda Universidade para discussão e posterior votação em nossa Assembléia Final. O prazo previsto para a

entrega dos relatórios e propostas era o dia 12 de setembro, a fim de que tivéssemos tempo para a distribuição. Pediu ainda a Comissão que diferentes grupos se encarregassem de rodar os textos que seriam distribuídos.

Eis aqui o resultado do esforço de cada Grupo de Trabalho formado.

Marilena de Souza Chaui

Segurança no trabalho e insalubridade

Coordenação: ASUSP

O Grupo, composto de 11 pessoas, dada a impossibilidade de uma participação maior dos funcionários no Congresso, uma vez que sua presença neste vem sendo dificultada pelas Unidades, apenas colheu alguns depoimentos dos presentes, resumidos nos seguintes pontos:

Os funcionários vêm levantando os problemas que os afetam, havendo no Grupo denúncias tais como:

na Microbiologia, morte de funcionário por razões de insalubridade;

na Química, casos de invalidez e inúmeros acidentes;

na Veterinária, trabalhos com uso direto de formol, afetando a saúde de funcionários, professores e alunos, que também trabalham em contato direto com animais contaminados.

Os problemas de insalubridade e segurança no trabalho não afetam apenas os funcionários, mas também professores e alunos que também são acidentados.

Relações de trabalho com os funcionários do Raio X (às vezes são serventes que exercem funções técnicas e que desconhecem a periculosidade da função que desempenham).

Propostas

Que o Grupo da ASUSP que estuda a questão ultime os levantamentos e estudos que vem fazendo e que os organize, juntamente com professores e alunos (especialmente médicos, advogados e sanitaristas) um debate específico sobre o tema, em toda a USP, numa data a ser oportunamente fixada.

Que o Grupo do Hospital Universitário fique atento para essas questões relativas à insalubridade e segurança no trabalho, na fase de organização do Hospital.

Que a ASUSP divulgue a existência do Grupo sobre Insalubridade e Segurança no Trabalho mais amplamente, para que se possa ter maiores contribuições e adesões.

FUVEST e o vestibular

Coordenador: *José Carlos Garbuglio*

Participantes: *Aurora F. Bernardini*

J. Rifka Berezin

Reunido com professores e alunos, o Grupo de Trabalho, depois de discutir as relações entre a FUVEST e os demais órgãos componentes da USP, advertiu que é fundamental o estabelecimento de outros canais para tornar mais claras as funções daquela Fundação, assim como devem ser melhor precisados os laços com o corpo docente, fazendo as seguintes sugestões:

que o recrutamento de coordenadores de áreas, aplicadores e executores de exames seja feito *oficialmente* através dos departamentos diretamente interessados e concernidos;

que a elaboração dos programas seja feita de ano para ano, depois da manifestação concreta dos departamentos;

que a FUVEST defina com clareza suas funções para que todos conheçam os seus critérios de operacionalidade, assim como o destino dado às arrecadações do vestibular;

que nas várias fases de preparação, aplicação e execução dos trabalhos haja sempre um professor secundário indicado oficialmente pela associação de classe;

que a FUVEST torne conhecidos seus vínculos com a USP, assim como suas relações com o corpo docente, para que haja efetiva e real participação de todos nos destinos da Fundação;

que haja uma forma oficial de representação discente.

Observação: Consciente da precariedade de suas observações, motivada sobretudo pela falta de documentos, o Grupo de Trabalho deve continuar em suas pesquisas, visando a elaboração de um documento mais completo e fundamentado da FUVEST como instituição, a FUVEST e a USP, a FUVEST e o Vestibular.

Funções do ensino superior

Coordenador: *Braz José de Araújo*

O ensino superior — destinando-se à formação dos quadros superiores — deve se voltar crescentemente para a qualificação do conjunto dos trabalhadores do país.

O ensino superior deve se preocupar com a formação da consciência social e crítica daquele que deve formar.

O ensino superior deve se voltar crescentemente para as necessidades básicas do povo brasileiro e se constituir em dimensão cultural, científica e tecnológica da independência nacional.

O acesso ao ensino superior deve ser garantido a todos aqueles que a ele se qualificarem.

A qualificação ao ensino superior não pode estar presa às regras rígidas e formalistas atuais, mas garantir a plena liberdade de desenvolvimento cultural e científico para todo cidadão.

O acesso ao ensino superior deve ser garantido para todos, sem distinção de raça, religião, convicções políticas e classe social.

O acesso ao ensino superior deve consolidar o princípio do ensino público e gratuito para todos.

O ensino superior deve garantir a liberdade de criação, produção e difusão do conhecimento.

O ensino superior deve se pautar pela busca constante da qualidade do conhecimento produzido e transmitido.

O ensino superior não pode estar subordinado aos interesses do Estado, ou a quaisquer outros que firam o princípio da autonomia das instituições de ensino superior.

O ensino superior, além de consolidar os princípios democráticos, deve se realizar em instituições democráticas com plena possibilidade de participação de toda a comunidade diretamente ligada ao seu cotidiano.

O ensino superior deve buscar os mecanismos para uma efetiva ligação com todos os setores da comunidade nacional, jamais abrindo mão de sua autonomia.

O conjunto do ensino superior deve refletir as reais necessidades de desenvolvimento econômico, social e político do país, em permanente e ininterrupta busca de democratização em todos os planos.

Proposta: Que as presentes teses sejam encaminhadas pela ADUSP, ASUSP e DCE a fim de que, no prazo de dois meses, a comunidade discuta e apresente mais sugestões para se elaborar um documento final que será posteriormente distribuído para todos.

Licenciatura e formação do professor

Coordenadora: *Lygia Moreira Leite*

I — Composição:

O Grupo se constituiu de professores e alunos das seguintes áreas: Física, Matemática, Letras, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, Biologia, Educação e Enfermagem.

II — Propósito:

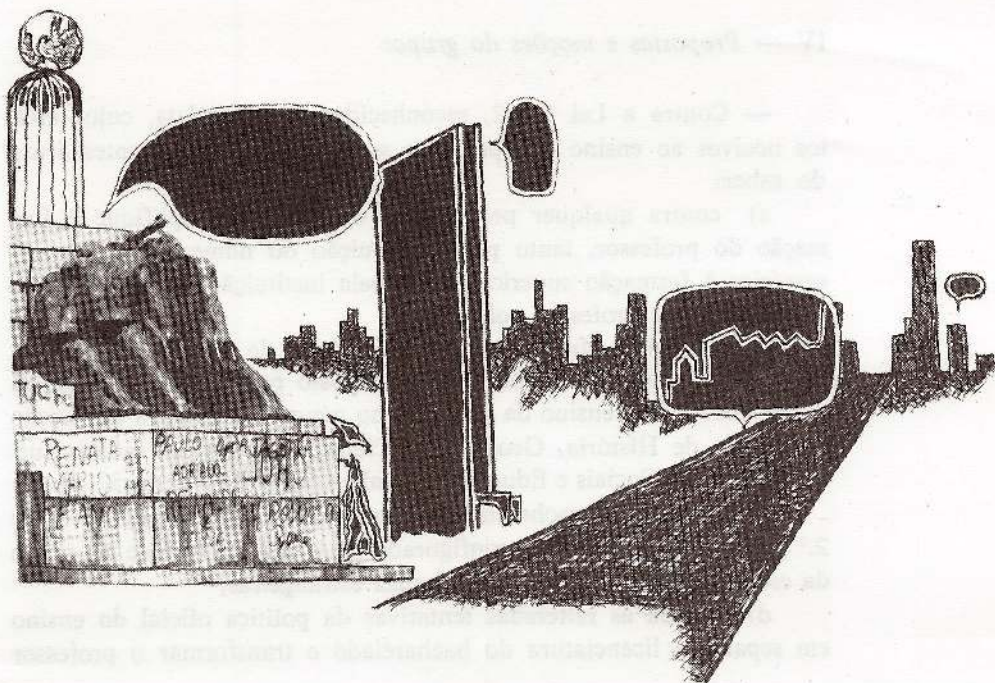
Discutir com pessoas de diferentes áreas dois aspectos extremamente importantes de uma questão hoje constantemente em pauta: a função social do ensino superior. O tema do Grupo já formulava uma das funções primordiais desse ensino: a formação do professor.

III — Problemas fundamentais levantados na discussão:

a) A política educacional pós-68, de separar sistematicamente licenciatura e bacharelado.

Para formar o licenciado implantaram-se cursos mais rápidos (pequenas licenciaturas), mais genéricos e superficiais, sem especificidade (licenciatura em Estudos Sociais, em Ciências, em Educação Artística), visando à economia de investimento e consolidando o professor secundário como um vulgarizador do conhecimento. Este caberia somente ao bacharel produzir, realizando cursos mais longos em que não se perdesse a especificidade das áreas do conhecimento. Essa sistemática diferenciação entre licenciatura e bacharelado contribuiu para reduzir ou, às vezes, eliminar a reflexão pedagógica da Universidade, do horizonte dos problemas dos professores e alunos universitários, relegando-a, como diz Amélia Hamburger, ao limbo.

b) O desaparecimento dos cursos de especialização e o novo programa de pós-graduação.



O novo programa de pós-graduação se caracteriza pela absoluta ênfase à pesquisa pura e original, pela extrema burocratização, pela rigidez de prazos e pela uniformização das atividades. Sua implantação implicou em arregimentar uma elite, já que seu objetivo único, na verdade, é formar o professor universitário. Esse caráter da pós-graduação implicou no fechamento, na prática (ainda que teoricamente exista a possibilidade), dos cursos de especialização que eram abertos aos professores do secundário.

c) A proposta da Formação Permanente do Professor.

O Grupo discutiu o projeto de Estágio de Formação Permanente do Professor que havia sido distribuído aos participantes. O projeto nasceu da prática do grupo de Formação Permanente, grupo este constituído dentro da A.P.L.L. (Associação dos Professores de Línguas e Literatura) e do qual participam professores dos três graus de ensino. Levado a esta discussão por dois professores de Letras e um professor do 1.º grau, que pertencem ao referido grupo da A.P.L.L., foi analisado por pessoas das diferentes áreas ali presentes, que julgaram-no interessante também para outras áreas que não a de língua e literatura. Assim, o Grupo decidiu que o projeto deve ser divulgado e debatido o mais amplamente possível, para depois propô-lo aos órgãos oficiais.

IV — *Propostas e moções do grupo:*

— Contra a Lei 5.692, reconhecidamente obsoleta, cujos efeitos nocivos ao ensino e à pesquisa se refletem nas diferentes áreas do saber:

a) contra qualquer projeto que encurte ou simplifique a formação do professor, tanto pela diminuição do número de anos necessários à formação superior, como pela instituição de cursos destinados a formar professor polivalente;

b) contra o afastamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Escola Média, imposto pela política que gerou a Lei 5.692. Pelo ensino da Filosofia no secundário, contra a diluição do estudo de História, Geografia e Ciências Sociais nos atuais cursos de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica. Pela extinção destes;

c) contra o empobrecimento do currículo da Escola de 1.º e 2.º graus, empobrecimento configurado pela impossibilidade do aluno da escola pública ter acesso às línguas estrangeiras;

d) contra as reiteradas tentativas da política oficial do ensino em separar a licenciatura do bacharelado e transformar o professor

em mero divulgador do conhecimento científico, cuja prática estaria reservada aos bacharéis, os únicos a merecerem, segundo esse critério, a formação integral.

— Contra a extrema separação entre a formação científica e pedagógica dos nossos estudantes; por um maior entrosamento da Faculdade de Educação com as unidades que ela serve, e para o qual propomos:

a) que, nas diversas reformulações de currículo em andamento, nas diferentes áreas, se coloque como disciplina o ensino das matérias específicas (por exemplo: o ensino de Geografia, o ensino da Língua Portuguesa, o ensino de História etc.), criando um espaço interno a cada curso para que alunos e professores possam refletir sobre o ensinar e o aprender conteúdos específicos;

b) que o professor de prática de ensino seja deslocado da Faculdade de Educação para a unidade em que se integra o conteúdo que ele ensina;

c) que a Faculdade de Educação estude uma forma de integração com as demais unidades que ela atende e que procure planejar seus cursos em função dos estágios efetivos realizados pelos alunos que os freqüentam;

d) que os professores das diversas práticas de ensino busquem uma forma maior de integração entre a prática dos estágios e as teorias pedagógicas; entre as suas aulas e dos seus colegas de Psicologia da Educação, Estrutura e Didática; e que, juntamente com colegas e alunos dessas disciplinas, estudem uma forma mais produtiva para a realização dos estágios;

e) que a Secretaria de Educação dê condições para a realização de estágios que sirvam ao mesmo tempo à formação do professor e ao atendimento de populações carentes na escola pública.

— Contra o esvaziamento dos cursos de especialização e extensão, pelos quais a Universidade presta serviço à comunidade, especialmente aos professores de 1.º e 2.º graus. Por reais condições para que tais cursos sejam possíveis e para que a Universidade assuma a responsabilidade da formação permanente dos professores dos antigos primário, secundário e colegial.

— Contra a isenção do Reitor da USP nas reuniões do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras). Que o Reitor, após ouvir a comunidade universitária, participe das discussões do CRUB e MEC sobre as formas de integração da Universidade com o 1.º e 2.º graus, levando nossas propostas. Que a comunidade universitária discuta, entre outras, a proposta da Formação Permanente do

Professor, elaborada por um grupo da A.P.L.L. (Associação de Professores de Línguas e Literatura), da qual participaram professores desta Universidade e docentes do 1.º e 2.º graus da rede oficial.

Creche e serviços à comunidade

Coordenadores: *Sônia Maria Stevanin de Oliveira (ASUSP)*
Evelyn de Castro e Sá (ADUSP)
Marcelo Fonseca (DCE)

Relatora: *Amélia Império Hamburger (ADUSP)*

Resumo

O Grupo de Trabalho iniciou a sessão com uma discussão sobre o problema da creche, coordenada pela representante da ASUSP. A colega Sônia, do Instituto de Psicologia, fez um relato da história recente da movimentação na Universidade a fim de se conseguir a instalação de uma creche para filhos de funcionários, estudantes e professores, dando informações sobre a construção do prédio para a creche piloto. Depois de outros depoimentos e levantamento de questões pertinentes, presentes professores, funcionários e estudantes, propôs-se a reativação da comissão da creche e a programação de uma semana da creche, a ser realizada até o fim do ano. Os principais pontos levantados foram: qual a população necessitada, qual a idade das crianças a serem inicialmente servidas, como seria gerida a creche, quais as condições e conveniências de funcionamento de creches fora do plano central.

A seguir, resolveu-se passar à discussão geral do tema de prestação de serviços da Universidade à sua comunidade, no qual a creche também se inclui. A discussão foi coordenada pela professora Evelyn de Castro e Sá, da Faculdade de Saúde Pública, baseada em documento da comissão de trabalho anteriormente constituída. A colega Evelyn, resumindo o trabalho e o documento, levanta questões e as propostas do Grupo de Trabalho relativa aos itens: 1. assistência médica; 2. moradia; 3. creches; 4. restaurantes e lanchonetes; 5. transporte solidário; 6. sistema de comunicação nos *campi*; 7. lazer. A alimentação nos *campi* é tratada em item separado e mais geral, tendo sido estudadas as várias formas de uso e de soluções que têm se apresentado.

A questão do subsídio à alimentação nos *campi* foi considerada pelo Grupo — reconhecendo, entretanto, que não dispunha de maiores informações, como uma alternativa de solução — sendo que esse subsídio deve ser considerado receita a ser gerida com maior inde-

pendência, com controle dos usuários, tendo sido discutida a hipótese de um sistema cooperativo.

As conclusões do documento foram de consenso geral que:

“Além da falta crônica de verbas alocadas à USP e da falta habitual de informações a partir dos órgãos diretivos da USP para com a sua população, parece nítido que há falhas na organização burocrática da Universidade no que se refere ao atendimento que deva dar para garantir a qualidade de vida de sua população” e que, “embora dependendo fundamentalmente de recursos para obter esse atendimento, parece fundamental maior entrosamento dentro da comunidade universitária, assim como desta com a comunidade em geral e imprescindível . . . maior racionalidade dentro dos *campi*, maior sentido de cooperação, aproveitamento de recursos disponíveis na USP, . . . utilização plena dos recursos econômicos, como o das heranças vacantes e legados”. O documento apresentado ao Grupo recebeu um voto de louvor dos presentes por ter permitido um bom encaminhamento de discussão; suas proposições foram consideradas boas, sendo que a questão cooperativa foi considerada de interesse, mas com necessidade de maiores esclarecimentos e debates. As proposições são:

definição de novo desenho institucional USP com serviços à comunidade co-geridas com ASUSP, ADUSP, DCE e participação da população USP nos colegiados;

melhor desempenho da administração USP, com aproveitamento pleno do patrimônio econômico-financeiro;

formação de cooperativa para cuidar inicialmente de alimentos.

Houve na reunião relatos e apresentação de dados importantes, principalmente sobre a situação da ocupação dos alojamentos dos estudantes, que necessitam de assistência urgente, sobre os restaurantes e lanchonetes e sobre o sistema cooperativista de gestão de interesse comunitário. Notou-se uma disparidade no nível de informações que se obteve sobre os diferentes aspectos da qualidade de vida. Foi então aprovada a seguinte proposta, tendo em vista a necessidade de informações e de discussão sobre as melhores formas de se encaminharem possíveis soluções:

A formação de uma *Comissão permanente tripartite* — chamada tentativamente de comissão de “qualidade de vida comunitária” — que faria um levantamento de dados e registros de experiências e lutas sobre os diversos itens, garantida a possibilidade de editar estudos e promover debates, a fim de dar subsídios:

para que sejam formuladas reivindicações a serem viabilizadas pelas associações representativas;

para se influenciar na alocação de recursos e para se poder proceder à fiscalização desses recursos (essa fiscalização seria efetuada por outra comissão tripartite para esse fim).

Editoria (cooperativa)

Coordenador: *Walter Cunha*

Participantes: *Alfredo Bosi*
Aziz Simão

Atendendo à solicitação de sugestões que possam contribuir para promover a valorização da Universidade, freqüentemente dirigida pela ADUSP aos Associados, apresentamos à consideração do Congresso as seguintes ponderações e propostas:

a Universidade de São Paulo já possui vultosa e variadíssima produção de teses, dissertações e relatos de pesquisas, aumentada cada ano de considerável custo intelectual e material;

dessa produção, dadas as condições do mercado editorial, só pequena parte vem sendo publicada, ficando a maior parte intramuros devido à natureza especializada de sua matéria e não ao julgamento de seu valor para as comunidades científicas e culturais;

a Editora da Universidade de São Paulo não está voltada para a publicação desse gênero de trabalho e, mesmo, não conseguiria absorver senão exígua parcela dessa produção, ainda que fossem aumentados seus recursos financeiros e modificadas suas normas editoriais, as quais não poderiam prescindir de critérios seletivos de obras.

Tendo em vista buscar medidas que contribuam para minorar essa situação prejudicial aos autores, à USP, às demais instituições universitárias e à vida intelectual de um modo geral, propomos:

criar uma Cooperativa Editorial com o fim de organizar e proporcionar meios para a publicação de originais produzidos na USP;

na forma do regulamento e planos, a Cooperativa fornecerá recursos editoriais, sem julgamento seletivo de obras, que ficarão sob a inteira responsabilidade de seus autores;

a diretoria da ADUSP designará Comissão para estudar a viabilidade da proposta e, sendo o caso, o projeto de constituição e implementação da empresa;

se constituída, a Cooperativa poderá estabelecer convênios com a USP, órgãos estatais e outras entidades, para formar e aumentar seus fundos financiadores.

Os proponentes sabem que há grandes dificuldades a enfrentar para a constituição do empreendimento. A aprovação da proposta indicará a disposição de fazê-la.

Currículos, ensino e pesquisa

Coordenador: *Ernst W. Hamburger*

O Grupo esteve reunido na sala 220 do edifício de Ciências Sociais e Filosofia, das 14:30 às 17:30 do dia 17/09/80. Participaram inicialmente cerca de 20 pessoas, número que logo cresceu até cerca de 80.

A princípio foram escritos no quadro os tópicos que o Grupo julgou interessante discutir, agrupados sob três títulos, como segue:

I — Currículos e Ensino de Graduação

a) Objetivos e adequação ao mercado de trabalho dos currículos; problemas decorrentes de falta de comunicação entre as Unidades universitárias.

b) Condições e meios para o ensino. Falsa semestralidade e os "Cursos sem aula". Os estágios.

c) Número de vagas e propostas de aumento; o problema de evasão de alunos durante os cursos; o caso dos alunos que ocupam mais de uma vaga.

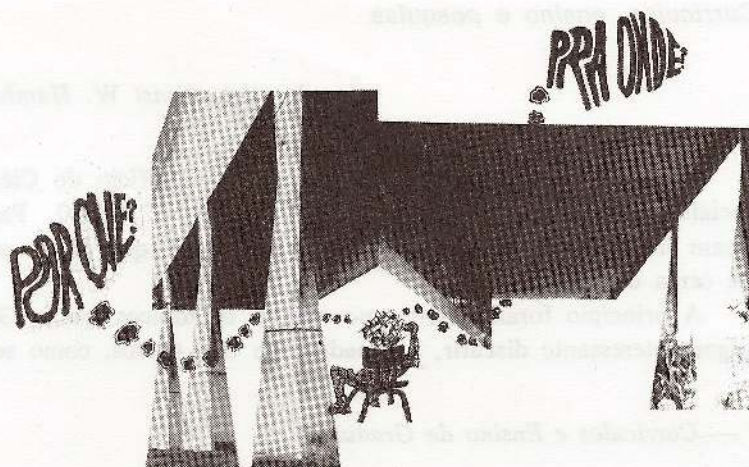
II — Pós-Graduação

O excesso de burocracia e de rigidez nos cursos. Os exames gerais de pós-graduação. Problemas ligados à inexistência de cursos de doutorado em algumas unidades. Os problemas na passagem da graduação à pós-graduação, particularmente a falta de vagas na pós-graduação de Ciências Humanas. A pós-graduação e a pesquisa nas áreas artísticas; a inadequação dos critérios e regimentos vigentes nestas áreas.

III — Pesquisa

O financiamento das pesquisas e sua dependência de fontes de recursos externas à Universidade. Os convênios e a prestação de serviços. Finalidade das pesquisas: a quem servem? Planejamento (ou a sua falta). Condições reais de pesquisa.

Dada a vastidão dos temas e a limitação do tempo disponível, somente alguns destes tópicos puderam ser discutidos. Foram debatidos com algum detalhe os temas I a. e b. e mais rapidamente alguns



aspectos de pós-graduação. As conclusões e recomendações, consensuais, foram as seguintes:

1) Os currículos devem ser discutidos ampla e livremente por alunos, professores e funcionários, com participação das classes profissionais e outros segmentos sociais interessados. A discussão pode se dar periodicamente (por exemplo, anualmente) ou permanentemente, no dia-a-dia das atividades de ensino e aprendizagem, e é interessante que envolva conjuntamente várias unidades da Universidade.

2) O aluno deve ser o agente do processo de aprendizagem e não simples recipiente de informações. A aprendizagem deve ser ativa, envolvendo se possível atividades de pesquisa já na graduação (aqui houve um alerta quanto aos perigos do aluno ser aproveitado como mão-de-obra barata para as pesquisas).

3) Os objetivos do currículo devem incluir prioritariamente a formação, pelo aluno e pelo professor, de consciência social e de atitude crítica.

4. As atividades de alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem dependem de uma complexa infra-estrutura técnica e administrativa. Um dos maiores obstáculos para a existência desta infra-estrutura, atualmente, é a falta de uma carreira adequada para o pessoal técnico e administrativo; é necessário que tais carreiras sejam criadas.

5) Os currículos demasiadamente carregados devem ser desobstruídos, para permitir ao aluno tempo para reflexão e trabalho independente.

6) Em muitas unidades não existe — e precisa ser criado — espaço físico para que os alunos exerçam atividades independentes.

7) A Lei 5.692 (Reforma do Ensino de 1.º e 2.º graus), ao precorizar disciplinas integradoras de Estudos Sociais ou de Ciências, o que levou à implantação de licenciaturas curtas e plenas nessas disciplinas, prejudicou a cultura no país, pois efetivamente contribuiu para desvalorizar os cursos de História, de Geografia, de Física, de Química etc., cursos estes onde há possibilidade de criação de cultura, o que é, por outro lado, muito difícil nas disciplinas integradas.

8) Atualmente os estágios exigidos em vários cursos se reduzem freqüentemente a exigências burocráticas sem conteúdo educacional e isto deve ser remediado. Uma solução possível em algumas áreas, como por exemplo Psicologia, é substituir o estágio por uma residência.

9) Em algumas escolas, alunos e professores fundaram centros de prestação de serviços à comunidade (por exemplo, recentemente, no Departamento de Ciências Sociais) em que os alunos têm oportunidade de utilizar na prática as habilidades e conhecimentos que os cursos devem fornecer. A experiência é muito positiva e deveria ser considerada por Unidades que ainda não a fizeram.

10) Quanto à pós-graduação, valem as conclusões 1 a 6 acima. Além do mais, há uma reclamação geral contra a burocracia e a rigidez dos cursos (esta reclamação, por sua vez, também se aplica à graduação).

11) Devem ser encontradas soluções para o problema de falta de vagas de pós-graduação em várias Unidades — problema ligado ao excessivo tempo que estão durando, em média, o mestrado e o doutoramento.

12) Na área artística (pintura, música, comunicação visual etc.) a inadequação dos regimentos de pós-graduação é flagrante e exige a adoção imediata de critérios mais apropriados. É absurda a exigência de número de "créditos" de curso em disciplinas que não têm relação com o trabalho do artista (e a inexistência de cursos que tenham relação), bem como a exigência de uma dissertação ou tese em vez do próprio trabalho. O absurdo dessas exigências é tanto maior quanto os professores das disciplinas artísticas são obrigados a se submeter à pós-graduação para manter seus cargos. Nesta área, ainda mais do que em outras, é necessário desburocratizar e adotar critérios de avaliação coerentes com a natureza do trabalho.

Regime de trabalho

Coordenação: *ASUSP e ADUSP*

O Grupo, após várias discussões sobre inúmeras questões pertinentes ao tema, resolveu resumi-las nos seguintes pontos, cuja

argumentação, amplamente discutida, não vai aqui descrita por questões meramente operacionais:

Retomar os concursos públicos por unidade.

Permitir evolução, adequação e valorização da carreira no funcionalismo.

Adequar remuneração à função exercida efetivamente.

Unificação dos regimes de trabalho.

Reexame e definição de carreiras para todas as categorias.

Denunciar as relações de trabalho sem contratos ou com contratos escusos.

Denunciar o "título precário".

Manifestação contra o regime de tempo integral, sem dedicação exclusiva.

Estabilidade e salário (adequação entre ambos). Não abrir mão da estabilidade conseguida.

Inserir a luta dos funcionários da USP na luta geral do funcionalismo e da classe trabalhadora como um todo.

Contagem recíproca de tempo de serviço.

Elaborar um diagnóstico, por unidade e por categoria, detectando formas, problemas e questões relativas ao regime de trabalho e promover ações conjuntas entre funcionários e professores.

Denúncia: reconstrução, após a aposentadoria, nos altos cargos da administração (geralmente estratégicos), o que vem impedindo o acesso de outros funcionários aos mesmos cargos. Tal fato tem visado à manutenção do "status quo" e do atual poder, na Universidade.

Valorização do Serviço Público.

Não perder de vista, dentro da discussão sobre regime de trabalho com a categoria, a discussão que o conjunto dos trabalhadores travam acerca da legislação trabalhista.

Carreira universitária e extensão do tempo integral

Coordenador: *Fuad Daher Saad*

A preocupação do corpo docente da USP com a Carreira Universitária e sua evolução tem sido constantemente demonstrada através de manifestações individuais e coletivas em face ao descontentamento generalizado que se observa.

A ADUSP, ao criar um Grupo de Trabalho para estudar o assunto, objetiva colher subsídios de todos quantos puderem contribuir, visando obter um denominador comum das reivindicações do corpo docente da USP, bem como — e basicamente — para que se possa concretizar a existência de uma carreira universitária que não

crie os entraves tão freqüentemente denunciados, mas sim que propicie condições que favoreçam a evolução de seu corpo docente no exercício do ensino e pesquisa.

Para tanto, alguns pontos preliminares estão sendo destacados, a fim de que as discussões em torno do assunto, cuja história possivelmente coincide com a própria fundação e evolução da USP, forneçam elementos e sugestões capazes de serem concretizados numa plataforma de reivindicação dos docentes da USP.

Algumas ponderações acerca da carreira

A amplitude do problema da carreira universitária estende-se num espectro bastante amplo: desde a diversidade e particularidades de situações que os regulamentos acabam por não considerar (propõe-se uma mesma forma de evolução por mérito para setores tais como Enfermagem, Educação Física, Escola de Comunicações etc., e para instituições como Química, Psicologia, Letras, Física, Matemática etc.), bem como ao próprio modelo ora em funcionamento, objeto de críticas de todo o tipo.

Constata-se um descontentamento pela extensão da carreira, considerada por muitos como uma das mais longas que se conhece.

Muitos advogam a simplificação e a diminuição dos exames de mérito e para tanto fala-se na extinção da livre-docência. Outros defendem a barreira, inevitável, que este tipo de exame acarreta.

Críticas são dirigidas em toda a extensão do sistema: exames vestibulares, o atual sistema de pós-graduação, formas de qualificação etc.

Observa-se, por outro lado, todo o sistema universitário brasileiro conturbado, buscando novos caminhos que correspondam às justas aspirações das comunidades universitárias; formas alternativas que possam contribuir, senão para uma carreira ideal, pelo menos por algo mais condizente com a própria evolução social como um todo. Neste sentido, é marcante a luta dos docentes das Universidades Federais visando mobilizar a classe para a ampliação das discussões em torno do assunto, buscando melhorar a estrutura acadêmica vigente.

A inexistência de sistemas paralelos, como os que atualmente existem através de formas exóticas, segundo os quais algumas categorias (carreiras científicas) conseguem complementações salariais (como, por exemplo, as complementações concedidas pelo CNPq) e acabam criando carreiras paralelas, privilegiando poucos, além de discriminar o já tradicionalmente discriminado setor de humanidades.

Por outro lado, a própria lei que concretizou a Reforma Universitária (Lei 5.540/28-11-68), afirma:

*diversidade
profissionais*

carreira longa

"Art. 1.º — O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e formação de técnicos de nível universitário".

E em seu Art. 2.º:

"O ensino superior, *indissociável da pesquisa*, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado". (O grifo é nosso).

Ora, se o ensino é considerado pela lei como inseparável da pesquisa (com o que concordamos), não se concebe a dificuldade que muitos setores da Universidade têm encontrado no *acesso ao tempo integral*, para professores que integram seus quadros. Tornando-se um imperativo, conforme prega o espírito e a letra da lei, a facilitação do acesso ao tempo integral de todos os docentes das diversas unidades da USP.

Desta forma, descortina-se uma problemática nada fácil e animadora mas que exige imaginação e criatividade e, basicamente, muitas discussões e lutas em torno do assunto, visando encontrar soluções novas. Neste sentido, estamos recolhendo sugestões e analisando propostas ora em andamento como, por exemplo, o projeto que reestrutura a carreira do Magistério Superior, proposto pelo Ministério de Educação para as Universidades Federais. Neste sentido, vamos destacar alguns pontos básicos deste Anteprojeto, ora em tramitação no Congresso Nacional:

O Modelo proposto prevê quatro classes, com quatro níveis cada uma, permitindo não só a progressão horizontal como a vertical (horizontal, por tempo e vertical, por mérito):

Classe	Níveis
Professor Auxiliar	1 a 4
Professor Assistente	1 a 4
Professor Adjunto	1 a 4
Professor Titular	1 a 4

Esquemáticamente, a evolução da carreira pode ser vista assim:

SELEÇÃO PÚBLICA

Aux. 1	Aux. 2	Aux. 3	Aux. 4
Ass. 1	Ass. 2	Ass. 3	Ass. 4
Adj. 1	Adj. 2	Adj. 3	Adj. 4

CONCURSO OU SELEÇÃO PÚBLICA

Tit. 1	Tit. 2	Tit. 3	Tit. 4
--------	--------	--------	--------

Assim, prevê-se: a) em cada classe, interstício de 2 anos em cada nível e progressão automática até Professor Adjunto 4; b) após permanência de quatro anos no último nível da classe, progressão automática ao primeiro nível da classe seguinte; c) Ingresso por seleção pública para a classe de Professor Auxiliar; d) Idem para Professor Titular.

Desta forma, tem-se: desde o início da carreira até o nível 4 da classe de Professor Adjunto, não haverá permanência superior a quatro anos em qualquer posição específica. Assim, o docente que ingressar na carreira como Professor Auxiliar chegará a Adjunto 4 após 26 anos de serviço sem ter cursado programas de mestrado ou doutorado. Por outro lado, o Professor Auxiliar que ingressar no início da carreira poderá chegar até Adjunto 1 em 6 anos, se tiver obtido o grau de doutor. Assim, o modelo prevê crescimento na carreira a velocidades diferentes.

Além do mais, outro projeto do MEC prevê três regimes de trabalho:

- a) Dedicção exclusiva;
- b) Quarenta horas semanais de trabalho;
- c) Vinte horas semanais de trabalho.

Tal modelo é bastante distinto do regime vigente da USP e acreditamos que mereça reflexão por parte dos colegas acerca do mesmo.

Abrindo as discussões, aguardamos as contribuições dos colegas,

Órgãos colegiados e estatutos

Relator: *Luiz Carlos de Menezes*

A debilidade da Universidade na solução de suas questões internas e nas reivindicações face ao estado; noutras palavras, seu fraco poder de gestão e de barganha são a expressão mais palpável da sua fraqueza política interna.

Seja para a disposição de seus objetivos e projetos, seja para obter fundos públicos em nome de sua justificação social, é fundamental que a direção da Universidade esteja respaldada pelo conjunto da comunidade acadêmica, assim como é necessária a participação ampla desta comunidade no debate das suas questões gerais. Estas condições só serão atingidas se se ampliar a democracia interna da Universidade. Esta ampliação democrática deve ser entendida como parte do anseio social geral e não como a instalação de um oásis acadêmico cercado de aridez autoritária.

É claro que há múltiplos aspectos que a intenção de democratização deve abranger; no entanto, a forma mais direta e quase instrumental de buscar o avanço democrático (em qualquer âmbito) é priorizar o aprimoramento da representação da comunidade.

No que toca à comunidade universitária há dois obstáculos à atuação democrática: o autoritarismo hierárquico-burocrático interno e as ingerências diretas do poder central.

Remover o segundo obstáculo é tema de toda a Nação e seria ingênuo supor que a Universidade possa atuar isolada neste objetivo. Ela é uma força entre outras muitas e maiores.

Remover o primeiro obstáculo implica na modificação dos estatutos da Universidade, sobretudo na composição dos órgãos colegiados que dirigem a Universidade, as unidades e seus departamentos, assim como na forma de escolha dos dirigentes, em todos os níveis: chefes, diretores e reitor.

Atualmente, não bastasse o reitor ser indicado pelo governador (que, aliás, não foi eleito pelo povo) a partir de lista sêxtupla, o Conselho Universitário que determina esta lista não se origina, em sua maioria, de escolha democrática da base acadêmica e se constitui massivamente de professores titulares em fim de carreira. Não bastasse os diretores serem escolhidos pelo reitor a partir de listas sêxtuplas, as congregações que escolhem estas listas têm sua representação viciada da mesma forma que o Conselho Universitário.

Os estatutos da Universidade consagram estas representações falseadas e estes critérios de escolha que privilegiam as cartas marcadas. Estes mesmos estatutos contêm, à parte disto, toda uma série de traços autoritários, sistematicamente mais restritivos que a própria legislação federal para o setor.

Alterar estes estatutos e modificar as formas de escolha são objetivos políticos formais que pressupõem uma luta política baseada nos órgãos de representação específica das categorias acadêmicas como ASUSP, DCE e ADUSP.

Comissões tripartites de controle (constituídas por professores, estudantes e funcionários) podem ser criadas pelas entidades representativas para estabelecer uma fiscalização efetiva da gestão da Universidade, distribuição de verbas etc.

Buscar eleições diretas e secretas para todos os cargos onde isto seja concebível é meta democrática geral que pode e deve ser levada em conta em nossas propostas.

Acionar as assembléias universitárias nas definições gerais da Universidade deve constar de nossas propostas. Estas propostas deveriam ser aprofundadas por comissão específica a ser organizada pela ADUSP, ASUSP e DCE.

Reformular as carreiras docente e funcional é um objetivo convergente com a democratização, pois nos bloqueios hierárquicos a burocracia também revela poder político.

Igualmente fundamental é nos lembrarmos que a democracia tem outros alcances e não se restringe aos órgãos colegiados. A relação professor-aluno-funcionário deve ser democratizada nas salas de aula, laboratórios, escritórios e oficinas. Sem esta prática, para a qual devemos nos empenhar, a redefinição formal do poder pode mostrar-se estéril.

Adendo: Na discussão sobre a participação nos órgãos colegiados diferentes posições foram expressas pelos participantes, desde aquelas em que se propõe a não participação, em princípio, até aquelas em que a participação desde já é sugerida à medida que se busque aperfeiçoamento das representações.

Burocracia e democracia na USP

Relatora: *Marilena de Souza Chauí*

Após vários depoimentos sobre a situação nos diferentes departamentos e unidades, o Grupo concluiu que a situação é a mesma em toda parte e suas principais características seriam:

1) A falência da representação:

a) Os representantes eleitos, por falta de vínculos e de comunicação com os representados, terminam por se auto-representar nos colegiados e conselhos.

b) Os pré-requisitos para a representação estudantil são uma forma de controle e de repressão que tornam ilegítima a escolha de representantes.

c) Os funcionários não têm direito à representação nos órgãos administrativos e de decisão em nenhum nível da Universidade.

2) O circuito da burocracia não é apenas administrativo e de exercício de autoridade, mas também leva à fragmentação das deliberações e decisões, ao desconhecimento das causas de medidas adotadas e culmina (após os CD, CID, Congregações, Comissões e Conselhos) no 3.º estágio, que é o órgão de triagem ideológico-político. O circuito da burocracia é o aparelho de sustentação da forma de dominação no interior da Universidade.

3) O papel do *sigilo* como principal arma da burocracia para controlar e centralizar as decisões.

4) A modernização burocrática implicando:

a) Afastamento entre professores e estudantes, desumanizando a relação com as obrigações burocráticas de ambas as partes (que tomaram o lugar das discussões em classe).

b) A obrigatoriedade burocrática nos transforma a todos, malgrado nós mesmos, em burocratas reprodutores de burocracia.

c) O professor funciona como instrumento de dominação sobre alunos e funcionários, bastando ver a relação de poder do orientador sobre o orientando em pós-graduação ou a relação de subordinação dos funcionários ao corpo docente.

d) A burocracia é eficaz porque funciona como ideologia difusa da eficiência, sem que se defina qual eficiência, para que e para quem.

e) A burocracia é uma estrutura de dominação que permite definir de antemão quem comanda e quem é comandado, baseando-se em três pontos: segredo da informação, restrição à participação e uso de canais "normais" para toda questão que apareça.

5) A impeniência burocrática como forma de intimidação: não só os "canais competentes" estão sempre fechados e vigiados para impedir que se chegue a eles, como todo o espaço da Universidade está montado de modo a marcar as diferenças de atividades e de autoridades.

6) A burocracia usa um disfarce que é apresentado como algo que viria "corrigir" os excessos dos entraves burocráticos à pesquisa: as Fundações, que não só estão acopladas à burocracia universitária, mas também são elas mesmas outras tantas burocracias e sobretudo são organismos empresariais determinando linhas de pesquisa, programas pedagógicos e currículos, que passam a vir de fora da Universidade.

Após a apresentação desses traços, o Grupo procurou determinar algumas das causas da burocratização atual e apresentar alguns caminhos para lutar contra ela:

1) A burocracia está ligada à forma contemporânea de dominação do capitalismo monopolista e imperialista e, no Brasil, está ligada ao modo como a ditadura militar exerce o poder.

2) A burocracia está ligada a uma ideologia difusa da racionalização e da eficiência, cujos conteúdos nunca são explicitados porque escondem motivos econômicos e sociais de exploração e dominação.

3) A burocracia não é algo que esteja "lá fora", um poder externo que cai sobre nós; ela está dentro da Universidade de três maneiras:

a) Pelas nossas obrigações docentes, discentes e administrativas somos obrigados a funcionar de acordo com as regras burocráticas.

b) A burocracia, por nos impor suas regras, tende a ser interiorizada por nós e a nos transformar imperceptivelmente em burocratas.

c) Tanto pelas exigências funcionais quanto pelo risco da interiorização, a burocracia se manifesta entre nós pela nossa desorganização e fragmentação, que provocam o sentimento de que somos impotentes para combatê-la.

d) Um dos efeitos da presença em nós da burocracia aparece na nossa relação com nossos representantes, seja levando-os à auto-representação, seja esperando deles que resolvam por nós todos os nossos problemas. Nós mesmos burocratizamos nossa representação.

Algumas propostas para iniciar uma ofensiva contra a burocratização:

1) Não isolar a Universidade do contexto sócio-político, de modo a não nos satisfazermos se pudermos gerir o pouco que nos é dado aqui dentro, mas lutar por uma transformação política que democratize todo o país, como é o caso de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

2) Não isolar a Universidade do contexto social e político, de modo a poder reformular e responder de modo novo aos dois critérios do saber burocratizado: eficiência em que, para que e para quem; racionalidade do que, para que e para quem.

3) Iniciar já uma luta contra a burocracia universitária apoiada nos seguintes pontos:

a) Criar em todo lugar, em toda questão, obstáculos para que a burocracia funcione livremente.

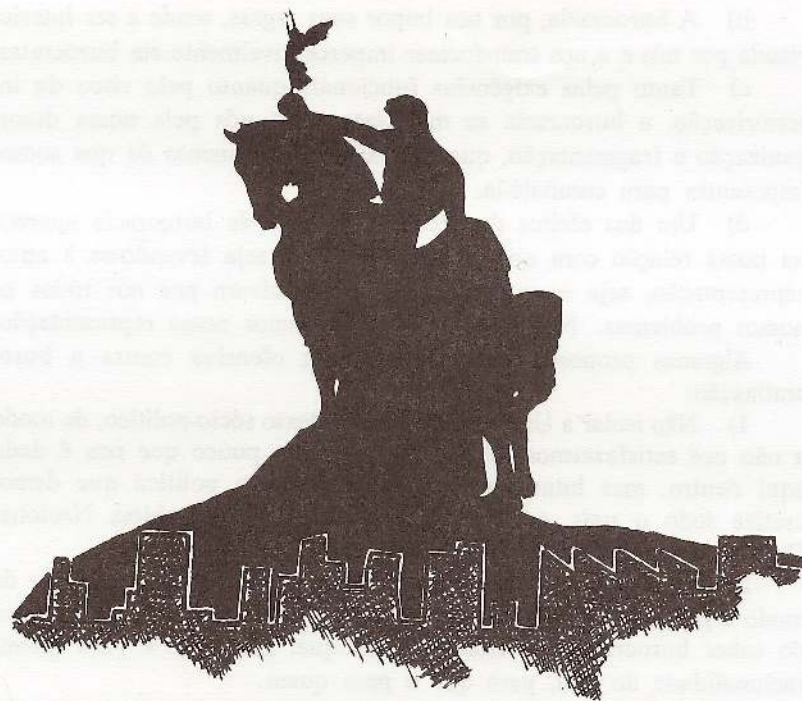
b) Lutar para aumentar e acumular o grau de consciência democrática e anti-burocrática dentro da comunidade universitária.

c) Passar da simples denúncia, que tem o defeito de aumentar a imponência da burocracia, para ações que mostrem sua fragilidade real.

4) Discutir o modo como somos forçados a nos tornarmos burocratas, nossa cumplicidade involuntária ou voluntária nesse processo, para que palavras de ordem como "ensino público gratuito" ou "mais verbas para a educação" não sejam vazias ou instrumentos de reforço para a burocracia existente.

5) A luta pela participação através do aumento de representação nos colegiados pode ser um risco de nos fazer gerir essa Universidade burocratizada, dando a ilusão de democracia. Discutir em todos os níveis a incompatibilidade de essência entre burocracia e democracia, para então lutar pela participação.

6) Conjuguar a luta pela participação e aumento da apresentação com mais dois pontos: o de impedir a auto-representação dos representantes, ampliando as reuniões periódicas com os representantes



antes das reuniões dos conselhos e colegiados; reforçar nossas organizações independentes que atuam como poder de veto e como conscientização de base fora dos colegiados.

7) A burocratização não devora apenas professores e funcionários, mas também os estudantes que reduzem sua vida universitária às aulas e provas, sem participar das atividades gerais da Universidade e sem se comprometer com a democratização, porque só lhes interessa o diploma. Lutar pela participação efetiva dos estudantes, mostrando que seu ensino, pesquisa e diploma estão prejudicados pela burocracia.

8) A burocracia serve à produção de um determinado tipo de saber que, por sua vez, serve a um determinado tipo de sociedade. O contraponto entre burocracia e democracia na Universidade passa pela questão fundamental de indagar a respeito do próprio saber que a Universidade produz. Uma democratização que fosse apenas no plano administrativo não avançaria a democratização. A quem serve e a que serve a democracia? A quem serve e a que serve um saber democrático? Que é liberdade de ensino e de pesquisa? Não é preciso um saber novo para uma sociedade nova? Democratizar o feudo mantendo os servos presos à gleba não é exatamente democratizar. Propor discussões a respeito do saber aqui produzido.

2. Resumo das Mesas-redondas

Crise da USP: orçamento público e distribuição de verbas

Relator: *Denisard C. de Oliveira Alves*

Propostas discutidas e aprovadas

Apoio à luta pela ampliação das prerrogativas do Legislativo para que ele possa participar, de fato, do processo orçamentário do Estado.

Lutar por emenda constitucional que estabeleça um percentual da arrecadação tributária do Estado a ser destinado ao financiamento das Universidades Estaduais.

Criação de um fundo para financiamento da pesquisa na USP.

Criação de Comissão Tripartite para elaboração de um orçamento democrático para a Universidade de São Paulo, com base nas prioridades estabelecidas pela comunidade universitária.

Iniciar a luta para conseguir um orçamento de \$12 bilhões para 1981, montante considerado o mínimo necessário para o início da recuperação do nível de ensino e pesquisa na USP. Que a plenária eleja uma Comissão Tripartite para organizar essa luta.

Foi também proposta a ampliação do número de vagas nas Universidades Públicas, em particular na USP, como forma de luta para reverter a tendência de privatização do ensino superior brasileiro.

Introdução

O orçamento público é o único instrumento à disposição do governo para a definição de suas prioridades de políticas econômicas.

Sabemos todos que o orçamento, elaborado durante os meses de agosto e setembro, é feito pelos diferentes setores da administração direta e indireta e é "fechado" pelas Secretarias da Fazenda e do Planejamento para posterior encaminhamento ao governador a fim de que seja transformado em Projeto de Lei e enviado à Assembléia Legislativa. E, portanto, durante esse processo que o governo define suas prioridades enfatizando a educação ou as obras públicas, a saúde ou a nova capital.

Ao Legislativo compete discutir e apenas aprovar a lei orçamentária. Na "democracia brasileira" é inconstitucional leis oriundas do Legislativo que provoquem aumento de despesas. Emendas feitas à lei orçamentária podem ser vetadas pelo governador. Conse-

quentemente, cabe ao Legislativo discutir e apenas aprovar ou rejeitar a peça orçamentária.

As prioridades orçamentárias são fixadas (no Brasil e na USP) para um período de um ano. Qualquer alteração de gastos tem que ser prevista no orçamento. Esta é a característica que diferencia os orçamentos públicos dos das empresas privadas. O orçamento de unidades do governo, além de ser um instrumento de previsão, necessário a qualquer organização econômica, constitui a autorização legal para cobrar e para gastar. O tributo e/ou despesas que não for autorizado não pode ser realizado.

Para resguardar o interesse da coletividade e seu controle, o orçamento e o balanço são documentos públicos. O orçamento do Estado é encaminhado à Assembléia Legislativa até 30 de setembro do ano anterior para sua aprovação até o final do ano.

O Balanço do Estado é enviado no início de cada ano para o Tribunal de Contas e, com o parecer deste, para a Assembléia Legislativa. Ambos os documentos são publicados no Diário Oficial.

Os orçamentos das autarquias, inclusive USP (órgãos de administração indireta) são aprovados por decreto governamental e não por lei, como o Orçamento do Estado. É necessário esclarecer, no entanto, que o *total* de verbas das autarquias é fixado na lei orçamentária. Parte é lançado como transferências no orçamento e o restante como receita dos órgãos da administração indireta.

Uma vez aprovado o orçamento do Estado, o governador, mediante decreto (para 1979, foi o Decreto 13131, de 12 de janeiro de 1979), aprova o orçamento da USP e das outras autarquias. Neste decreto são consignados os elementos gerais da receita e da despesa. A discriminação das despesas por sub-elemento e por unidade é feita, no caso da USP, pelo Reitor e mediante portaria (para 1979, foi a Portaria n.º 683, de 19 de janeiro de 1979). Todos estes documentos são públicos e reproduzidos no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

O processo orçamentário na USP

Nosso interesse maior reside no processo orçamentário da USP, razão pela qual vamos nos concentrar neste tópico. A grande fonte de recursos da Universidade são as transferências do Estado acima mencionadas. Em 1979, esta fonte foi responsável por mais de 95% dos recursos (excluindo a receita contábil de "Cancelamentos de Restos a pagar"). Nestes restantes 5% incluem-se auxílios, contribuições e convênios com a União e com Municípios, e receitas industriais e patrimoniais da USP. Observa-se a enorme dependência da USP às transferências orçamentárias, por falta de uma administração dinâ-

mica e agressiva na busca de outras fontes de recursos, especialmente no que se refere a receitas da gestão de seu próprio patrimônio.

Como o orçamento deve estar pronto em 30 de setembro, o seu processo de elaboração inicia-se por volta do mês de maio. A partir deste mês as unidades universitárias deveriam começar a organizar seus orçamentos e, portanto, discutir as prioridades para o próximo exercício, verificar como está sendo utilizado o orçamento corrente e o que precisa ser alterado.

Formalmente, cabe ao Conselho Universitário aprovar o orçamento da USP (Est. § 2, 14 e Reg. VIII). A portaria do Reitor que fixa o orçamento acima referido é, portanto, previamente aprovado pelo CO. A nível de unidade o regime, em seu artigo 57, item I, estabelece que compete ao Conselho Interdepartamental (CID) aprovar o orçamento de cada uma.

Para assessorar o Conselho Universitário nesta matéria existe uma comissão permanente constituída de cinco membros, eleitos anualmente: Comissão de Orçamentos e Patrimônio (COP). Para assessorar o Reitor e servir de elemento de ligação com a administração centralizada do Estado, existe o Grupo de Planejamento Setorial, que tem como finalidade "orientar, rever e acompanhar as atividades de planejamento, programação e orçamento". São estes órgãos que efetivamente e em termos finais coordenam e fixam, para posterior aprovação do CO, as prioridades orçamentárias da USP.

No aspecto informal, a partir de maio se inicia um processo de consultas e reivindicações recíprocas entre as unidades e os órgãos centrais da USP de um lado e entre estes órgãos e as Secretarias de Estado (Planejamento e Fazenda) para a fixação dos valores orçamentários. É neste período que, para efeitos práticos, é possível intervir no processo, questionando as prioridades da peça orçamentária.

Esta intervenção pode ser feita pelos representantes nos órgãos colegiados da USP em três níveis diferentes. Em primeiro lugar nos Departamentos. O chefe de Departamento é membro nato do CID e deve representá-lo. Assim, caberia consulta e discussão das necessidades do Departamento para que o chefe as leve às reuniões do CID.

Em segundo lugar, sendo a Congregação o órgão máximo da unidade, ela deveria ser informada e opinar sobre as deliberações do CID, mormente em questões orçamentárias. Adicionalmente, o presidente da Congregação e o vice-diretor são membros do CID e devem portanto prestar esclarecimentos aos demais membros da Congregação. E mais, o representante da Congregação no CO precisa se instruir e conhecer as reivindicações de sua unidade para deliberar sobre o orçamento da USP e sua distribuição, que são atribuições do CO. Torna-se portanto indispensável que, no mínimo, ele seja informado a respeito.

Finalmente, os representantes junto ao CO, que tem a competência estatutária de aprovar o orçamento, podem e devem discutir as prioridades e não somente representar um papel meramente formal de aprovar algo já deliberado e resolvido.

A situação da USP no passado recente

A situação de crise da Universidade pode ser retratada pelos números do orçamento. A Tabela I indica o quanto se agravou a situação das Universidades e do Ensino Estadual em termos orça-

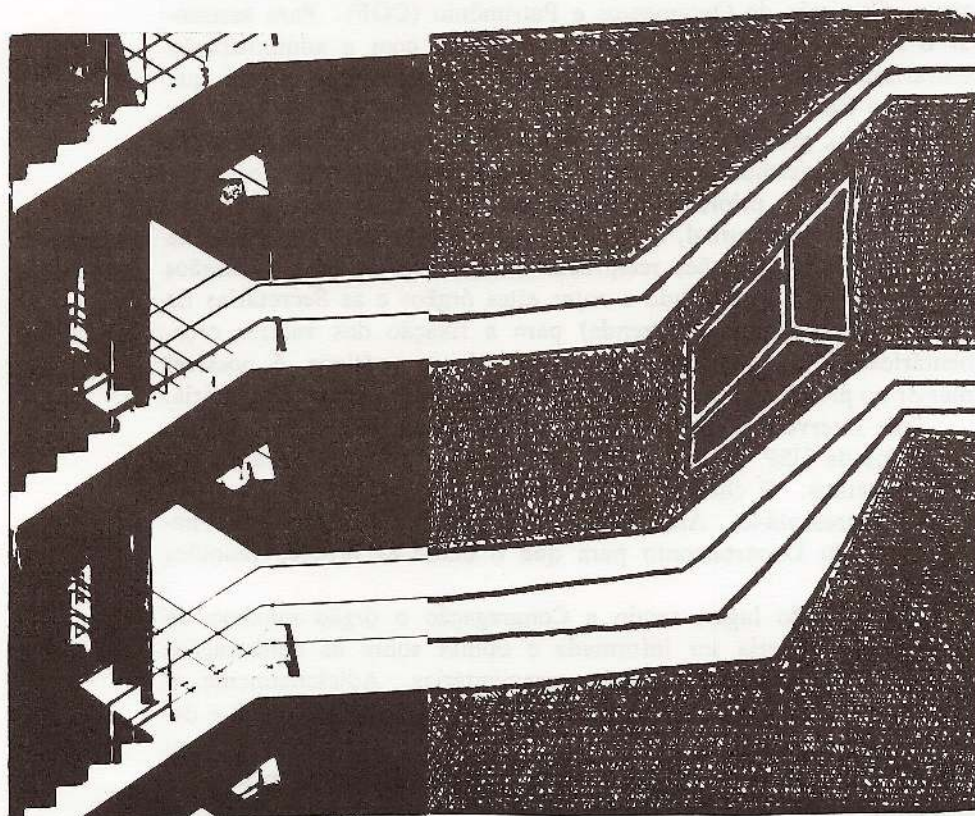


TABELA 1

Participação do Ensino Superior e da USP no Orçamento do Estado de São Paulo

ANO	ORÇAMENTO DO ESTADO Cr\$ MILHÕES	DESTINAÇÃO P/ O ENS. SUPERIOR Cr\$ MILHÕES	PARTICIPAÇÃO DO ENS. SUPERIOR NO ORÇAMENTO DO ESTADO (%)	DESTINAÇÃO PARA A USP Cr\$ MILHÕES	PARTICIPAÇÃO DA USP NO ORÇAMENTO DO ESTADO (%)	ORÇAMENTO DA USP EM TERMOS REAIS (*)	ÍNDICE DO ORÇAMENTO REAL
1975	33.418	1.703	5,10	1.001	3,00	1.001	100,0
1976	46.511	1.875	4,03	1.137	2,45	805	80,3
1977	65.427	2.485	3,80	1.721	2,63	854	85,3
1978	101.777	3.841	3,77	2.210	2,17	791	79,0
1979	166.512	7.432	4,46	3.962	2,38	800	80,0
1980	263.126	8.684	3,30	4.967	1,89	669	66,8

(*) Cr\$ de 1975, com base no índice geral de preços da F. G. V. (conceito de disponibilidade interna). A elevação de preços prevista para 1980 foi de 50%.

mentários. Conforme se pode verificar, a crise não é somente da USP. Ao contrário, a crise ocorre em igual ou maior intensidade nas demais instituições de Ensino superior do Estado de São Paulo. Nos últimos seis anos vimos uma tendência que, se não for alterada, levará à completa dilapidação de um dos mais importantes patrimônios científico-cultural do país. A consequência mais óbvia será a crescente pressão por novas formas de financiamento do ensino superior, contribuindo para ampliar ainda mais o Ensino pago e praticamente destruir o que ainda resta de Ensino público e gratuito em São Paulo.

O orçamento do Estado hoje: o excesso de arrecadação

O Estado, na preparação da peça orçamentária, faz uma previsão de despesas e de receita. Para isso dois parâmetros são fundamentais: *primeiro*, a previsão de inflação para o ano seguinte e *segundo*, a previsão da taxa de crescimento da economia do Estado. Por razões óbvias o Estado sempre tem sido parcimonioso com relação às suas previsões das taxas de inflação. Conseqüentemente surge sempre um excesso de arrecadação tributária, pelo simples fato da inflação existente ter sido maior do que a prevista. Esse excesso é tanto maior quanto maior for a diferença entre a inflação e a sua previsão.

Hoje, o governo já previu um excesso de arrecadação para 1980 da ordem de 49 bilhões de cruzeiros. O que é lógico, pois no orçamento de 1980 (elaborado em 1979) o governo previu uma taxa de inflação de 40%! Dos 49 bilhões de cruzeiros restam 19 bilhões a serem gastos. Já existe projeto de lei do governador de São Paulo pedindo autorização ao Legislativo para gastá-los. A forma não está explicada! Consideramos que com esses recursos seria possível, de imediato, a concessão do reajuste semestral para o funcionalismo público.

A luta e o futuro

O tratamento dispensado à Educação de modo geral e às Universidades em particular é o sintoma mais evidente de uma ideologia oficial onde as prioridades se voltam para os gastos com obras, com correção monetária automática para não diminuir o lucro das empreiteiras às custas da compressão dos gastos com o Ensino, Saúde e outros serviços de interesse da maioria da população.

O mecanismo óbvio de compressão de gastos com esses serviços de interesse público é a degradação salarial do funcionalismo.

A luta por maiores salários e pelos direitos já adquiridos pela classe trabalhadora brasileira é também uma luta do povo que cada vez mais se defronta com serviços públicos escassos e de má qualidade.

A luta contra a degradação salarial do funcionalismo é uma luta pela ampliação e melhoria dos serviços públicos do Estado, cujo maior beneficiário é, em especial, a classe trabalhadora.

Universidade para uma sociedade democrática

Relatora: *Marilena de Souza Chauí*

Os participantes não fizeram propostas, mas apenas examinaram a situação atual das Universidades e os obstáculos à sua democratização, tais como:

- o poder da gerontocracia burocrática;
- a promoção de pesquisas irrelevantes que não assumem qualquer compromisso com a sociedade, a qual, no entanto, financia a Universidade pagando impostos;
- a irresponsabilidade administrativa possibilitada pela estrutura burocrática onde as fontes de decisão permanecem inlocalizáveis;
- a natureza autoritária das relações pedagógicas na graduação e das relações de orientação na pós-graduação;
- o compromisso da Universidade com a cultura da classe dominante, que é por ela legitimada e justificada;
- a reforma do Ensino, em geral, e da Universidade, em particular, que desvirtuou propostas anteriores a 1964, propostas democratizantes que foram convertidas em práticas de massificação.

Os participantes apontaram alguns elementos que poderiam contribuir para a democratização, tais como:

- restaurar a dignidade do professor de 1.º e 2.º graus, por cuja formação a Universidade é responsável, de sorte a reestabelecer o bom funcionamento do secundário nas escolas públicas;
- lutar pelo aumento da representação e pelo direito à participação em todos os órgãos colegiados por professores, estudantes e funcionários, segundo critérios decididos pela própria comunidade universitária;
- fortalecer os poderes paralelos (associações e diretórios livres), mas lutar sobretudo para alcançar a auto-gestão da Universidade pela comunidade universitária, tanto no plano cultural quanto no plano financeiro;
- repensar o tipo de pedagogia aqui existente, de sorte a fazer com que o diálogo dos estudantes seja com o saber pela mediação do professor e não o contrário;

- repensar o tipo de cultura aqui produzida e reproduzida, modificando seus compromissos sociais e políticos até hoje agarrados à classe dominante e ao Estado;
- Nunca vincular a Universidade a um partido político, pois tal vínculo frearia aquilo que é essencial na produção do saber, isto é, as diferenças e os conflitos de idéias e de posições;
- indagar por que os dominados só entram na Universidade na condição de “objetos de pesquisa” e, portanto, como coisa morta e sem voz;
- revalorizar o trabalho teórico e suas exigências, não optando pela imediateza do sentimento (que se exacerba e não se elabora) nem pela imediateza de uma prática cujo sentido e finalidade já estariam dados de uma vez por todas.

O poder na Universidade

Relator: *Fausto Castilho*

Deram um nó dentro da Universidade que tem o tamanho do Brasil. É o mesmo nó, aliás — concentração do poder — no seio da sociedade e por consequência no Estado, logo na Universidade. Ele se mostra diferentemente em diferentes lugares mas não deixa de ser o mesmo. Por isso, é ilusório supor que possamos desatá-lo sozinho, nos termos em que aparece para nós. Isto não significa que tenhamos de ficar parados. Nada impede que comecemos por exprimir nossos desejos — tudo começa na expressão de um desejo — puxando alguns fios da meada.

A questão do poder é a da autonomia e esta tem dupla face: a que está virada para dentro, a questão do poder na Universidade, poder perante si mesma, jogo das partes que a compõem; e a que se volta para fora, para o exterior, o Estado e o resto da sociedade, o poder *da* Universidade. Poder na Universidade e poder *da* Universidade. Dificilmente um lado da autonomia pode se alterar independente do outro. Solidários, a proposta de modificação de um lado tem de forçosamente contemplar a modificação do outro.

Feito o que, permitam-me que passe diretamente à proposta de algumas poucas medidas para atender ao mais urgente e que espero sejam levadas à discussão no Congresso.

O poder da Universidade

Duas medidas parecem, a esse respeito, oportunas: uma, que assegure o afluxo regular de recursos fiscais à Universidade pública;

outra, que permita o provimento dos cargos da administração superior da Universidade por ela própria.

1) Um dos traços que melhor definem a crise atual da Universidade pública é a perda de sua capacidade de planejar. Planejar, isto é, a capacidade para se ver tal como poderia ser, decorrido certo lapso de tempo. Planejamento significa, pois, prazo — médio prazo, longo prazo. Por falta desse horizonte temporal, a Universidade atolou-se no dia-a-dia, embananada na rotina. As razões da perda dessa faculdade de projetar-se na direção do futuro são muitas e muito intrincadas. Parece, contudo, ser consensual que elas decorrem em grande parte da vindita financeira a que a têm submetido os ocupantes do Poder Executivo.

Pouco importa, nesta ocasião, examinar as razões dessa tenaz hostilidade. Homens de negócios empenhados em furioso e militante anti-intelectualismo? Praticantes da doutrina da Segurança Nacional? Pouco importa. O fato é que instituições do porte e da responsabilidade da USP não podem ficar sujeitas, para o cumprimento de sua missão, aos acessos de bom ou mau humor ou da simpatia eventual desta ou daquela pessoa que se encontre ocasionalmente nos cargos do Executivo. É preciso, pois, romper os laços de dependência direta que prendem o funcionamento da Universidade ao arbítrio de tais pessoas. Em São Paulo há o exemplo de uma instituição, a FAPESP, que apesar de todos os percalços e dos anos de adversidade conseguiu desempenhar razoavelmente suas funções, porque desfruta de autonomia financeira. Inspirado nesse exemplo e dadas as circunstâncias, creio que a USP deva apoiar por todos os meios ao seu alcance a iniciativa de alguns deputados da Oposição à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, criando a FUNPESP — Fundo das Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

A criação do FUNPESP depende de emenda à Constituição do Estado. Seus recursos terão de provir de um percentual a ser definido em conjunto e para cada uma das três Universidades públicas — fixado sobre o total da receita tributária arrecadada mensalmente pelo Estado. Esses recursos serão creditados pelo órgão arrecadador ao FUNPESP trinta dias, no mais tardar, após sua arrecadação efetiva. O FUNPESP será administrado em conjunto pela USP, UNICAMP e UNESP, que serão responsáveis por sua utilização perante o Tribunal de Contas e a Assembléia Legislativa do Estado.

2) Em segundo lugar, é urgente que a Universidade possa escolher por conta própria as autoridades superiores do seu governo. A medida que neste caso se recomenda é a eleição por sufrágio direto não apenas do Reitor e do Vice, como também de diretores de unidades.

O poder na Universidade

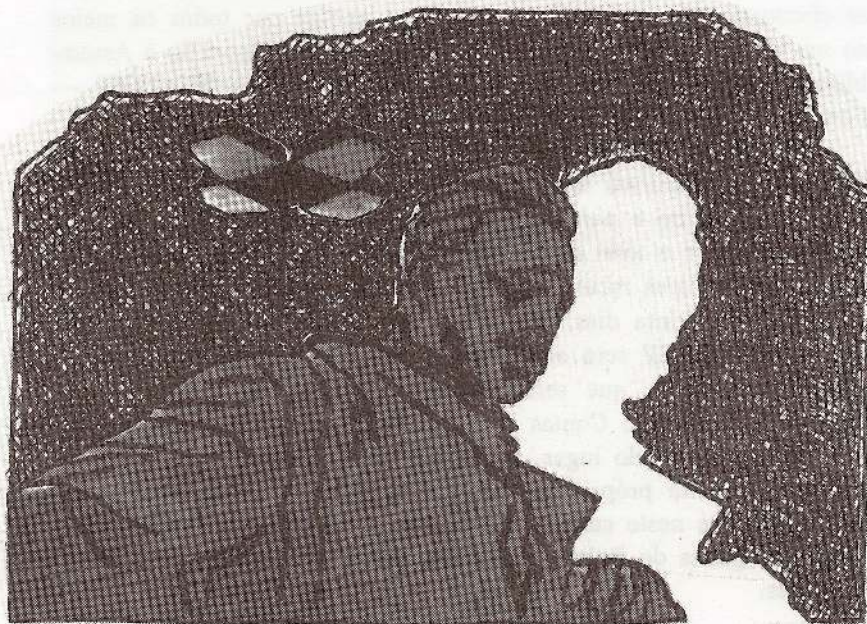
Neste particular, é preciso dar alguns passos para iniciar a desconcentração do poder internamente. Como? Estendendo aos órgãos de deliberação e execução o princípio da representação e paralelamente reduzindo o provimento de cargos através de designação.

Neste sentido, proponho:

a) que se estenda tanto às instâncias de deliberação como às de execução o princípio da escolha de representantes por meio de sufrágio direto, eleição a ser feita por colégios eleitorais de composição tripartite, formado por professores, estudantes e funcionários;

b) que os colégios eleitorais não tenham apenas atribuições de originar a representação mas igualmente, em todos os casos, o de instância de controle; em consequência, o colégio eleitoral reunir-se-á obrigatoriamente em datas certas a fim de apreciar em primeiro grau e de modo suspensivo o encaminhamento do *relatório de atividades* e da *prestação de contas* de seu representante; na hipótese de rejeição do relatório ou das contas, sucederá ao titular, no cargo, seu sucessor do legalmente eleito; na vacância do cargo, proceder-se-á a nova eleição, decorridos no máximo trinta dias, e assim sucessivamente até o término do tempo de mandato;

c) que nenhum mandato, na Universidade, tenha duração superior a dois anos, podendo o titular do cargo eleger-se para o mesmo apenas para dois mandatos sucessivos;



d) que todo candidato a cargo representativo esteja estatutariamente obrigado a dar ao conhecimento público do seu colégio de eleitores, pelo menos quinze dias antes da data da eleição, a plataforma de sua atuação no cargo;

e) que o plano de aplicação dos recursos da FUNPESP em cada unidade e no plano geral da Universidade seja elaborado por representantes do colegiado pertinente; que a execução do plano de aplicação financeira seja descentralizada ao nível da unidade de modo que, creditados os recursos à mesma, não sofra sua utilização interferência de instância superior, exceto no que se refere à prestação final de contas, ficando sob total responsabilidade de cada unidade a execução financeira.

Universidade e Cultura

Coordenação: *Alfredo Bosi (USP)*

Participantes: *Flávio Di Giorgi (PUC-SP)*

José Miguel Wisnik (USP-UNICAMP)

Gianfrancesco Guarnieri (Ator e autor dramático)

Carlos Estevam Martins (USP)

Os temas

1) As crises políticas de 1964 e 1968 obrigaram a Universidade a pensar a cultura como uma prática cujo exercício mais produtivo se faz principalmente fora do âmbito fechado da instituição. Ou, mais precisamente, se faz no momento em que a Universidade trabalha para compreender o que se passa fora dela, na sociedade e na natureza.

A cultura universitária torna-se viva quando se põe em relação, o mais direta e empenhada possível, com o que não é puramente universitário: a cultura popular, a política operária, a cultura criadora dos artistas, as lutas ecológicas, a vida religiosa etc.

2) Quando a Universidade tenta compreender o que está acontecendo fora dela, ela cria condições para formar no aluno e no professor um tipo de saber que supera:

- a) O *tecnicismo*, que é o enriquecimento interno do saber técnico em qualquer setor das ciências naturais ou humanas;
- b) A *tecnocracia*, que é o enriquecimento externo do saber político.

Ao *tecnicismo* a cultura universitária deverá contrapor um saber *poético*, que é criativo.

A *tecnocracia* a cultura universitária deverá contrapor um saber *político*, que é democrático.

3) O oposto da tecnocracia é o *conhecimento dialógico*. Quando as ciências humanas se perguntam qual é o seu real destinatário, quais as suas necessidades presentes, quais as suas reais potencialidades, nascem novas abordagens que, em geral, desmentem as teorias produzidas fora ou contra o conhecimento dialógico.

O exemplo dado foi o da Lingüística de Labóv que, debruçando-se sobre os problemas de fraco desempenho escolar dos alunos negros do Harlem, descobriu que não se tratava absolutamente de inferioridade intelectual — como os testes etnocêntricos apontavam — mas do fato deles usarem outro código para se comunicarem, o Black English; e que era neste “inglês negro” que a escola deveria instruí-los e testá-los. O que realmente foi feito, e com o maior êxito.

4) O método Paulo Freire, *elaborado fora da Universidade*, foi outro exemplo freqüentemente lembrado como prova de uma prática cultural transformadora.

5) Insistiu-se na necessidade de que a cultura praticada na instituição deixe de ser uma linguagem *sobre* a realidade humana e passe a ser uma linguagem *dessa* realidade, isto é, uma expressão mais direta dos agentes envolvidos no processo do ensino.

6) Houve também um testemunho muito caloroso, e humanamente muito rico, do ator e autor teatral Gianfrancesco Guarnieri, que depôs sobre sua luta cultural e política desde a década de 50, convidando os presentes a assumirem o prosseguimento dessa batalha travada em torno do socialismo e da liberdade.

7) Os debates levantaram casos que ilustram as dificuldades presentes de realização dos objetivos ideais propostos pelos expositores. Essas dificuldades aparecem não só no nível da instituição (burocratizada, autoritária etc.) como também na prática educacional vivida e interiorizada por alunos e professores da Universidade.

Ensino público e gratuito

Relatora: *Marilena de Souza Chauí*

Os participantes não tiveram posições unívocas, mas divergiram: três deles se manifestaram a favor do ensino público e gratuito, enquanto um deles manifestou-se pelo ensino pago.

O ex-Ministro da Educação, Prof. Paulo de Tarso, examinou os orçamentos da União, do Estado de São Paulo e dos municípios, mostrando que as verbas destinadas à Educação não cumprem sequer as exigências percentuais prescritas pela Constituição, pois a Educação é o item de menor prioridade nos orçamentos públicos. Propôs:

- lutar para que a Educação seja prioritária nos orçamentos públicos, com a União despendendo 20%, o Estado 20% e o Município 10%, conforme as exigências constitucionais;

- lutar para que as receitas tributárias estejam voltadas prioritariamente para Educação e Saúde, exigindo um mínimo de 15% da União, até que se cumpra os 20%;

- enfatizar que a Constituição afirma a obrigatoriedade do Ensino público gratuito pelo menos no plano da escola primária, cujo encargo é do município e não da União, de modo a acabar com o Mobral, onde são despendidas grandes verbas que poderiam ser alocadas para o segundo grau e para o Ensino superior;

- exigir que o Estado se encarregue do Ensino gratuito do 2.º grau e que a União se encarregue do Ensino superior gratuito.

A Profa. Guiomar M. Mello, da PUC, também favorável ao ensino público gratuito, considerou de grande importância analisar a privatização real já ocorrida no 1.º e 2.º graus e a relação desse processo com a Universidade. Considerou também de grande importância uma análise da forma e do conteúdo da educação, pois sem essa análise a defesa da Universidade gratuita não implicará em qualquer avanço cultural e político. Qual é a escola que queremos que seja pública? Frisou o caráter seletivo do 1.º e 2.º graus, que impedem, desde o início, o direito da maioria à formação superior.

A deputada Irma Passoni, também favorável ao Ensino público gratuito, enfatizou a privatização do 1.º e do 2.º graus, a superioridade do ensino ministrado por escolas particulares de tal modo que a defesa pura e simples da Universidade gratuita pode ser apenas a defesa de privilégios daqueles que, graças ao secundário aprimorado e à bolsa farta para pagar cursinhos, freqüentam a Universidade pública, de melhor nível cultural.

O Prof. José Carlos Melchior, da Faculdade de Educação, mostrou-se favorável ao ensino superior pago. Considerou que ensino gratuito não é fornecer maior número de escolas não pagas e sim criar recursos para que a maioria dos jovens possa chegar à escola superior. Esses recursos podem ser: salário educativo, crédito educativo, bolsas de estudo, loterias, salário família para os mais pobres e, sobretudo, cobrar daqueles que podem pagar para que possam estudar os que não podem pagar. O Ensino gratuito seria possível através do Ensino pago, isto é, seria gratuito no seguinte sentido:

- porque os de baixa renda teriam o estudo custeado pelos de renda mais alta, pagadores;

- porque o aumento dos recursos sob as formas anteriormente apontadas permitirá a melhoria dos transportes, vestuário, saúde e compra de material escolar por parte dos mais carentes.



Considerando a verdade do que fora exposto pela Prof.^a Guimarães acerca da evasão do 1.º e 2.º graus pelos alunos mais pobres, afirmou que o mais importante é criar condições para que todos os alunos possam continuar seus estudos e na criação dessas condições é imprescindível que os que podem pagar paguem por e para aqueles que não o podem.

O plenário mostrou-se hostil à posição do Prof. Melchior havendo unanimidade na afirmação do Ensino gratuito. Porém, as posições favoráveis não eram semelhantes. Alguns consideraram ser atribuição e obrigação do Estado promover a Educação em todos os níveis, não sendo defensável a idéia do Ensino pago porque este retira do Estado a responsabilidade para com a Educação. Outros objetaram quanto aos critérios de que disporia o Estado para saber quem pode e quem não pode pagar, uma vez que o critério do imposto de renda deixa fora justamente os mais ricos. De modo que, em última instância, o custeio da Universidade seria feito pela classe média, numa falsa redistribuição da renda. Outros, enfim, aceitando

essa objeção, tentaram, no entanto, pensar o problema da escola gratuita sem invocar a absoluta tutela do Estado, mas propondo:

— obrigar o Estado a cumprir sua parte, definida pela Constituição, o que significa, antes de tudo, desfazer a privatização do 1.º e do 2.º graus, evitando a exclusão pré-universitária dos mais carentes;

— conseqüentemente, democratizar a instrução primária, o 1.º e 2.º graus, de modo que escola gratuita não signifique escola tutelada (a expressão foi da Prof.^a Guiomar);

— tal democratização exigirá, em primeiro lugar, a abertura dos orçamentos à discussão pública para que esta controle sua gestão nos três níveis de ensino;

— recuperar um dos papéis fundamentais da Universidade que é a formação de professores do 1.º e 2.º graus, para que tenham trabalho nas escolas públicas, elevem o nível do ensino público de tal modo que, por um lado, os alunos das escolas públicas tenham acesso garantido à Universidade e, por outro lado, a Universidade devolva à sociedade o que lhe custa, dando-lhe bons professores;

— a integração Universidade-Escolas primárias, do 1.º e 2.º graus, não será feita somente pela formação de bons professores mas também pelos serviços que a Universidade pode prestar gratuitamente às demais escolas, sem tutela estatal. Como, por exemplo, serviços médicos, odontológicos, dietéticos, assistência psicológica, assistência farmacêutica, aproveitamento dos engenheiros e arquitetos para construção das escolas etc. Se o ensino pago reitera o sistema educacional existente, a simples defesa da tutela estatal também o reitera. Portanto, a discussão sobre o ensino gratuito deve conduzir a uma reformulação completa das relações entre a Universidade e as demais escolas, de modo a fazer com que o sistema educacional e assistencial seja encargo dos próprios interessados, desde que o Estado seja obrigado a cumprir a parte que lhe cabe.

Reajustes semestrais e luta do funcionalismo

Relator: *André Franco Montoro Filho*

A luta do funcionalismo se insere dentro da luta política geral de democratização do país e pela melhoria na distribuição da renda. Neste sentido, as campanhas salariais devem se situar neste eixo político.

Mesmo comparando com os trabalhadores brasileiros que têm sofrido violento arrocho salarial, os funcionários públicos se encontram em situação de inferioridade. Até recentemente não recebiam 13.º salário; hoje, não têm reajuste semestral nem Fundo de Garantia e seus salários não são fixados de acordo com a política salarial dos

demais trabalhadores; não existe em São Paulo contagem recíproca, o que leva o funcionário a uma situação de escravidão do seu empregador. O Estado é o pior patrão do Brasil.

No discurso o governador diz ser justa a reivindicação do funcionalismo mas argumenta que não tem recursos.

Este argumento é falso pois a arrecadação, ou seja, os recursos do Estado, crescem com a inflação. Se as empresas são obrigadas a conceder reajustes semestrais e o argumento é que suas receitas crescem, com igual razão o Estado deveria ser obrigado. Em 1980 os salários cresceram 56,25% e a arrecadação 89%, o que mostra a possibilidade financeira do Estado.

O reajuste semestral não melhora o salário real, ou seja, o poder de compra do trabalhador. Apenas impede que ele se reduza quando a inflação se eleva. Não é bom com o semestral, mas é pior sem ele.

Fica assim claro ser política deliberada do governador e seus secretários promoverem a compressão salarial, pois dão a entender claramente sua visão de que existe um excesso de funcionários. Para reduzir este alegado excedente eles promovem a redução salarial visando que muitos se retirem do funcionalismo. Esta política deve ser veementemente denunciada pela sua injustiça e os seus danosos efeitos sobre a qualidade dos serviços do Estado, especialmente aqueles da área social.

O dinheiro espoliado dos funcionários está sendo empregado em obras e atividades de caráter apenas de infra-estrutura econômica que tendem a beneficiar as camadas de população de alta renda.

Neste sentido, foi proposto o apoio ao parecer da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa, que estabelece que 50% do excesso de arrecadação seja utilizado para aumento do salário do funcionalismo.

3. Moções aprovadas na plenária final

Manifesto à população de São Paulo

O funcionário público é um trabalhador especial e ambíguo. Nos altos escalões é um representante do Estado junto à sociedade, enquanto nos baixos escalões é um representante da sociedade junto ao Estado. Por isso, os servidores públicos que não servem ao Estado,

com seu trabalho servem ao conjunto da população. São estes os que hoje estão sendo violentamente degradados em suas condições de vida e trabalho. Degradando-os, o Estado deteriora o atendimento à população, justamente a mais necessitada dos serviços públicos.

A reivindicação do reajuste semestral, nos mesmos moldes do concedido à classe trabalhadora em geral, vem ao encontro das necessidades mais prementes daquele funcionalismo cuja situação torna-se cada vez mais insustentável, bem como, por consequência, propiciar a melhora nos serviços que presta.

Por que a atitude dúbia do governo que declara reconhecer a justeza da reivindicação, mas ao mesmo tempo se nega a atendê-la?

O argumento central usado pelos governantes para justificar sua boa-vontade irrealizável é a falta de verba. Afirmando que o Estado se distingue fundamentalmente das empresas privadas por não obter lucro em seus negócios, por estar atrelado à arrecadação de impostos e por ser vítima da inflação, o governo oferece argumentos de ordem técnica que visam demonstrar sua eterna escassez de recursos. Ora, esses argumentos são insustentáveis se levarmos em conta que a arrecadação tributária do Estado cresce com a própria inflação, uma vez que o montante do ICM acompanha a elevação dos preços das mercadorias. Mas esse aumento da arrecadação tem sido, na verdade, sistematicamente desviado para o financiamento de obras públicas, muitas vezes de mérito duvidoso, em detrimento de aumentos salariais.

Nem falta de verbas, nem incompetência para geri-las define a situação presente, mas uma política deliberada de compressão nos gastos com serviços públicos, a fim de liberar recursos que irão, finalmente, beneficiar altos interesses privados de empresas de diversos ramos, especialmente as empreiteiras. Essa política conduz gradativamente à privatização de todos aqueles serviços tradicionalmente prestados pelo Estado, implicando na transformação deste último em gigantesca empresa e no prodigioso enriquecimento de seus beneficiários diretos.

O mecanismo imediato de compressão nos gastos dos serviços públicos configura-se no arrocho salarial do funcionalismo, forma pela qual o governo espera transferir paulatinamente a mão-de-obra alocada no setor público para o privado sem recorrer a medidas drásticas como a exoneração em massa de servidores, o que provocaria indesejáveis consequências de ordem político-social.

Lutar hoje contra essa espoliação, reivindicando o reajuste semestral e melhores condições de trabalho, é denunciar uma política autoritária cujos projetos faraônicos e lesivos nós, funcionários públicos, não iremos ajudar a financiar.

*Moção da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
(Aprovada em Assembléia de 17.09.80)*

Sobre a Universidade e a Sociedade

— Os professores da Universidade de São Paulo se declaram veementemente contra o Ensino pago, pelo Ensino público e gratuito, direito de todo cidadão, garantido pela Constituição brasileira.

— Contra a tentativa de implantação do Curso de Estudos Sociais, em Licenciatura Plena, que — conforme se depreende do projeto do Conselho Federal de Educação, com parecer favorável do conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza — liquida os atuais cursos de licenciatura em História, Geografia e Ciências Sociais, transformando-os em simples habilitações, ao lado de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. Os professores da USP se propõem a lutar contra isso e contra o parecer n.º 853/71, que serve de base a formulações desse tipo.

— Contra a Lei 5.692, reconhecidamente obsoleta, cujos efeitos nocivos ao ensino e à pesquisa se refletem nas diferentes áreas do saber:

a) contra qualquer projeto que encurte ou simplifique a formação do professor, tanto pela diminuição do número de anos necessários à formação superior, como pela instituição dos cursos destinados a formar professor polivalente;

b) contra o afastamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Escola Média, imposto pela política que gerou a Lei 5.692. Pelo ensino da Filosofia no secundário, contra a diluição do estudo de História, Geografia e Ciências Sociais nos atuais cursos de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica. Pela extinção destes;

c) contra o empobrecimento do currículo da Escola de 1.º e 2.º graus, empobrecimento configurado pela impossibilidade do aluno da escola pública ter acesso às línguas estrangeiras;

d) contra as reiteradas tentativas da política oficial de ensino em separar a licenciatura do bacharelado e transformar o professor em mero divulgador do conhecimento científico, cuja prática estaria reservada aos bacharéis, os únicos a merecerem, segundo esse critério, a formação integral.

— Contra a extrema separação entre a formação científica e pedagógica dos nossos estudantes; por um maior entrosamento da Faculdade de Educação com as unidades que ela serve, e para o qual propomos:

a) que, nas diversas reformulações de currículo em andamento, nas diferentes áreas, se coloque como disciplina o ensino das maté-

rias específicas (por exemplo: o ensino de Geografia, o ensino da Língua Portuguesa, o ensino de História etc.), criando um espaço interno a cada recurso para que alunos e professores possam refletir sobre o ensinar e o aprender conteúdos específicos;

b) que o professor de prática de ensino seja deslocado da Faculdade de Educação para a unidade em que se integra o conteúdo que ele ensina;

c) que a Faculdade de Educação estude uma forma de integração com as demais unidades que ela atende e que procure planejar seus cursos em função dos estágios efetivos realizados pelos alunos que os freqüentam;

d) que os professores das diversas práticas de ensino busquem uma forma maior de integração entre a prática dos estágios e as teorias pedagógicas; entre as suas aulas e dos seus colegas de Psicologia da Educação, Estrutura e Didática; e que, juntamente com colegas e alunos dessas disciplinas, estudem uma forma mais produtiva para a realização dos estágios;

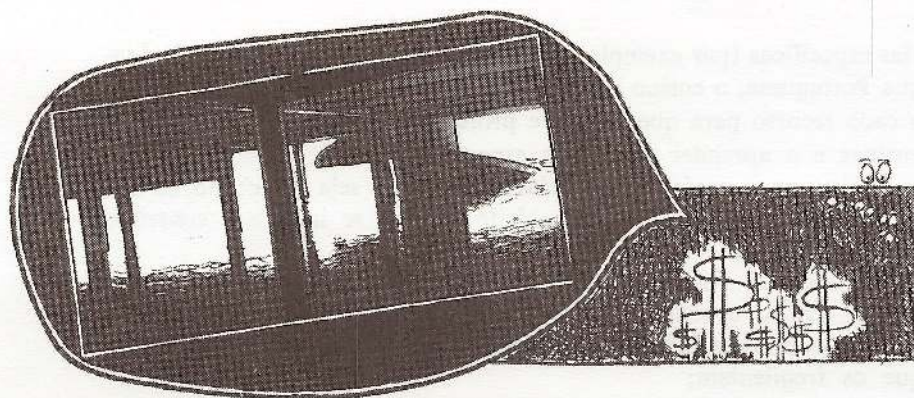
e) que a Secretaria de Educação dê condições para a realização de estágios que sirvam ao mesmo tempo à formação do professor e ao atendimento de populações carentes da escola pública.

— Contra o esvaziamento dos cursos de especialização e extensão, pelos quais a Universidade presta serviço à comunidade, especialmente aos professores de 1.º e 2.º graus. Por reais condições para que tais cursos sejam possíveis e para que a Universidade assuma a responsabilidade da formação permanente dos professores dos antigos primário, secundário e colegial.

— Contra a isenção do Reitor da USP nas reuniões do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras). Que o Reitor, após ouvir a comunidade universitária, participe das discussões do CRUB e MEC sobre as formas de integração da Universidade com o 1.º e 2.º graus, levando nossas propostas. Que a comunidade universitária discuta, entre outras, a proposta de Formação Permanente do Professor, elaborada por um grupo da A.P.L.L. (Associação de Professores de Línguas e Literatura), da qual participaram professores desta Universidade e docentes do 1.º e 2.º graus da rede oficial.

Sobre estrutura da Universidade e poder interno

— Contra o item do Regulamento Geral da Universidade, pelo qual se limita a recontração de professores na mesma categoria, uma vez que a passagem para Professor Colaborador que daí decorre, após duas contratações, expõe o docente à perda arbitrária do contrato de trabalho.



— Contra a atual repartição dos representantes do corpo docente e discente nas diferentes instâncias do poder. Pela sua transformação, no sentido de torná-las mais representativas e proporcionais às diferentes categorias.

— Contra a Portaria 473 e demais medidas do governo do Estado e da Reitoria da USP, que restringem a contratação de docentes, mesmo na vaga dos aposentados. Que os diretores das Universidades expliquem ao corpo docente e discente os critérios que regem a distribuição de verbas na sua unidade. E que se generalize, para toda a Universidade, a resolução aprovada pelo CID da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em 1974, sobre o reaproveitamento de verbas liberadas por professores que deixam a Universidade por aposentadoria, morte ou outros motivos quaisquer.

— Contra a falta de critérios objetivos para a elaboração do orçamento da USP, pelo estabelecimento de critérios racionais na distribuição das verbas, de maneira equitativa para as diferentes unidades, após ampla consulta a elas. Pelo acesso do corpo docente e discente de cada unidade às informações sobre a aplicação desses recursos.

— Contra a fragmentação dos vários departamentos de cada unidade, tendo como única instância de unificação, abstrata, o CID. Pela realização periódica de Assembléias inter-departamentais, cujas decisões deverão ser acatadas pelos conselhos inter-departamentais e direção.

Sobre a atuação dos "Conselhinhos" da ADUSP, após o Congresso

Os "Conselhinhos" da ADUSP, de cada unidade, deverão convocar, logo após o encerramento do Congresso, assembléias dos pro-

fessores de sua unidade, para a deliberação e implementação das propostas resultantes das discussões nas mesmas, tais como, entre outras, a reorganização dos departamentos, critério de mudança de regime e de contratação de professores, integração dos vários departamentos, distribuição de verbas etc.

Sobre o Curso de Letras

Que seja ouvida, pelas autoridades universitárias e pelo Conselho Federal de Educação (que está elaborando um projeto de reestruturação dos cursos de Letras no Brasil), a comissão criada na Letras da USP, composta de alunos e professores, no sentido de um replanejamento global do curso, por uma simplificação máxima dos currículos, contra a criação desordenada de novos cursos e disciplinas, contra a imposição do currículo mínimo pelo Conselho Federal de Educação.

Adendo: Inclusão dos funcionários em todos os itens de participação e decisão.

Observação: As propostas sobre "Universidade e Sociedade" são, em sua maioria, contribuições do Grupo de Trabalho sobre Licenciatura e Formação do Professor.

Dos Pós-Graduados

— Repúdio à diminuição do número de vagas pelo MEC sem consulta à comunidade acadêmica;

— moção contra a pós-graduação "por correspondência";

— que se ampliem as discussões sobre a representação de pós-graduandos nos diversos órgãos burocráticos em todos os níveis (por área, departamento, unidades e Universidade);

— contra o pagamento de taxas na pós-graduação e cursos da USP.

Democratização da Universidade

O I Congresso da USP, encaminhado pelos professores, funcionários e estudantes da Universidade de São Paulo, enquanto forma concreta de unificação e de luta da comunidade universitária, vem se somar e se solidarizar com a luta travada hoje pelos professores, funcionários e estudantes de todo o Brasil por melhores condições de ensino, pesquisa, trabalho e pela democratização da Universidade.

Apoio aos estudantes da Medicina

O I Congresso da USP, que teve como eixo central a luta por melhores condições de ensino, pesquisa, trabalho e pela democratização da Universidade, vem se solidarizar aos estudantes em greve da Faculdade de Medicina da USP em sua luta contra o autoritarismo reinante naquela unidade de nossa Universidade e manifesta seu apoio às reivindicações levantadas:

— Pela efetivação da autonomia dos departamentos daquela Faculdade.

— Contra a implantação arbitrária de um novo currículo imposto pela direção da Faculdade.

— Pela não punição aos estudantes grevistas.

Solidariedade a "O Trabalho"

Nós, professores, estudantes e funcionários reunidos no I Congresso da USP, considerando:

— A absoluta necessidade de garantir a liberdade de expressão e organização dos trabalhadores e do povo em geral, como forma de garantir sua soberania;

— que a invasão da sede e apreensão do n.º 77 do jornal "O TRABALHO" se insere numa escalada repressiva dos órgãos policiais contra as mais legítimas formas de organização do povo brasileiro;

— a necessidade, portanto, de defender os jornais da imprensa democrática e operária como forma de garantir, inclusive, o direito de continuar na luta por melhores condições de vida, ensino e trabalho, que hoje move toda a população brasileira,

Repudiamos veementemente a invasão do jornal "O TRABALHO" por forças de segurança da ditadura, ocorrida em 18 do corrente, ao mesmo tempo em que exigimos a imediata devolução por parte do DOPS/SP dos jornais apreendidos.

— Pela liberdade de organização, manifestação e expressão!

— Pela imediata devolução dos jornais apreendidos!

— Pelo desmantelamento do aparato repressivo!

— Abaixo a ditadura!

Apoio à realização do XXXII Congresso da UNE

Os estudantes universitários brasileiros se preparam para a realização do seu XXXII Congresso da União Nacional dos Estudantes, nos dias 13, 14, 15 e 16 de outubro, em Piracicaba.

Entendendo a importância da UNE na luta pelo ensino público e gratuito e por uma Universidade voltada aos reais interesses do povo brasileiro, o I Congresso da Universidade de São Paulo saúda a iniciativa dos estudantes brasileiros que vem de encontro aos anseios democráticos da comunidade universitária e da maioria da população brasileira.

Repúdio ao terror

O I Congresso da USP repudia veementemente os atentados que vem ocorrendo às bancas, entidades e jornais democráticos, que já culminaram com a morte de D. Lydia, no Rio de Janeiro, e exige a imediata apuração dos verdadeiros responsáveis:

- Abaixo o terror fascista.
- Pela liberdade de organização, manifestação e expressão.
- Pela apuração dos verdadeiros responsáveis.

Homenagem aos punidos

Professores, alunos e funcionários da Universidade de São Paulo vêm de público manifestar sua satisfação em receber alguns dos professores arbitrariamente afastados da Universidade por atos de exceção.

Ao mesmo tempo, estendemos essa homenagem aos que preferiram não voltar devido às condições da Universidade e do processo de reintegração.

Queremos lembrar aqui, também, os numerosos casos de professores que foram forçados a abandonar a Universidade por motivos políticos. Há pelo menos quatro professores que nenhuma luta poderá trazer de volta ao nosso convívio, a não ser na memória: são os “desaparecidos políticos” Ana Rosa Kucinsky (Química) e Eleni Telles Guariba (ECA) e os “oficialmente mortos” Iara Iavelberg (Psicologia) e Wladimir Herzog (ECA).

Inúmeros estudantes foram afastados da vida universitária, muitos foram mortos pela ditadura e outros desaparecidos, como por exemplo Alexandre Vanucchi Leme, Wilson Silva, Lauriberto, Isis Dias, Geová, Arantes, Queiroz, Hirata.

Os funcionários também pagaram seu tributo na luta do povo brasileiro contra a ditadura.

Queremos também o fim do vergonhoso aparelho responsável pela triagem ideológica que ainda persiste na USP, como, por exemplo, no caso do Professor Jair Borin, da Escola de Comunicação e Artes.

Aposentadoria aos 25 anos

Moção de Protesto pela rejeição, por parte do Senado, do Projeto de Aposentadoria no Magistério, com 25 anos de serviço.

Apoio à enfermagem

Nós, professores, funcionários e estudantes presentes ao I Congresso da USP, apoiamos e nos solidarizamos com os alunos de Enfermagem da USP no que tange às suas reivindicações:

— Que o material utilizado no curso de Microbiologia seja fornecido pela Universidade e, conseqüentemente, pelo departamento da Faculdade.

— Que a aprovação dos alunos do curso de Microbiologia não se vincule à entrega do material exigido pelo curso, uma vez que, reafirmamos novamente, o material deve ser fornecido pela Universidade.

Assim, nos dirigimos ao I Congresso da USP por entendermos que a luta pelo Ensino público e gratuito é o objetivo comum deste Congresso.

Hospital dos Servidores

Os professores e funcionários da USP protestam contra as péssimas condições materiais do Hospital do Servidor, que impedem o atendimento eficiente aos servidores que para ele contribuem com desconto substancial nos seus honorários e manifestam sua estranheza diante do fato de que cresceu sensivelmente, nos últimos anos, o número de contribuintes e não cresceu proporcionalmente — pelo contrário, diminuiu — o total de recursos do Hospital, seu corpo médico e de funcionários, bem como prédio, leitos e demais materiais necessários ao bom funcionamento do Hospital.

Insalubridade e segurança no trabalho

— Considerando a gravidade e a amplitude dos problemas relativos à insalubridade e segurança no trabalho;

— considerando que tais problemas dizem respeito não apenas a funcionários, mas também a professores, alunos e todos aqueles que freqüentam os *campi*;

— considerando que a questão da insalubridade e segurança no trabalho não está de forma nenhuma contemplada nas relações de trabalho na USP e que os problemas já existentes e denunciados não vêm sendo equacionados;

— considerando que o adicional por risco de vida foi abolido, propõe-se:

— A constituição de CIPAS — Comissão Interna de Proteção contra Acidentes e de Segurança, em cada unidade, composta por professores, funcionários e estudantes.

Contra a LSN

Nós, reunidos na plenária final do I Congresso da USP, repudiamos veementemente a escala do terror de direita com bombas, mortes, seqüestros e a aplicação da LSN contra líderes sindicais e parlamentares. Lutamos pela democratização da USP porque lutamos pela democratização da sociedade brasileira.

Manifesto dos professores, funcionários e alunos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Em outubro deverá tomar posse um novo diretor na ECA-USP. E mais uma vez a escolha recairá sobre um professor titular da Universidade não integrante dos quadros docentes da Escola. Nos seus treze anos de existência, a ECA já teve quatro diretores, todos pertencentes a outras unidades da USP. A que se deve essa anomalia? A questão se explica pela natureza de seus estatutos, que mantêm anacronismos já extirpados em outras Universidades, como é o caso da UNICAMP e até mesmo das Universidades Federais, um dos quais é a exigência de só exercerem cargos de direção universitária os professores titulares (antigos catedráticos).

Trata-se de uma contingência que decorre de uma estrutura universitária elitista e extremamente fechada na sua hierarquia, estrutura que se encaixa num clima antidemocrático e autoritário, aguçado nestes últimos anos de regressão política vividos pela sociedade brasileira. Não obstante seja uma instituição que conta em seu corpo docente com pessoas capazes de dirigi-la, a ECA-USP não tem autonomia para escolher seu próprio diretor. É de se lamentar fatos ocorridos como o da não realização de concursos já aprovados para cargo de titular, afastando-se assim a possibilidade de professores da unidade concorrerem à direção da Escola.

Se no início da criação da Escola houve necessidade da participação de professores de outras unidades — visto tratar-se de uma área nova de conhecimento — hoje isto não mais se justifica. A ECA já provou ter condições de formar seus próprios quadros aptos a assumirem postos de decisão da Escola.

Ao tornar pública essa situação esdrúxula e vexatória, os professores, funcionários e alunos da ECA-USP querem manifestar o seu

inconformismo diante da atual estrutura de poder e dos estatutos da USP, que mantêm princípios obsoletos de gestão universitária, centralizando as decisões fundamentais nas mãos de uns poucos e marginalizando, assim, a comunidade universitária.

As dificuldades enfrentadas refletem o clima de instabilidade e incerteza que sacodem a vida da Instituição a cada quatro anos, com a possibilidade de vir a ter um novo dirigente que, estranho a seus problemas e especificidades, naturalmente acarretará retrocesso na sua dinâmica e ritmos próprios. É bem verdade que a Escola contou com dirigentes que, mesmo pertencendo a outras áreas do saber, mostraram-se eficientes no plano administrativo e sensatos no plano acadêmico. No entanto, sofreu também a experiência de uma administração arbitrária e antidemocrática causando um absoluto vazio intelectual e implantando um regime de terror que praticamente a paralisou. É por isso que, tendo ainda presente aquela experiência traumática, preocupamo-nos com a possibilidade de tais fatos virem a se repetir numa nova administração.

Por esse motivo, decidimos abrir um amplo debate sobre a escolha de um novo Diretor, num processo em que participem os três segmentos da Instituição — docentes, funcionários e alunos — com o objetivo de assegurar e preservar os interesses da comunidade acadêmica.

Os debates realizados levaram à elaboração dos seguintes pontos, que serão propostos como base da política administrativa a ser conduzida pelo novo Diretor:

Política de democratização da USP e, conseqüentemente, uma administração democrática na ECA:

— eleição livre e direta dos órgãos colegiados, independente de titulação;

— participação dos departamentos na elaboração da proposta orçamentária da unidade e a gestão dessas verbas;

— defesa do acesso ao tempo integral a todos os que desejarem;

— defesa de salários condignos aos funcionários e professores;

— liberdade de ensino e pesquisa reconhecendo a diversidade de pensamento;

— participação proporcional dos três segmentos — professores, funcionários e alunos — nos órgãos colegiados;

— liberdade de organização e expressão.

Denúncia da CNT — Uruguai

La Convencion Nacional de Trabajadores del Uruguay (CNT) denuncia ante la opinion publica brasilena una nueva y brutal escalada represiva que lleva adelante la dictadura militar uruguaya.

Este nuevo ataque al pueblo uruguayo tiene como inicio la represión a las movilizaciones protagonizadas por los trabajadores en el 1.º de mayo. Frente a la dignidad y la firmeza de la clase trabajadora ante la provocación que significó el intento de cambiar la fecha de esta jornada de lucha, la dictadura respondió encarcelando y torturando cientos de trabajadores. En muchos casos incluso fraguó acusaciones y expedientes totalmente falsos para poder condenar por muchos años a los compañeros detenidos.

Frente al rechazo del proyecto constitucional por parte de representantes de los partidos tradicionales — proyecto orquestado a espaldas del pueblo, de los partidos, de la opinión pública — la dictadura respondió con la prisión de sus principales dirigentes.

Desde mediados de agosto esta saña represiva se agravó con la detención y tortura de decenas de compatriotas, entre ellos: *Eduardo Fernandez* — dirigente sindical bancario, integrante del Partido Socialista; *Lucio Escolar Monja* — sacerdote español de la iglesia de Paso Carrasco; *José D'Elia* — presidente de la CNT — posteriormente liberado; *Jose Pedro Cardozo* — primer secretario del P. Socialista — liberado luego de haber sido internado en el hospital militar; *Julio Betterbide* — funcionario de Asociación de Empleados Bancarios AEBU; *Usvaldo Dutra* — ex-obrero de Cicssa, ya detenido y torturado en el operativo que causó el asesinato por torturas de Humberto Pascarella, tal como denunció hace poco tiempo aquí el ex-soldado Hugo García Rivas.

También fueron detenidos en estos días los dirigentes sindicales bancarios *Milton Antognazza*, *Guillermo Alvarez* y *Victor Semproni*. El motivo de su prisión fue el haberse entrevistado con una misión integrada por dos médicos austríacos que visitó Uruguay para informarse sobre el estado de salud de los miles de presos políticos y sobre la situación general del país, en materia de derechos humanos. La misión fue públicamente expulsada del país y se desataron represalias contra familiares de personas y dirigentes sindicales.

Todo esto tiene un objetivo bien concreto en este momento: impedir que se exprese el repudio popular a siete años de dictadura y crímenes contra el pueblo, en el plebiscito de noviembre.

A todo esto se suma un hecho que vuelve a traer la amenaza de los secuestros y asesinatos de uruguayos en los países vecinos: la vuelta a la actividad en los servicios de inteligencia del ten. cel. Gavazzo. Este es el responsable directo, junto a los oficiales Cordero, Silveira y Rossi (integrantes todos ellos de los órganos represivos OCDA y SID), de los asesinatos y secuestros de uruguayos en Buenos Aires, como los de los parlamentarios Z. Miquelini y Gutierrez Ruiz, así como de las desapariciones de Leon Duarte, Gerardo Gatti, Manuel Liberoff, Hugo Mendez y muchos otros. Y también de la desa-

paricion en Paraguay de Gustavo Inzaurrede y Nelson Santana. Son estos los frutos de las visitas y acuerdos regionales en el cono sur?

Denunciamos tambien la participacion del Ejercito uruguayo (el proprio Comandante en Jefe ten. gal. Luis Queirolo anuncio su participacion) en el congreso de las organizaciones terroristas de la ultra derecha mas delirante, que se esta realizando en estos dias en Buenos Ayres bajo el nombre de Congreso Anticomunista. Su proposito manifesto es no solo generalizar el terrorismo de estado en America Latina sino destruir los gobiernos democraticos e impedir todo proceso verdadero de democratizacion. Se destaca alli la presencia de Roberto D'Aubuisson, conocido terrorista salvadoreno, requerido por la Junta de Gobierno de El Salvador y recibido calurosamente por la dictadura de Videla.

Por ultimo convocamos al pueblo brasileno a manifestar su mas grande repudio a la presencia en Brasil de la dictadura uruguaya representada en su canciller Adolfo Folle Martinez. Esta dictadura que tuvo en sus carceles por mas de 2 anos a Flavia Schilling, que secuestro en territorio brasileno a dos uruguayos, Lilian Celiberti y Universindo Dias, hoy busca apoyos en el Brasil para continuar su politica represiva.

La Convencion Nacional de Trabajadores llama a la solidaridad del pueblo brasileno para con el pueblo uruguayo, que sigue sufriendo hoy una brutal represion pero que continua luchando firmemente y continuara haciendolo con la ayuda solidaria de todos los pueblos de America hasta la derrota final de la dictadura.

Convencion Nacional de Trabajadores

Aprovada moção de solidariedade ao povo uruguaio em sua luta contra a ditadura uruguaia.

4. Serviços à comunidade

Coordenadora: *Evelyn de Castro e Sá (ADUSP)*

Introdução

Sob o rótulo bastante abrangente de "Serviços à comunidade", o Grupo de Trabalho deveria colher informações e inventariar expe-

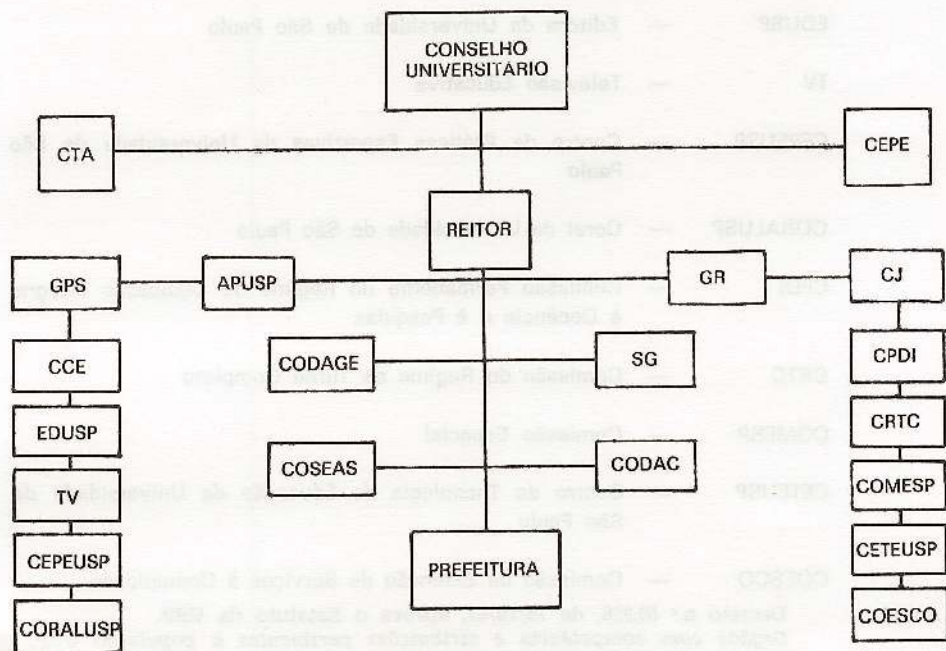
riências na área de restaurantes, creches, lazer e plano diretor. Ou seja, da qualidade de vida da população USP enquanto permanece nos "campi" e de extensão extra "campi", como no caso de atenção médica, alimentação familiar, moradia etc., sem abranger contudo a questão salarial (que embora influa diretamente na qualidade de vida, merece estudo à parte).

O enfoque "Serviços à comunidade" é institucionalizado na USP com conotação bem diferente daquele, como prestação de serviços à comunidade, num sentido unilateral e paternalista *Universidade-comunidade*; mas que vem a ter importância para a população USP na medida em que muitos órgãos estão exercendo competências, na organização burocrática USP, que dizem respeito direto à qualidade de vida da sua população.

Também deve ser levado em conta que os grupamentos de unidades universitárias, nos "campi", levam a uma diferenciação do que sejam as necessidades dessa qualidade de vida, visto que a CUASO, os "campi" de Ribeirão Preto, São Carlos, Piracicaba e de Bauru, o chamado "campus" de Pinheiros e a área da Faculdade de Direito têm características diferentes.

O organograma e o quadro anexos ilustram as várias unidades e suas atribuições legais.

Reitoria Universidade de São Paulo



LEGENDA

CTA	— Conselho Técnico Administrativo
CEPE	— Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade
GPS	— Grupo de Planejamento Setorial
APUSP	— Assessoria de Planejamento da Universidade de São Paulo
GR	— Gabinete do Reitor
CJ	— Consultoria Jurídica
CODAGE	— Coordenadoria de Administração Geral
SG	— Secretaria Geral
COSEAS	— Coordenadoria de Saúde e Assistência Social
CODAC	— Coordenadoria de Atividades Culturais
PREFEITURA	— Prefeitura da Cidade Universitária "Armando de Sales Oliveira"
CCE	— Centro de Computação Eletrônica
EDUSP	— Editora da Universidade de São Paulo
TV	— Televisão Educativa
CEPEUSP	— Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo
CORALUSP	— Coral da Universidade de São Paulo
CPDI	— Comissão Permanente do Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa
CRTC	— Comissão do Regime de Turno Completo
COMESP	— Comissão Especial
CETEUSP	— Centro de Tecnologia da Educação da Universidade de São Paulo
COESCO	— Comissão de Extensão de Serviços à Comunidade

Decreto n.º 52.326, de 16/12/69, aprova o Estatuto da USP.

Órgãos com competência e atribuições pertinentes à população USP.

Competência e atribuições de unidades, conforme o Regimento Geral da Universidade, baixado pelo Decreto n.º 52.906/72.

ÓRGÃOS E SUA FUNÇÃO	OBSERVAÇÕES
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade (CEPE).	Artigo 32 — Órgão Consultivo e Deliberativo etc., para extensão de serviços à comunidade.
Conselho Universitário	Regimento, artigo 13, III. É competência do CO (artigo 20, XI): eleger, dentre seus membros: um representante de cada uma das unidades para compor o CEPE, um representante das categorias docentes para compor o CEPE; a representação discente que integrará o CEPE, correspondente a 1/10 de docentes desse colegiado. Artigo 20 — traçar diretrizes e definir objetivos da CAC e da COSEAS.
CTA	Artigo 29 — I — Deliberar sobre acordos entre entidades universitárias, bem como as concernentes à extensão de serviços à comunidade.
Prefeitura da CUASO	Prefeito é nomeado pelo Reitor. Artigo 39 — Administração e conservação das áreas comuns e demais atividades previstas no seu regimento.
Coordenadoria de Atividades Culturais (CODAC)	Artigo 44 — Atividades culturais destinadas à divulgação dos conhecimentos e progressos verificados nas ciências, letras, artes e na técnica.
Coordenadoria da Saúde e Assistência Social (COSEAS)	Artigo 45 — Estudo e solução dos problemas da saúde e promoção social da comunidade; coordenação e execução de atividades relacionadas a saúde e promoção e serviços administrativos. A administração do Conjunto Residencial da USP-CRUSP.

Editora da USP

Artigo 46 — Promover publicações de interesse da USP; realizar levantamentos e estudos visando a seleção de obras a serem publicadas; realizar planejamentos gráficos de trabalhos editoriais.

Coral da Universidade
CORALUSP

Artigo 47 — Divulgar a música coral e elevar o nível artístico e cultural dos universitários.

TV — Educativa

Artigo 48 — Ampliar a capacidade docente da USP e inter-relacionar o desenvolvimento criativo e a utilização de novas tecnologias educacionais.

Comissão de Extensão de
Serviços à Comunidade
(COESCO)

Artigo 50 — Relação permanente entre a USP e a comunidade para estudos e programas.

Museus

Artigo 83 — Atividades didáticas, de pesquisa e de extensão de serviços à comunidade.

FUNDUSP

Artigo 87 — Elaborar projetos e promover a execução e ampliação das construções.

Artigo 89 — Elaborar o plano de obras.

Composição do Conselho
de Administração

Reitor da USP, Vice-Reitor, Prefeito da CUASO, sete professores, Secretária da Fazenda, Secretaria de Economia e Planejamento.

Da Extensão de Serviços à
Comunidade

Artigo 169 — Extensão direta para contribuição para assistência material e intelectual à comunidade.

Artigo 170 — Âmbito de toda comunidade ou pessoas e instituições.

§ 1.º — Serviços de extensão: atendimento à saúde, estudos, projetos técnicos, científicos e educativos e participação de natureza científica,

legislativa, artística, cultural e esportiva.

§ 2.º — A TV, o Cinema Educativo, o Teatro Universitário, a Orquestra e o CORALUSP promoverão espetáculos e concertos públicos.

Artigo 171 — Responsabilidade pelos projetos:

§ 1.º — A coordenação cabe ao Conselho Departamental, Congregação e CEPE — neste caso poderá integrar a coordenação.

Assembléia Universitária

Artigo 216 — A Assembléia Universitária é constituída de todos os membros do Conselho Universitário, acrescido de: representantes das categorias docentes de cada Unidade nas seguintes proporções: 100% dos Professores Titulares e Adjuntos; 50% dos Professores Livre-Docentes; 30% dos Professores Doutores e Professores Assistentes; 10% dos Auxiliares de Ensino; representantes discentes de cada unidade, em número correspondente a um décimo da representação docente da unidade correspondente.

NOTA: Outros informes podem ser obtidos com a legislação interna de cada órgão.

Verbas: As verbas orçamentárias de alguns desses órgãos, nos exercícios de 1978 e 1979, foram as seguintes:

UNIDADE	1978	1979
REITORIA	443.249.500	654.863.200
COSEAS	40.009.200	50.415.100
CODAC	70.805.700	84.471.000
FUNDUSP	462.088.000	886.733.000

Nota: Maiores detalhes podem ser obtidos nas tabelas de alocação de recursos dentro da Reitoria, bem como as alocações de 1980, que não foram alteradas de forma significativa.

População USP

A USP tem a seguinte população:

— funcionários	—	8.500
— alunos	—	47.000
— professores	—	4.552
TOTAL		60.052,

sendo 32 mil alunos de graduação e cerca de 15 mil alunos de pós-graduação, com matrículas trancadas etc.

A população na CUASO é da ordem de 40 mil pessoas, sendo que, para o restante dos "campi", não foi possível obter dados.

Panorama geral

O Grupo de Trabalho não conseguiu conformidade na análise dos vários aspectos envolvidos no seu campo.

Assim, apresenta um panorama geral dos componentes da qualidade de vida e, com maior detalhe, um estudo sobre alimentação e fornecimento de alimentação. Não foi possível, dada a premência de tempo, levantar dados sobre plano diretor.

Assistência Médica

A assistência médica a cargo de órgãos da COSEAS tem tido ênfase na assistência aos alunos e está restrita aos da capital, de graduação e de pós-graduação, extensivo a seus dependentes, pois nos outros "campi" há diversidade na forma de atendimento. Na COSEAS, a Divisão de Saúde destina-se a prestar serviços à população universitária mas, considerando que professores e funcionários têm cobertura previdenciária (compulsório: IAMSPE ou INAMPS), esse atendimento tem sido praticamente ausente.

No entanto, é sabido que no interior o IAMSPE não trabalha com estabelecimentos próprios e sim por meio de convênios nos quais o servidor deve pagar uma parte do preço da consulta e, na capital, leva-se meses para conseguir consulta médica.

O ambulatório é razoável, mas só em São Paulo (CUASO), havendo muito poucos em outros "campi". Tem sido tentado, inutilmente, uniformizar critérios de atendimento médico. Aqui se verifica a mesma duplicidade de instituições legalmente encarregadas de dar assistência e a mesma descoordenação no acionamento dessas insti-

tuições e com outras que poderiam ser acionadas como, por exemplo, mediante convênios com as Secretarias da Saúde do Estado, ou do Município, com laboratórios.

As experiências isoladas, como São Carlos, mostram que a população USP não desenvolveu mecanismos adequados para pressionar a COSEAS no sentido de obter programas continuados e desenvolvidos com consenso dessa população e com critérios aceitos pela Saúde Pública.

Por exemplo, se os professores e funcionários *deveriam* (legalmente) ser atendidos pelo INAMPS e não o são — ou o são em diferentes qualidades e quantidade de serviços (só consulta com clínico geral, ou dentista, ambos pagos) —, deveria ser a COSEAS quem deveria cuidar dessa defasagem. Parece claro que se deveria sistematizar as ações de saúde e dar continuidade ao plano universitário de saúde e controles médicos, por meio de atuação preventiva.

Dentre as informações colhidas há, pelo menos, o caso de convênio — independente do COSEAS e do INAMPS — entre a diretoria da ASUSP e a CERIMED para prestação de Assistência Médico-Odontológica ao associado ou funcionário interessado nessa forma de assistência. Nesse caso, além dos claros inconvenientes dessa forma de compra de serviços médicos há também o duplo pagamento (um, compulsório; e o outro à CERIMED).

No eixo USP — Comunidade — USP coloca-se o equipamento público representado pelo Hospital Universitário — hospital escola destinado à área do Butantã — como recurso diferenciado. Outro recurso institucional na área é o Centro de Saúde do Butantã, abrangente à população USP.

Pode ser usado como exemplo o Centro de Saúde “Geraldo de Paula Souza”, da Faculdade de Saúde Pública, que atende funcionários docentes e não docentes, alunos e seus dependentes, inclusive as domésticas, com médico de plantão e retaguarda RX no HC.

Existem, ao que parece, inúmeros recursos dispersos e trabalhando sem muita articulação. Dessa forma, assim como professores e funcionários podem recorrer aos órgãos previdenciários, também boa parte dos alunos podem se valer dessas instituições na qualidade de contribuinte ou dependente.

Assim, por que não fazer convênios para que a USP seja ressarcida, mesmo que parcialmente, pelo atendimento dado aos segurados desses Institutos? Por que não fazer convênio com a Faculdade de Odontologia, Hospital Universitário, Laboratório de Análises Clínicas, Departamento de Produção Industrial da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Fundação de Remédio Popular (FURP), Instituto de Psicologia, Faculdade de Medicina, Instituto de Biociência, Biomédica, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia?

Moradia

Integrante da qualidade de vida da população USP, a moradia igualmente pode ter sua aquisição feita por meio da previdência próprio do servidor (IPESP) ou pelo Sistema Financeiro da Habitação, como qualquer cidadão. Desconhecemos como e onde estão morando os outros servidores. De concreto, temos a pesquisa Eva Blay. Mas é sabido que uma parte da população USP em São Paulo é favelada, integrando a parte da população favelada que é regularmente empregada, não sendo nem marginal nem migrante em fase de aculturação na grande cidade. Na favela São Remo, em terreno da USP, segundo Viotti, 40% são servidores USP.

Nesse caso, o problema é agravado por falhas na relação de emprego: por artifícios que visam burlar a lei, a força de trabalho é mantida sem vínculo previdenciário.

O deputado Fernando Moraes tem projeto de lei visando a aproveitar as heranças vacantes como recurso USP destinado à moradia de estudantes.

Creches

Conforme as últimas notícias que temos, foi aberta concorrência para prosseguir na construção do primeiro módulo para 50 crianças na faixa etária de 4 a 18 meses, provavelmente com recursos financeiros também para pessoal. Não está definida a população-cliente da creche, sendo oportuno e urgente forçar a discussão com as associações de alunos, funcionários e professores. O projeto, a longo prazo, prevê 5 módulos (cada um para 50 crianças) só na CUASO, nada havendo de previsão para as outras unidades universitárias.

O movimento para a construção da creche já tem mais de 10 anos. A construção foi iniciada na área defronte à Faculdade de Educação. A mesma, entretanto, está parada há meses. É preciso reativá-la, concluí-la e colocá-la em funcionamento.

Convém manter contato com a COSEAS para discutir os problemas e os critérios, pois certamente o número de pretendentes será maior do que a capacidade de atendimento.

Restaurantes e lanchonetes

O campus da CUASO tem um restaurante no CRUSP (fechado) mais três restaurantes e dezessete lanchonetes.

Uma pesquisa realizada pela Comissão de restaurante-lanchonete da IFUSP, em junho de 1980, apresenta as seguintes sugestões:

O restaurante-lanchonete deve ser gerido por um órgão da Universidade;

os salários dos funcionários do restaurante devem ser pagos pelo órgão da USP que irá gerir, sem incluir o seu custo no preço das refeições — pelo menos para estudantes e funcionários;

o restaurante e lanchonete não deverão ter lucros;

em qualquer caso, deverá haver uma Comissão de professores, funcionários e alunos indicados pela sua categoria para fiscalizar as atividades do restaurante-lanchonete;

a lanchonete precisaria ser ampliada, a fim de poder atender a um número maior de pessoas, mais eficientemente;

que a *Bierklause* cumpra o contrato até dezembro de 1980.

Há extrema diversidade quanto à forma de administração das lanchonetes, estando já algumas sendo administradas pelo DCE, com cardápios diferenciados.

Transporte solidário

Apesar de considerável melhoria, continuam as dificuldades de acesso, principalmente no período noturno. A Prefeitura da Cidade Universitária e o FUNDUSP estão fazendo estudos para melhorá-lo. Daí a oportunidade da ASUSP, ADUSP e DCE encaminharem sugestões a esses órgãos de planejamento e execução.

Além disso, por que não intensificar o transporte solidário entre os integrantes da comunidade universitária? Algumas pessoas já adotam essa prática. Vamos ampliá-la?

Sistema de comunicação nos "campi"

Parece que uma das maiores dificuldades existente nos "campi" da USP é o sistema de comunicação, não obstante a publicação do Mural da CODAC, USP-Informações, Jornal do Servidor da USP, Rádio da Universidade de São Paulo, TV Educativa etc., além das faixas afixadas em pontos estratégicos.

Uma das queixas manifestadas pelos alunos ingressantes é a falta de informações dos serviços existentes na Universidade, a forma de utilizá-los, comunicação de congressos e seminários, oportunidade de emprego, encontrar residências etc.

Diante desse quadro será de extrema importância que se estude um ou mais veículos de comunicação que atinja os integrantes da comunidade universitária. Quem sabe, cada unidade (ou nos ambientes de maior frequência) com aparelho de recepção e a Rádio colocando no ar horários destinados a USP, a emissora de TV com circuito fechado etc.



Lazer

Inúmeras atividades puderam ser estimuladas, possibilitando inclusive maior congraçamento na comunidade universitária.

Neste sentido lembramos o Coral, competições esportivas, concursos literários, cursos de línguas etc.

Com esse propósito poder-se-ia, por exemplo, fazer a apresentação do Coral, Orquestra Sinfônica da USP e exibição de audio-visuais da USP aos "calouros" e funcionários recém admitidos, a fim de facilitar a sua integração.

Não se poderia esquecer dos ex-alunos, que além de manter o seu vínculo afetivo com a USP, poderiam eventualmente ajudar os recém-formados na obtenção de emprego, concessão de bolsa de estudo, aconselhamento profissional etc.

Por que não fazer maior integração entre as atividades da CODAC, COSEAS, CEPEUSP e Emissora da USP?

Por que não estimular cursos e treinamentos para aperfeiçoamento de pessoal?

Alimentação nos "campi" da USP

O fornecimento de alimentação nos "campi" da USP, com maior ou menor intensidade, foi sempre problemático. As queixas dos usuá-

rios recaem constantemente na qualidade, quantidade, preço e na forma de atendimento. Entretanto, acredita-se que os dias atuais constituem-se a sua pior crise.

A questão da alimentação nos últimos anos vem sendo cuidada pela COSEAS e a exploração através de firmas concessionárias selecionadas através de licitação pública.

Existem nos "campi" da USP instalações físicas destinadas a restaurantes, bares e lanchonetes, sendo estas últimas subdivididas em categorias, conforme a área física disponível e se permite ou não cocção.

Os bares e lanchonetes são explorados por particulares, assim como os restaurantes. Estes, entretanto, já foram explorados em certas épocas diretamente pela USP.

Existem algumas lanchonetes que eram ou são exploradas pelos alunos, com maior ou menor sucesso.

É desnecessário dizer que a crise que atravessa deve-se, entre outras causas, à inflação e à falta de verba.

Nestas circunstâncias (e com o fechamento dos restaurantes do CRUSP, São Carlos, Ribeirão Preto e Piracicaba) vem crescendo, principalmente entre alunos e funcionários, o número de pessoas que recorrem à marmita, criando a figura do "bóia-fria" urbano.

Diante dessa situação, algumas sugestões podem ser apresentadas para posterior estudo e aprofundamento da alternativa considerada mais interessantes:

A — Exploração através de particulares.

Não há que se examinar muito a fundo esta alternativa, visto que é o sistema vigente.

Sua principal desvantagem é que, por princípio, a firma particular tem como objetivo primordial o lucro, que estaria englobado no preço final pago pelos usuários.

B — Exploração direta pela USP.

Este sistema, como já foi dito, existiu no passado com maior ou menor sucesso.

As dificuldades parecem residir fundamentalmente na contratação de pessoal, falta de agilidade e excesso do processo burocrático. Daí, o custo da refeição acaba se elevando a tal ponto que se diz com frequência que o Estado é mal administrador.

Além dos aspectos citados, para que este sistema funcione supõe-se um considerável subsídio por parte do Estado, hipótese pouco viável nos dias atuais.

C — Exploração através de cooperativa.

O cooperativismo não tem boa receptividade em nosso meio em virtude do desconhecimento e desvirtuamento de sua filosofia, falta de espírito associativo e sobretudo pela má administração.

Entretanto, o sistema é empregado com sucesso em quase todas as universidades japonesas, para exploração de restaurantes e abastecimento; com cooperativas centrais congregando as diversas cooperativas da cidade e uma federação nacional.

Este sistema funciona desde o período pós-guerra, quando os estudantes iniciaram a compra em comum de batatas para sua alimentação.

O sistema nunca foi aplicado na USP e eis aí uma razão para testá-lo, inicialmente numa unidade piloto e, se aprovado, ampliá-lo a todos os "campi".

A implantação não será fácil, pois supõe trabalho educativo e sobretudo evitar o paternalismo ou dependência à USP.

Entre as vantagens, destaca-se a eliminação do fator lucro, que se viesse a ocorrer (sobra) após o balanço anual, seria devolvida em forma de retorno. Além disso, a gestão é dos próprios interessados (alunos, professores e funcionários), que poderão fazê-la de forma mais racional e com a agilidade necessária. Ainda mais, a aquisição de gêneros em grande quantidade poderia ser feita diretamente a produtores e permitiria a abertura de uma cooperativa de consumo; articulação com o Centro de Zootecnia e Indústrias Pecuárias, da Faculdade de Medicina Veterinária da USP em Pirassununga, ESALQ etc.

A medida que se ampliasse o âmbito de ação, poder-se-ia adotar o sistema de cocção central e posto de distribuição em diversos pontos, com cardápio único por dia, variáveis por semana, dando maior racionalidade no atendimento.

Condições básicas para implantação

Divulgação contínua da doutrina cooperativista.

Quadro associativo composto de alunos, professores e funcionários para maior estabilidade ao empreendimento.

Participação efetiva dos associados, quer no Conselho de Administração ou no Conselho Fiscal.

Venda à vista, isto é, não permitir desconto em folha de pagamento, pois isto ocasionaria a descapitalização da cooperativa, além de dependência burocrática à USP.

D — Para os usuários de marmita.

Mesmo que o sistema cooperativo venha a funcionar a contento, existirão sempre (e a tendência é aumentar) as pessoas que farão uso

da marmita. Para estas, é preciso dotar as unidades de local adequado para esquentar e servir a marmita.

Considerações sobre a viabilidade do abastecimento de alimentos aos funcionários e estudantes dentro do campus da USP

A Universidade de São Paulo, na Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, é um mercado consumidor considerável, com cerca de 40.000 pessoas, dentro do campus da CUASO, e mais o contingente de seus dependentes.

O número e a forma de refeições diárias é variado: vai desde o bôia-fria até a refeição nas mediações da CUASO; isto poderia certamente melhorar se condições fossem oferecidas para tal.

É sabido que muitas pessoas trazem de casa um almoço leve ou lanche, e que outras ainda fazem refeições fora do campus, retornando após, com perda de tempo e despesas desnecessárias. E isto somente porque não encontram condições de fazerem refeições dentro do campus.

As refeições dentro do campus são elaboradas por restaurantes e lanchonetes, sem contar com as que são trazidas de fora (domicílios e comerciais estranhos ao campus). De qualquer modo, o número de refeições é suficiente para justificar uma aquisição econômica de matéria prima em atacadistas e/ou produtores diretamente, principalmente quando se discute o barateamento do preço de refeições elaboradas dentro do campus. Um outro aspecto a se considerar é o abastecimento domiciliar dos freqüentadores do campus. Este abastecimento obriga a uma organização de vendas tipo varejo, mais complexa e onerosa. Uma cooperativa de consumo poderá resolver a questão, adquirindo e distribuindo os produtos diretamente das fontes já mencionadas.

No entanto, é preciso organizar e pôr em funcionamento a cooperativa, com evidente ônus de estrutura e de manutenção, incluindo as pessoas que deverão se dedicar integralmente a esse trabalho. Outras modalidades podem ser aventadas, dentre as quais sobressai a de oferecer condições para os próprios produtores trazerem e comercializarem seus produtos, às suas expensas. Para isso, seria necessário uma simplificação burocrática e fiscal-tributária, com o endosso da USP; um local para estoque e exposição dos produtos em ponto adequado (por exemplo, num dos edifícios inacabados do CRUSP ou em frente ao BANESPA, ponto obrigatório de convergência de todos os funcionários); instalação de um ramal telefônico para comunicação interna no campus e possivelmente mais algumas pequenas concessões que no momento surgirão. Por outro lado, deverá haver uma fisca-

lização direta pela USP ou por instituições credenciadas, como a ADUSP e/ou ASUSP. Quanto ao preço dos produtos, seriam os médios do CEAGESP para os restaurantes e lanchonetes, em razão de baixas despesas entre a fonte produtora e a fonte consumidora; e inferiores aos preços médios de feira e/ou mercados — no mínimo 20% abaixo — em face das despesas do comércio varejista, entregas, embalagens e todas as despesas inerentes. A fiscalização deve ainda, e talvez prioritariamente, incidir sobre a qualidade do produto, do ponto de vista sanitário. É sabido que defensivos nocivos são largamente usados pela maioria dos produtores; semelhantemente, são usados conservadores para preservarem alimentos, incluindo frescos como as verduras e legumes. Portanto, uma seleção de produtores idôneos e de conhecimentos sanitários básicos deve ser feita rigorosamente, e mesmo assim, análises regulares devem ser feitas nos produtos que entram no campus. Isto é fácil, porque a USP possui técnicos e laboratórios aparelhados para esse fim.

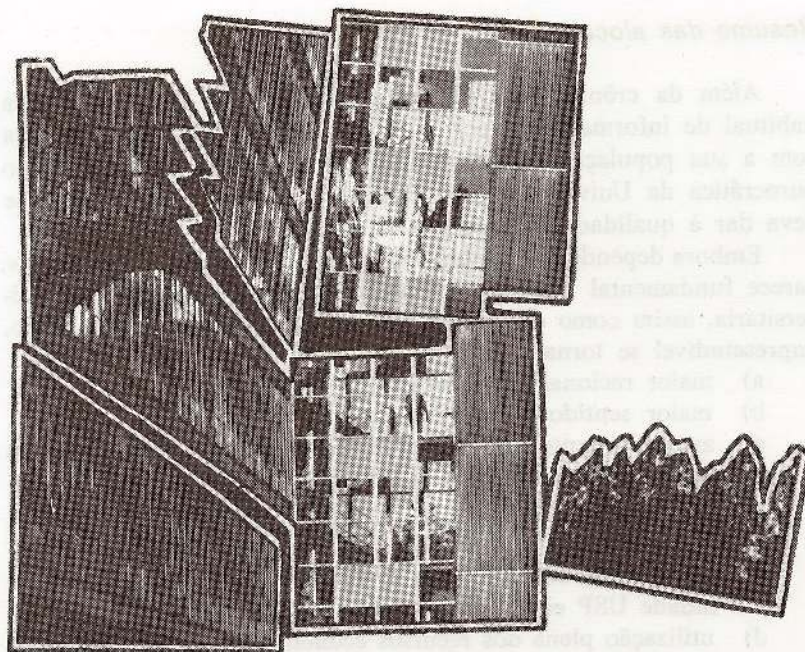
Uma organização de vendas de alimentos dentro do campus é uma prestação de serviço a uma coletividade considerável, resultando em benefício para a própria USP, que terá mais tempo dedicado ao trabalho pelos seus servidores, que poderão comprar dentro do campus até por telefone e receber a mercadoria em seu local de trabalho ou de passagem pelo posto de venda. O funcionamento do posto poderá ser em todo o horário de trabalho dentro do campus.

Uma vasta lista de alimentos poderá ser oferecida para o consumo. Para simplificação, uma relação por categorias foi elaborada após consultas feitas entre produtores:

- a) verduras, legumes, frutos e cereais frescos;
- b) os mesmos, semi-industrializados e industrializados;
- c) aves e ovos frescos;
- d) laticínios frescos e semi-industrializados;
- e) carnes e derivados frescos;
- f) os mesmos, semi-industrializados e industrializados.

Uma vez iniciada a venda pelos produtores, outras modalidades poderão ser implantadas como, por exemplo, a produção pela própria USP: a Universidade possui fazendas e organizações aptas a produzirem alimentos. Projetos poderão ser elaborados com esse fim e alunos de graduação e pós-graduação, desde que seja pertinente aos seus campos de estudos, poderão trabalhar no projeto. Assim, o sistema evoluirá gradativamente, ampliando e melhorando o fornecimento e barateamento de alimentos.

A concorrência, se chegar a existir, só será benéfica para as três partes: produtores estranhos à USP, produtores da USP e consumidores. Não podemos esquecer que existe em Campinas uma Fa-



culdade que se dedica a estudos de alimentos e de nutrição e que ampliará seu campo de atuação.

Comercialmente, a eliminação dos intermediários redundará em barateamento imediato para o consumidor e aumento de lucros ou diminuição de prejuízos para os produtores, ambos explorados por eles e pelos atravessadores. Devido à amplitude do mercado consumidor, não haverá certamente uma concorrência excludente dos competidores; ao contrário, provavelmente haverá uma atuação conjunta, planificada e por isso mesmo, salutar.

A refeição subsidiada vem trazer, nesse panorama, um reforço da dependência da USP para com o Governo do Estado e para com o estilo de Governo do seu ocupante eventual. Cuidados especiais precisam ser tomados para evitar que o subsídio, se indiscriminado, possa vir a causar uma divisão injusta na alocação de verbas dentro da USP e uma bitributação social, já que não só o ensino será diretamente pago (é gratuito para o aluno, não para a sociedade) mas também a alimentação da população USP.

A refeição subsidiada. Uma forma de conseguir que o benefício pleiteado pelos alunos, em âmbito nacional, de subsídio para refeição na base de 75%, não reforce o estilo de gestão da USP e do Governo do Estado nos orçamentos públicos, seria conseguir e utilizar o subsídio, de forma global, como receita e por intermédio da cooperativa.

Resumo das alocações

Além da crônica falta de verbas alocadas à USP e da falta habitual de informações a partir dos órgãos diretivos da USP para com a sua população, parece nítido que há falhas na organização burocrática da Universidade, no que se refere ao atendimento que deva dar à qualidade de vida de sua população.

Embora dependendo fundamentalmente de recursos para obtê-los, parece fundamental maior entrosamento dentro da comunidade universitária, assim como desta com a sociedade em geral. Para tanto, imprescindível se torna:

- a) maior racionalidade dentro dos "campi";
- b) maior sentido de cooperação;
- c) aproveitamento dos recursos disponíveis na USP, seja em capacidade instalada, seja financeiro, dando-lhes maior rentabilidade; é sabido que a gestão dos recursos próprios, tipo Fazenda Bananal (pela ASUSP) ou colocados pela USP para serem utilizados por qualquer das entidades da comunidade USP está a exigir melhoria;
- d) utilização plena dos recursos econômicos, como no caso das heranças vacantes e legados.

Proposições

— Definição do novo desenho institucional USP com serviços à comunidade co-geridos com ASUSP-ADUSP-DCE e participação da população USP nos colegiados.

— Melhor desempenho da administração USP, com aproveitamento pleno do patrimônio econômico-financeiro.

— Formação de cooperativa para cuidar, inicialmente, de alimentos.

5. Ensino público e gratuito*

Coordenação: *Paulo Kliass (DCE)*

Convidados:

Paulo de Tarso Santos (Ex-ministro da Educação, Gov. João Poulart)

Guiomar Mello (PUC-SP)

André Franco Montoro Filho (USP)

José Carlos Melchior (USP)

Irma Passoni (Deputada Estadual)

* Transcrição da Mesa-redonda, sem revisão dos participantes.

Paulo de Tarso Santos

O meu primeiro ponto seria o seguinte:

Existe uma racionalidade formal na Educação, que seria aquela preocupada com o aspecto de metodologia, com o aspecto de eficácia do funcionamento da Educação e sobretudo, a nível das Escolas, a nível das Universidades, a nível de um contato entre o educador e o educando. É uma racionalidade que procura tornar a Educação mais eficiente, como um instrumento de comunicação e cultura.

Mas a par dessa racionalidade — formal — foi-se gerando, pouco a pouco, um conceito — que eu creio que tenha como primeiro patrono um educador argentino — que se chama de “racionalidade substantiva”, ou seja:

Em vez de se preocupar com a maior eficiência das relações do educador com o educando, dos educadores com os educandos, o que se busca, em primeiro lugar, é conceder toda a prioridade às relações (ou às inter-relações) entre a Educação e a Sociedade. Então, desvia-se o foco do problema, desvia-se a ênfase, para as inter-relações entre a Escola e a Sociedade.

Está claro que isto implica em dizer que muitos dos analistas da Educação são chamados a definir o papel que ela deve cumprir numa estratégia de desenvolvimento. Não é o momento de analisar os vários porquês desse desenvolvimento, mas em duas palavras pode-se dizer que, para alguns, esse desenvolvimento é apenas modernização tecnológica, sem nenhuma alteração na estrutura docente.

Para outros, modernização tecnológica, com algumas pequenas reformas, que não alteram a estrutura social; apenas modificam detalhes do seu funcionamento.

Finalmente uma terceira, um terceiro modelo, que é chamado “estruturalista” — e que tem hoje um alto patrocínio da própria ONU — segundo o qual “o desenvolvimento seria um processo de transformação tanto das instituições quanto da estrutura social”, considerada como *estrutura* a maneira como está organizada, como estão organizadas as relações de produção, e como está organizada a sociedade.

Como alternativa existiria a visão daqueles que crêem que as Universidade — e, não especificando, a Educação de modo geral — devem funcionar como agentes de conformismo para a estrutura social, para que ela não mude.

O MOBREAL foi organizado para que não houvesse mudanças de estruturas sociais no Brasil. O MOBREAL é um instrumento de alfabetização para que não haja conscientização. E por isso tem todo o financiamento do mundo. Por parte do orçamento da União (que nós vamos ver dentro em pouco e que é uma tragédia), de 1967 para cá *nunca faltou* recursos para o MOBREAL! Por que? Porque o

MOBRAL funciona como agente do conformismo; então, financiam o MOBRAL.

Quem quiser, portanto, estudar o problema do Ensino oficial e gratuito — e o Ensino e a Educação em geral — tem que analisar o problema da Educação com a Sociedade. Para ver que tipo de prioridade esta dá à Educação.

Se a prioridade é adequada, os recursos não faltarão. Isto pediria uma alteração tributária. Mas este é problema para especialistas, se houver decisão política por detrás.

Se a idéia da sociedade é de que a Escola deve apenas funcionar como agência do conformismo social, está claro que vão falar recursos sobretudo naqueles níveis de ensino — 1.º e 2.º graus — que abrangem as camadas mais baixas. Porque aí estão as forças potenciais que no conflito social poderão pressionar no sentido da transformação.

Para ilustrar isso eu trago o seguinte exemplo: na Constituição Brasileira de 1946, o Artigo 169 — que estava em vigor quando eu fui ministro — dizia o seguinte: “Anualmente a União aplicará nunca menos de 10%; e os Estados e o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de 20% da renda, resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do Ensino”. Portanto: em 1946, pela Constituição, a União devia gastar 10% da sua receita tributária em Educação; e os Estados e os Municípios 20%.

Veio a Lei 5.692, que modificou a lei que fixa diretrizes e bases para o Ensino, que diz no seu Artigo 41: “A Educação constitui dever da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios; das Empresas, da Família e da Comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la”.

Eu acho que, em termos de discurso, é possível até concordar com essa formulação. O discurso oficial, de 64 para cá, não foi sempre mau. As vezes foi bastante bom. Depois que o Ministro Portela assumiu o Ministério, melhorou de categoria o discurso oficial.

Ocorre que política não se faz com discurso: política se faz na prática, política se faz com ação. E o que ocorreu depois dessa declaração de intenções, que está no Artigo 41 da Lei de Diretrizes e Bases? Ocorreu que a Constituição de 67 *suprimiu* o vínculo de 10% do orçamento da União para a Educação. E o professor Melchior (que vai falar depois de mim) em artigo que publicou para a Comissão de Educação do Senado, inclui dados que eu estive Melchior (que vai falar depois de mim), em artigo que publicou para a Comissão de Educação do Senado, incluiu dados mostrando que, depois de 67, a percentagem de gastos da União com a Educação caiu de maneira fragorosa!

Em 67 foram gastos 11,8%; (no ano em que eu estava no Ministério, em 1962, foram gastos 11,6%). Em 67 começou a cair: em 68; 8,3%; em 69, 8,0%; em 70, 7,3% e em 77, 7,0%!

E neste ano (1980) o nosso Ministro da Educação, oficialmente, proclamou que o orçamento da Educação representava 4,6% do orçamento da União. Portanto, de 1966 para cá o orçamento da Educação cresceu como rabo de cavalo: para baixo.

Está claro que esta não vinculação de recursos orçamentários à Educação deu no que o Prof. Melchior indicou: uma queda de 11,8% — acima, portanto, do vínculo de 10% — para os 4,6% deste ano. Será que a União não pode gastar mais em Educação ou esse é um problema de prioridades?

Eu trago um exemplar do exterior, citando aqui um estudo do professor Lauro de Oliveira Lima: "A França (que tem, está claro, um orçamento muito maior que o do Brasil) investe 37% em Educação enquanto nós investimos 4,6%, sendo que 20% em Educação geral e 17% nas Universidades. O Brasil gasta 4,6%, dos quais, segundo o professor Lauro, "80% em Ensino superior". Por que 80% em Ensino Superior?

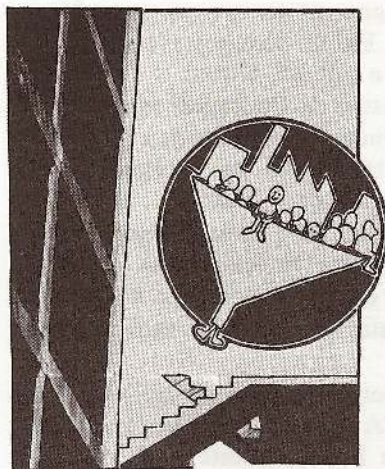
Porque Ensino Superior deveria ser aquele que estaria preparando as elites dirigentes do país. Como se privatizou o Ensino Superior, carrear recursos para ele era como levar água para o moinho do conformismo social.

Então, dos 4,6%, oitenta por cento foram destinados ao Ensino Superior, sendo que se disse concretamente, nesta lei que eu citei, se disse textualmente: gastar os 20%. Por que?

Por que a Lei de Diretrizes e Bases não só obriga o Município a gastar 20% como diz o seguinte, no seu artigo 59: "Aos Municípios que não aplicarem, em cada ano, pelo menos 20% da receita tributária municipal no Ensino de 1.º grau, aplicar-se-á o disposto no Artigo 15, parágrafo 3.º, alínea f, da Constituição". E eu fui ver isso, o que era isso. Perdi a preguiça e fui ver. Sabem o que é? É intervenção do Estado no Município! Ou seja: se o Município não gastar pelo menos 20% da sua receita no Ensino de 1.º grau, o Estado pode intervir no Município.

E o prof. Melchior mostra que esta intervenção não vai ocorrer porque o único que está cumprindo isso tudo é o Município. Por transferência de recursos federais. Ele fornece dados que permitem afirmar que os municípios das capitais estão aplicando mais de 50% da sua receita global em Educação. E há municípios que estão aplicando mais que isso.

Aí eu fui à Constituição do Estado de São Paulo e a Constituição do Estado de São Paulo diz o seguinte, no Artigo 126: "O Estado aplicará, anualmente, nunca menos de 20% da renda dos impostos à manutenção e desenvolvimento do Ensino".



Portanto, o Estado de São Paulo, na sua Constituição Estadual, fixou 20% da sua receita para a Educação; e está gastando com todo o povo, e com toda a propaganda, com toda a televisão, este ano (1980), dizem — porque orçamento é apenas uma declaração de intenção — e eu quero ver o preto no branco, eu quero ver é o balanço depois. Porque essa história de pôr lançamento... O professor mostrou como eles põem, no lançamento, verbas de outros Ministérios para suprir a falta na Educação, inclusive põem Ciência e Tecnologia em Educação, que é para poder dizer que estão gastando mais. Pois bem, eles dizem que vão gastar este ano 13,6% e que isso é um aumento extraordinário, porque o Governo tem uma sensibilidade social fora de série pela Educação. Pela Constituição Estadual, eles estão bem abaixo do limite de 20%.

E eu ainda digo o seguinte: se a União gastasse 10%, se o Município continuasse gastando o que está gastando, se o Estado gastasse 20%, boa parte do nosso problema estaria encaminhada, se não resolvida. Porque o volume de recursos para a Educação cresceria muito. Por que não cresceu tanto? Porque a Educação não é prioritária no atual sistema político brasileiro. A Educação deixou de ser prioritária; nunca foi prioritária a partir de 64. Eu perguntaria o seguinte: A quem ocorreria discutir o financiamento da segurança nacional? Quem discutiria a necessidade de verba para a escola preparatória de cadetes? Das Agulhas Negras? Quem discutiria a necessidade de um imposto único, como o senador Passarinho sugeriu para a Educação, para financiar as Forças Armadas? Eu próprio diria que era um absurdo.

Eu acho que uma Nação deve financiar suas Forças Armadas. Mas aí nós estamos no terreno prioritário. Ninguém pede ao soldado

que pague o seu estudo. Ninguém pede ao cadete que pague o seu estudo. Ao contrário, ele recebe um pequeno soldo. (Pelo menos eu, quando fiz o CPOR, me deram lá um dinheirinho; além de calçados, os uniformes, me deram um dinheirinho lá, também). E eu acho que a Nação deve financiar as suas Forças Armadas. Eu não estou criticando, vejam bem, eu não estou criticando o fato de que as Forças Armadas sejam financiadas pelo orçamento da União.

Eu não estou criticando, nem mesmo, que a Segurança Nacional seja financiada. O que eu quero é que se dê à Educação prioridade suficiente para que ela também possa se manter.

Por que eu só discuto financiamento para a Educação e não discuto financiamento para Forças Armadas, e não discuto financiamento para Segurança Pública?

Porque a Educação não é prioritária. Então meu primeiro ponto seria este: a luta é para que a Educação seja prioritária. Não é fácil a luta, pois não coincide a visão que as várias forças sociais têm da Educação.

E essas forças sociais estão em conflito. Nós sabemos que o país atravessa um período de transição. Alguns querem a transformação social. Então é preciso que as forças que respaldam essa transformação social (e que sabem o papel que a Educação joga nisso, sem mitificar esse papel. Nós sabemos que a Educação não tem nenhum poder mágico: se não houver uma alteração nas relações de produção, se não houver uma alteração na economia e distribuição de rendas, a Educação não dá para fazer mágica. Ela vai ajudar a transformar. A luta pela transformação social se dá em várias frentes: uma delas é a Educação) se organizem para pressionar o Governo. Como fazem as outras forças sociais, no sentido de que a Educação tenha a prioridade que deve ter, num país que pretende ser uma nação emergente; e que amanhã quer até assumir o papel de grande potência. Eu não vejo como o Brasil pode pensar nisso sem dar à Educação maior prioridade.

Eu costumo dizer que para o desenvolvimento há três fatores: o elemento financeiro que é a poupança, a riqueza produzida e que não se consome, e se guarda para produzir outros bens. Esse recurso financeiro é possível vir de outros países. Se o Brasil não tem, vem de outros países e a gente paga um preço por isso. Às vezes muito elevado, mas é possível importar poupança de outros países, importar capital de outros países.

O segundo elemento seria o elemento natural, as matérias-primas; se o Brasil não tem matérias-primas, também pode importar de outros países — importa cobre, por exemplo, do Chile, da Zâmbia.

E o terceiro elemento é o que impropriamente chamamos de recursos humanos, elemento *povo*. Este não dá para importar! E não dá para trocar. Nós podemos trocar o povo do Brasil pelo povo da

Austrália, do Canadá. Nós temos que desenvolver o país é com esse povo mesmo. E eu digo, já disse e vou repetir: Graças a Deus que é com esse povo mesmo. É um povo que tem todas as condições para desenvolver esse país. Inclusive paciência... mas, se a Educação não tiver prioridade, nós ficaremos por discutir o problema da sua visão conceitual. O segundo ponto seria — em consequência da própria prioridade dada à Educação — voltar às receitas tributárias vinculadas à Educação.

Eu não fiz as contas mas se vierem 15% do orçamento da União para a Educação, num instante que ela está gastando 4,6%, nós vamos ter mais de *três vezes* o que a União gasta anualmente. Então está claro que os problemas serão minorados.

O Ensino oficial, sem dúvida, deve ser gratuito. Agora, é curioso que a lei diga que devem ser gratuitos o Ensino de 1.º e 2.º graus. Por que exatamente são esses dois graus que ela define? Ela nunca cuidou do Ensino primário. Nunca houve no Ministério da Educação um departamento de Ensino Primário. Porque é do Município. E o Ensino Médio costumava ser do Estado, na época em que se chamava de Ensino Médio. Então o Ensino de 1.º e 2.º graus é tarefa para Município e Estado.

Quando a União diz que o Ensino do 1.º e 2.º graus é obrigatório, é gratuito, ela está pondo obrigação para o Município e para o Estado. E o coitado do Município fica com 3% do que é arrecadado no seu Território. Ou em torno disso. Ou seja, o Município arrecada uma ninharia e ainda assim mantém um Ensino que, bem ou mal, está aí. O ideal seria que a alfabetização também fosse em nível Municipal, pois nos outros países é isso que ocorre.

Agora, é curioso, porque quando se fala de distribuição de renda, menciona-se a saúde, mencionam-se os serviços públicos como distribuição indireta de renda. E costuma-se mencionar a merenda escolar como distribuição indireta de renda. Os números são estarrecedores: parece que há 25 milhões de alunos que dependem desta merenda escolar.

Em que país nós estamos vivendo? Como está a distribuição de renda no Brasil? Estes 25 milhões de alunos, como diz o professor Lauro de Oliveira, são os únicos estudantes do mundo inteiro que não devem gostar de férias, nem de feriado. Férias e feriado são dias de passar fome. Dá-se a merenda na escola exatamente porque a distribuição de renda é tal, que não há alimentação em casa. Portanto, para esses alunos o dia que não tem aula é dia que não tem comida. É isso que se apresenta como extraordinário, o fato de 25 milhões de alunos dependerem da merenda escolar, essa é a prova mais cabal de que a distribuição de renda está absolutamente distorcida no país: uma quarta parte da nossa população está

dependendo, estaria dependendo (se esse número fosse verdadeiro, se ele for verdadeiro) dessa receita para se alimentar.

O último ponto que eu mencionaria é que se deveria deixar ao Município o Ensino do 1.º grau, incluída a alfabetização. Portanto, o MOBREAL que me desculpe, mas a alfabetização deveria ser municipal no Brasil, pois sabe-se que, a nível municipal, há voluntários em muito maior número. (O MOBREAL tem em torno de 100 mil alfabetizadores no Brasil, segundo estatística do ensaio do Prof. Oliveira Lima). No Município o que se sabe é que, como as relações sociais são mais estreitas, sob a própria circunstância da vida municipal o voluntariado é muito mais fácil.

Então, o ensino elementar deveria ficar com o Município e a alfabetização também. E, através de uma reforma tributária, o Município deveria receber uma porcentagem maior dos tributos que arrecada, para poder ter meios de tornar esse ensino realmente gratuito.

E que o Ensino Médio que fique com o Estado parece também razoável, porque o Estado tem condições para financiar o ensino grátis. Que a União tenha recursos para manter as suas Universidades e que não esbanje esses recursos apenas em empresas comerciais de ensino. E saiba como gastar esses recursos.

Em suma: eu acho que se a prioridade for adequada os recursos aparecerão. E o Ensino poderá realmente ser público e gratuito.

Guimomar Mello

Eu tenho a impressão que a questão do Ensino público e gratuito poderia se misturar um pouco na memória com o que foi a campanha pela escola pública por volta de 61, 62.

O conteúdo daquela campanha produziu basicamente uma idéia que o Estado liberal, um Estado cujo conteúdo estaria acima dos interesses econômicos e sociais, se faria mediador das lutas sociais e, então, poderia ser ele — o mediador — quem ofereceria esta escola pública gratuita. Eu acho que hoje, no nosso momento político, ainda que seja importante a bandeira do Ensino público e gratuito, é preciso circunstanciar e historicizar mais esta colocação. Inclusive porque, depois de 64, o processo não só econômico como político que o país passou já tornou bastante evidente qual o conteúdo desse Estado e a que ele vem.

Já não é mais suficiente, do meu ponto de vista, se pensar numa Escola pública. Eu acho que é importante se pensar numa escola pública, mas numa escola sobre a qual o conjunto da sociedade possa exercer o seu controle. As minhas colocações se ligam basicamente ao Ensino de 1.º grau. Eu, como pedagoga e como pessoa voltada para a problemática do Ensino de 1.º grau, gostaria de levantar — ou

de propor — algumas questões que podem circunstanciar melhor a bandeira em defesa do Ensino público e gratuito. E talvez possam atualizar mais essa palavra de ordem e sugerir melhores formas de ação para nós.

Em primeiro lugar, quando se fala em Ensino público e gratuito, é importante perguntar para quem. Para quem o ensino será de graça? Ou seja, quem são as pessoas que não pagarão diretamente no guichê? Porque todos pagamos (só que alguns pagariam diretamente no guichê e outros não), é importante então perguntar para quem é o Ensino público e gratuito?

Conseqüentemente, a questão da Escola pública e gratuita não pode ser desvinculada da questão da democratização da Educação, em todos os seus escalões, em todos seus graus e níveis e em todas as suas formas escolares e institucionalizadas, e até mesmo nas formas não escolares.

Por outro lado, a questão da democratização da Educação, no seu conjunto, passará necessariamente pelo problema da democratização da própria sociedade. Então, me parece muito importante a pergunta: Para quem? A favor de quem se pensa uma Escola pública e gratuita?

A meu ver, não se pode desvincular a idéia do Ensino pago ou a defesa do Ensino gratuito, tal como elas vêm sendo feitas no âmbito da Universidade, dos problemas básicos e estruturais que se dão ao nível do 1.º grau. Por que é aí que nós vamos descobrir para quem nós queremos a Escola pública e gratuita.

Vejamos: desde 1942, neste país, de cada 1000 crianças que entraram na 1.ª série do 1.º grau apenas 400 são aprovadas para a 2.ª série do 1.º grau! Seiscentas ficam no caminho. Dessas que ingressaram, apenas 20% chegam ao 2.º grau.

Portanto, não dá para se pensar em Ensino público em qualquer nível e, principalmente ao nível da Universidade, sem perguntar *quem* está chegando à Universidade, *como* está chegando à Universidade? Qual é a origem? Qual é o extrato? Qual é a representatividade social dessa população que está chegando à Universidade?

Então, é a nível do ensino de 1.º grau pelo qual necessariamente deverá passar a preocupação, inclusive a preocupação da Universidade. Porque é mais fácil a um Estado — sem mudar a estrutura da sociedade, sem abrir um processo de democratização — dar uma Universidade gratuita à uma elite, minoritária. Não é difícil ao Estado fazer isto. O complicado é abrir o espaço político que permita a democratização do conjunto da sociedade, e coloque em questão o conteúdo do Estado. E é por aí que se resolveria o problema do Ensino público e gratuito, em qualquer nível.

Eu vejo dois tipos de problemas, a nível do Ensino de 1.º grau, que questionaram ou pelo menos que historicizam a questão do ensino público no âmbito da Universidade.

O primeiro deles é ainda um problema básico de déficit quantitativo. O II Plano Nacional de Desenvolvimento previa que para o fim da década de 1970 (portanto 79, 80, exatamente o ano que nós estamos vivendo) o país já deveria ter escolarizado pelo menos 90% das suas crianças. As últimas estatísticas indicam que sequer 70% das crianças, do conjunto do país, estão na escola. Essas crianças estão na idade de serem escolarizadas, a nível de 1.º grau (ou seja, a população de 7 a 14 anos): pela última pesquisa nacional de amostra por domicílios, que nos trouxe dados de 76, 77, o país possuía uma população de cerca de vinte e poucos milhões de crianças de 7 a 14 anos, das quais 13 milhões estavam na escola e 7, em números redondos, estavam fora.

Essa estatística, se comparada com o número de crianças de 10 a 14 anos que estão no mercado de trabalho, torna bastante claro que o grande problema do ensino de 1.º grau ainda é o problema da evasão, para que a criança possa trabalhar, para ajudar a aumentar a renda familiar. É o problema também da oferta, já que essas estatísticas globais são extremamente diferenciadas por região. Nós poderíamos dizer que São Paulo atinge um nível bastante satisfatório no atendimento das Escolas da população de 7 a 14 anos, no oferecimento de escolas de 1.º grau. Lá no Nordeste, principalmente na zona rural do Nordeste, as estatísticas mostram apenas trinta e poucos por cento de suas crianças na escola, comparado aos 85 a 86% de São Paulo.

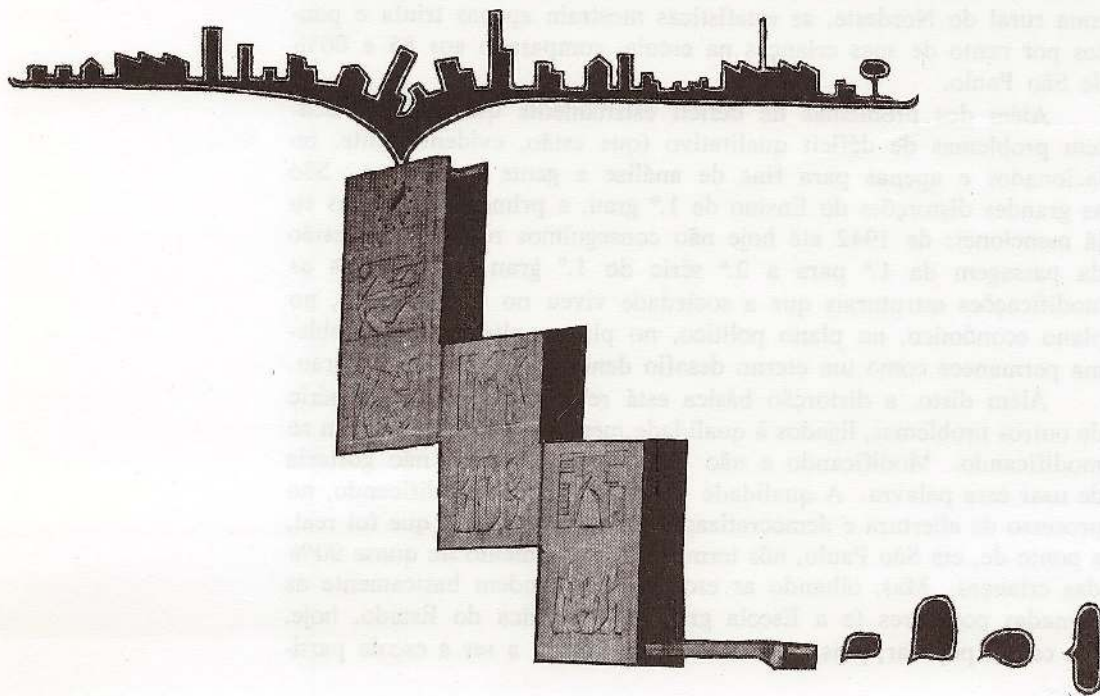
Além dos problemas de déficit estritamente quantitativo, existem problemas de déficit qualitativo (que estão, evidentemente, relacionados e apenas para fins de análise a gente os separa). São as grandes distorções do Ensino de 1.º grau, a primeira das quais eu já mencionei: de 1942 até hoje não conseguimos resolver a questão da passagem da 1.ª para a 2.ª série do 1.º grau. Com todas as modificações estruturais que a sociedade viveu no seu conjunto, no plano econômico, no plano político, no plano cultural, este problema permanece como um eterno desafio dentro da escola de 1.º grau.

Além disto, a distorção básica está relacionada com uma série de outros problemas, ligados à qualidade mesma do ensino que vem se modificando. Modificando e não deteriorando, porque não gostaria de usar essa palavra. A qualidade do ensino vem se modificando, no processo de abertura e democratização de oportunidades, que foi real, a ponto de, em São Paulo, nós termos um atendimento de quase 90% das crianças. Mas, olhando as escolas que atendem basicamente as camadas populares (e a Escola gratuita e pública do Estado, hoje, é a escola popular, pois a escola de elite passou a ser a escola parti-

cular), as distorções são bastante significativas. Não só a nível da eficiência do ensino propriamente dito, da relação educador-educando, observa-se um enorme desperdício, inclusive dos próprios recursos investidos; além disso, nota-se um total descaso do poder público quanto ao tipo de educação, ao conteúdo de educação, à quantidade de educação que está sendo dada às crianças das camadas populares.

Isto torna a repor a questão: não basta que o Estado dê escola, não basta a reivindicação de que a escola seja pública e gratuita, é preciso que o Estado esteja em questão. Que a sociedade coloque em questão quem tem legitimidade para dizer que Ensino queremos, com que qualidade e com que quantidade.

Neste sentido, no momento que o país vive — que é um momento de busca, de tentar encontrar espaços de participação — eu vejo a área da Educação, no seu conjunto (da Educação do 1.º grau, dentro da minha experiência) como uma área de ação política extremamente importante. Seja no sentido de que a sociedade possa exercer algum controle (e aumentar paulatinamente este controle) sobre o tipo de educação que está sendo dado a seus filhos, seja em termos da reivindicação de mais escolas, melhores escolas, jornadas escolares mais prolongadas, assistência em termos de material, em termos de uniforme, em termos de qualidade e de uma série de outros aspectos relacionados ao funcionamento e à própria estrutura da Escola de



1.º grau. Se for possível (através de um controle maior da sociedade, que evidentemente passa pelo próprio processo de democratização do conjunto da Nação) exercer este tipo de influência sobre a escola de 1.º grau, a colocação do ensino pago ou gratuito, a nível de Universidade, muda de conteúdo, na medida em que poderá mudar de conteúdo a própria aspiração daqueles que estão indo para a Universidade.

Eu não me coloco abstratamente contra ou a favor de um princípio, sem saber a quem ele serve, como ele serve e quando ele está servindo isso.

Acho muito importante nós levarmos em conta: não basta ser público. É preciso que, além de público, não seja tutelado; ou seja, é preciso saber quem tem legitimidade para dizer qual a educação que nós queremos.

Por fim, a questão que eu deixaria para debater — não apenas dentro do Ensino de 1.º grau (que é a minha experiência) mas da Universidade no seu conjunto — é a seguinte: Até hoje quem teve legitimidade para falar sobre a Educação foi a burocracia estatal. É dela que nós estamos pedindo uma Escola gratuita?

Até hoje quem teve legitimidade para falar sobre a Educação não foram aqueles diretamente envolvidos no seu processo, ou seja, o aluno e o educador. E vou mais além: quem deve dizer ao educador aquilo que ele deve dizer sobre a Educação? Quem educa o educador? Quem forma o professor, se não o conjunto da sociedade?

E para isto é necessário que esse conjunto dessa sociedade, através dos seus partidos, dos seus sindicatos, participe, intervenha nesse debate.

André Franco Montoro Filho

Eu vou procurar desenvolver alguns pontos a respeito do tema "Ensino Pago ou Não", ou "Ensino Gratuito". Mais sobre o aspecto econômico e do financiamento à educação, já que esta é a minha especialidade. Evidentemente não é isso que esgota o assunto, nem eu tenho a pretensão que seja o aspecto mais importante. No entanto, é a minha formação e aquilo que eu posso contribuir para esse debate.

Do ponto de vista que interessa mais para essa minha exposição, o argumento básico que é utilizado em defesa do Ensino pago é que não é justo — ou não seria justo — que o rico não pagasse pela sua educação. Pelo contrário, seria um critério de justiça que o rico pagasse pelo seu ensino.

E, se os ricos pagassem, o dinheiro que sobrasse seria melhor aplicado em outras áreas, com maior benefício social. Esse me parece ser o argumento central daqueles que defendem o ensino pago. Mas esse argumento é falso e falacioso!

Sem dúvida é necessária a discussão das prioridades orçamentárias, que por sinal, no meu modo de ver, estão completamente invertidas. Mas essa discussão de prioridades orçamentárias (dentro das quais eu quero pensar), quanto que há para a Educação e para o Ministério da Educação e quanto que o Estado deverá dedicar ao Ensino superior, ao lado de outras áreas como Saúde, Saneamento e outras áreas de direito social, essa discussão, que é necessária, indispensável — e que infelizmente não tem se realizado — absolutamente não indica que o Ensino deva ser pago.

Se existem prioridades podemos discutir as prioridades. Mas entre essas prioridades — eu acredito ser de consenso — que a Educação é uma alta prioridade. E esse argumento de que o rico deve pagar pelo seu ensino é falacioso por uma série de razões.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer o óbvio. Alguém paga pelo Ensino, pela Educação. Recursos são utilizados, professores são pagos, material de consumo é utilizado, de forma que exige utilização de recursos e exige um pagamento do ensino. Alguém está pagando por este ensino (qualquer que seja a medida), está utilizando recursos e, portanto, estará sendo pago.

O problema, a questão que deve se colocar é: Quem paga? Já que alguém tem que pagar. De que forma esse pagamento deve ser feito? Existem duas formas possíveis para efetuar esse pagamento.

Primeiro, não só no caso da Educação, mas para qualquer tipo de atividade, qualquer bem ou serviço, pode existir o pagamento direto. Ou seja, o próprio interessado, o próprio contribuidor, ele mesmo paga. Segundo, o pagamento indireto, realizado através de impostos.

Se o sistema tributário, ou seja, se os impostos forem progressivos, se o sistema tributário for justo, os ricos pagarão mais do que os pobres e dessa forma, mesmo com o Ensino sendo pago, o Ensino gratuito será financiado através de impostos, dentro de um sistema tributário justo; os ricos pagarão, através do imposto.

Se os ricos não estão pagando hoje isto cabe a não implantação de um sistema tributário justo e não do problema do Ensino ser pago ou não. Essa distinção, ou essa postura alternativa (qual das formas de financiamento deve ser utilizado no pagamento da Educação), nessa definição reside, ou deve residir, a natureza e a importância que o Ensino tem.

Em geral, a forma utilizada para o benefício pessoal, exclusivamente pessoal, a forma de financiamento indicada é o pagamento direto. Ou seja, no caso de uma pessoa comprar cigarros, automóvel, alimentação, em geral se indica como forma adequada o pagamento direto, como medida que inclusive permite que as pessoas tenham

alguma opção de escolha. E nem todos gostam de feijão; portanto, não é necessário que seja fornecido feijão grátis a todo mundo. É necessário que as pessoas tenham salários condizentes e justos de forma que possam comprar isso ou aquilo. Mas, no caso da Educação, isto não se dá. E não se dá por uma série de razões.

Em primeiro lugar, é verdade que existe um benefício direto daquele que recebe o Ensino superior. E em geral o salário de um profissional com diploma superior é maior que daquele que não tenha o diploma superior. Existe, portanto, um certo benefício individual apropriado ao longo do tempo através do aumento salarial. Isto, evidentemente, se o formado conseguir trabalhar.

Mas, mesmo nesse caso, esse aumento não é imediato, esse aumento salarial é progressivo no tempo: o indivíduo tem uma Educação superior, se forma em qualquer área profissional e vai exercer essa profissão durante 30 a 40 anos, e receber esse aumento salarial durante esse tempo. Não de imediato.

E se houver esse aumento salarial, esse aumento de renda, e se nós tivermos um imposto de renda progressivo, ele irá pagar esse acréscimo salarial através de mais imposto de renda e, portanto, estará pagando ao menos uma parte daquele adicional de renda que obteve pela Educação superior.

E mais uma vez... se isso não está ocorrendo, o problema não é sobre se o Ensino é pago ou se é gratuito; ele deve ser colocado em direção à reorientação e reforma do sistema tributário.

Apesar de existir esse benefício direto, na verdade o benefício social da Educação é maior. O formado, profissional, não ganha ou não se apropria de todo o benefício que ele gera à sociedade pela sua formação: existe um benefício social que ultrapassa a possibilidade do formado apropriar esse ganho.

Isso leva o tema à uma conclusão bastante importante, em geral aceita mesmo por aqueles que de uma forma honesta defendem o Ensino pago: mesmo que se pense em termos de que a partir do benefício ele deve pagar pela Educação, não se aceita nunca que o benefício individual esgote todos os benefícios sociais gerados pela Educação.

Um terceiro aspecto é que uma Universidade não é apenas uma fábrica de bacharéis. A função de uma Universidade não é somente o ensino; existe uma parte básica de pesquisa, que deve ser realizada. É essa pesquisa que deve beneficiar à toda a sociedade. E não teria sentido cobrar apenas daqueles que estão estudando o ganho que a Universidade gera, em termos de pesquisa, ou o trabalho que a Universidade realiza, em forma de pesquisa. Essa também é uma dimensão do problema — Ensino pago ou gratuito — que em geral não é enfatizado, e que em geral não é levado em consideração por aqueles que defendem o Ensino pago.

Então, mesmo que nós aceitemos esse primeiro aspecto que eu coloquei, existe um benefício direto e, portanto seria talvez justificável se pagar por esse benefício, se pagar na forma de financiamento direto, ou seja, do pagamento da anuidade. Esse pagamento não poderia, em termos teóricos, ou não deveria, segundo essas minhas idéias expostas, cobrir todo o custo-Educação. Seria somente uma parcela. Aquela parcela de tudo aquilo que é feito na Universidade que o indivíduo poderia se apropriar e que deveria ser sujeito a pagamento. Ou poder-se-ia argumentar que seria sujeito a pagamento. Vamos voltar logo mais a esse caso.

Existe também um problema ligado à grande importância social da Educação em geral e, em particular, no que nos interessa para esse debate, da Educação superior: a contribuição que a Educação, ou que a formação universitária pode dar para os países é extraordinária. Num estudo feito, analisando a situação econômica de vários países, um grande economista (cujo nome não estou lembrando no momento) chegou à seguinte conclusão: existem países ricos em recursos naturais e sub-desenvolvidos em termos econômicos; ao mesmo tempo, há países pobres em recursos naturais e ricos em termos econômicos. Mas ele não encontrou nenhum país que tivesse um alto nível tecnológico e um alto nível de Educação, na sua população, que não fosse economicamente rico. Não encontrou também nenhum país rico que não tivesse o nível educacional e tecnológico da sua população bastante elevado. E concluiu, portanto, que a contribuição básica para o desenvolvimento econômico era a Educação, a formação profissional da população.

Todos esses argumentos que nós arrolamos agora indicam que a educação deva ser financiada através de impostos, ou seja, através de uma contribuição geral da população, e não através do pagamento direto dos interessados pelo benefício-Educação.

E no financiamento das escolas e das Universidades, se existem pessoas de altas rendas que não estão contribuindo de forma adequada, esse é um problema do sistema tributário brasileiro, que não está ligado ao problema de Ensino pago ou gratuito. É no sistema tributário que se deve olhar, para se conseguir mais verbas para a Educação, e não através do pagamento do ensino.

Um outro argumento, também utilizado (apesar de em menor grau) para defender o Ensino pago é o que diz respeito à eficiência. Essa eficiência não é muito bem definida o que seja. Mas argumenta-se que se a Universidade precisasse se preocupar com os recursos que obteve, com o que teve de recursos, isso forçaria a Universidade a ter mais eficiência. Ou seja, tenta-se aplicar o mesmo critério de empresas privadas à Universidade.

Se esse critério fosse utilizado, um reitor, um Presidente de Ensino de uma Universidade (porque aí seria uma empresa e teria

que ter seu presidente), ele deveria simplesmente procurar verificar quais os cursos que dão lucro. Da mesma forma como o presidente de uma empresa de automóveis: se uma determinada marca não dá lucro, ele retira de circulação aquela marca e lança outra. Da mesma forma o presidente de uma Universidade deveria fazer — e infelizmente existem algumas Universidades particulares onde isso se dá. Preocupadas apenas com o lucro e a eficiência, cancela cursos no meio do andamento e os estudantes que procurem outro lugar ou se transfiram para um outro curso porque aquele curso é deficitário. E passa a aplicar os recursos naqueles que dão lucros para a empresa.

É claro que uma gestão universitária dessa forma não é aceita. Não é esse o critério de eficiência que deve ser utilizado para a carreira universitária. E não é através disso que se vai dar “mais eficiência” para os gestores das Universidades.

É evidente que a Universidade deve prestar contas do que faz, mas quem deve julgar essa eficiência da Universidade é a própria sociedade, através dos canais competentes e da sua representação política, partidos, sindicatos, e da sociedade em geral.

Não é o mercado que deve definir onde a Universidade deve aplicar seus recursos.

Por fim, eu gostaria de simplesmente levantar uma questão: se nós olharmos, tanto em termos federais como em termos estaduais, o peso das Universidades nos respectivos orçamentos é relativamente pequeno. A USP, no exercício do ano passado (79), representou menos de 2% do orçamento do Estado. Todo o Ensino superior foi da ordem de 5%. E na medida em que não dá para financiar toda a Universidade, ou toda a atividade universitária, através da contribuição dos estudantes, fica meio difícil entender porque o Estado está preocupado com o problema do Ensino pago.

Não é claramente por um problema de orçamento. O grande rombo do orçamento será então recoberto de outra forma. O mesmo montante é também gasto pelas Universidades federais em relação ao orçamento federal.

A única explicação que eu vejo — e que aliás foi sugerida numa mesa-redonda patrocinada pela ADUSP, pelo Prof. Rogério Cerqueira Leite — é que mesmo sendo pequena essa verba, e mesmo sendo a Universidade bastante controlada por grupos contrários, retrógrados, no fundo a Universidade, bem ou mal, tem desempenhado um espírito crítico bastante importante, que não tem agradado às autoridades federais e estaduais.

Por mais que se procure coibir a liberdade de manifestação, sempre têm surgido dentro das Universidades vozes discordantes, de público, e repercussão dessas declarações. Então eu acredito que por trás dessa pseudo-justificativa de justiça social, dos ricos pagarem

pelo seu ensino — argumento falso como espero ter mostrado —, no fundo existe a intenção de calar a Universidade.

José Carlos Melchior

Vamos tentar dinamizar o assunto, colocando uma série de idéias contrárias. Eu estudo financiamento da Educação e trato de vários problemas que foram colocados aqui.

O primeiro deles, que é fundamental, o professor Paulo de Tarso já chamou a atenção e o professor Montoro também, que é o problema de prioridades; na medida que a Educação receba um maior grau de prioridade tenderá a receber mais recursos, haverá uma re-alocação de programas.

É possível, por exemplo, encontrar programas que estejam totalmente absurdos, como o programa da Energia Nuclear; é possível deslocar recursos para setores prioritários para haver atendimento social.

Esta é uma perspectiva, não é a única e nem é exclusiva, que é a re-alocação de recursos de outras atividades, de outras funções exercidas pelo poder público, canalizando os recursos para saúde, Educação etc.

A outra perspectiva de quem trata de financiamento é: tendo em vista uma série de fontes, de recursos, já criados — por exemplo, salário-educação, e mesmo os recursos orçamentários, loterias etc. —, tentar explorá-los mais corretamente.

Portanto é possível conseguir mais recursos através de uma melhoria na sistemática de, principalmente, recolhimento desses tributos específicos. Por aí nós poderíamos conseguir também mais recursos.

A outra posição, na qual se insere a questão do Ensino pago, é quando se analisa a criação de novas fontes de recursos. Então, quando se pensa em outras fontes, existe a alternativa de se cobrar o ensino, é uma outra perspectiva de se conseguir recursos.

Por último, que é inclusive um caminho ainda não percorrido, resta estudar a aplicação desses recursos. Porque todos nós sabemos que os recursos aplicados em Educação, principalmente no Ensino superior, podem sofrer um aperfeiçoamento, pode haver uma melhor administração desses recursos, a nível central, por parte das autoridades universitárias. Eu vou dar só alguns exemplos:

É possível, não transformando a Universidade numa empresa, elaborar orçamentos mais corretamente. É possível consultar todos os responsáveis de uma Universidade, saber quais são as reais necessidades. É possível fazer orçamentos que expressem prioridades de uma realidade determinada de uma Faculdade. É possível, em última instância, aprimorar o processo de aplicação, tendo em vista os objetivos-fins da instituição.

Portanto, existem basicamente essas quatro alternativas. Vou tratar dessa alternativa que está sendo discutida aqui, que é primeiro pensar em Ensino gratuito e depois pensar em termos de Ensino pago.

O que é Ensino gratuito para mim? Ensino gratuito não é simplesmente fornecer escolas. Ensino gratuito é fornecer recursos auxiliares para os alunos que precisam, portanto demandaria o fornecimento de alimentação, vestuário, transporte, assistência médica, odontológica, hospitalar e, repito, grande parte da população infantil não tem condições de freqüentar escola. É preciso trabalhar.

Há uma renda sacrificada, há um salário não recebido desde que o indivíduo freqüente a escola. Nessas circunstâncias, o Estado teria até que fornecer às famílias esse salário não recebido.

Portanto, é uma extensão do conceito de gratuidade. Uma gratuidade passiva é essa que se fornece aos alunos que conseguem entrar e permanecer no sistema. Apresento um conceito mais profundo para atender problemas que decorrem da infra-estrutura defeituosa da nossa sociedade, onde o indivíduo não tem as mínimas condições (e talvez tenha sido a isto que Guionar se referiu) de freqüentar a escola. Por causa das condições de saúde, a maior parte fica na passagem do 1.º para o 2.º ano. Não é um problema de inteligência, é fundamentalmente por condições sócio-econômicas, por deficiência de condições infra-estruturais dentro da família (cujo pai, geralmente, não tem essas mínimas condições). Essas crianças são mal alimentadas, ficam doentes, se evadem, repetem de ano e agora entra aquela questão: quem é que financia a Educação Brasileira?

São esses indivíduos também. Eles pagam impostos, ainda que ganhem pouco, ainda que sejam analfabetos. Estes indivíduos não têm "chance" de participar do processo de desenvolvimento do país. Nestes termos é preciso pensar numa gratuidade que crie as condições mínimas para que eles possam entrar e permanecer dentro do sistema. Quem financia é toda a população.

Quem financia são os que ganham um salário mínimo e pagam 26% (ou se quiserem 25,9%) de impostos, ainda que não paguem imposto de renda. Estes indivíduos, do pouco que ganham, 25,9% eles pagam em termos de impostos indiretos, portanto aqueles impostos que não fazem distinção de riqueza e que recaem indistintamente sobre todas as pessoas.

Os que ganham salário mínimo, pagam 26%. E os que ganham mais de 100 salários mínimos pagam 29 quase 30%. Absurdo! O papel que o imposto de renda desempenha dentro do sistema é insignificante, principalmente o nosso imposto de renda.

Mas, mesmo nos países mais desenvolvidos, só o imposto de renda não é instrumento adequado para fazer a correção de desequilíbrios de riqueza. Em outras palavras, os sistemas tributários, princi-

palmente do mundo ocidental, de cunho capitalistas, estão estruturados para serem regressivos. Mesmo porque, qualquer que seja a ideologia (seja capitalismo, ou seja comunismo, socialismo ou qualquer outro "ismo"), a sociedade depende de uma taxa de acumulação para extensão. E o capitalismo também precisa. O que significa isso?

Que se usa fundamentalmente uma distribuição, mas uma distribuição controlada. Ao mesmo tempo se propicia uma taxa de acumulação para que haja uma expansão do sistema. E essa taxa de expansão o sistema tributário, só, não pode corrigir. Principalmente seus efeitos, em termos de acumulação, que geram as desigualdades em termos de esferas do poder público, por um sistema tributário excessivamente concentrado na mão da União.

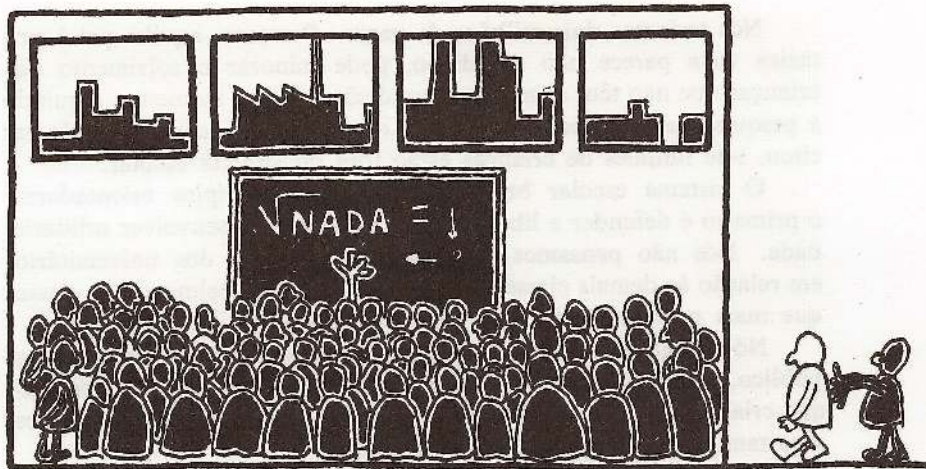
Diferenças regionais: alguns estados são mais desenvolvidos e tendem a manter a dianteira e a acumular mais do que os outros, gerando desigualdades regionais. Há certos setores de atividades que conseguem manter a taxa de lucro em maior proporção, criando desigualdades setoriais em termos de atividades desenvolvidas na sociedade.

E por último, a desigualdade de renda em termos individuais, que fundamentalmente teria que ser corrigida pelo fator direto que é uma política salarial que faça uma remuneração justa. Mas todos nós sabemos que em nenhum país, dado o nível de acumulação, essa distribuição através de salário é realizada de forma satisfatória. Em outras palavras, existe o sistema de distribuir de forma direta, por salário, e sistemas indiretos. Se não se distribuir através de salário, é preciso que se distribua através de outras formas. A Educação seria uma delas. Para dar gratuidade ativa nós teríamos que usar uma dessas alternativas.

Ou re-alocarmos recursos, ou explorarmos melhor fontes já existentes, ou criar novas fontes (o Ensino pago poderia ser uma delas) ou melhorar a aplicação de recursos já existentes. Portanto, ensino pago é uma das alternativas para ajudar a solucionar o problema financeiro da Educação.

Não é a única, nem é exclusiva e nem é a mais importante. Mas pode ser uma das alternativas, partindo do pressuposto que estes indivíduos que financiam também o sistema escolar público (já se disse que ele não é gratuito, porque toda comunidade acaba pagando através de impostos) também tenham o direito de frequentar o sistema.

Sobre a significação desse recurso: nenhuma medida dessas, re-alocando, explorando melhor, criando novas fontes, terá condição suficiente para solucionar o problema financeiro da Educação. Portanto, nem os recursos orçamentários, nem fontes específicas, sejam elas quais forem, loterias, ou que venham a ser criadas, têm con-



dições (em termos de significação) para solucionar definitivamente o problema de recursos financeiros.

O problema de cobrar o ensino, portanto, não pode ser visto nessa perspectiva de significação, em termos de montante de recursos recolhidos. Mas se nós quisermos ter algum parâmetro para ver o que pode significar isto, nós podemos começar a cruzar com outras idéias.

Existem 450 mil universitários nas Escolas públicas do país. Existem 1.500.000 universitários. Portanto, 70% paga o seu ensino na escola privada. Esses 450 mil é que têm uma gratuidade passiva.

O que significaria cobrar o ensino desses 450 mil? Cobrar dos que podem para ajudar os que não podem. Deslocar os recursos principalmente para os alunos de 1.º grau que estão fora das escolas. Dos 450 mil universitários (em termos de pesquisas realizadas a nível central pelo Governo Federal), 150 mil têm condições, estão na classe média alta e na classe A.

O poder público já contribui em parte. As empresas também pagam o salário-educação (que não é cobrado dos indivíduos, dos trabalhadores, mas é uma parte do salário, é um salário que a empresa paga), contribuem para sistemas como o SENAI e o SENAC, por exemplo, que são cursos de aprendizagem mas fazem parte do sistema não regular de Educação.

Desses 450 mil indivíduos, então, 150 mil pagariam. Dentro dessa filosofia em que existem três responsáveis, é possível pensar que quem vier a pagar o ensino, vai pagar 1/3 do custo desse ensino.

O que significaria 1/3 dos 150 mil que podem pagar? Cada aluno na Universidade custa, em média, 40 vezes o custo de um aluno do Ensino primário. O que significa isso? Que se eu multiplicar 40 por 150 mil, eu posso abrir um grande número de vagas.

Nós teríamos dois milhões de vagas. Portanto, aquilo que à primeira vista parece não ser digno, pode minorar o sofrimento das crianças que não têm as mínimas condições. Nesse momento, seguindo a pesquisa nacional por amostragem domiciliar que a Profa. Guiomar citou, sete milhões de crianças estão fora do sistema escolar.

O sistema escolar brasileiro tem dois princípios orientadores: o primeiro é defender a liberdade e o segundo é desenvolver solidariedade. Nós não pensamos que essa solidariedade dos universitários em relação às demais classes da sociedade e, principalmente, às classes que mais precisam, deva ser um problema só da Universidade.

Nós teríamos que criar mecanismos a nível das esferas do poder público, em busca da correção de desigualdades regionais. Teríamos que criar mecanismos corretores das desigualdades a nível de setores, mas também dentro do sistema escolar.

Nós, que defendemos a solidariedade, temos que pensar que (e aí é que entra o problema capital, que a professora Guiomar quis levantar e eu levantarei de outra forma) quando tivermos um sistema político legítimo, que represente realmente a população, seus diferentes grupos, que não sejam partidos pré-fabricados, os delegados dessa população é que poderão decidir.

Eu sou a favor em tese, mas não sou eu que decido e não acho que o sistema que está aí deva decidir. Quem deve decidir é um sistema com um mínimo de aceitabilidade em termos do que nós entendemos que seja democracia. Eu não acho que buscar justiça social seja falácia, de acordo com o que o professor Montoro colocou. Não acho que um sistema tributário progressivo vai corrigir todas as distorções que existem dentro da sociedade.

A Educação realmente propicia benefícios pessoais e benefícios públicos. Ela tem uma conotação de benefícios que traz ao indivíduo e que traz à sociedade também. Nestes termos ela é bem *semi-público*. E nesses termos, ao contrário do que disse o professor Montoro, ela pode ser custeada por impostos diretos que o usuário paga, como custeada pelo poder público, porque beneficia toda a sociedade.

O que se quer é o sistema em que todos se vejam envolvidos, todos que têm dinheiro, para ajudar os que não têm recursos. Isso é uma coisa que deve ficar bem clara: ninguém pretende cobrar o ensino dos que não tem as mínimas condições. Ninguém pretende cobrar o ensino para ajudar o Governo a manter esse sistema político que aí está. Ao contrário, quando se paga salário-educação existe uma vinculação específica que não ajuda o Governo, ajuda a criação de escolas. Por que o Governo é obrigado a aplicar em Educação do 1.º grau, e isto ajuda as crianças que estão no 1.º grau.

Portanto, esta tese de que, defendendo a cobrança dos que mais podem para ajudar os que não podem, nós vamos ajudar o Governo

a manter o sistema que aí está (desde que o sistema de cobrança seja corretamente realizado), não tem base de sustentação.

Sobre a eficiência da Universidade. Nós não pensamos só em eficiência da Universidade. Pensamos em eficiência de todo o sistema escolar, dos que podem entrar e criar as condições para que haja o aproveitamento. Eu acredito que se os indivíduos tiverem melhores condições de estudo, a própria eficiência da Universidade será melhorada.

Representante da ASUSP

Eu gostaria de abrir mão da minha intervenção, em favor do debate. Vou passar a palavra para a deputada Irma Passoni, porque eu acho que muita gente tem muita coisa para colocar, inclusive eu.

Irma Passoni

Em relação ao que significa, por exemplo, a Universidade paga, pode ser que alguém tenha colocado com clareza e eu não tenha conseguido perceber bem.

Me parece que o que está claro é a vinculação direta entre a empresa e o instrumento que sai do ensino. Então, vamos pegar um exemplo: o ensino de Geologia estaria diretamente ligado à empresa. E a pesquisa serviria diretamente a empresas particulares de investimento.

Quer dizer, você cobrar o ensino passa a ter todo o ensino direcionado em função da exploração direta daquela empresa. A FMU, por exemplo, a gente sabe muito bem com quem a FMU está ligada.

Eu estudei lá. Eu sei, a gente sabe para quem era mandado na hora de fazer um estágio, para quem iriam servir as pesquisas, para quem serviria a mão-de-obra formada. Então, eu acho que esse aspecto precisa ser bem mais discutido.

Quem defende Ensino público? Por que defende? De que lado está? O que é que quer deste país? Quanto aos dados aí de orçamento etc... eu acho que eu não vou precisar repetir, porque já foram colocados.

E no orçamento que está chegando nas nossas mãos, para 1981, a previsão dele é aquilo que o Paulo de Tarso já colocou: há uma decadência muito séria no Estado de São Paulo, quanto ao dinheiro que vai ser aplicado na Educação. Decai a cada ano. Para o ano que vem, por exemplo, a previsão é de 14,1%. Já foi um pouco mais, agora diminuiu cada vez mais.

Parece que estão querendo que a gente pague para nascer, que pague para comer, que pague para trabalhar, que pague para ter a condução, para estudar, e que pague para morrer. Porque se a gente morre mais depressa fica mais fácil para uns poucos privilegiados tomarem conta melhor desse país.

Quanto ao fato de haver quem queira privatizar o ensino, de colocá-lo na mão de empresas, para mim está muito claro: é a visão de quem quer uma grande massa ignorante, que não aprenda nada mesmo, que só aprenda aquilo que as empresas queiram, não é? E que haja a decadência total, o fracasso total do ensino. E que uns poucos privilegiados cheguem lá em cima.

Por isso existem essas diferenças gritantes de uma escola particular em relação à escola pública. É terrível! Eu por exemplo, estive no Colégio São José, de Campinas, onde estão aqueles laboratórios imensos, uma infra-estrutura imensa, professores muito bem pagos, alunos bem alimentados etc. etc. . . . Eu tenho certeza que lá estão sendo educados os nossos futuros opressores.

Então, na verdade, eu acho que temos que analisar o aspecto político muito mais a sério. De que lado nós estamos? Do jeito que está aí, do sistema que está aí nós não podemos esperar absolutamente nada. Na verdade, eu acho que as coisas vão piorar cada vez mais.

Nós fizemos uma luta nos bairros da periferia de São Paulo, em 75, onde eu dava aula em escola de emergência. Eu mesma alugava uma sala, comprava as carteiras, pagava o aluguel do próprio salário. E montávamos as escolas. Depois de uma briga total, a gente conseguiu 25 escolas estaduais, lá na região.

Agora, o que é que se ensina lá? Ninguém aprende nada. A evasão é imensa. . . . O prédio está lá mas o Ensino e a Educação não existem. Então, continuamos na decadência.

Portanto, eu não vou repetir os dados, eu concordo perfeitamente com tudo que foi colocado, menos com a visão do Ensino pago.

Eu não sei mais o que falta para nos escravizar, não sei. O que é que mais querem nos tirar? O que mais?! Eu acho que a luta da gente tem que ser assim, cada vez mais o debate, a discussão, a forma de participação direta em todos os níveis, não é?

E um dia, criar uma nação onde realmente a preocupação seja com o povo brasileiro.

Onde não hajam os privilegiados, as elites, para minar-nos e para ter todo o cabedal de conhecimento nas mãos.

Então eu acho que pregar o Ensino pago é pregar o fim. Se colocam duas classes, a dominante e a dominada, sem condições nenhuma da dominada ter o acesso mínimo a coisa nenhuma.

Eu acho que já foram colocadas várias coisas, e eu gostaria demais, demais mesmo, de ouvir vocês. Esse é um plenário bastante grande, são cabeças que pensam, que vivenciam a realidade de uma Universidade e, ao mesmo tempo, vivem a sua realidade de bairro, de vida social por aí, enxergam muito bem. Eu acho que nós podemos ter uma amostra, aqui, do que vocês pensam, e isso representa o que muita gente pensa lá fora. Eu acho que é muito importante a gente partir para o debate. Agora, já.

Paulo Kliass — DCE

Bom, antes da gente abrir a palavra para o debate para o plenário, eu gostaria de fazer uma rápida colocação, em relação ao tema em discussão.

Em primeiro lugar, a discussão do Ensino público e gratuito tem obrigatoriamente que estar referenciada no processo político e social que o nosso país viveu, particularmente nesses últimos dezesseis anos (1964-1980).

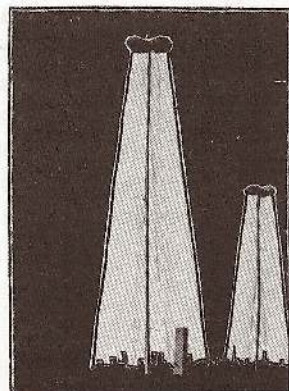
Em 64 existiam no país aproximadamente 130.000 universitários, o que representava 80% de estudantes que freqüentavam Universidades e Escolas de Ensino Superior gratuito: público e gratuito.

Depois de dezesseis anos, em 1980, nós temos aproximadamente um milhão e meio de universitários no país. Quer dizer, multiplicou por doze, praticamente, o número de estudantes universitários. E apenas 20% desse um milhão e meio estudam em Universidades públicas e gratuitas. Inverteu-se totalmente a relação, a porcentagem. Ao mesmo tempo em que multiplicou por dez o número de estudantes universitários.

Então, acho que a gente não deve ficar discutindo se é bom ou se é ruim a tentativa de se implantar o Ensino pago no país. O Ensino pago no país é uma realidade hoje: 80% dos universitários pagam empresas particulares de ensino para poder ter o seu diploma.

E junto com isso, com a mudança estrutural que houve na nossa sociedade, veio a própria reforma universitária, que serviu como instrumento para a privatização do ensino e para adequar a Universidade, particularmente, ao tipo de modelo capitalista, de capitalismo monopolista que temos no nosso país. Então, nesse sentido, a Universidade, o ensino universitário já é pago, hoje.

A discussão que deve ser feita é no sentido de ver qual é o melhor caminho que se coloca para a gente, no sentido de procurar transformar essa situação. Fazer com que essa massa de universitários, essa imensa quantidade de estudantes que pagam as suas uni-



versidades, tenham condições de frequentar Universidades públicas e gratuitas.

E aí entramos na discussão que foi esboçada pela Prof.^a Guimarães, a questão das verbas para a Universidade. Quer dizer, a luta e a necessidade do financiamento das universidades, ela é realmente inseparável da necessidade de democratização interna dessas universidades, ou seja, do controle dessas verbas. As verbas viriam para as unidades e a comunidade universitária teria um controle — a sociedade precisa ter mecanismos de controle — sobre a aplicação dessas verbas.

A gente não tem condições de estabelecer marcos. Ou seja, a gente só vai lutar, a gente só vai querer o financiamento das nossas universidades, a gente só vai lutar para tributar (no caso do Estado de São Paulo, fixando um orçamento ou um índice mínimo do orçamento estadual para as universidades públicas) no momento em que a gente tivesse uma situação de democracia real dentro das Universidades?

Penso que a situação e o processo político da luta pelo Ensino público e gratuito trazem em si as duas coisas, os dois fatores juntos: a luta por verbas e pela democratização.

Se a gente olhar, por exemplo, a situação que precedeu o golpe militar de 1964 em nosso país, a gente vê que a luta pela fixação de um percentual do orçamento da União (que foi esboçada na Constituição de 46 e que veio se desenvolvendo, progressivamente, e ao longo do tempo) foi imediatamente acompanhada por um processo de luta pela reformulação da estrutura da Universidade, e isso vinha junto com todas as propostas de reformulação, de reformas de base: a reforma universitária, a reforma do ensino, a reforma fiscal, a reforma agrária etc.

E se questionava, naquele momento, a estrutura interna das universidades, inclusive a própria UNE chegou a fazer uma greve na-

cional lutando pela participação de 1/3 dos estudantes na gestão das universidades.

Se formulavam, inclusive (não só a própria UNE; também as entidades de professores e a sociedade como um todo), propostas alternativas ao tipo de Universidade que se tinha naquele momento, que era uma grande contradição com a própria sociedade: uma sociedade que se democratizava, que exigia uma participação ampla e cada vez mais progressiva das massas na vida política do país, tinha uma Universidade que era bastante anti-democrática no seu funcionamento, bastante autoritária, com estrutura de cátedras e uma série de coisas que a gente conhece daquele tempo.

Para finalizar, eu gostaria de colocar que a questão da conquista do Ensino público e gratuito passa, necessariamente, pela conquista de verbas para as universidades funcionarem; do contrário, é criada uma situação de caos, como o atual governador tenta criar aqui no Estado de São Paulo. Situação de caos nas Universidades públicas que, aparentemente, a nível da população, leva a pensar que a única solução seria privatizá-las, transformá-las em empresas porque o Estado não teria verbas para administrá-las.

Universidade e Cultura em debate*

Com a presença de quase duas mil pessoas, que lotaram o saguão do prédio da História, a Mesa-redonda "Universidade e Cultura" foi uma das mais concorridas do Congresso. Aqui, um resumo dos principais temas abordados durante os debates, realizados no dia 16 de setembro.

Alfredo Bosi

Vamos aos debates de hoje sobre o tema UNIVERSIDADE E CULTURA. As pessoas que compõem a mesa são: o professor José Miguel Wisnick, professor de Teoria Literária na UNICAMP e de Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo e crítico musical; o ator e autor Gianfrancesco Guarnieri; o professor Flávio Vespaziano Di Giorgi, professor de Teoria da Comunicação na Pontifícia Universidade Católica; Carlos Estevam Martins, professor de Política na USP e na UNICAMP; e por fim, o professor José Augusto

* Transcrição sem revisão dos participantes.

Guilhon de Albuquerque, professor de Política na Universidade de São Paulo e um dos responsáveis pelo *Folhetim*, da Folha de São Paulo.

Sem dúvida, o tema que nos propusemos debater hoje é bastante amplo. De modo que vamos dar aos participantes da mesa a maior liberdade para escolherem ângulos específicos de debate, ou se preferirem, desenvolver idéias mais gerais.

Eu gostaria de, inicialmente, ocupar um pouco o tempo para dar algumas idéias que me parecem sugestivas a respeito do tema, e talvez traçar algumas coordenadas possíveis dentro dele.

Eu acredito que, quando nós pensamos na relação entre cultura e Universidade, pelo menos duas atitudes de espírito podem ser tomadas:

Uma primeira atitude é aquela mais realista, ou quase mais empírica, pela qual a gente se informa do que está havendo de produção de cultura na Universidade; como é que a Universidade está produzindo esta cultura. E aí, em geral (ou pelo menos nos últimos anos), há um tom pessimista, um tom de grande desânimo — e não só na Universidade de São Paulo, em todas as Universidades do País — em relação a um caráter que parece empobrecedor desta cultura. Sobretudo em razão da direção tecnocrática que assumiu o regime nos últimos anos, tecnocrática e autoritária, de modo que a reflexão sobre o empobrecimento das Ciências Humanas, o empobrecimento dos currículos, a profissionalização excessiva de algumas áreas, em geral dá um quadro que parece muito pessimista. É quando produz um tipo de intelectual cético ou indiferente.

Essa primeira atitude, eu acredito que esteja sendo compensada, nos últimos anos (talvez a partir de 74, 75) por um repensamento crítico daquilo que deve ser a Universidade.

Eu, pelo menos, em 25 anos de vida universitária (como aluno e professor), posso dizer que só agora nesses últimos anos é que tenho assistido a essas concentrações e a esses debates sucessivos em que se percebe que há uma preocupação intensa de relacionar política e cultura, dentro da Universidade. Cultura e criação artística.

Então, se nós, em vez de fazermos apenas um levantamento rápido e empírico das deficiências dos cursos, se pensamos num movimento social mais amplo que cruza a Universidade, acredito que tenhamos mais razões de esperança do que de desesperança.

Esse repensamento do que seria a negatividade em que caímos quando nós sucumbimos diante dessa massa de chumbo da reprodução da mesma cultura, esse repensamento é que eu gostaria, de alguma maneira aqui, de aprofundar.

Na verdade, quando é que a cultura feita na Universidade se torna realmente uma fonte de renovação para a vida coletiva e para a vida individual? Em que momento isso acontece?

Eu acredito que isto ocorre sempre que a Universidade olhe para fora de si mesma — e quando ela, de alguma maneira, esquece aqueles procedimentos mais rotineiros da sua vida acadêmica. Então, o que é que ela vê?

Ela vê a outra cultura, ou as outras culturas que, há alguns anos atrás (talvez uns 20 anos atrás) talvez nem tivessem nome: eram manifestações consideradas extra-culturais. Elas não tinham realmente o batismo e a sanção da Universidade.

ela vê a cultura popular nos seus vários graus de autenticidade ou não, de manipulação ou não.

Ela vê a indústria cultural, que chegou a uma certa sedimentação bastante perigosa, até em termos de alienação.

Mas a Universidade vê outras faixas.

Ela vê a cultura dos artistas, a cultura individualizada, criadora.

E ela vê, de maneira mais lenta, a Cultura Política, isto é, os grupos que constantemente estão lutando por seus direitos e que formam, dentro da sociedade, uma série de correntes cruzadas que são a trama viva desta outra cultura.

Então, na medida em que a cultura universitária (aquilo que de alguma maneira nós aqui representamos, isto é, a cultura dos professores, dos alunos, a cultura chamada acadêmica) contempla esta outra realidade — e no caso das Ciências Exatas e Naturais ela contempla a natureza e a técnica — então ela ganha elementos para sair daquela condição de mera reprodução, que em geral cria um ambiente de desânimo dentro das salas de aula.

Agora isto cada vez mais está claro: hoje nós teríamos que contar aqui — e infelizmente ele não pôde estar presente — com a presença do grande educador brasileiro que é Paulo Freire.

Eu gostaria de insistir em uma idéia que mais de uma vez tenho expendido: se Paulo Freire tivesse sido, realmente, apenas um professor universitário ou um homem que explorasse teoricamente o problema de Educação na Universidade nestes últimos 20 anos, dele não teria nascido o método, esse método excepcional, e sobretudo essa atitude de espírito que relaciona intimamente Educação com conscientização.

Quer dizer: de fora da Universidade nos veio esse grande exemplo.

Hoje nós, de algum modo, aceitamos esse fato, e não só isso, interiorizamos este fato. Eu acho que nós precisamos mais do que isto: teorizar este fato.

Um dos renovadores fundamentais dos estudos econômicos e sociais do Brasil, Caio Prado Jr., também não foi um homem que tenha vivido a sua vida dentro da Universidade. Mais recentemente, um estudioso excepcional de Economia Colonial, Jacob Gorender, também nos mostra como fora da Universidade e em condições extrema-

mente adversas — no caso dele, a prisão — não impedem pensar e ensinar a Universidade.

Na Itália os dois grandes nomes que dividem o pensamento filosófico e as grandes direções do espírito nos últimos 50 anos foram homens que viveram fora da Universidade: o grande pensador liberal Croce e o grande pensador comunista Gramsci. Eles são grandes mestres da cultura italiana e são homens que viveram fora da Universidade.

Eu quero dizer, então, que a Universidade tem que olhar para fora de si, não só para esses grandes mestres, esses grandes homens que revolucionaram o pensamento, mas também para aquilo que se chama cultura de um modo mais difuso.

Uma das finalidades desse Congresso, e vocês vêem que nas mesas-redondas nós temos insistido no convite a pessoas de fora da Universidade. Isto significa que dentro e fora da Universidade se faz a mesma cultura. Então, os muros da Universidade efetivamente estão caindo e devem cair constantemente. Uma última palavra (antes de passar a palavra aos meus colegas), a respeito de duas possibilidades que a cultura deve e pode desenvolver hoje para sair daquilo que se chama a crise cultural da Universidade

Uma primeira eu chamaria de... uma cultura... de um saber poético, num sentido bastante amplo; poético no sentido grego de poético, isto é, de criativo.

Na Universidade, como nas Ciências Naturais e Exatas, existe sempre a possibilidade de um saber criativo. Isto é, recomeçar (aquilo que uma grande pensadora francesa, Simone Weil, dizia: "Reatar, reafirmar o pacto do espírito com o Universo") depois de toda a cultura sedimentada e acumulada, recomeçar — como se realmente nós fôssemos os primeiros — as pesquisas nas Ciências Humanas e nas Ciências Naturais; aproximar-se da história e da natureza, fenomenologicamente, com o desejo de aprender esse movimento profundo da história e da natureza.

Então o saber poético é este saber. É o saber que procura ligar de novo o sujeito com o objeto. E acredita que esta ligação se possa fazer de novo a cada momento.

Este saber poético impede o saber tecnicista.

Quando nós falamos em tecnicismo, basicamente estamos dizendo isto: há um momento em que o sujeito se separa do objeto e passa a ter normas específicas e válidas universalmente.

Aquelas normas passam a ser interiorizadas pelo sujeito: ele acredita que aquilo seja a técnica do conhecimento.

No caso, por exemplo, da Literatura (posso falar daquilo com que convivo mais), da Literatura ou das Artes, acontece exatamente isto: acontece o tecnicismo sempre que as soluções que já foram

encontradas para certos conteúdos passam a funcionar, "a priori", para outros conteúdos.

Então, aquelas soluções formais que a Literatura, ou a Arte, encontraram e foram felizes e que saíram das entranhas dos conteúdos (para usar uma expressão de De Sanctis: "das entranhas dos conteúdos é que saem as formas"), aquelas expressões acabam valendo por si mesmas e acabam teorizadas pelos escritores e aplicadas como receitas.

Isto é que é o tecnicismo: uma depravação da técnica, entendendo esta como Arte, como conhecimento da realidade.

Então, um saber poético seria o saber em que o homem se relacionasse de maneira pura e livre com a natureza, pura e livre com o outro. Isto produziria um saber poético.

É o que dizia Leonardo Da Vinci: "Natureza como mãe da Arte". A relação com a natureza que está dentro de nós, essa relação imediata é que produz a Arte. O saber poético, esse saber poético, não impede absolutamente o outro saber, que lhe é complementar, que é o saber político.

A mesma técnica que vira tecnicismo quando desamparada do saber poético, vira tecnocracia quando desamparada do saber político.

No caso das Ciências Humanas, no caso das Ciências da sociedade, a manipulação constante do outro, como extensão da técnica capitalista de produção, resultou no que a gente chama de tecnocracia.

Como corrigi-la no interior da Universidade, no interior da sala de aula, no interior da estrutura universitária e daí por diante, voltando aquele pacto agora do homem com o homem, do homem com a sociedade?

Realmente, o saber político, não é um saber que vai conflitar com o saber poético, porque ambos estão profundamente ligados à essa experiência da relação do sujeito com o objeto.

É, realmente, uma palavra de esperança que nós temos aqui: a Universidade, apesar de todas as suas dificuldades concretas — dificuldades que nós queremos vencer —, apesar de todos os defeitos objetivos que ela tem nessa estrutura, ela não deve produzir dentro de nós um pessimismo, uma desesperança, um ceticismo em relação à criação desses saberes, o poético e o político. Nós, se tivermos capacidade, poderemos chegar a eles até dentro desta estrutura. Mas, efetivamente, quando chegarmos a eles, esta estrutura estará modificada.

Flavio Di Giorgi

Eu gostaria de ter, como epígrafe da breve palestra que vou fazer, um texto do grande ausente de hoje, Paulo Freire, citando um trecho do livro "Ação Cultura para a Liberdade":

“O domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores; domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre determinismo e liberdade”.

É o texto em que ele acabava de opor o mero ser ao existir, isto é, o existir como modo de ser daqueles que são capazes também de objetivar o seu estar no mundo e, ao fazer isso se situam com o mundo.

Eu gostaria de ficar com esta citação como pano de fundo do que eu vou falar, e ao mesmo tempo faria, de maneira vaga, uma indagação: a Universidade é capaz, de algum modo, de absorver na sua prática esta maneira de considerar o existente?

Eu, pessoalmente, me sinto naquele mesmo estado de espírito em que Camões, vendo a Pátria acabar-se, sem maiores saídas para a consciência do seu tempo, escreveu que “se achava imerso numa apagada e vil tristeza”. É impossível fugir a este sentimento, diante do tipo de estado que nos governa: o Estado tecnocrático.

Mas eu gostaria de identificá-lo, a ponto da Universidade surgir dentro dele, e a gente delinear o perfil desta Universidade, que afinal de contas faz parte do aparelho deste Estado e ao mesmo tempo procura incomodar-se muito em destruí-lo.

Posição muito ambígua, sempre, a da Universidade.

O que explica, por exemplo, que determinadas culturas indígenas possam, digamos em botânica, conhecerem coisas que superam a observação pretensamente neutra e objetiva do botânico da USP.

E que seja uma cultura indígena que conheça melhor um aspecto da botânica, porque de certa forma também lá o interesse pela botânica se determinou pela emergência histórica efetiva em que aquela comunidade indígena, imaginária, se tenha encontrado.

Então, não tem objetividade nenhuma aquela idéia de que ao cientista não escapa nada; isso de que não escapa nada do seu campo de observação é uma idéia perfeitamente ilusória. Ele está concentrado aonde o interesse ilumina a trilha. Mas este interesse é o domínio, é o controle da natureza, em suma.

No campo específico das ciências histórico-interpretativas, das ciências também chamadas de Humanas, qual é o interesse que gera as atividades? Por que, afinal de contas, nos interessamos por coisas como Literatura, nos interessamos por Linguística, por História, por Filosofia? Coisas que os aparentemente mais seguros homens da tecnocracia costumam, por vezes, nos “intervalos em off”, chamar de perfumarias. Não todos certamente, mas uma boa média entre eles.

Qual é o interesse que gera a atividade nesses campos? Não é o controle da natureza. Na verdade, seria uma espécie de interesse dialogal. Mas dialogal naquele sentido amplo e dramático que uma parenta desta palavra tem: a dialética.

Um interesse dialogal onde se pode dizer que existe o confronto comunicativo. Teórico e prático. Confronto que pode resultar na eliminação do outro, ou que pode resultar na interação com o outro. E com todas as faixas intermediárias de instrumentalização do homem. Mas certamente no domínio das ciências histórico-interpretativas é proibido (como processo de trabalho) que a gente elimine aquilo que pareça contraditório ou negativo.

Nas Ciências Naturais é perfeitamente legítimo que se metodize a prática, eliminando-se o mais fraco e o inferior (se eu tenho um condutor de eletricidade melhor do que aquele que eu usava até então, eu abandono o anterior); o exemplo é elementar demais, mas serve para ilustrar o que nas ciências histórico-interpretativas não se pode fazer nunca: eliminar o outro, "a priori".

Então, a gente estuda História, Literatura, basicamente, aparentemente, para que se arme esse poderoso confronto dialogal que a gente chamaria de interesse comunicativo, em oposição ao primeiro, o das ciências experimentais, que a gente chamaria de interesse técnico.

Estes dois interesses articulados — e só enquanto articulados — servem a um fim maior, que é o da emancipação da espécie.

Agora, note-se o seguinte: o interesse dialogal é que na verdade orienta fundamentalmente o primeiro interesse; e o primeiro interesse é condição de existência do segundo interesse.

Quanto ao Estado tecnocrático, a gente poderia defini-lo assim: é um Estado que, como todo Estado, proíbe que se lhe discuta o fundamento e a legitimidade.

É natural que todo o poder tenha proibido, ao longo de todas as etapas históricas, que a sua legitimidade seja discutida; e a maneira de fazer isto é simplesmente inventar uma história substituta que a gente chama de ideologia, porque na verdade ele tenta demonstrar que não existe necessidade de norma alguma entre os homens, porque só existe regulando-lhes a vida, a regra técnica, mecânica e aplicável; portanto, não há legitimidade nenhuma em discutir nada, uma vez que o Estado se justifica tão somente pela aplicação correta das regras que se impõem em todos os domínios, que são regras técnicas. O Estado, portanto, se legitima por sua mera eficácia.

Então não há normas a discutir, não há nada a pactuar. Conclusão: é típico do Estado tecnocrático, em primeiro lugar, transformar a ciência e a técnica em sua própria ideologia. Não há nada a discutir. As coisas já estão certamente colocadas em termos de eficácia. O Estado faz aquilo por que aquilo é o melhor a fazer e não há alternativa técnica melhor do que aquilo que o Estado faz. Por isso a discussão se faz em pequenos grupos também. É discussão apenas entre tecnocratas. Apenas um controle ocasional e mais nada, nunca mais o interesse dialogal; justamente o Estado tecnocrático suprime



o segundo interesse, ou se coloca como o detentor exclusivo. Ele proíbe as Ciências Humanas em geral.

O Estado tecnocrático desarticula, assim, o fim maior da emancipação humana, na medida em que o interesse técnico — domínio da natureza — só não se desvia e não se perverte na medida em que é iluminado pelo seu interesse complementar, que é o interesse comunicativo, típico das Ciências Humanas, e que justamente tem em vista esse interesse comunicativo, ao longo da história: ir eliminando todas aquelas limitações à liberdade humana que o convívio institucional e a repressão do poder têm causado, e as consequências no indivíduo disto, desta repressão, isto é, a neurose.

Esse interesse comunicativo então teria por fim ampliar a liberdade humana, libertando os homens da taxa de repressão e da neurose que lhes sobra no embate institucional e na vigência do poder.

Ora, eliminando esse interesse dialogal, perverte-se o interesse técnico e aí ocorre aquilo que tão bem resumia o Prof. Bosi há minutos.

Temos de um lado a invenção líquida e a reprodução pura e simples de regras e, até à exaustão, a usura do próprio mundo físico. Não é à toa que nossa era, além de ser uma era de reação crítica à essa usurpação do interesse comunicativo feita pela tecnocracia, ela é também a era da defesa da ecologia. Porque justamente a perversão do interesse técnico leva à deterioração e à destruição do ambiente.

E a desarticulação desses dois interesses, entre eles, conspira contra a própria emancipação da espécie humana e leva à destruição da espécie. A Universidade, no entanto, é uma parte do aparelho do Estado. E ao mesmo tempo tem que se situar resolutamente con-

tra o tipo de Estado que leva certamente à destruição da espécie.

Esse Estado não é só típico do Brasil; é típico das relações do capitalismo tardio e do capitalismo pré-instalado que são as da nossa era; e no Brasil especialmente agudas por ser este, agora, o campo de uma recuperação do tempo perdido de um capitalismo tardio, de segunda mão.

Eu gostaria de colocar, agora, um outro problema, apesar de não ter, ainda, situado de maneira mais clara o primeiro problema.

O primeiro problema seria a Universidade definir-se nesse contexto. E ela vem se definindo. Ela vem se definindo exatamente através do que se pode chamar o amplo processo de conversão dos intelectuais. Conversão ao que? Conversão ao seu povo. Conversão a ver a realidade fora de si, como acabou de dizer o Prof. Bosi. Conversão a ver na cultura do povo, realmente, uma fonte de vida. E não aquela reprodução fria, aquela reprodução alucinatória, enlouquecedora do mesmo.

Ora, essa conversão ao povo não se pode fazer simplesmente no interior da cabeça. Ela se tem feito exatamente com o compartilhar o destino do povo, esses projetos que foram lidos antes, esses projetos pegam coisas concretas, pegam trabalho ombro a ombro com o pessoal que luta todo dia por satisfazer as suas necessidades fundamentais.

Ele mexe com hospital regional, hospital distrital, com aquelas coisas que vão fazer com que a gente aqui dentro esteja junto com o pessoal lá fora; discutindo e dialogando com eles o que eles acham necessário; e eles participando então da elaboração do que viria a ser, numa segunda etapa, por meio de nós, e não deles, o pensamento universitário, as direções universitárias, o currículo universitário, os estágios universitários e finalmente, dentro do currículo, os projetos universitários.

Desta conversão ao povo eu vou citar apenas alguns exemplos, para não ficar só no abstrato. Um exemplo extraordinariamente eloquente da conversão dos intelectuais às suas tarefas realmente de membros do seu povo, eu poderia citar no exemplo do sociolinguísta Labóv. Vocês sabem, muitos de vocês sabem, alguns melhor do que eu, o que representou o trabalho de Labóv.

De um lado temos as ciências muito higiênicas. Aquelas ciências em que você trata das coisas com uma distância tão grande que na realidade, depois, você não sabe nem do que elas distam mais. E então é possível sempre fazer uma linguística super-higiênica, onde você faz teoria da teoria e modelos perfeitos, modelos publicados pelas editoras da França e dos EUA; você fica sendo um membro daquele pequeno grupo fechado e você tem uma tese muito laureada mas uma tese que você mesmo não tem o menor prazer em ler, e que você não recomendaria, ninguém teria o menor entusiasmo

lendo aquelas coisas. E nem você teria a menor alegria em explicar numa linguagem mais simples o que aquilo significa, porque não tem linguagem mais simples!

Labóv faz uma lingüística diferente.

Eu não nego a necessidade deste trabalho. Eu nego apenas que alguém de nós deva esgotar-se apenas nesta tarefa dos trabalhos super-abstratos. A abstração é necessária, mas como um momento dentro de nós mesmos. Deus nos livre de uma divisão do trabalho em que nós sejamos aqueles que devem mutilar sua alma para serem só abstratos e porque isso vá servir algum dia de adubo para uma prática. Nada disso! Nós temos que ser nós mesmos, teóricos e práticos, se não nós nos mutilamos...

O Labovi trabalha há doze anos em cima de uma questão que o amargurou quando ela foi pela primeira vez colocada no grupo de trabalho dele, que simplesmente dizia o seguinte: "Meu caro Labóv, você resiste violentamente à toda tese que cheire de longe a racismo, mas nós aqui de Nova York, nós não podemos deixar de supor que os negros têm algum tipo de inferioridade. Veja nas escolas públicas de Nova York, olhe a "performance" do pessoal do Harlem. Olhe como eles — descontada a condição de inferioridade econômica, porque há também brancos com um grande déficit econômico, e nas mesmas condições — veja, eles têm sempre desempenho inferior aos brancos. Por que isto? São anos a fio que os registros aqui, de milhares e milhares de alunos, evidenciam que o aluno negro tem rendimento inferior"

E o Labóv, com toda a violência da sua intuição e da sua maneira de ver a realidade dos valores que o motivava, dizia: "Não é verdade isto". Então foi à cata de argumentos, foi à cata de saber o que acontecia. Ele foi estudar a língua dos negros. E ele foi verificar a hipótese primeira que ele fez: é que o ensino que lhes era dado não era na língua materna deles. Que na verdade eles falavam um inglês diferente.

Um inglês que todo mundo desprezava. Sub-inglês. Sub-competência lingüística. Gente de QI baixo. Gente de baixa competência lingüística. Então o que faz Labóv? Estuda esse inglês. Ele mostra que ele não é um inglês deteriorado. Que o inglês dos negros do Harlem é outra língua! É o "black-english", como ele vai chamar.

Ele fez então uma proposta muito ousada: "Você já imaginou ser educado numa língua que é muito parecida com a sua, que dizem que é a sua mas que na verdade lhe dá a consciência de não ter língua materna nenhuma? E que você não entende bem. Então eu proponho: vamos dar cursos durante algum tempo com os livros escritos em 'black-english' para os alunos negros".

Pois bem, isto se fez. Durante anos... O rendimento foi excepcional. Eles estavam sempre dois pontos em média acima dos

brancos, a partir daí. Claro que isto não quer dizer também que eles sejam superiores aos brancos!

Isto quer dizer apenas o seguinte: que eles, a euforia deles era tanta, de finalmente descobrir que eles tinham competência lingüística, que eles tinham uma língua materna, que eles tinham identidade cultural, que esta euforia *a mais* dava dois pontos a mais na média.

Bem, esta descoberta é exemplar para nós. É um trabalho de campo. É um trabalho apaixonado também e é um trabalho que dá profundas repercussões também teóricas. É um trabalho teórico-prático que faz avançar incrivelmente a reflexão.

Agora eu me pergunto: por que até hoje a Universidade sempre teimou em dar Lingüística? Porque a sócio-lingüística é justamente a ponte entre o saber teórico e a prática que uma política da linguagem envolve. E é também a chave para a problemática a respeito do uso da linguagem por uma comunidade. Tudo que há de ideológico neste uso é desvendado em grande parte pela sócio-lingüística. Eis aí matéria que só figuraria num currículo interessado em projetos e não apenas em teoria da teoria.

Um outro exemplo que pode ser dado, eu gostaria de citar, e sei que muitos aqui o conhecerão melhor do que eu: é o psicólogo argentino Alfredo Mofatti, autor de "Psicoterapia do Oprimido". É muito interessante como surgem livros com este sub-título: "do Oprimido". Pedagogia do oprimido. Teatro do oprimido. Psicoterapia do oprimido. Realmente é o termo que identifica a conversão intelectual do nosso tempo, a conversão para a cultura que está fora dos nossos hábitos cotidianos.

Bem, o Alfredo Mofatti diz no prefácio do livro alguma coisa que realmente te dá uma euforia imensa. Um orgulho da espécie. É um prefácio inclusive cheio de palavões, coisa muito rara nos prefácios acadêmicos, mas justificados. Plenamente justificados. Ele diz o seguinte:

"Um dia um de meus colegas, mas desses colegas que só trabalham na teoria da teoria, veio aqui à minha clínica popular, que se chama justamente 'Clínica Popular Carlos Gardel' (porque lá ele usa o tango como terapia também... ele aproveita elementos da cultura popular), veio ele aqui, veio com uma comissão de colegas e examinou as coisas que aqui ocorriam e viu um tosco cachimbo feito por um dos doentes daqui, que em geral são aqueles pobres gaúchos bem desprezados e humildes, e de uma cultura em desaparecimento. Esse cachimbo ele fez com um canivete e é muito tosco porque não é permitido que eles tenham ferramentas.

Não era permitido ele ter ferramenta mas ele fez o cachimbo. Claro que saiu um cachimbo meio torto. Aí aquele colega aproveitou todas as análises do cachimbo para dizer: 'Veja, ele é torto porque

indica essa anomalia mental, indica esse outro problema e tudo mais'. Cretino! Ele usurpou aqueles dados patéticos da existência de alguém que procurava desesperadamente recuperar sua identidade cultural. Usurpou aquilo que brilha numa tese, depois, lá fora. Em primeiro lugar, essa é uma atitude que não se justifica, é uma ignorância, é uma sacanagem fazer isto. Você ir a seu povo exatamente para ainda roubar mais uma vez o seu povo. Colher elementos para justificar os seus atos.

E por outro lado não entendeu nada. Como a cultura acadêmica que só faz teoria, pela teoria nada entende. Ela não vê nada de novo, nunca".

A Cultura é o próprio domínio do ambíguo. Tudo que a gente falar sobre ela, de tal modo é imantada e magnéticamente dialética essa palavra, ela representa algo tão profundamente dialético, que tudo que você diga da cultura pode ser imediatamente entendido e explorado em sentido oposto.

É necessário, portanto, dizer isso num campo de referência que não seja só teórico; que seja também teórico-prático. Em todo caso, mesmo com esta ressalva, tentamos dizer que cultura sempre pode ser a reflexão sobre a cultura entendida de maneira fechada. Vejam como ela se transmite. A maneira fechada de ver é justamente só olhá-la do ponto de vista da sua transmissão. São padrões inculcados inconscientemente e depois ordenados em sistemas simbólicos. É o universo do símbolo com que se banha o recém-chegado a esse mundo, e que lhe dá a condição de homem.

Justamente por ser isto ela pode ser algo visto como fechado. Porque inclui só aqueles do grupo. E justamente o conceito fechado consiste em considerar como estranhos e exóticos os que não sejam daquele grupo. Os que não sofreram aquela implantação e aquele inculcamento específico. Esse modo de ver a cultura leva claramente à discriminação, é produto da discriminação prática. Ele leva à discriminação e transforma em dogma teórico a discriminação concreta entre os homens.

E vai procurar diferenças, diferenças insuperáveis, entre os homens e sempre produzirá um pensamento dicotômico: olhar a cultura como excludente, olhar essa implantação cultural como tendo sido feita para um grupo, e sendo sempre reservada só para aquele grupo que olhará só para si mesmo, que nunca olhará para fora.

Essa concepção parada e fechada da cultura leva a negar a própria idéia da evolução do real, na medida que ela considera que aquilo é algo já feito para sempre, é algo que passa a ser recurso de controle... do mundo físico e do mundo social. E passa a ser exatamente a própria usina do repetido.

Por outro lado, há um conceito aberto da cultura onde evidentemente ela também é vista como... o conjunto de sistemas simbó-

licos entrosados e homólogos, includentes. A cultura é vista como um conjunto de recursos modelares, mas continuamente confrontados com as mudanças percebidas do real, e com as demais culturas. Esta visão inclusiva da cultura jamais nos levará ao risco de vê-la como um produto da natureza, o que é a própria alienação.

A visão fechada da cultura acaba vendo a cultura como se ela, por sua vez, se tivesse cristalizado e se transformado num objeto da natureza, e não fosse o produto contínuo da ação humana. Por outro lado, a maneira aberta de ver a cultura é sempre não discriminatória. Ela busca superar as diferenças e busca conviver com as diferenças e é, claramente, evolutiva. A primeira visão é uma visão paranóide. A segunda visão é uma visão crítica ou, se quisermos usar um termo bíblico, metanóica, isto é, de quem está continuamente disposto à conversão e à mudança.

Eu gostaria de terminar essa colocação assim, sem muito centro e núcleo. Eu gostaria de colocar ainda, por fim, uma reflexão do Paulo Freire. Diz ele o seguinte, eu gostaria de ligá-la à primeira reflexão, que foi a epígrafe do que eu falei:

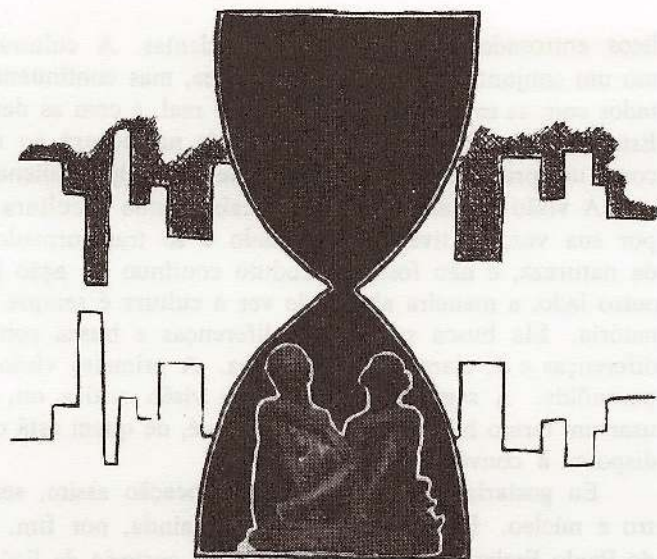
“A reflexão sobre a própria limitação é libertadora tão somente quando ela se vê no exercício da ação transformadora dos condicionamentos”.

Então, é claro, nós somos sempre limitados. Mas somos sempre convidados a transcender os limites. A gente sabe que tem limites mas não pode aceitar jamais os limites concretos que a gente vê e percebe. A gente pode entender que é limitado. Mas aceitar os limites concretos, não.

Portanto, a reflexão, como diz o Paulo Freire, “é libertadora apenas quando ela se vê no exercício da ação transformadora dos condicionamentos”. Aí sim ela vira consciência do real e ação sobre o real, o que nos torna, neste caso, seres de relação e nos transforma em pessoas críticas, isto é, pessoas nas quais se fundiram as autonomias: objetividade e consciência.

Gianfrancesco Guarnieri

Aqui nessa Assembléia estou me sentindo que nem violeiro, com viola de lata, em casa de maestro de Sinfônica. Realmente, o que há de mais fora da Universidade do que eu e parte da minha geração? Eu acho que não existe. Então, a única maneira que eu podia justificar a minha presença aqui era realmente falando francamente, de coração na mão. Trazer um depoimento pessoal, de um cara que tinha onze anos quando terminou a 2.^a Guerra Mundial; que começou a assistir o movimento para a Assembléia Constituinte e que começou a se entusiasmar com esse movimento; e que resolveu, então,



cair “de cabeça”, de corpo e alma, no movimento estudantil. E em virtude disso, largou a escola.

Porque não dava tempo de fazer as duas coisas juntas; porque nós éramos muito poucos, e muito afastados também dos nossos colegas.

Foi formada então uma patota que tinha uns cem, em todo o Brasil, e resolvemos fazer um bruto de um movimento estudantil. E através dele é que nós percebemos, e chegamos a conclusão, do que nós queríamos fazer. E resolvemos então fazer, ou participar, dessa coisa tão ampla que se chama a Cultura do nosso país: “Vamos entrar nessa!”

Algo importante foi descobrir quase o temor que se tinha da Universidade. E que era uma Universidade recente, não é? A distância que a gente encontrava entre a Universidade — em virtude de um ensino que a gente achava que não era “legal” — e a vontade, o que nós tínhamos dentro de nós, de realizar e fazer, era muito grande.

A princípio nós tentamos agir apenas politicamente, no sentido de organização, e encarando a própria atuação de uma forma muito abstrata. Nós queríamos organizar através de movimentos culturais. Mas não sabíamos exatamente o que era isso, quais seriam esses movimentos culturais.

Nós optamos pelo teatro, porque achamos que era a forma de organização da qual nós podíamos lançar mão. E era uma época em que o teatro brasileiro estava se renovando, o teatro brasileiro estava conseguindo novas técnicas, estava entendendo melhor o que era o próprio teatro.

Formamos então um grupo teatral, que foi o Teatro Paulista de Estudantes, que depois se ligou com o Teatro de Arena, e a nossa meta era levar esse teatro às escolas, às fábricas, às praças públicas, ao povo em geral.

Era uma meta idealista, coração na mão, como eu digo. Romântica: nós não sabíamos das dificuldades que íamos encontrar mas foi colocando essas metas que nós começamos a descobrir a necessidade de entender mais profundamente o que a gente estava fazendo; de compreender realmente e não apenas papaguear, dogmaticamente, coisas que nos punham na cabeça — porque sempre “se fez a cabeça” de alguém; nós também tínhamos a cabeça feita — e descobrimos que era necessário fugir, inclusive, desses dogmas; era necessário reagir, era necessário ser rebelde, ao mesmo tempo em que era necessário apreender.

E para apreender era necessário fazer; fazer em conjunto, e procurar não fazer como o teatro oficial da época, ou como fazia a própria Universidade, apenas dentro de si, apenas no processo interno daquilo que se queria realizar; devíamos procurar *fora*, inclusive desse processo interno da nossa realização, a verdade e uma novidade para essa realização.

Dai nos foi possível, inclusive, realizar o movimento que se opunha ao que vinha sendo feito no teatro brasileiro e conseguimos, de uma certa maneira, contribuir para que houvesse uma maior distribuição desse teatro, com a ampliação do público. E nisso, os universitários vieram ao nosso encontro: apoiaram este verdadeiro movimento que se formou com o Teatro de Arena de São Paulo.

Tivemos também o auxílio fundamental da intelectualidade e particularmente dos professores universitários, que compreenderam que ali podia estar o embrião (no setor de espetáculo) de uma coisa nova para o Brasil. Nós tivemos essa ajuda, mas ao mesmo tempo nós nos recusávamos sempre a entrar novamente para a Universidade, pois achávamos que essa nossa volta para a Universidade ia apagar esse nosso movimento.

Nós descobrimos também, e isso foi levantado aqui, em relação à Universidade, no próprio Teatro de Arena, e dentro desse próprio movimento, que ele começou a se voltar para dentro de si. Ele começou a não querer se renovar; ele começou a achar que poderia viver comendo as suas próprias entranhas; a se trancar dentro de quatro paredes; de se oficializar ou de se academizar, de uma certa maneira.

Foi quando então surgiu a necessidade de quebrar essas paredes. E de tentar uma nova coisa. E essa nova coisa veio a se realizar nos Centros Populares de Cultura (CPC) e particularmente no movimento de Cultura Popular do Recife, que surgiu através do método do professor Paulo Freire e onde nós pudemos assistir, pela primeira vez, realmente, o que é o povo participando ativamente do processo

cultural. Contribuindo, recebendo, ocasionando este cruzamento de culturas que nós pudemos observar numa atividade extraordinária, no Recife e em cidade próximas, entre camponeses, com a realização de espetáculos, com a edição de livros, de poemas, de exposições, de pintura. Enfim, no campo da arte, uma efervescência extraordinária, enquanto, por outro lado, a educação penetrava neste povo, baseada nele. Ou seja, ele quase que determinando a *sua* educação.

Eu posso garantir que esses meses que eu vivi em Pernambuco foram dos mais emocionantes, dos mais estimulantes; talvez esta lembrança é que me tenha feito passar esses dezesseis anos (1964-1980) sem sucumbir à ditadura, porque eu sei que a ditadura não perdura; eu sei que, realmente, um movimento como aquele, a potencialidade de um povo, não pode ser esmagado por meia dúzia de canhões.

Hoje o que nós notamos é que realmente nós estamos, ainda, um tanto perplexos diante dos problemas que se apresentam para a sociedade em geral, e para esse processo cultural-prático.

Queremos um *Teatro* não mais apenas de meia dúzia de artistas. Que estão inteiramente conformados pela televisão, que estão inteiramente conformados por essa cultura de massa que está aí, que estão sendo deformados também por ela; eles não podem, então, nos tomar a bandeira da última trincheira (eu acho) que nos sobrou em arte, que nos permita, realmente, realizar, fazer alguma coisa, dizer claramente as nossas idéias. Porque o teatro não depende totalmente, como em outras expressões, de uma máquina muito maior e inteiramente dominada pelo autoritarismo, pela burocracia e tudo mais.

Quero dizer também que neste período, em que se fala de abertura, neste período em que se diz que realmente queremos partir para um processo de democracia plena, eu nunca vi essa intenção por parte também dos donos do poder, que são os donos das fábricas de discos, que são os donos das emissoras de televisão, que são os caras que podem realmente produzir um filme. Nunca vi tanta ferocidade como essa em que eles se atiraram para substituir o autoritarismo do regime. Portanto, para eles, esta abertura é um pretexto para que o poder se mantenha e não mais sobre a mira das acusações, ou seja, transferido, esse poder, para os donos, para as empresas, para as múltis, para todo mundo que domina todo esse nosso processo de cultura de massa.

É em virtude disso que eu acho que o *Teatro* ainda continua sendo uma das trincheiras fundamentais para um trabalho, para um processo-cultural no campo do espetáculo.

Então, para ser sincero e para falar com o coração na mão, eu não posso me furtar de dizer que acho que é muito bonito a gente discutir isso tudo. Eu acho que discutir em profundidade isso tudo é muito importante, o debate é mais do que importante.

Mas, repetindo as palavras que eu ouvi no início, antes mesmo de começar essa Mesa-redonda, "eu acho que já chegou a hora da gente acabar com a participação passiva e partir para a participação ativa"; eu acho que isso depende sempre de nós, de cada um de nós e particularmente da juventude universitária, que é uma juventude privilegiada.

Ela pode contribuir fundamentalmente, como já contribuiu no processo brasileiro total: social, político, econômico, cultural, em todo ele.

Depende muito, depende muito dessa juventude. Depende da gente se organizar, depende da gente participar diariamente, cotidianamente: por menos que a gente faça, a gente está fazendo muito, se nós fizermos juntos.

É manter essa porta aberta, e quebrar a parede. É a gente investir pelo campo a dentro. É a gente ter uma perspectiva muito grande; e a minha é clara: a minha é o socialismo. Eu acho que nós temos que lutar por isso.

Eu não vejo outra maneira da gente vencer os obstáculos, da gente se colocar corretamente diante desse mundo, sem ter uma visão mais ampla disso tudo. Não podemos nos conformar mais a um tipo de sistema, a um tipo de regime.

Nós temos que questioná-lo sim. E temos que ter uma perspectiva ampla. Essa é a do socialismo! E temos que ter essa perspectiva com amor. Sem preconceitos, acabando com o moralismo estreito e barato que existe em muitos lutadores nossos; abrindo as nossas cabeças, indo para a frente e "pra cabeça". E a única maneira — não é retórica — é sentindo a vontade de fazer. E digo isso com 25 anos de luta.

Carlos Estevam Martins

Sendo eu o último expositor e dado ao adiantado da hora, depois das várias exposições que foram feitas e especialmente depois desse depoimento do Guarnieri, que foi tremendamente eloquente, eu acho que eu não teria nada de mais especial a acrescentar; e seria uma pena que nós terminássemos essa reunião sem que houvesse um debate aqui, sem que houvesse a oportunidade das pessoas que estiveram todo esse tempo aqui, escutando os componentes da mesa falar, não tivessem uma oportunidade, *também*, de se manifestarem.

Eu vou abrir mão dessa oportunidade que eu teria de dizer algumas coisas aqui, para ceder a palavra ao público e dar início ao debate.

Estudante

Para mim fica até uma coisa engraçada, porque a gente está no Congresso da USP fazendo um debate sobre cultura, num momento em que, por exemplo, a Escola de Comunicações e Artes promove uma semana de "Arte e Ensino" na qual quem não pagou a taxa de inscrição não entra.

Me deixa feliz o fato da gente estar aqui discutindo cultura. E para ser breve eu gostaria de ler para o pessoal um escrito de Antonín Artaud, que eu acho que sintetiza tudo aquilo que a gente pode fazer para melhorar essa situação de cultura que está aqui na Universidade: "Não podemos viver eternamente rodeados de mortos e de morte; e se ainda restam preconceitos, temos que destruí-los."

O dever do escritor, do poeta, o dever da pessoa preocupada com a cultura não é ir esconder-se covardemente num texto, num livro, numa revista, dos quais nunca mais sairá.

Pelo contrário: seu dever é sair à rua para discutir, para atacar; se não, pra que serve, e por que nasceu?

Eu acho que é dessa forma que a gente pode fazer alguma coisa para modificar a situação e para adquirir aquele espírito que foi perguntado aqui como se consegue. Eu acho que é isso: é fazendo cultura.

Tendo "peito" e esquecendo que fazer cultura na Universidade hoje é uma coisa que faz a gente correr o risco de "tomar pau" na escola, se for aluno, ou de perder uma brilhante carreira acadêmica, se for professor; mas eu acho que se a pessoa está preocupada, vale a pena correr risco e partir para realmente atacar a opinião institucionalizada aí pelos meios de comunicação, discutir, polemizar.

Criar cultura na prática, apesar dos meios institucionalizados fazerem de tudo para impedir isso.

É isso aí.

Representante do DCE

No momento em que estamos realizando um Congresso como esse, eu acho que devemos colocar especialmente nesses grupos de trabalho que estão se reunindo — além dessas assembléias mais amplas — colocar propostas práticas, tentar descobrir medidas mais efetivas para corrigir este estado de coisas, mantendo a atenção com respeito a estes obstáculos externos, mas agora tratando de concentrar um pouco mais a atenção nas limitações internas, nos empecilhos decorrentes do nosso próprio modo de viver a Universidade.

Um professor

A minha experiência de Universidade, desde o meu tempo de estudante, foi sempre muito negativa. Tudo que o Bosi falava no princípio aqui, a respeito de um estado de ânimo depressivo, de um pessimismo generalizado, de um desânimo muito grande, é uma coisa que me diz muito respeito, me tocou muito porque na realidade é essa a situação em que eu me encontro com relação à Universidade.

Desde o tempo de estudante — eu estudei no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil; era uma universidade péssima, precaríssima, horrorosa — eu achava que a USP era uma maravilha, naquela época. Por acaso da vida acabei me tornando professor da USP. Chegando aqui, constatei que não era nada daquilo que eu imaginava.

Aí, surgiu o projeto da Universidade de Campinas. Chego lá, também não acontece *nada* de mais importante lá.

Então, nesta discussão que nós estamos tendo aqui, da Universidade como centro de Cultura, do ponto de vista da minha experiência é justamente o contrário, é um centro anti-cultural, no meu modo de ver. O que eu me limito a fazer na USP é vir aqui, dar aula e vou para casa e acabou.

Não há nenhum tipo de interação cultural mais significativa da qual eu participe dentro da Universidade.

Há uma quantidade enorme de coisas que podem ser feitas, reformas fantásticas, modificações da maior envergadura. Que nós passemos a fazer uma autocrítica de nós mesmos. Verificar o que nós estamos deixando de fazer, quais são as oportunidades de atuação que nós temos pela frente e que nós estamos desaproveitando completamente.

Recordo que no meu tempo de aluno, numa universidade extremamente pior do que a USP (que era essa Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro) nós, como estudantes, diante daquela calamidade que era aquela Universidade, o que nós tratamos de fazer foi criar Centros de estudos, de reflexão e de trabalho cultural dos próprios alunos, além de termos a atividade política que se exercia através dos partidos políticos e do Centro Acadêmico. Por conta própria, tomávamos a iniciativa de formar Centros de estudos e desenvolver a atividade cultural. Ganhando também, para essa atividade, aqueles professores que também não encontravam, dentro do âmbito da Universidade, grandes oportunidades de participação cultural.

Eu acho que o caminho a seguir deveria ser esse.

Uma pergunta do plenário

Qual seria o papel da Educação sistematizada no educador saído de uma Faculdade de Pedagogia — tanto do curso normal de Pe-

dagogia como de Licenciatura — na construção conjunta de uma sociedade enraizada na cultura popular? Como se coloca esse educador na Escola, e ao mesmo tempo fora dela, em toda a atividade social que é educadora e institucional?

Alfredo Bosi

Eu acho uma pergunta muito difícil. Se algum colega quer responder... A pergunta é sobre a situação presente, não? Como atualmente se formam educadores e pedagogos dentro de uma linha institucional. Acho que vão se formar durante muitos e muitos anos ainda assim. Então, a senhora está preocupada como é que esse tipo de educador, formado nessa linha, pode inserir-se numa forma de co-produção da educação, não é verdade?

Eu acredito que tem que mudar a formação desse educador, ou ele convencer-se realmente que a educação que ele recebeu é insuficiente, porque continuando como está reproduz-se a mesma situação.

Estudante

Bom, o meu raciocínio de trabalho é com os seguintes conceitos: a sociedade se divide entre dominados e dominadores; e os dominados, a ideologia deles, é a ideologia do poder. E o meu raciocínio também trabalha com o seguinte modo de ver a coisa: de que o dominado — ou seja, o operário, o trabalhador, a massa, o estudante, aquele que é dominado — a ideologia dele é a reprodução da ideologia do poder; mas de uma certa forma, em determinados momentos, em determinados lugares, você encontra uma ideologia de resistência à ideologia do poder, que se manifesta na própria reprodução dessa ideologia.

Acho que o povo, de repente, passa a ser a panacéia para todas as coisas e a síntese de tudo. De repente, a resposta está no povo. Então eu pergunto: se a resposta está no povo, por que até hoje as coisas não foram feitas?

Dá para você fazer as coisas aqui hoje. No entanto, eu acho que se você não estrutura bem o seu discurso, se você não especifica bem, ele pode ser utilizado pelo sistema e ser usado como instrumento de dominação, inclusive. Eu pergunto: será que aquele negócio lá, a literatura de cordel, realmente é literatura de massa, do jeito que "pintou"? Negrinho do Pastoreio é cultura que veio das massas realmente? Você pode analisar essas coisas de uma forma

dupla. Por um lado, você vê a reprodução da ideologia do poder. Por um outro lado, você vê gente pegando esses mesmos dados e dando um outro conteúdo para ele. Eu vejo que dá para a gente fazer as coisas aqui e agora; no entanto eu acho que é inútil tudo que você faz e não questiona efetivamente o Poder, em tudo que ele tem.

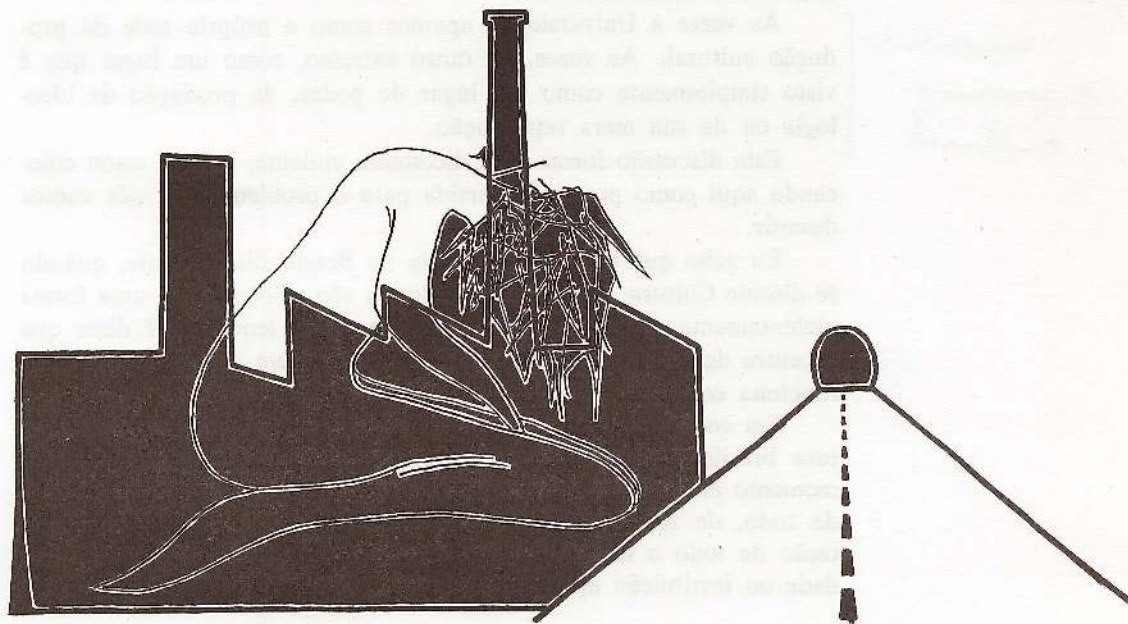
Ou seja: eu não acredito numa ação cultural crítica se você não transforma a sociedade. Mas eu não estou colocando uma coisa depois da outra. Para mim as coisas são simultâneas. Se você não especifica no seu discurso essa questão, ela fica pouco vaga.

O povo vira síntese de tudo e você chega e afirma que, apesar do capitalismo colocar mil entraves para as coisas todas, você pode fazer algumas coisas nos marcos do capitalismo.

E eu pergunto para o Zé Miguel: e o sistema como é que fica? Se você não coloca a questão do Poder... E quando eu falo do Poder eu falo Poder ao nível institucional, ao nível de Governo. Como é que fica a coisa se você não questiona diretamente o Poder junto com a questão da Cultura, como é que fica?

Zé Miguel

Eu acho que a novidade (ou coisa interessante) que você coloca — e que abriria uma outra discussão, quer dizer, abriria horas



de discussão se fosse possível, se a conjuntura estivesse favorável para isso — é que a relação das culturas e a relação de dominação e de poder que atravessa as culturas é uma coisa complexa. E que o Poder está em muitos lugares, está no centro, está num suposto centro e ao mesmo tempo está descentrado e se manifesta de mil modos, de muitos níveis.

Você me pergunta o que é possível fazer, se o sistema enquanto sistema se mantém e absorve e engole essas coisas? Até que ponto é possível levantar para a Universidade, por exemplo, a possibilidade dela se remeter ou procurar entrar em contato com outras culturas, com a cultura popular, se entre as duas mesmo passa uma relação de alienação, que na verdade é comum?

O que impressiona nesse descentramento todo é o fato da simultaneidade de todo esse processo. A gente tem que experimentar continuamente modelos que entrem em tensão com todas as formas de poder estabelecido, em todos os níveis.

Mas não é possível esperar que essas ações, especificamente, desloquem o poder por si só, nem que a simples substituição de poder alterasse toda a rede de poder que atravessa a sociedade. Uma questão que teria que ser discutida aqui é a alienação. Onde ela está e que níveis ela atinge?

Volta e meia a gente vê esta afirmação (por alguns contestada, até violentamente; por exemplo, na imprensa, ou por artistas, às vezes) que diz que a produção cultural que interessa no Brasil está toda fora da Universidade.

As vezes a Universidade aparece como a própria sede da produção cultural. As vezes, no outro extremo, como um lugar que é visto simplesmente como um lugar de poder, de produção de ideologia ou de sua mera reprodução.

Esta discussão forma uma dicotomia violenta, que eu estou colocando aqui como ponto de partida para o problema que nós vamos discutir.

Eu acho que há uma tendência no Brasil, ultimamente, quando se discute Cultura, em que os problemas são colocados de uma forma violentamente antagônica. De tal modo que a tendência é dizer que o centro de cultura está em algum lugar. Ou em outro. Isto varia e funciona como uma espécie de produção de loucura.

Em certo momento um artista se coloca como o centro da cultura brasileira. Um exemplo disso é o Gláuber Rocha. Em certo momento ele se apresenta como uma espécie de ego que é o centro de tudo, de todo o imaginário, como se o seu ego fosse a captação de todo o mundo cultural. Em outros momentos a Universidade ou instituição aparece, figurando, ocupando este lugar.

unidade
e produção
cultural

O problema fundamental, no entanto, é que a cultura (em todos os lugares onde ela se produz) está descentrada. E esse descentramento é um resultado do próprio processo de divisão e de fragmentação da universidade social que se dá no capitalismo.

Se começamos a pensar a Universidade, nós vamos ver que a idéia de que ela é um *centro* tem sofrido profundos abalos ultimamente. Vem sofrendo profundos abalos. Alguns desses abalos, a meu ver, são os seguintes: a gente sabe que a fragmentação separa o corpo universal do saber, que fica pulverizado e burocratizado. Isso a gente vê a todo momento na vida universitária.

Ao mesmo tempo a Universidade tem ficado, ou tem se sentido, cada vez mais distante de uma funcionalidade social. Distante da possibilidade de fazer com que a sua produção de saber seja efetivamente carreada para a vida cultural.

Além disso, a Universidade se defronta a cada momento com o fato de que entra para ela, por várias portas, alguma coisa que de certo modo figura como inimigo da tradição que ela sustenta. E que é a indústria cultural. A indústria cultural é que praticamente forma, que "faz a cabeça" das pessoas que chegam à Universidade. Frequentemente as pessoas chegam à Universidade sem nenhum contato com a tradição histórica, literária e filosófica. E sem domínio da prática discursiva, sem poder falar, escrever e pensar.

Nesse sentido a Universidade se defronta: meio que estranha a Universidade burguesa, estranha a sua própria face através dessa população que chega a ela. Ou esse público, que chega a ela frequentemente trazendo informações de outra ordem, com as quais a Universidade não sabe o que fazer.

Por outro lado, no momento em que a Universidade olha verdadeiramente para fora dela, ela toma contato com as culturas do povo que são culturas que praticamente tiram do lugar a cultura letrada e livresca que é a base da vida acadêmica.

Um artigo que o Prof. Bosi escreveu sobre a cultura brasileira diz justamente isso: "Que as culturas não-universitárias frequentemente não são culturas de escrita, não são culturas do livro. São culturas orais". Culturas cuja prática escapam a essa centralização da escrita que marca e se impõe sobre a vida universitária. Então, frequentemente, a cultura universitária olha com desprezo essas outras culturas, que ela encara como alguma coisa que está abaixo do próprio limiar da cultura.

Acho que o Flávio Di Giorgi exemplificou muito bem isso, quando falou do exemplo do Labóv: "O que a cultura universitária precisaria fazer, para entrar em verdadeiro contato com essas outras culturas, era transformar-se radicalmente". Sair radicalmente do lugar

fragmentação
do saber

funcionalidade
social

onde ela está instalada, do lugar onde pensa (sediada imovelmente), compreender aquilo que está fora dela.

Nesse sentido, a imobilidade, que marca o modo como a produção cultural se dá na Universidade, está principalmente no fato de que a vida universitária freqüentemente faz uma operação ideológica que consiste em: fazer com que tudo aquilo, todo aquele que fala, todo discurso *de alguém*, toda aquela fala em que um sujeito fala de sua própria situação e do mundo, seja convertida — na Universidade — em um *discurso sobre*. Quer dizer, o discurso acadêmico tende a ser um discurso que reduz todos os outros a seu objeto. E, nesse ponto, é que se estabelece uma separação muito marcada entre a cultura viva e a cultura acadêmica.

No artigo que escreveu sobre “Educação e Ideologia” a Prof.^a Marilena Chauí fala de uma operação, uma das operações básicas da ideologia como lógica da ocultação e da dissimulação. É a operação que consiste em fazer com que o discurso vivo das pessoas, dos grupos, seja convertido num discurso *sobre*.

Essa é uma operação que se faz por uma lógica, que é uma lógica da dissimulação. Ou seja: que dissimula a existência de classes sociais contraditórias; que precisa esconder esse fato e que, ao mesmo tempo, procura ocultar a própria gênese da divisão social, onde está a raiz desta divisão.

Ao ocultar isto, a ideologia faz uma operação. Esta operação, diz a Prof.^a Marilena, se dá assim: “Quando o discurso da unidade social se tornou realmente impossível, por causa da divisão social, surgiu então um discurso *sobre a unidade*. Quer dizer, numa sociedade dividida, na sociedade capitalista, onde é impossível sustentar o discurso que fale da sociedade como um todo, então uma operação ideológica da ocultação e dissimulação desse fato é estabelecer um discurso que fala *da, sobre a* unidade social.

Quando o discurso da loucura tem que ser silenciado, quer dizer, quando a loucura é vista como alguma coisa que tem que ser calada, então no seu lugar surge um discurso *sobre a loucura*.

Quem fala não é mais o sujeito daquele discurso mas é o suposto teórico que se apropria daquele discurso como objeto de uma explicação ou de uma interpretação, ou de uma suposta teoria”.

Diz ela também: “Quando não pode haver o discurso *da* revolução, quer dizer, a revolução que se fala em palavras e atos, surge então um outro discurso, *sobre a revolução*. Ali onde não pode haver o discurso da mulher, surge então um discurso *sobre a mulher*, e assim por diante”.

Ora, essa passagem do discurso *de* ao discurso *sobre* caracteriza várias das atividades intelectuais, como a Ciência, por exemplo.

Continuando, ela diz: "A psiquiatria fala sobre a loucura, a sexologia fala sobre o sexo, a tecnologia fala sobre o trabalho, a pediatria fala sobre a criança, a filosofia sobre as idéias, e assim por diante." Em suma, o *discurso-sobre* oculta o seu caráter ideológico, chamando-se de teoria.

Depois dessa longa citação, eu quero comentar exatamente isso: o tipo de relação pedagógica, de produção de pesquisa, de produção teórica que se faz na Universidade, tudo está submetido a esta operação ideológica.

Então, o que freqüentemente nós fazemos, ou o que se faz na Universidade, é fazer triunfar vicariamente o discurso acadêmico sobre o silêncio obrigado de um outro, que é calado. Na verdade a suposta ciência universitária muitas vezes se ergue como alguma coisa que é feita para calar outra, como lógica da ocultação; ou para esconder a falta de um discurso da unidade da sociedade, de um discurso onde toda a sociedade possa se expressar, ou seja, como uma lógica da dissimulação.

Essas questões afetam o nosso trabalho, e nesse sentido fica sendo alguma coisa onde o movimento de *calar* o que fala, falando dele, é a forma de dominação que se instala.

Se a gente pensar o que é a produção cultural viva, a gente vai ver que é justamente o cruzamento dos múltiplos discursos. Dos discursos *de* e não propriamente os discursos *sobre*. Ou, na verdade, aqueles discursos onde não haja mais esta distinção entre aquilo de que se fala daquele que fala, onde a distinção entre o sujeito e o objeto, como dois planos estanques, seja na verdade superada.

Nesse sentido é que a produção cultural está viva no momento em que ela é simultaneamente; ela pode implicar, ou mover os discursos da loucura, da revolução, da mulher, do sexo e do amor, da criança, o discurso das idéias, o discurso das linguagens (se a gente puder falar assim) e o discurso inclusive que repropõe a continuidade, em processo, da própria contradição da divisão social com o desejo da unidade. Esse desejo da unidade que está em contradição com a divisão social e que se expressa no discurso político, no discurso utópico e no discurso poético.

Então, as coisas que eu estou procurando apontar remetem àquelas observações que o Prof. Alfredo Bosi dizia no começo, "que a produção cultural se dá de maneira viva e está no lugar onde o poético e o político encontrem a superação das duas diferenças".

Na Universidade nós estamos vindo de um processo onde a fala das pessoas vem de ser sistematicamente calada; muitas são as formas pelas quais esse processo se dá.

Um deles é, por exemplo, a implantação dos cursos de pós-graduação em nova fase, nos últimos dez anos. Esses cursos de pós-gra-

duação tenderam freqüentemente a transformar uma geração inteira em preparadora de teses; e as teses feitas dentro de um discurso, de uma fala monocórdica, onde as pessoas têm de se submeter a um modelo, a um gênero, entre outros, que é um tipo de aproximação à realidade, um tipo de produção do saber que é estreitamente condicionado e limitado.

Esses problemas remetem, na Universidade, a vários níveis. Um deles é a sala de aula: a relação pedagógica coloca em jogo todo esse problema. A relação pedagógica é um momento em que as pessoas que trabalham na Universidade, que vivem a Universidade, precisariam enfrentar para fazer esse descentramento passar por uma transformação radical.

Existe uma relação da Universidade com a criação, com a criação artística; e num outro momento, como parte de um mesmo processo, a relação da Universidade com as culturas populares, como nós tínhamos falado aqui. Cada um desses aspectos envolve uma série de problemas específicos que não seriam objeto aqui de uma exposição, mas de uma possível discussão que venha a seguir.

Nesse momento eu passo a palavra aos outros, porque eu acho que tenho muita coisa a dizer sobre a Universidade e a Cultura. Mas faço isso, sobretudo, porque eu não estou muito certo de saber o que é a Universidade, nem muito menos o que é a Cultura.

Quer dizer, eu sabia. Já soube, há vinte anos atrás. Eu era estudante e nós tratávamos a questão da Reforma Universitária. Naquela época eu sabia *exatamente* o que era a Universidade.

Com o tempo, eu cheguei à conclusão que não sei, e acho que isso talvez seja uma vantagem que os estudantes hoje têm, sobre o estudante que eu fui: é que hoje também os estudantes não sabem o que é a Universidade. Acho isso uma grande vantagem.

O que eu poderia dizer sobre Universidade e Cultura é muito pouco: é a idéia de que a tal Universidade é uma espécie de Cultura, no sentido que a gente diz que os índios têm uma cultura ou tal sociedade tem uma cultura, ou seja, que é alguma coisa que você pretende usar. É nesse sentido, de existir uma cultura, que você tem que saber usar para poder saber do que se trata.

E a grande contribuição da Universidade, para as pessoas, seria não atrapalhar a aprendizagem dessa cultura, fazer com que o ensino faça o máximo possível para não impedir que as pessoas que vivem na Universidade possam saber usar essa cultura da Universidade.

Não que essa cultura seja muito valiosa. Na verdade o que ocorre com essa espécie de cultura que é a Universidade, é que ela tem a particularidade de achar que ela é o centro. Isso que o Zé Miguel estava dizendo e que eu não vou repetir.

Não é que a Universidade tenha algo a ver com o centro da cultura; é que ela se pensa, ela pensa sua cultura particular como

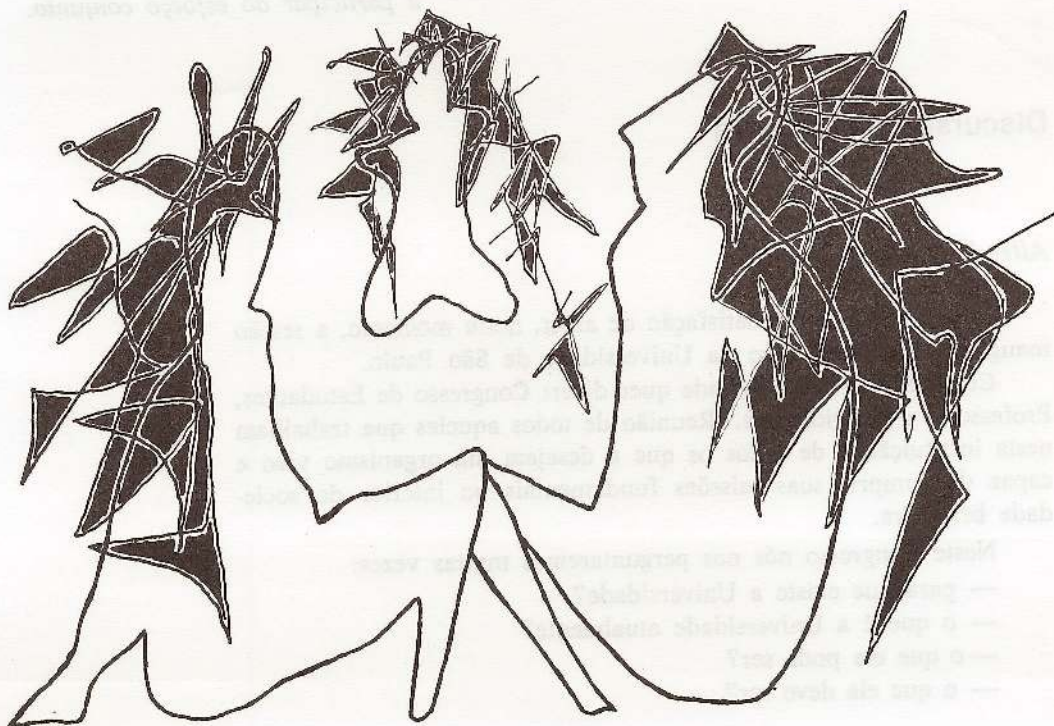
o que é a
universidade?

sendo o centro da cultura e, sobretudo, ela parte do princípio que a cultura tem um centro.

Acho que essa é a parte mais perigosa da cultura da Universidade. É a pressuposição de que a cultura tem um centro, de que a cultura tem uma espécie de sujeito que produz essa cultura. Aliás, nós todos aqui, eu inclusive, estamos continuamente veiculando essa idéia de que nós somos produtores de cultura, ou seja, que a cultura tem um produtor (assim como você produz hortaliças, ou produz nesse sentido que você tem um sujeito ativo, que vai lá e produz a cultura). Isso pode levar a uma das formas de violência mais graves.

Violência no sentido mais simbólico; não no sentido preciso de uso da força, mas na idéia de que nós, como produtores de cultura, vamos então invadir a vida das pessoas, invadir os sentimentos das pessoas, invadir a intimidade das pessoas, vamos entrar nas suas casas, nas favelas, em tudo quanto é lugar, para dizer, mais ou menos, o que é que elas pensam, o que elas fazem etc.

Evidentemente que isso de um ponto de vista, que é o ponto de vista da cultura universitária, a idéia do universitário como produtor de cultura, alguém que invade violentamente a vida das pessoas em nome de uma *verdade*.



2. A Semana da Universidade: 15 a 19 de setembro de 1980

A estruturação do I Congresso resultou de um processo lento e complexo de interação entre os vários segmentos da comunidade universitária. A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo acabou por vertebrar — como proposta nascida da reunião de seu Conselho

Representantes — a estrutura do encontro. Ao mesmo tempo, as outras entidades da comunidade, o Diretório Central de Estudantes e a Associação dos Servidores, convocavam seus associados e representados a participar do esforço conjunto.

Discursos de abertura

Alfredo Bosi

Temos a honra e a satisfação de abrir, neste momento, a sessão inaugural do I Congresso da Universidade de São Paulo.

Congresso da Universidade quer dizer: Congresso de Estudantes, Professores e Funcionários. Reunião de todos aqueles que trabalham nesta instituição e de todos os que a desejam um organismo vivo e capaz de cumprir suas missões fundamentais no interior da sociedade brasileira.

Neste Congresso nós nos perguntaremos muitas vezes:

- para que existe a Universidade?
- o que é a Universidade atualmente?
- o que ela pode ser?
- o que ela deve ser?



Mesa de Abertura do Congresso: da esquerda para a direita, Sergio Burghi, Aziz Simão, Alfredo Bosi, Braz José de Araújo e José Carlos do Carmo

E essas perguntas, em vez de serem respondidas apenas na intimidade de nossas consciências, ou dos pequenos grupos de nosso convívio, exigem agora uma resposta coletiva e democrática de todo o corpo universitário.

Daí, a importância destes dias de reflexão para os quais foram convidados todos os docentes, discentes e funcionários da USP.

Se fizermos um exame do programa da Semana veremos que, nele, a pergunta sobre "O QUE SOMOS?" desdobra-se e especifica-se em outras interrogações a que o temário busca responder.

De início, uma tomada de contacto com a realidade econômica. O que significamos como *trabalhadores estipendiados pelo Estado*? Isto é: o que nos é destinado pelo Erário Público quando se elabora, nos gabinetes técnicos, o orçamento do Estado? (Mesa-redonda hoje, dia 15, à tarde.)

Ainda dentro da mesma questão de base: qual o nosso modo de inserção nesta sociedade capitalista, ou em uma sociedade mais igualitária? Como nos organizamos internamente? Aqui, o tema central é a hierarquia e a execução do poder na Universidade. (Mesa-redonda e Grupos de Trabalho, terça-feira, 16, à tarde.)

O que produzimos? Se é *cultura*, como a produzimos na Universidade e fora dela? (Mesa-redonda, terça-feira, à noite.)

Outros desdobramentos:

Somos uma comunidade? Como vivemos? Quais as condições de vida de nossos funcionários? Como a Universidade serve à própria comunidade? (Quarta-feira, 17, pela manhã e à tarde.)

Quais são as perspectivas diante da ameaça de privatizar o que resta no país de Ensino público e gratuito? (Mesa-redonda quarta-feira à noite.)

Quais são as perspectivas concretas de luta por melhores salários e por uma inserção real no mercado de trabalho de todos os profissionais de nível universitário? (Mesas-redondas e assembléias na quinta-feira, 18.)

Todo conhecimento pode, em última instância, transformar a realidade. Ao menos esta é a esperança daqueles que se reúnem para pensar os dados da própria situação. Para o dia 19, sexta-feira, estão previstos dois eventos: uma Assembléia, pela manhã, e um Ato Público, em frente do Palácio dos Bandeirantes, à tarde. Há, portanto, uma passagem da análise interna e da interpretação para a ação organizada, o que nos parece um eixo positivo de atividade na Universidade.

E como ninguém é de ferro, e até Deus descansou no sétimo dia, sábado é dia livre de recreação, teatro e festa.



Flagrante do plenário (Abertura do Congresso)

Uma palavra final de agradecimento aos que, atendendo ao convite dos organizadores, vieram participar desta mesa de abertura. O Congresso foi planejado pelo DCE-Livre "Alexandre Vanucchi Leme", aqui representado pelo estudante José Carlos do Carmo; pela ADUSP, aqui representada pelo seu presidente, o Prof. Braz José de Araujo, e pelos funcionários da USP, aqui representados pelo funcionário José Roberto Stella. A eles caberá inicialmente a palavra, porque representam a USP na sua organização interna.

Mas, como estamos convencidos de que uma instituição se estiola e tende a morrer de inanição quando lhe falece o contacto com os demais setores da sociedade, convidamos também representantes de outros grupos no amplo espectro da vida nacional, porque de todos desejamos saber o que esperam de uma Universidade, que se arroga muitas vezes o papel de dona do conhecimento mas que talvez não saiba responder sequer àquelas perguntas vitais que vêm necessariamente de fora dela, e que definem a sua missão, o seu horizonte, o seu limite. Solicitamos a presença da Igreja, dos Sindicatos, da Imprensa, da Indústria, do Legislativo, de entidades profissionais. Convidamos o Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns; os senadores eleitos André Franco Montoro e Orestes Quércia; o Deputado Robson Marinho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; os representantes da UEE, da UNE, da ABI, da FIESP e dos sindicalistas.

Braz José de Araújo

Porque realizamos esse Congresso? A proposta original do Congresso foi feita pelo DCE-Livre da USP. A ADUSP-Economia aprovou-a em Assembléia setorial e, posteriormente, foi aprovada em Assembléia Geral da ADUSP. O Conselho de Representantes designou comissão para ouvir as sugestões das unidades, através de reuniões setoriais presididas pelos conselheiros das mesmas. Poucas se manifestaram, o que evidencia, entre outras coisas, a dificuldade de sensibilizar o professor para uma participação democrática no debate da crise da USP que, se nos afeta individualmente, é problema nosso, de todos nós.

A partir das sugestões recebidas, uma Comissão do Conselho elaborou proposta para discussão de Conselho, o qual designou uma Comissão Executiva da ADUSP para o Congresso, composta dos seguintes membros: Professores Alfredo Bosi, Amélia Império Hamburger, Denisard C. de Oliveira Alves, André Franco Montoro Filho, Maria Amélia Matos, Maria Adélia A. de Souza, João Luiz Lafetá, Marilena Chauí, Juan S. Yazlle Rocha e Roberto Mendonça Faria. Essa Comissão, aliada aos membros da ASUSP e DCE, ficaram encarregadas de levar a idéia do Congresso adiante.

A Reitoria foi comunicada, desde o início do ano, sobre nossa intenção em realizar o I Congresso. Mas um Congresso é algo difícil: três entidades com ritmos e calendários diferentes e a própria falta de experiência não facilitaram as coisas. O calendário definitivo não dependia apenas da ADUSP.

Nossos objetivos eram claros: debater a crise da USP, mostrar suas potencialidades no plano cultural e científico, encontrar e definir melhor nossos erros, apresentar alternativas para superar essa crise e recolocar a USP à altura das necessidades de desenvolvimento cultural, científico e tecnológico nacional.

Evidentemente, o Congresso não poderia ser tarefa exclusiva dos professores. É fundamental a participação de estudantes e funcionários. Qualquer ausência, qualquer deserção, retira o caráter deliberativo do Congresso, imprimindo-lhe o caráter indicativo. A ADUSP procurou a aproximação com as entidades representativas dos estudantes e dos funcionários. Essa aproximação é fundamental, se efetivamente pretendemos ser coerentes com nossos princípios de democratização da estrutura de poder na Universidade. Não é por acaso que o Gal. Golbery do Couto e Silva, em sua conferência de 1.º de julho, considera *estranha* as alianças entre mestres e estudantes. É muito estranho. É muito estranho que se pretenda democratizar a Universidade e a sociedade sem que os membros da comunidade tenham o direito de se aproximarem, reforçando suas entidades representativas.

O Congresso da USP é um momento para a consolidação da ADUSP. Querem enfraquecer nossa entidade, querem nos dividir. Nossa resposta de democratas só pode ser uma: trabalhar durante toda essa semana em defesa da USP.

A Reitoria, que não manifestara até recentemente nenhuma antipatia pelo Congresso, de repente mudou de comportamento. Cabe-nos realizar esse Congresso, mobilizar-mo-nos durante toda essa Semana, pois precisamos compreender que essa forma de trabalhar em defesa da Universidade é também a forma de defendermos melhores salários para todos os professores, reajustes semestrais para todo o funcionalismo público.

Nosso Congresso é também uma forma de mobilização em nossa campanha salarial, de nossa luta pela valorização da carreira profissional do docente e do pesquisador. Dia 19 de setembro, sexta-feira, às 17 horas, vamos ao Palácio dos Bandeirantes. E vamos acompanhados pelas entidades mais significativas de todo o funcionalismo público do Estado, com os professores, estudantes e funcionários da UNICAMP e da UNESP porque nossa luta é a luta dos docentes das Universidades estaduais, é a luta de todos os professores

deste país pela dignidade de nossa carreira, pela democratização da Universidade e pela defesa do ensino público e gratuito com os melhores padrões de ensino para todos.

Objetivos e organização

Temos tido lutas conjuntas na USP por melhores condições de vida, trabalho e ensino, como a greve do ano passado. No entanto, a reforma da Universidade teve, entre outros efeitos, como resultado a fragmentação de nossas atividades, interesses e relações internas, assim como nossa relação com a sociedade. Hoje existe no plano nacional a reivindicação de mais verbas para a educação, de ensino público gratuito. Existe também a campanha salarial de todo o funcionalismo público, incluindo os professores universitários, em greve. No plano estadual também há campanha salarial, reivindicação por mais verbas e reivindicações quanto aos serviços prestados ao funcionalismo e aos estudantes (hospitais, creches, restaurantes). Existem ainda discussões críticas sobre o "Projeto", que reformulou a carreira dos funcionários e seus salários, assim como estudos sobre a carreira universitária na USP. Desde nossa greve no ano passado, tornou-se claro que sem uma discussão conjunta e sem deliberações e atividades coletivas, nossas batalhas seriam perdidas de antemão.

Por isso um Congresso de todos os membros da Universidade.

Um ponto de grande importância para nós é o seguinte: dada a reforma da Universidade, sua estrutura de poder e de administração, dada a heteronomia da Universidade (no plano econômico, no plano cultural e no plano do ensino), não basta reivindicar mais verbas para a Educação, nem Ensino público gratuito, nem melhor atendimento nos serviços comunitários (hospital, restaurante, creches, transporte etc.) se antes não for feito um estudo rigoroso da USP. Para esse estudo e para um diagnóstico capaz de conduzir a uma ação cultural, social e política consistente é que se realiza o Congresso da USP.

Finalidades do Congresso:

- 1) Fazer um diagnóstico da situação geral da Universidade do ponto de vista da produção cultural (ensino e pesquisa), administrativo (órgãos de funcionários e do alto escalão de professores), políticos (as estruturas de poder na USP — conselhos, comissões, congregações, conselhos departamentais etc.), econômico (orçamento, distribuição de verbas para contratação de professores e funcionários, bibliotecas, laboratórios, infra-estrutura de serviços etc.);

- 2) esclarecer as relações que a Universidade vem mantendo com os poderes públicos e com as empresas, estatais e privadas;
- 3) lutar pela democratização da Universidade, modificando as formas de representação e de hierarquia burocrática;
- 4) fundamentar e ampliar a luta pelo Ensino público gratuito.

Formas de atividades:

- 1) Grupos de trabalho sobre temas específicos por categoria e sobre temas gerais de toda a USP;
- 2) atividades de discussão (reuniões, mesas-redondas, fóruns) conjunta sobre temas universitários específicos e sobre temas de interesse geral (usinas nucleares, saúde pública, Assembléia Nacional Constituinte etc.). Essas duas atividades foram distribuídas no correr do mês de agosto culminando, nesta semana, com as atividades por Unidades (institutos e departamentos discutindo seus problemas específicos em grupos de trabalho e em mesas-redondas).

O término dessas atividades será uma síntese durante a semana de 15 a 19 de setembro, a "Semana da Universidade", com atividades durante os três períodos e com participação conjunta de professores, estudantes e funcionários. A "Semana" será concluída com Assembléia Geral indicativa e com um Ato Público às 17 horas, diante do Palácio dos Bandeirantes, com nossas reivindicações salariais — especialmente o reajuste semestral para todo o funcionalismo. Deverão participar, além da USP, os demais funcionários públicos, outras associações docentes do Estado e os DCEs.

O Congresso faz parte da ação nacional de professores, estudantes e funcionários por melhores condições de trabalho, vida, ensino e pesquisa. Realiza nossa campanha salarial conjunta. É mais uma ação ao lado das greves dos estudantes e dos professores das Universidades federais.

Unindo (em debates, deliberações, decisões e atividades) professores, funcionários e estudantes, o Congresso pretende criar aquilo que a reforma do ensino tornou impossível: a COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA. Desta poderá emergir uma nova forma de relação entre a Universidade e a sociedade, forma definida pela própria Universidade.

Comissão Executiva do Congresso

A Comunidade da USP

"Corte de verbas na USP!"

"USP em crise!!"

Notícias como estas mobilizaram as atenções do país inteiro. Antes mesmo que se iniciasse o primeiro semestre letivo já se podia

traçar em linhas gerais quantos problemas enfrentaríamos ao longo deste ano. O assunto andava de boca em boca e provocou indignados discursos no Parlamento e até mesmo inflamados editoriais dos jornais da grande imprensa. "Aumento de salários, reajuste semestral, melhores condições de trabalho" continua sendo, e cada vez mais, o verdadeiro grito de funcionários e professores esmagados por uma injusta política salarial.

Dentro da Universidade, muitas e dolorosas são as consequências desta situação: uma imensa comunidade (47 mil alunos, 8,5 mil servidores e mais de 4 mil docentes) é violentamente atingida pela política do Governo. Salários abaixo da crítica. Contratos de trabalho dos tempos da pedra lascada. Restaurantes fechados. Péssimas condições de ensino, trabalho e pesquisa para toda a comunidade universitária. Para São Paulo e o país, a liquidação de um dos seus mais preciosos patrimônios. Sim, é contra interesses essenciais de toda a Nação que tal política está sendo dirigida.

A Universidade de São Paulo é o maior centro de ensino e pesquisa do país, responsável direta e indiretamente pela maioria das pesquisas a nível de mestrado e doutorado no Brasil. É ela ainda que tem a função de desenvolver e oferecer muitos pequenos e grandes serviços à população. Serviços esses que muitas vezes não se efetivam pelo total desinteresse que a política governamental dedica ao setor educação e pesquisa. Porém, é ainda na USP que se realiza uma tão rica e variada produção cultural essencial ao próprio desenvolvimento da nacionalidade.

Para conhecer, discutir e balancear todo este imenso universo, estamos realizando o I Congresso da Universidade de São Paulo. Ele vai ser o grande encontro de toda a comunidade "uspeana" em busca de soluções para os seus problemas. Modernização da Universidade, Ensino, Pesquisa, Serviços Assistenciais (restaurante, moradia, creche etc.), Democratização e Estrutura de Poder, estes são apenas alguns dos muitos temas que serão abordados. Estes e todos os demais que você quiser e achar importante.

Defender a Universidade de São Paulo é a grande meta deste Congresso. Defendê-la pública e gratuita, defendê-la apontando e criticando seus erros e fraquezas. Mas, sobretudo, defendê-la apresentando tudo de essencial que ela pode significar para todo o povo paulista e brasileiro.

O Congresso será o momento de transar e balancear toda a produção cultural da comunidade universitária. Fotografia, Teatro, Literatura, Artes Plásticas e tudo do gênero que é produzido por alunos, professores e funcionários.

A semana de encerramento, chamada "Semana da Universidade", será realizada de 15 a 19 de setembro, com atividades diversas como debates, peças teatrais, filmes, música, esporte e festa. Mas este



vai ser apenas o grande final, pois o Congresso começa aqui e agora, em cada luta e em cada sala de aula, laboratório ou seção.

Comissão Organizadora do I Congresso

Em defesa da USP

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo apresenta aos professores uma proposta de luta em defesa da Universidade: o I Congresso da USP.

A drástica diminuição das dotações orçamentárias para as universidades, com conseqüente deterioração das condições de ensino e pesquisa, coloca em risco um patrimônio cultural e científico construído pelo povo paulista. Nós, professores, temos que sair do imobilismo, discutir as várias dimensões dessa crise e encaminhar a luta em defesa da Universidade.

A ação implacável da inflação corrói nossos salários. O Governo, insensível a essa situação de degradação remuneratória dos professores e funcionários, espera que cada professor, cada funcionário resolva, individualmente, seus próprios problemas. A conseqüência dessa luta pela sobrevivência é a dificuldade de ação coletiva para a conquista de direitos que há muito já beneficiam a classe trabalhadora brasileira. É chegada a hora de discutirmos, nas várias unidades da USP, esses problemas. É chegada a hora de, unidos, lutarmos para a conquista desses direitos. O reajuste semestral, por exemplo,

representa uma conquista da classe trabalhadora, mas não beneficia professores e funcionários.

O Estado tem sua receita tributária elevando-se rapidamente. As despesas com pessoal estão sendo comprimidas mais e mais. Para onde estão indo esses recursos? Mordomias? Obras faraônicas? São questões importantes que devem ser esclarecidas, pois afetam todos nós.

As várias dimensões dessa crise devem ser debatidas nas unidades e propostas devem ser formuladas para a luta de toda a comunidade universitária na defesa de um patrimônio cultural e científico do povo paulista: a USP.

O I Congresso da USP é de toda a comunidade universitária. Ele é o mecanismo para o encaminhamento dessa luta. Companheiro: participe, contribua e saia do imobilismo.

Manifesto da ADUSP — Associação dos Docentes da USP

Servidor quer democratização

A diretoria da ASUSP está trabalhando decisivamente para a realização do I Congresso da Universidade de São Paulo. Foi realizada, na segunda quinzena de agosto, uma Assembléia dos Funcionários da USP, que discutiu a necessidade, oportunidade e objetivos deste Congresso, declarando-se favoráveis à sua realização pelos seguintes motivos:

1.º) O Congresso tem o sentido de ampliar a discussão sobre a crise pela qual passa a Universidade, além de chamar a atenção, em larga escala, da imprensa em geral e, conseqüentemente, da opinião pública.

2.º) Porque hoje a comunidade universitária faz parte dos setores oprimidos da sociedade brasileira. Assim, discutindo seus problemas e organizando-se, estará contribuindo para o entendimento e para a superação, num sentido progressista, dessa crise mais geral (para que a Universidade, em nosso país esteja voltada para o interesse maior do nosso povo, particularmente dos trabalhadores).

3.º) Porque, particularmente para nós, funcionários, esse Congresso significará um espaço real para nos fazermos ouvir. Sempre fomos a parte mais marginalizada da Universidade. Hoje, temos um espaço, fruto da nossa luta; temos nossas propostas, queremos colocá-las. Portanto, esse Congresso pode significar o princípio de uma caminhada para a real democratização da USP.

4.º) Porque esse Congresso não somente discutirá e levantará os problemas, mas também buscará encontrar fórmulas concretas de luta para superá-los.

O papel do funcionário dentro desse Congresso deverá ser fundamental. A nós caberá discutir e refletir sobre os nossos problemas: regime de trabalho (autárquico, título precário e CLT); acúmulo de funções, melhoria das condições de segurança e saúde; adicional de insalubridade; comissões internas de prevenção de acidentes no trabalho; creche; contagem recíproca; refeição subsidiada; Lei Complementar 180 (Projetão) e suas implicações; reajuste semestral; direito à sindicalização; participação dos funcionários nos órgãos colegiados (Conselho Universitário, CTA, Conselhos Interdepartamentais e Departamentais etc.).

A diretoria da ASUSP acredita que realizar esse Congresso hoje, nas condições em que a Universidade se encontra e enfatizando os problemas que afetam os funcionários mais diretamente, é discutir a democratização da Universidade. Afinal, ninguém melhor do que nós, funcionários, para constatar quais são os nossos problemas e definir os meios para sua solução.

Outro ponto de importância e destaque em nossas reivindicações é o reajuste semestral. Através de diversas reuniões nas unidades, a ASUSP já iniciou o debate amplo sobre a questão salarial. No dia 19 de setembro o Congresso encerra-se com um Ato Público unitário e conjunto de todo o funcionalismo público do Estado de São Paulo, que encaminhará ao governador as reivindicações de: Reajuste Semestral, Incorporação do Abono, Melhores Condições de Educação e Saúde.

Funcionários, para que estas justas reivindicações de nossa categoria sejam conquistadas, é fundamental o empenho de todos para que este Congresso seja amplo, representativo.

A diretoria da ASUSP acredita que somente com a paralisação das atividades durante o período da "Semana da Universidade" haverá condições para uma discussão representativa, amparada no conjunto da comunidade universitária.

Convocamos todos — funcionários, professores e alunos — a empenharem-se séria e decisivamente em mais este passo rumo a uma real democratização da Universidade: o I Congresso da Universidade de São Paulo.

Convocação da ASUSP — Associação dos Servidores da USP

Unidade na Universidade

Já vem desde o ano passado, quando foi eleita a atual diretoria do DCE, a idéia de realizarmos, aqui na USP, o nosso I Congresso Interno. A partir de então, iniciamos uma série de contatos com a ADUSP e ASUSP. Resultado: depois de certo tempo, eis aí o Congresso.

A participação dos Centros Acadêmicos e dos estudantes deve dar-se da maneira mais ampla possível, procurando comprometer o maior número de colegas com as atividades e com as discussões. Afinal, todos nós sabemos que a realização do Congresso como um grande acontecimento e um imenso protesto contra a política de Maluf trará frutos concretos à nossa luta pela suplementação de verbas para a Universidade, pela reabertura do restaurante subsidiado a 75% e pela reabertura imediata do Hospital Universitário.

É a primeira vez na história da USP (e, por isso mesmo, com muitos erros e acertos) que as entidades representativas dos três setores da comunidade universitária reúnem-se para discutir e elaborar uma programação coletiva, destinada a resolver problemas que nos tocam a todos: professores, alunos e funcionários. O nosso compromisso, enquanto estudantes, é fazer desse I Congresso um grande acontecimento, com repercussão estadual e nacional, mas principalmente repercutindo nas nossas escolas, nas salas de aula, procurando fazer com que ele toque fundo a grande maioria de nossos colegas. E mais, mostrar aos nossos inimigos (Maluf e a política educacional do Governo) o ponto de unidade e organização que somos capazes



Glauco

de alcançar; e o que isso representa em termos de nossa força e penetração na sociedade, o que representa em termos de alcançarmos a vitória em nossas reivindicações!

Enfim, a diretoria do DCE conclama todos os colegas a cerrarem fileiras em torno da realização e da garantia do Congresso. Conclama os estudantes da Universidade a engrossarem o evento, contribuindo de todas as formas para que os debates sejam cada vez mais ricos. Conclama a apresentarem propostas para a resolução dos diversos problemas que afetam a vida de nossa Universidade.

- Participemos todos do I Congresso da USP!
- Viva a unidade da comunidade universitária!
- Pela suplementação de verbas para a USP!

Diretoria DCE-Livre "Alexandre Vanucchi Leme"

Programação da "Semana da Universidade"

Segunda-feira, dia 15

Abertura do Congresso — Horário: 9h00. Local: Anfiteatro das Convenções. Coordenação: Prof. Alfredo Bosi (ADUSP). Convidados: Senadores André Franco Montoro e Orestes Quércia; Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Robson Marinho; Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns; Luís Inácio da Silva (Lula); Prof. Antônio Cândido; Reitor da USP, Waldyr Muniz Oliva; UNE-UEE, SBPC, OAB, ABI e FIESP. Apresentação do Congresso pelas 3 entidades: ADUSP, ASUSP e DCE/USP.

Crise da USP: Orçamento público e distribuição de verbas. Atividades: 14h00: Entrega de texto básico para discussão; 14h30: Grupos de Discussão; 16h00: Debate. Coordenação: Denisard C. O. Alves (ADUSP). Convidados: 1) Deputado Estadual José Yunes; 2) Secretário da Fazenda Afonso Pastore; 3) Prof. Sérgio Ludécibus (presidente da Comissão de Orçamento da USP); 4) Representante da ASUSP; 5) Representante do DCE. Local: Prédio da História e Geografia.

Mesa-redonda: Universidade para uma sociedade democrática. Horário: 20 horas. Local: Auditório da FAU. Coordenação: Mari-lena Chauí (ADUSP). Convidados: Florestan Fernandes, Carlos Guilherme Motta, Júlio Mesquita Neto, Darcy Ribeiro, representante da ADUSP e representante do DCE.

Terça-feira, dia 16

Debate: O poder na Universidade. Horário: 9h00. Local: Anfiteatro das Convenções da USP. Coordenação: Sérgio Burghi (ASUSP). Convidados: Nadir Kfoury, Maurício Tratemberg, Prof. Carvalho, Prof. Fausto Castilho, Miguel Reale e representante do DCE-Livre da USP.

O poder da Universidade. 14 às 16h30: Grupos de trabalho. Pauta: órgãos colegiados — estatutos da USP — liberdade de organização — burocracia e democracia real. 17h00: Reunião dos relatores dos grupos. Local: Prédio da Filosofia e Ciências Sociais.

Mesa-redonda: Universidade e Cultura. Horário: 20 horas. Local: Prédio da História e Geografia. Coordenação: Alfredo Bosi (ADUSP). Convidados: Ana Mae Barbosa, Antônio Cândido, Vilanova Artigas, Carlos Estevam Martins, Roberto Schwartz, Gianfrancesco Guarnieri e Paulo Freire.

Quarta-feira, dia 17

Condições de vida, trabalho e ensino. 9 às 12h00. Grupos de discussão: *Hospital Universitário* — Coordenação: Centro de Saúde do Butantã — CAOC — Centro Acadêmico Oswaldo Cruz — ASUSP; *Segurança no trabalho e insalubridade* — Coordenação: ASUSP; *Assistência à Comunidade (restaurante, moradia, Coseas)* — Coordenação: DCE-Livre da USP. Local: Prédio da História e Geografia. Obs.: 1) Os grupos de trabalho em andamento são solicitados a contribuir para os debates; 2) Um painel das atividades será afixado no pátio do edifício da História e Geografia.

Condições de vida, trabalho e ensino. 14 às 16h00. *Creche* — Coordenação: ADUSP; *Regimes de trabalho* — Coordenação: ADUSP e ASUSP; *Ensino, Pesquisa e Currículo* — Coordenação: ADUSP. 16h30: Reunião dos relatores dos grupos da manhã e tarde.

Mesa-redonda: Ensino público e gratuito. 20h00. Local: Anfiteatro da FAU. Coordenação: José Carlos do Carmo (Kal) — DCE. Convidados: Maria Nilde Mascelani, André Franco Montoro Filho, José A. Guillon Albuquerque, Cláudio Moura Castro, Paulo de Tarso, Irma Passoni e Eduardo Portela.

Quinta-feira, dia 18

Reajuste semestral e luta do funcionalismo — ADUSP e ASUSP. Coordenação: Braz J. de Araújo e José R. Stella. Convidados: Walter Bareli (DIEESE), Luis Inácio da Silva (Lula), Paulo Renato (ADU-



NICAMP), C.G.P./APEOESP. Local: Anfiteatro da FAU. Horário: 9h00.

Mercado de trabalho para profissionais universitários. Coordenação: DCE-Livre. Convidados: Sindicato dos Engenheiros, Sindicato dos Médicos, Sindicato dos Psicólogos, ASEP e CIEE (Centro de Integração Escola/Empresa). Horário: 9h00. Local: Prédio da História e Geografia.

Assembléia da ADUSP. Local: Física. Horário: 14h00.

Assembléia da ASUSP. Local: FAU. Horário 14h00.

Atividade a ser organizada pelo DCE-Livre. Show: participação de novos cantores e compositores universitários, conjuntos de choro, corais, orquestras, mímicas. Local: Ginásio da Educação Física.

Sexta-feira, dia 19

Plenária final de encerramento com os estudantes, professores e funcionários. Horário: 9h00. Local: Anfiteatro das Convenções.

Ato público em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Horário: 17h00.

Sábado, dia 20

Futebol — Mostra de fotos — Mostra de filmes — Peça de teatro — Lançamento do livro dos cinco melhores contos e poemas da Mostra Literária da USP. Horário: 18h00. Local: Prédio da História e Geografia. Grande Festa de Encerramento do Congresso. Horário: 20 horas.

A Comissão Organizadora do Congresso teve a preocupação de fechar uma programação para a "Semana da Universidade" que abor-
dasse os temas mais candentes no momento e de interesse geral.
Porém, a Comissão considera que se faz necessário o debate de ques-
tões tão importantes para a comunidade universitária como a partici-
pação da mulher na sociedade e na universidade, o racismo na univer-
sidade, a expressão artística no seio da comunidade universitária etc.

Por falta de tempo, por não querer centralizar a organização de
todas as atividades necessárias e por não ter a pretensão de identificar
todos os anseios da comunidade, optou-se por conclamar todos os
interessados em promover outras discussões, apresentações artísticas,
científicas e atividades esportivas, a realizá-las.

Para isso, os interessados devem organizar-se em suas entidades
e unidades de estudo ou trabalho. Além do mais, a Comissão Orga-
nizadora do Congresso fará uma reunião aberta, no dia 11 de setem-
bro, às 20 horas, na sala 18 da Faculdade de Economia e Administra-
ção, para receber sugestões e/ou auxiliar na organização e divulgação
das atividades até então não programadas.

Todos os dias, das 12 às 14 horas, serão feitos plantões na sede
da ASUSP.

3. Semanas preparatórias

Alguns eventos

O I Congresso da Universidade de São Paulo acabou por desencadear um rico processo de discussão em várias unidades da instituição. A "Semana da Saúde", o "Ciclo de Debates" do campus de Ribeirão Preto, entre outras atividades, serviram para debater o específico e o geral na crise da Universidade e na busca de caminhos para o ensino e a pesquisa. Com um debate sobre o tema "Ensino pago versus Ensino gratuito", o Congresso foi aberto informalmente, assim como foram informais os eventos que acabaram por compor o corpo de atividade.

Ensino pago versus Ensino gratuito: a abertura informal do Congresso

A ADUSP organizou um debate sobre "Ensino pago versus Ensino gratuito" com os professores da USP André Franco Montoro Filho (Economia), José Carlos de Araújo Melchior (Educação), Rogério Cerqueira Leite (Instituto de Física da UNICAMP), o estudante Israel Henrique Waligora (presidente da UEE de São Paulo) e José Roberto Stella (presidente da ASUSP). O debate comemorou o Dia Nacional de Luta das Associações Docentes em Defesa da Universidade e o Dia Estadual de Luta em Defesa do Ensino Público. Marcou ainda o início de debates para o Congresso. O debate teve lugar no auditório da FAU, no dia 17 de abril de 1980.

Uma síntese das idéias apresentadas pelos debatedores:

Prof. André Franco Montoro Filho:

Diz que o debate não deve ser posto em termos de Ensino pago ou gratuito, e sim em termos de *quem paga*. Pode-se pensar em pagamento direto pelo usuário, mas esta não é forma socialmente desejável; é preferível que o financiamento seja feito através de *impostos progressivos*, ou seja, em anuidades ou impostos tributários das pessoas que ganham mais. Quanto à ineficiência do Ensino público, afirma que há desperdício sim, mas não se pode transferir para a Universidade os critérios de outras atividades econômicas. O Ensino Superior e a Pesquisa, por envolver um termo de qualidade, não pode ser confundido com setores privados, não pode ser medido com critérios de razão custo/benefícios. Essa forma de avaliação é um erro e uma falácia. Não deve haver “*gerência empresarial*” em setor que não se identifica como empresa.

Prof. Rogério Cerqueira Leite:

Levantou razões pelas quais o Governo esteja lançando campanha contra o Ensino Superior gratuito há seis meses, em várias frentes, chamando atenção que *não é possível que as motivações sejam econômicas*: dos investimentos em Educação na área federal, que são de um trilhão de cruzeiros, trinta e cinco bilhões são para o Ensino Superior. *Do ponto de vista contábil é irrelevante* a fração de gasto do Ensino Superior sobre o total do ensino (3,5%). O argumento de que *os ricos têm que pagar pelos pobres é apenas demagogia leviana*. A pergunta que deve ser feita é: a quem a Universidade está ameaçando? E esta é uma pergunta de natureza política. Por que haveria o Governo de querer justiça social justamente dentro da Universidade, se há injustiças muito mais gritantes? Sua resposta é que *a intenção é reduzir o nível da Universidade ao nível cultural das instituições que são comércio de diplomas*. Apresentou sua visão de Universidade não como soma de forças estanques — pesquisa + ensino + serviços à comunidade — e sim como receptáculo de cultura, lugar de debate político, elemento de progresso, resistência contra desmandos, baluarte da identidade nacional, onde se cria o conceito de cidadania. É o lugar onde se mostra o processo civilizatório dentro de uma nação, daí sua importância política.

José Roberto Stella:

Acredita que a crise da Universidade deve-se a: 1) deficiências da própria sociedade, que não permite que as camadas mais pobres da população sejam representadas; e 2) por ser formada pelo

pensamento liberal e sem estrutura interna democrática. Acha que se a Universidade tivesse uma estrutura democrática seria mais fácil defendê-la. Chama atenção que funcionário da USP não participa, de nenhuma forma, dos poderes de decisão e pede o apoio dos professores para a participação dos funcionários na direção da Universidade. Acha que se deve ter um modelo de Universidade onde haja democracia interna e onde a comunidade universitária possa participar ativamente.

Israel Waligora:

O que fazer quando 90% das escolas são pagas e há sempre uma tendência para o corte de verbas? Educação é um dever do Estado; não é privilégio se estudar em universidades gratuitas. Há crescente implantação de taxas e 20% dos alunos das escolas pagas deixam de estudar. Os critérios para se chegar à Universidade não são de capacidade, mas sim econômicos. É necessário romper a estrutura autoritária da Universidade.

Prof. José Carlos Melchior:

Ataca o problema da situação atual e faz considerações sobre o Ensino gratuito, que não seria solução para o problema da seletividade econômica porque na nossa situação os indivíduos são selecionados economicamente, na passagem da primeira para a segunda série do Ensino primário — o que definiria uma gratuidade passiva. A gratuidadesse alimentação, material didático, vestimenta etc. Afirma que temos um sistema tributário altamente concentrador de renda e não vê como podemos corrigir os erros da sociedade brasileira sem uma distribuição de renda. Vê desigualdades de desenvolvimento em vários níveis e formas, individuais, empresas, regiões, na esfera pública (União recebendo muito mais que os Estados), o que o leva a concluir sobre a impossibilidade de se atacar a desigualdade só dentro do sistema escolar. Acha ainda que se devem corrigir as desigualdades mais significativas em primeiro lugar.

Ciclo de Debates do campus de Ribeirão Preto

Dia 10/09 — Quarta-feira

— Reforma Universitária

— Professor Moacir E. Krieger — FMRP

- Professor Tarso Mazotti — FFCLRP
- Perseu Abramo — PT

Dia 11/09 — Quinta-feira

- A Crise Econômica Brasileira
- Francisco de Oliveira — CEBRAP
- Eduardo Matarazzo Suplicy — PT
- Denisard de Oliveira Alves — ADUSP
- Salomão Malina — CNDC

Dia 12/09 — Sexta-feira

- Movimentos Políticos e Realidade Nacional
- Mário Covas — PMDB
- José Carlos Dias — Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo
- Braz José de Araújo — ADUSP
- Alon Feurweker — UNE

Semana de Economia — 12 a 15 de agosto

Promoção: Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo — ADUSP. Diretório Central dos Estudantes "Alexandre Vannuchi Leme" — DCE-livre da USP.

Coordenação: Professores da FEA através do representante da FEA na ADUSP e alunos da FEA através de sua entidade: Centro Acadêmico Visconde de Cairu — CAVC.

1.º *Debate*: “O que é crise econômica e quais as dimensões da atual crise da economia brasileira”.

- Moderador: João Sayad
- Debatedores: 1) Rômulo de Almeida 2) Marcos G. Fonseca 3) João Manoel Cardoso de Melo 4) Pedro Malan 5) L. C. Bresser Pereira 6) Adroaldo M. da Silva.

2.º *Debate*: “A crise, a política salarial e as perspectivas de luta dos trabalhadores”.

- Moderador: André Franco Montoro Filho
- Debatedores: 1) Walter Barelli 2) Paulo Renato 3) Paulo Francini 4) Almir Pazzianoto 5) Emilson Simões (Alemão).

3.º *Debate*: “Agricultura e crise.”

- Moderador: José Juliano de C. Filho
- Debatedores: 1) José Gomes da Silva 2) Sérgio Silva 3) Fernando Homem de Melo 4) Vinicius C. Brant 5) Rui Miller Paiva 6) José Francisco da Silva (CONTAG).

4.º *Debate*: “Crise e perspectivas políticas”.

- Moderador: Denisard de Oliveira Alves
- Debatedores: 1) Francisco de Oliveira 2) Mário Covas 3) Olavo Setúbal 4) Duarte Pereira 5) Hércules Corrêa 6) Teotônio dos Santos.

Semana de Saúde — 18 a 23 de agosto

Dia 18/08

- Abertura
- Condições de saúde da população
- “A saúde é o bem estar físico, psíquico e social do homem” (OMS)
- Onde moram os brasileiros?
- Onde vivem os brasileiros?
- O que comem os brasileiros?
- E as condições de trabalho?
Lúcio Kowarick
Lor Cury
José da Silva Guedes
Representante da SEMSAT
Coordenação: Berilo Langer

Dia 19/08

- O mercado de trabalho e o Sistema Nacional de Saúde
- Quais as mudanças havidas nos últimos anos no mercado de trabalho?

Gentile de Mello
Agrimeron Cavalcanti
Nelson Rodrigues dos Santos
Coordenação: Gabriel Oselka

Dia 20/08

- Currículo médico
 - Qual o nosso currículo atualmente e quais as suas tendências?
- Guilherme Rodrigues da Silva
Oswaldo Ramos
Coordenação: Isaías Raw

Dia 21/08

- O nosso ensino no Hospital Universitário e Centro de Saúde
 - E o nosso internato?
- Eduardo Marcondes
Gyorgi Bohn
Amato Neto
Antonio D'Avilla
Coordenação: Associação dos Médicos do HC

Dia 22/08

- Comunidade universitária
- Democratização da Universidade
- Verbas na USP
- Organização dos estudantes, professores e funcionários

Dia 23/08

- Jogo de futebol: Professores x Alunos x Funcionários.

Semana das Questões de Política Nacional

Dia 25 — Usinas nucleares
Dia 26 — Lei de Segurança Nacional
Dia 27 — Assembléia Nacional Constituinte
Dia 28 — Política brasileira: passado e presente
Local: FAU-USP.

Semana de Geografia

Dia 08/09

— “A Pesquisa e o Instituto de Geografia”

Coordenadores: Prof. Aziz; Prof. Queiroz; Pesquisadoras
Selma, Ana, Claudete; discente Douglas

Dia 09/09

— “A Formação do Geógrafo”

Coordenadores: Prof. Seabra, Pós-grad. Tonico, discente
Romeu

Dia 10/09

— “A Crise Político-Administrativa e seu reflexo na Geografia”

Coordenadores: Prof. Pascoale Petrone, funcionária Ju-
lieta, discente Og Dória

Local: Anfiteatro da Geografia.

Semana de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Dia 11/09 — Faculdade de Filosofia.

Aziz Simão, Simão Mathias, Helena Hirata

— *Há um projeto da F.F.L.C.H., hoje?*

Irene de Arruda Ribeiro Cardoso, Marilena de Souza Chauí,
Carlos Guilherme S. da Motta, José Miguel Wisnik

Dia 12/9 — A experiência departamental na F.F.L.C.H.

Pasquale Petrone, Eunice Ribeiro Durham, Aurora Bernardini
Fornoni, Mário Gonzales, Franklin Leopoldo

— *A Pós-Graduação e seus problemas. Levantamento Empírico da Situação. Legislação. O Plano Nacional de Pós-Graduação. Reforma do Ensino e Pós-Graduação.*

Marta Steimberg, Luiz Pereira, Ruth Cardoso, Fernando
Antonio Novais, Betty Schiffmagel, Antonio Carlos Robert
de Moraes

O Congresso da USP nas Ciências Sociais

Os alunos *devem* ter um currículo mínimo obrigatório de dois anos. O currículo da tarde deve ser diferente do da noite. Ser profissional técnico ou um acadêmico, eis a questão. “O que é o que é, que estuda, tira diploma e não trabalha na sua área de especialidade?” Resposta: sociólogos não renomados.

Estas são algumas das várias e não menos complicadas questões levantadas na tarde da última sexta-feira, durante a reunião da comissão de graduação, que juntamente com o CEUPES — e brevemente também com a ASUSP — será responsável por preparar e organizar o Congresso Interno da USP aqui no departamento.

E depois de muitas dúvidas e propostas, chegou-se à conclusão de que os debates preparatórios para a “Semana da Universidade” (de 15 a 20 de setembro próximo) deverão estar centrados na análise da situação das SOCIAIS hoje. Isso, no entender dos integrantes da comissão, passa por discutir a estruturação curricular — desde seus objetivos, sua trajetória ao longo dos anos e atualmente — bem como questões referentes aos cursos de pós-graduação e seu relacionamento com o curso de graduação.

A questão do papel do sociólogo na nossa sociedade hoje.

Discutir questões tais como verbas, bibliotecas, material para pesquisa, situação dos funcionários, ou seja, condições de ensino e trabalho na Ciências Sociais.

Discutir o grau de interdependência e articulação do departamento de Ciências Sociais com a unidade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, o que implica discutir que tipo de relacionamento devem ter as áreas de História Geográfica, Ciências Sociais, Filosofia e Letras.

Aprofundar as questões referentes à Universidade, e seu relacionamento com a sociedade, tentando analisar qual o tipo de serviços que hoje ela presta à sociedade.

E proporcionar, com todas essas discussões, o aprofundamento da visão que temos em relação ao tipo de profissionais e ao tipo de curso que o departamento de Ciências Sociais forma, assim como sua ligação com a sociedade.

São estes, em síntese, os passos que levariam o departamento a contribuir com o Congresso da USP, tanto no que diz respeito à integração dos alunos, professores e funcionários, quanto às propostas de democratização e de luta por uma universidade com uma dinâmica de pesquisa e ensino voltada para os interesses da maioria da população brasileira.

Além disso, a concretização desta proposta estará acumulando subsídios para a preparação do Segundo Encontro Nacional de Es-

CONGRESSO INTERNO DA USP

SEMANA DE ECONOMIA

DIA 12/8 TERÇA FEIRA
TEMA: A CRISE ECONÔMICA
BRASILEIRA

- JOÃO SAYÃO
- ADRIALDO M. SILVA
- DOMÍLIO DE ALMEIDA
- MARCOS FUNSECA
- JOÃO M. CARDOSE MELO
- PEDRO MALAN
- LUIS DRESSER PENEIRA

DIA 13/8 QUARTA FEIRA
TEMA:
CRISE POLÍTICA SALARIAL E PERS-
PECTIVAS DE LUTAS PARA OS TRA-
BALHADORES

- ANDRÉ F. MONTORO FILHO
- WALTER BARELLI
- ALMIR PAZIAMOTO
- EDUARDO SUPLICY
- PAULO FRANCINI
- PAULO RENATO

DIA 14/8 QUINTA FEIRA
TEMA: CRISE E AGRICULTURA

- JOSÉ JULIANO DE CARVALHO
- SÉRGIO SILVA
- FERNANDO NOME DE MELO
- VIRÍCIOS C. BRANT
- RUI MILLER PAIVA
- JOSÉ BOMES DA SILVA

DIA 15 SEXTA FEIRA
TEMA: CRISE E PERSPECTI-
VA POLÍTICA

- BENISARD C. ALVES
- MARIO COVAS
- OLAVO SETUBAL
- HÉRCULES CORRÊA
- FRANCISCO DE OLIVEIRA

PROMOÇÃO: DCE, ADUSP E ASUSP
COORDENAÇÃO: CAVC
LOCAL: AUDITÓRIO DA FAU — HORÁRIO 20HS.

I CONGRESSO DA USP

DIA	MANHÃ (9H)	TARDE (14H)	NOITE (20H)
1	ABERTURA	"CRISE DE VERBOS NA USP"	UNIVERSIDADE E CULTURA
2	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
3	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
4	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
5	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
6	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
7	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
8	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
9	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
10	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
11	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
12	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
13	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
14	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
15	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
16	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
17	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
18	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
19	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
20	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
21	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
22	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
23	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
24	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
25	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
26	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
27	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
28	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
29	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
30	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA
31	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA	CONFERÊNCIA DE ECONOMIA

tudantes de Ciências Sociais (ENECS), a ser realizado em outubro, como também garantindo a ampliação das discussões, nas quais pouco participamos; e para que possamos propor mudanças qualitativas do nosso currículo.

A proposta de calendário é a seguinte:

Dia 08/09 — Departamento de Ciências Sociais: "O papel do sociólogo", com a presença de professores do departamento, de ex-professores aposentados, cassados e outros profissionais.

Dia 09/09 — Departamento de Ciências Sociais — "Estrutura curricular atual", com os mesmos convidados.

Dia 10/09 — "Condições de ensino e trabalho em Ciências Sociais", com presença da ASUSP, ADUSP e CEUPES.

Dias 11-12/09 — Unidade de FFLCH — "Debates", com História, Geografia, Filosofia e Letras.

(Extraído do Boletim da Diretoria do CEUPES)

Debates na Faculdade de Educação 8 a 12 de setembro

Na Faculdade de Educação realizaram-se, na semana de 8 a 12 de setembro, reuniões de professores, além de algumas reuniões conjuntas de professores e alunos.

Houve quatro reuniões de professores. A primeira delas foi coordenada pelos professores Nélío Parra e Miriam Krasilchik; nela discutiu-se o tema “A Faculdade de Educação e a Universidade” e se enfatizou a necessidade de aumentar o intercâmbio entre a Faculdade de Educação e as demais unidades, assim como com o exterior e a comunidade em geral. O tema da segunda foi “Condições de Trabalho”: o prof. João Gualberto de Carvalho Menezes sumariou vários aspectos ligados a vínculos empregatício, regimes de trabalho, promoções etc. O interesse em adotar a seleção pública como processo de ingresso na carreira; a necessidade de definir critérios objetivos para a passagem via os diferentes benefícios da carreira; a possibilidade de re-instalar a gratificação pelo curso noturno; e a necessidade de estender o regime de tempo integral principalmente nos níveis iniciais da carreira foram alguns dos pontos mencionados. A terceira reunião, coordenada pela Prof.^a Beatriz A. Fetizon, discutiu o curso de Licenciatura e a necessidade de debatê-lo dentro de uma perspectiva que integrasse as quatro disciplinas que o compõem. Para isto, formou-se uma comissão, com representantes destas quatro disciplinas. A quarta reunião, coordenada pelo Prof. Roberto Moreira, e cujo tema foi “A Reforma do Curso de Pedagogia”, noticiou a provável abertura de uma ampla discussão sobre o curso de Pedagogia, em seminários locais.

Como atividades conjuntas entre professores e alunos, houve um debate com o Prof. José Carlos Melchior sobre o tema “Ensino pago versus Ensino gratuito”.

O Centro Acadêmico Paulo Freire convidou o “Comitê de Defesa do Curso de Pedagogia” para um debate; em consequência, um núcleo composto de estudantes formou-se na FEUSP para estudar propostas alternativas ao parecer de Walmyr Chagas e encaminhá-la ao comitê, onde juntar-se-ia às de outros núcleos.

Houve ainda uma reunião entre professores e alunos da própria FEUSP, cujo tema foi “Para onde vai a Pedagogia?” Evidenciou-se a necessidade de refletir sobre a função da educação na sociedade, como pressuposto para reformulações curriculares, assunto muito discutido durante toda a semana.

Problemas da USP
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
estão em discussão

Mais de mil funcionários, estudantes e professores participaram ontem da abertura do I Congresso da USP. O encontro debateu a crise da universidade, seus problemas e apresentou propostas para solucioná-los — significar o princípio de mudança para a real democracia USP, segundo Sérgio Burgo, presidente dos funcionários.

O senador Franco Montoro,...

Professor pede a descentralização do poder na USP

A proposta de descentralização do poder na USP, defendida pelo Prof. Nélío Parra, foi discutida ontem no I Congresso da USP. O Prof. Parra, diretor da Faculdade de Educação, defendeu a descentralização do poder na USP, para que a universidade possa enfrentar a crise de forma mais eficaz.

Docente defende união para superar a crise

O Prof. Roberto Moreira, da Faculdade de Educação, defendeu a união entre professores e alunos para superar a crise da USP. Ele afirmou que a universidade precisa de uma reforma estrutural para voltar a ser uma instituição de ensino e pesquisa.

Democracia, um tema constante

O tema da democracia foi abordado em várias palestras durante o I Congresso da USP. Os participantes discutiram a importância da participação popular na gestão da universidade.

Verbas, trabalho, ensino... A USP debate sua crise num Congresso

O I Congresso da USP debateu a crise da universidade sob o tema "Verbas, trabalho, ensino...". Os participantes discutiram a necessidade de uma reforma estrutural para superar a crise.

Jornal da Tarde 3 DE SETEMBRO DE 1980

4. Construindo o I Congresso da USP

As propostas das várias unidades e das entidades representativas das categorias da comunidade contribuíram para impulsionar o Congresso, apesar do descaso e mesmo do boicote das autoridades universitárias, que quase acabou por inviabilizar a participação dos funcionários no encontro. No final, entretanto, o resultado acabou sendo fruto da interação entre vertentes muitas vezes diferenciadas e até opostas, mas que confluem num todo representado pela tentativa de pensar e repensar a Universidade.

A proposta da ADUSP

Elaborada pela Comissão formada pelos professores: *Alfredo Bosi, Ana Mae Barbosa, André Franco Montoro Filho, Celso Beisiegel e Dora Mourão* (indicados pelo Conselho) e *Denisard C. Oliveira Alves e Amélia Hamburger* (indicados pela Diretoria). Acrescida das sugestões da Diretoria e do Conselho de Representantes em reunião conjunta de 11 de abril de 1980.

Houve troca de idéias sobre o Congresso com Diretores do DCE e da Associação dos Servidores (ASUSP), a quem a proposta está sendo encaminhada.

Achamos que a realização do Congresso vem de encontro a uma necessidade real, evidenciada por debates que têm havido em várias unidades, I. Biociências, ECA (planejado), e pelo esforço das comissões existentes de Debates, de "diagnóstico", como também pelas comissões equivalentes da ASUSP.

Convidados para a reunião do Conselho, também, os membros de Debates e Salarial ("diagnóstico").

A idéia de um Congresso da USP nasce da necessidade que *alunos, professores e funcionários* têm de conhecer e fazer conhecida mais profundamente não só a Universidade de São Paulo como também a realidade universitária brasileira.

Propõe-se um Congresso basicamente dinâmico, isto é, uma série de encontros de unidades e inter-unidades, que se realizariam de abril a junho, com debates públicos preparatórios, e um encontro final e geral entre 18 e 22 de agosto de 1980.

Propõe-se como data de abertura o dia 17 de abril, já escolhido como Dia de Luta em Defesa da Universidade pelo II Encontro Nacional das Associações Docentes, realizado na Paraíba em fevereiro passado.

Da informação mais precisa sobre as condições da Universidade espera-se que resultem propostas concretas de luta para superar os impasses que entravam todo o sistema de ensino e pesquisa. O Congresso propõe-se estabelecer canais de informação e discussão mais amplos e democráticos do que os vigentes na atual estrutura universitária.

O nome proposto para o Congresso é: *Para onde vai a USP?*

Roteiro

Propõe-se que a organização de debates, discussões, grupos de trabalho, tenha como perspectiva o seguinte roteiro:

— Qual o trabalho realizado na Universidade? Que seja feito um levantamento da produção intelectual da USP, em termos de conteúdo e significado da pesquisa feita e do ensino.

— Quais as condições de trabalho, de financiamento, institucionais, em geral?

— Quais são e quais poderiam ser as contribuições da Universidade para os problemas relevantes da sociedade?

Participação

Já está havendo em várias áreas discussões nesse sentido, e comissões de debates e de levantamento de vários dados, que propõem desenvolver temas semelhantes.

Espera-se que o Congresso seja um catalizador dessa disposição em toda a Universidade, numa organização dinâmica e que, a partir de abril, haja debates nas unidades, mesas-redondas, discussões, grupos de trabalho.

No final do semestre letivo haveria uma avaliação. A primeira fase seria uma preparação e ocasião para escrever os documentos e teses a serem apresentados, reunidos em setores ou assuntos.

Conta-se com a participação das comissões existentes nas entidades dos professores, funcionários e estudantes, com a colaboração de diretores de unidade, membros do Conselho Universitário, de entidades de classe. Conta-se também com as sociedades científicas, humanísticas e artísticas, a quem estamos pedindo preparar sínteses da situação em vários campos, enfocando o conteúdo e suas fronteiras, o papel do trabalho criador, científico, tecnológico e cultural nas Universidades e, ainda, a divulgação em linguagem simples para o público geral.

Como exemplos de temas gerais que já vêm sendo levantados, anotam-se:

- 1) verbas e salários
- 2) ensino público — ensino pago
- 3) pesquisa aplicada e a indústria
- 4) as licenciaturas
- 5) a mulher na Universidade
- 6) a Universidade, os recursos naturais e a preservação do meio ambiente
- 7) atendimento médico e problemas de saúde
- 8) alternativas de democratização interna da Universidade
- 9) a Universidade e a Sociedade

Papel dos Conselheiros e da Comissão

A participação dos Conselheiros na preparação do Congresso é fundamental, e propomos que se formem comissões locais, nas unidades.

Será papel da Comissão propor, coordenar, ir fazendo sínteses e avaliações, publicar e coordenar as comissões locais, trabalhando em conjunto com o DCE e a Associação dos Servidores.

(abril/80)

Sugestões do Conselho e da Diretoria na reunião conjunta de 11 de abril:

Que as unidades façam reuniões setoriais para discutir esta proposta de Congresso e a recriem a seu modo. Por exemplo, na Faculdade de Odontologia professores compuseram o temário seguinte: a) ensino e pesquisa — significado social; b) suporte financeiro da Universidade, seu estado atual e pretensões imediatas; c) condições de trabalho e ensino — propostas de melhoria e repercussão fora da

Universidade; d) institucionalização da Universidade — o que seria a autonomia ideal; e) a comunidade universitária; f) a Universidade e o ensino pago — repercussões internas no ensino e na pesquisa.

Que as unidades levantem discussões de temas próprios e específicos, tais como na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto “Problemas de Saúde” e “Seminários de ensino — avaliação do Hospital Universitário”.

Que as unidades proponham durante o mês de julho cursos de férias para professores do 2.º grau e outras atividades voltadas para a comunidade externa à Universidade. Por exemplo, o curso de Letras planeja uma feira de poesia.

Que professores da Faculdade de Economia formem uma equipe que vá discutir em várias unidades o tema “Orçamento da Universidade”.

Que a Comissão organize e distribua documentos e material para estudo e discussão sobre temas gerais.

Que o coordenador (A. Bosi) e membros da Comissão sejam convidados a discutir esta proposta em várias unidades.

Que a “Semana da Arte e Ensino” da ECA seja considerada como parte do Congresso.

Propostas das comissões de “diagnóstico” e de debates:

- 1) Situação funcional dos técnicos e atividades paradoscentes.
- 2) A estrutura de representação na Universidade.
- 3) Elaboração de questionário para levantamento das condições materiais e de pessoal de apoio à docência, à pesquisa e à prestação de serviços à comunidade.

A Comissão — abril/80

Membros da Comissão do Congresso da USP

Indicados pelo Conselho:

- Alfredo Bosi (Coordenador)
- Ana Mae Barbosa
- André Franco Montoro Filho
- Celso Beisiegel
- Dora Mourão

Indicados pela Diretoria:

- Denisard C. Oliveira Alves
- Amélia Império Hamburger

(aprovada no Conselho de Representantes da ADUSP, em 11 de abril de 1980)

Convite à participação

Estimado Colega:

A Comissão Organizadora do *Congresso da USP* tem o prazer de dirigir-se ao Colega solicitando-lhe que, na qualidade de Conselheiro da ADUSP, ajude a promover em sua UNIDADE, durante os meses de maio e junho, *sessões abertas de estudos e debates*, com vistas a preparar as sessões plenárias do Congresso, a serem realizadas em agosto de 1980.

Conforme proposta já apresentada ao Conselho por esta Comissão, o temário é livre, podendo centrar-se ora em problemas específicos de cada unidade, ora em assuntos mais gerais que envolvam a estrutura e a função de toda a Universidade.

A Comissão está reunindo algum material de estudo sobre *Ensino Público e Ensino Pago* (entre outros, os dos participantes do debate, o Prof. Rogério Cerqueira Leite e o Prof. André Franco Montoro Filho) e, desde já, o põe à inteira disposição dos Conselheiros da ADUSP e dos "Conselhos de Unidade", cuja colaboração julga também fundamental para a mobilização dos colegas e animação dos debates.

Com os agradecimentos da

Comissão Organizadora (ADUSP), do
Congresso da USP — 5/5/1980

Na Letras, o debate é anterior

Em nossas conversas informais ou fortuitas, assim como em outras ocasiões nas quais nos reunimos programaticamente para tratar de assuntos relativos ao desempenho de nossas funções na USP, têm sido freqüentes as manifestações por não ter havido — partindo de nossa própria e conjunta iniciativa, nestes longos anos — um trabalho conseqüente no sentido de reexaminar e reajustar os cursos dos Departamentos de Letras.

Por iniciativa particular de docentes ou de disciplinas mais atentas à evolução dos processos educacionais e do contexto onde se dão, medidas isoladas, cabíveis no sistema vigente, podem até ter sido tomadas. Mas, gerais ou abrangentes e profundas, como é necessário, estão à espera de uma iniciativa do atual corpo docente e discente. Este já realizou encontros para tal fim, inclusive em âmbito

nacional, questionando e procurando alternativas para a situação presente dos cursos de Letras. Suas inquietações — ou até, quem sabe, já decisões — nesse âmbito podem, e isso certamente acontecerá, chegar até nós; e nos cabe, por nossa vez e dever, paralelamente, utilizando nossa experiência específica e disponibilidade, analisar e procurar também soluções.

Por compromissos históricos indescartáveis com a Universidade, o grupo de docentes ao qual pertencemos e a quem está agora entregue o destino dos Departamentos de Letras, deixará alguma memória de sua passagem. Que ela fosse, então, de atuação no sentido de combater a esclerose, de trazer nossa área de formação atualizada e ajustada a suas funções históricas de hoje, cremos o melhor a deixar a nossos futuros substitutos.

Mas, para isso, é absolutamente indispensável contarmos com o apoio decidido, prático, efetivo, se não da totalidade, pelo menos da maioria absoluta dos docentes dos Departamentos de Letras.

É o motivo desta empenhada convocação. Estamos certos de que o Colega a ela corresponderá.

Os resultados das reuniões que formos efetuando, encaminharemos ao Congresso que os docentes da USP (ADUSP) realizarão em agosto próximo, como tema para apreciação geral, com os de nossos colegas de outros setores, de modo a atingir a amplitude devida e alcançar outras instâncias até converter-se em realidade prática, através do recíproco apoio que as unidades participantes do referido Congresso se dêem.

Lembramos que alguns primeiros encontros já foram realizados, em direção a essa finalidade, conforme divulgamos por avisos prévios colocados na entrada dos elevadores dos blocos de Letras e no quadro de avisos da ADUSP (saguão do Bloco C).

No final do ano passado houve uma tentativa, por parte de alguns professores, de vencer nosso isolamento criando um espaço de discussão e reflexão comum. Assim, em novembro e dezembro, foram realizados encontros para debater desde experiências didáticas até teses ou projetos de tese. A esses encontros compareceram professores de Literatura Brasileira, Espanhol, Grego, Teoria Literária, Alemão e Literatura Portuguesa.

Interrompidas pelas férias, as reuniões foram retomadas em abril de 1980, ampliando-se a participação dos professores (fizeram-se representar, então, também, as disciplinas de Língua Portuguesa, Francês, Hebraico, Lingüística, Japonês e Russo). Pouco a pouco foram aparecendo, também, alunos.

Nesse reinício, houve uma espécie de consenso que nos levou a definir como prioritária a discussão sobre o curso de Letras, sua estrutura, seu funcionamento, seu currículo, seus objetivos, sua fun-

ção social, seu lugar no contexto da Faculdade de Filosofia e da Universidade.

Como não houvesse ainda um número suficientemente representativo de professores e alunos nesses debates, preferimos não começar pela discussão direta e imediata dos nossos problemas (do curso de Letras da USP), mas pensá-los pela mediação de experiências que nos ajudariam pouco a pouco a acercar-nos de nós mesmos.

Por isso, o primeiro encontro deste ano discutiu a experiência do Curso Básico no Instituto de Linguagem (IEL) da UNICAMP, a partir da exposição do Prof. Haquira Osakabe, convidado especialmente para isso.

O debate aí iniciado, bastante fecundo, acabou abordando alguns de nossos problemas e teve continuidade mais diretamente na terceira reunião, onde contamos com a presença da Prof.^a Ana Maria Mariano, coordenadora do Curso Básico na PUC/SP. Sua exposição sobre a origem, desenvolvimento e crise atual do curso que atualmente coordena trouxe elementos que nos ajudarão a economizar energias e evitar erros, caso viermos a nos decidir pela criação de um curso idêntico aqui em Letras.

Entre a primeira e a terceira reuniões, houve uma outra, aparentemente sobre questões bem diferentes, pois aí se discutiu o vestibular de 1980 e propostas de um documento, aprovado pelos três Conselhos Departamentais, contendo sugestões ao Reitor para o vestibular de 1981. Apesar de o assunto ser outro, a discussão mostrou que boa parte dos problemas do vestibular só poderá ser resolvida por uma reestruturação geral do curso de Letras, dentro do qual aparece como medida pertinente a criação de um Curso Básico.

Para dar continuidade a essas reuniões, convidamos agora a Prof.^a Samira Chalhub e a Prof.^a Maria Rosa D. de Oliveira, coordenadoras da Graduação em Letras na PUC, para dialogar conosco sobre o curso, dia 28 de maio, quarta-feira, às 11 horas, na sala 47.

Aventou-se ainda a possibilidade de organizarmos depois uma discussão sobre o Curso Básico da Escola de Comunicações e Artes de São Paulo (ECA), com a participação de professores e alunos dessa Escola, convidados na ocasião, bem como outra reunião, desta vez com professores da Casa que tivessem participado das várias comissões de currículo pós-68.

Com este histórico procuramos alcançar todos os colegas, para mantê-los informados e para convidá-los a trabalhar conosco pela reformulação de nossos cursos.

Contamos, pois, com sua participação nos próximos encontros (a começar pelo do dia 28/5) e suas sugestões sobre possíveis formas de continuidade para este trabalho.

(maio/1980)

Sugestões da Psicologia

Tendo em vista meus entendimentos verbais com os docentes do Instituto de Psicologia dessa Universidade, bem como com o Prof. Dr. Alfredo Bosi, venho pela presente sugerir a essa Comissão dois temas para debate no referido Congresso.

O primeiro tema seria sobre a política de publicação da Universidade de São Paulo, especialmente da EDUSP, e o tema se prende a uma sugestão do Prof. Dr. Walter Hugo de Andrade Cunha, do Departamento de Psicologia Experimental, acerca do assunto. Solicito que a Comissão entre em contato direto com o referido docente, que já vem tomando providências no sentido de organizar um debate crítico sobre o tema contando com a colaboração dos professores Dr. Alfredo Bosi e Dr. Aziz Simão.

O segundo tema é mais amplo, envolvendo vários setores da comunidade, e se refere ao Hospital Universitário. O professor Dr. Nelson Rosamilha — do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade — fez sugestões bastante interessantes acerca deste assunto. Conversando com os docentes verificamos que o tema se desdobrava em vários níveis e poderia ser assim conduzido:

— Prof. Nelson Rosamilha, que falaria sobre o pagamento que atualmente os funcionários e docentes da USP fazem ao IAMSPE, e é enviado ao Hospital dos Servidores, e que poderia ser reencaaminhado para o Hospital Universitário. Deste modo, o Hospital Universitário passaria a atender professores e funcionários da USP com essas verbas.

— Sra. Sonia Maria Etevanin de Oliveira, funcionária bibliotecária do Instituto de Psicologia e membro da ASUSP, que falaria sobre as implicações desta proposta sobre os demais setores do funcionalismo.

— Um membro da comunidade do Butantã (Comissão de Entidades do Bairro, com sede na Creche Municipal do Butantã), que falaria sobre as expectativas da comunidade acerca do Hospital.

— Prof. César Ades, do Departamento de Psicologia Experimental (ou outra pessoa que ele venha a indicar) que falaria sobre os estatutos atuais propostos para o Hospital, suas falhas e omissões.

Gostaríamos ainda de sugerir que uma quinta pessoa deveria falar sobre o aspecto orçamentário do Hospital. Quando discutíamos o assunto com o Prof. Bosi na sede da ADUSP, aproximou-se-nos um docente da Odontologia, cujo nome no momento nos escapa, e que lembrou que a verba prevista para pagamento de pessoal administrativo era exorbitante e esse aspecto mereceria discussão.

Estamos, ainda, em processo de discussão para um debate conjunto com os funcionários, sobre o Sistema de Classificação de

Funcionários na Universidade de São Paulo. Talvez a Comissão Organizadora pudesse entrar em contato com a ASUSP sobre o interesse que teriam em ampliar o debate.

Sendo o que é só para o momento, subscrevo-me

Atenciosamente,

Maria Amelia Matos — Prof. Ass. Dr. — Depto. de Psicologia Experimental — IP-USP — Conselheira do Instituto de Psicologia — (Carta à Comissão Organizadora do Congresso, 02/06/80)

O debate no Conselho de Representantes da ADUSP

... Passando-se então à discussão do item Congresso, o colega Alfredo Bosi fala aos novos conselheiros sobre a gênese da proposta. Lê em seguida as propostas de mesas, que foram juntadas ao longo destes dois meses. A colega Sônia Ferraro Dorta, do Museu Paulista, fala que os museus reunidos farão proposta até o dia 20. Colega Sylvia Campiglia propõe tema: organização das bibliotecas do campus, com participação das bibliotecárias. Colega Maria Adélia A. de Souza deverá trazer para o dia 20 proposta da Faculdade de Arquitetura, mas adianta um tema: "A Tese Prática", a ser coordenada por Renina Katz. Pede esclarecimento sobre o que seria o Congresso. Prof. Bosi reitera que seria um momento em que a USP se manifesta, mostra o que tem feito, o que é importante para o público, pois tanto foi falado contra ela, e é também uma oportunidade de mobilização para as lutas fundamentais. Colega Denisard Alves conta que a Faculdade de Economia fez sua sessão de abertura do Congresso e se definiram três áreas de participação dessa escola no Congresso: 1) ensino de Economia — definição de currículo e de profissional; 2) orçamento da Universidade e salários; 3) formação de vários painéis sobre a crise atual brasileira. No item 1 acham-se trabalhando os departamentos de Economia e Administração e Contabilidade. A questão currículo tem interessado professores, funcionários e alunos e representa também o relacionamento com o mundo exterior, isto é, que economista é formado e a quem serve. Numa discussão com alunos, professores e funcionários, durante dois meses, saiu uma proposta de um economista-cientista-social, menos técnico, bem diferente da atual idéia de economista da USP. Salienta também os aspectos dos assuntos que a Faculdade de Economia pode oferecer à Universidade e também à comunidade, e propõe painéis: 1) O que é produtividade; 2) Agricultura e crise — para onde vai

o Capitalismo no campo; 3) Perspectivas políticas e a crise econômica. Colega Judith Klotzel pede mesa sobre orçamento, no que diz respeito ao ensino e à pesquisa e como é feita a distribuição da verba na Universidade. Prof. Denisard fala da organização de mesa sobre orçamento pelo IME, da qual participou, onde foram levantadas questões que não tinha ouvido antes. Fala o colega Marcos Nascimento Magalhães, representante do IME, apresentando proposta (anexa) que contraria a proposta da Comissão — argumenta que pelo fato de não haver tradição de trabalho entre professores, alunos e funcionários o Congresso deve ter pontos bastante definidos, que evitem a dispersão. Na sua proposta tenta pegar por baixo as preocupações que são comuns a professores, alunos e funcionários; vê na proposta da Comissão o defeito da dispersão, e o de não apresentar uma conclusão. Acha que os debates propostos devem ser realizados nas unidades, como fizeram na Matemática. Propõe uma organização do Congresso com uma comissão de funcionários, alunos e professores. Propõe “um Congresso humilde, que chegue a conclusões importantes”. Com a palavra, o Prof. Bosi concorda com colega Marcos que o Congresso deva ter um significado político e que seja uma grande Assembléia Geral. A proposta, entretanto, vem dois meses e meio atrasada, numa outra concepção de Congresso, o que representaria uma reorganização. Crê, entretanto, que mesmo chegando atrasada a proposta, ela ainda pode ser posta em prática. Lembra que os temas do Congresso são de interesse geral, vieram das unidades e pede para que não se percam as propostas já feitas e aprovadas pelo Conselho, mas que se somem; isto é, que a proposta do colega Marcos, do IME, não represente um corte no que já foi feito. Colega Nelson Marques aparteia e diz que não vê impedimento que a última sessão de cada mesa seja deliberativa. Colega Bosi acha que a proposta do IME é meio drástica; discorda que o Congresso proposto seja dispersivo porque as propostas vieram das unidades. Colega Marcos acha que as propostas refletem a opinião dos professores. Colega Maria Adélia acha que há propostas diferenciadas quanto ao encaminhamento do Congresso e pede esclarecimento quanto ao encaminhamento da discussão neste Conselho. Prof. Braz resume e pretende unir os dois tipos de aspiração — lembra ainda que existe nos Estatutos a Assembléia Geral da USP e que mesmo sem poder deliberativo em relação à Universidade teria uma importância política muito grande. A ADUSP levaria a essa Assembléia posições levantadas nos debates. Vê então um primeiro momento de discussão nas unidades e entre unidades e acha que devemos sentir o momento adequado para definir as posições políticas. Com a palavra a colega Dora Mourão, que fala em nome de reunião na ECA, onde se recomenda que o Congresso tenha três eixos: 1) verbas; 2) autonomia universitária e 3) governo democrático na Universidade. Fala que a

ECA acha que fazer o Congresso sobre muitos temas pode ser muito diversificado. Colega Antonio Mário Magalhães, do IAG, relata que em sua unidade ainda não foi discutido o Congresso. Propõe um tema abrangente: "Universidade e Sociedade", que reuniria vários temas que seriam discutidos durante uma semana de agosto nas unidades e na semana seguinte um Simpósio com temas gerais. Prof.^a Amélia Hamburger com a palavra fala que a proposta da Comissão vem de uma tentativa de conviver e discutir junto o que são os três componentes da Universidade; já os professores têm diversidade de funções, de regimes de trabalho, de formas de contrato; os funcionários, nas discussões conjuntas que tiveram, com DCE e ASUSP, ensinaram que há uma variedade enorme entre eles, funcionários administrativos, técnicos, que trabalham junto ao ensino, os que são estudantes — na USP ou na maioria em escolas e mesmo universidades particulares, os que são contratados para um cargo mais baixo (contínuo, por exemplo) e aprendem a função de técnico e a exercer sem direito ao cargo, e ainda os estudantes que são um corpo que se renova a cada quatro ou cinco anos. Houve umas seis discussões conjuntas muito profícuas. Lembra que na lista que foi lida já há algumas mesas que incluem funcionários e estudantes. Acha que a proposta do colega da Matemática pega os dois pontos políticos da maior relevância: o ensino público e a democratização da Universidade, mas acha que se nos limitarmos a pensar nesses pontos, sem tentar aprofundar temas específicos como os propostos, fica parecendo que a única coisa que podemos fazer juntos é uma greve geral, empobrecendo a oportunidade de conhecermos melhor não só o que somos, mas como podemos enfrentar os problemas. Prof. Bosi externa sua surpresa de receber nesta reunião essa proposta da colega Dora, e não na Comissão do Congresso, da qual a colega faz parte. Sistematizando o que foi dito, acha que devemos começar com debates bem particulares, marcados ao longo de agosto; num segundo momento, temas mais gerais, tais como estrutura da Universidade e serviços à comunidade e, num terceiro momento, entraria a proposta da Matemática e da ECA, em que o Congresso se transforma em Assembléia. Colega Gacek, do ICB, propõe mais um tema: Modelo Educacional Brasileiro. Colega Maria Carolina anuncia que na Medicina haverá reunião com funcionários e estudantes. É de opinião que há mesas em que funcionários não podem efetivamente participar. Acha que se deve meditar sobre as propostas e que sugestões posteriores devem ser acolhidas. Fala na eventualidade de se mudar a época do Congresso. A seguir apresenta um problema específico da Faculdade de Medicina, a saber, o pedido de apoio do CAOC contra os cursinhos para exame de ingresso à residência médica. Como representante da Medicina no Conselho a colega Maria Carolina fez uma carta de apoio aos alunos e pede pronunciamento da ADUSP, apresentando

proposta de que a Diretoria e Conselho se manifestem com nota à imprensa, o que é aprovado. Com a palavra o Prof. João Zanetic, suplente de representante do Instituto de Física, que compara o Congresso proposto à SBPC. Acha a proposta da Matemática feliz, com direção acertada (e não divergentes e dispersas como na SBPC). Propõe: Produção científica; Ensino público e Gratuito; e Democratização da Universidade. Acha que resumos de atividades da USP seriam mais adequados. Acha que devem-se fazer mais esforços para que a Comissão fosse integrada pela ASUSP e DCE. Prof. Braz relata uma perplexidade da ASUSP sobre o que seria o Congresso e acha que uma melhor definição por nossa parte poderia trazer a colaboração dos demais setores. Prof.^a Maria Adélia propõe: 1) delinear perspectivas e formas de luta; 2) defesa da Universidade; 3) mostrar que a Universidade produz. Em torno disto apareceram propostas específicas à prática do arquiteto: Habitação; Pesquisa em Arquitetura; Currículo: arquitetura; a que serve? Propõe preparação do Congresso com os debates específicos na unidade, mesas-redondas, sessões plenárias, participação aberta (p. ex., pequeno escritório de arquitetura com a colaboração de alunos), culminando com a apresentação de resoluções no Congresso em Agosto. Propõe ainda que as comunicações sejam feitas diretamente para a Comissão (que se reúne na ADUSP às sextas-feiras, às 9:30 horas). É levantada a questão de que realmente neste horário os funcionários não têm condições de aparecer. Prof. Braz propõe, para o segundo semestre, campanha ofensiva para reajuste semestral de salários. Lembra que agosto é mês importante para esta questão, a qual não pode estar desvinculada do Congresso. Prof. Bosi observa que a Comissão deveria encerrar seus trabalhos com a apresentação de propostas e depois encaminhamento diverso, através do próprio Conselho. O colega da Matemática acha que a Comissão deve dar continuidade a seus trabalhos. A Profa. Elaine Farias Veloso Hirata, do Museu de Arqueologia e Etnologia, propõe que deve haver votação de propostas sobre o que seria o Congresso, mas devem vir também de alunos e funcionários, mesmo que só se realize em outubro. O Prof. Denisard acha que realmente a participação de funcionários e alunos é essencial e que todos precisam fazer a mobilização, em cada unidade. Prof.^a Rifka lembra que há problemas comuns mas que muitos deles são diferentes dos problemas dos funcionários, que porém são importantes para nós. Acha que tomar conhecimento dos problemas da ASUSP através de mesa específica seria mais adequado, uma vez que a integração não pode ser completa devido à diversidade dos problemas. Propõe que se apresentem mesas e que depois se parta para a fase de deliberação. Prof. Carvalheiro lembra que o importante é discutir o que nos une e não o que nos separa. Nota que o Congresso já está em andamento: em Ribeirão Preto, a Faculdade de Medicina parou na semana passada

para discutir por uma semana, professores e estudantes, novos rumos do currículo médico (parada por decisão da Congregação). Acha que realmente não devemos repetir SBPC e que é importante a divulgação das discussões. Crê que as outras forças devem estar realmente presentes para dar sugestões, caracterizando um processo dinâmico. Acha ainda que poderíamos pensar em um período crítico de uma semana, com proposta do tipo da Matemática ou outra, para depois das mesas, com representação tripartite com maior impacto político, a Comissão se encarregando, de um lado, e Conselho assumindo a parte política (o Congresso em conjunto com ASUSP e DCE). Devemos então intensificar contato com essas entidades e a Comissão continuar organizando mesas-redondas que devem ser encaminhadas. Prof. Carvalheiro acha que a Assembléia Universitária seria vitória política, apesar de não ser realmente representativa (só 10% dos alunos etc.). Às 18 horas foi encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata. São Paulo, 9 de junho de 1980.

*Amélia Império Hamburger, secretária da ADUSP
(extraído da Ata de reunião do Conselho de Representantes da ADUSP)*

Constituição das Mesas — Sugestão preliminar

1 — Curso de Letras

— J. Cavalcante de Souza

2 — Hospital Universitário

— Nelson Rosamilha
— Eduardo Marcondes (Medicina)
— Guilherme (Medicina)
— Maria Amélia Matos (Psicologia)
— Sônia (ASUSP)
— Sebastião de A. P. Sampaio (Presidente da Comissão do HC — Medicina)
— Juan Rocha (Ribeirão Preto)
— Conselheiros: Medicina e Odontologia

3 — Editoria Universitária

— Walter de Andrade Cunha (Psicologia)
— Maria Amélia Matos (Psicologia)
— EDUSP

- CODAC
- Conselheiro da ECA
- 4 — Economia Brasileira
 - André Franco Montoro Filho
 - Denisard C. O. Alves
 - Fausto Castilho
- 5 — Letras
 - A Universidade e o Ensino Secundário
 - Lygia Chiappini
 - Teresa Vara
 - Valéria de Marco
 - As Licenciaturas
 - Amélia Hamburger
 - Eunice Durham
 - Marilena Chauí
 - Dra. Berta Morretes (Biologia)
- 6 — Universidade: unidade e diversidade
 - Dina
- 7 — Centrais Nucleares
 - Zatz
 - Guillaumon
 - Menezes
 - Tundisi (SBPC)
 - Aziz Ab'Saber
 - Ecologia (USP)
- 8 — O que é a Universidade Brasileira
 - Ernesto Hamburger
 - Aparecida Joly Gouveia
 - Villalobos
 - Universidade Federal de Minas Gerais
 - Fausto Castilho
 - Luiz Antônio Cunha (Rio de Janeiro)
 - Severo Gomes
 - Celso Lafer
 - José Arthur Giannotti
- 9 — Demografia e Planificação
 - Elza Berquó
- 10 — A Lei de Segurança Nacional
 - Hélio Bicudo
 - Dalmo Dallari

- José Carlos Dias
- Aloysio Ferraz (Faculdade de Direito)

11 — Saúde e Universidade

- Ribeirão Preto
- Cruz (COSEAS)
- Yunes (Diretor do Hospital do Servidor — IAMSPE)

12 — Carreira Universitária

- Ernesto Hamburger
- Dalmo Dallari
- Fuad Saad
- Virgílio Benjamin Noya Pinto (ECA)



- Carlos A. Barbosa Dantas (IME)
 - Rui Bevilacqua (Técnica Cirúrgica — Medicina)
 - Lima Gonçalves
 - Poli — Otto Beckman (Produção)
 - Poli — José Martins (Ex-Diretor)
 - Antônio Carlos Camargo (Ribeirão Preto)
 - Juan Rocha (Ribeirão Preto)
- 13 — Serviços à Comunidade Universitária: Restaurante, Creche, Lazer
- Higiene
 - Saúde Pública
 - Engenharia
 - ASUSP
 - DCE
- 14 — Mesa da ASUSP
- 15 — Entidades e Partidos Políticos
- José Arthur Giannotti
 - Aziz Simão
 - Diretoria do DCE
- 16 — FUVEST e o Vestibular
- 17 — Pesquisa na USP — Poli, Medicina, Bioquímica, Biologia
- 18 — Pesquisa e a Indústria (IFUSP)
- Dória (Poli)
 - Morato (Poli)
 - Mamana (IF)
 - Goldenberg (IF)
 - Rattner (Economia)
 - Evaristo Ribeiro (Geociências)

O “Conselhinho” da ECA discute o Congresso da USP

No que diz respeito ao Congresso da USP, em que participarão professores, funcionários e alunos, foi discutida a proposta elaborada pela Comissão do Congresso (ADUSP) a qual arrolou sugestões de algumas unidades da Universidade sobre assuntos gerais que poderiam ser levantados. Chegou-se à conclusão que os temas eram demasiada-

mente amplos e que poderiam levar à dispersão. Achou-se que o Congresso deveria se organizar em torno de três eixos de discussão:

- 1 — O problema das verbas e o orçamento da USP.
- 2 — Estrutura administrativa e centro de decisões: o poder na Universidade.
- 3 — Formas de gestão democrática para a Universidade.

A concentração da discussão nesses eixos nos levaria a caracterizar o Congresso como um momento reivindicatório das três categorias (professores, alunos e funcionários) em conjunto. É necessário que a comunidade universitária se mobilize em torno da discussão de seus problemas para que ela possa cumprir, da melhor forma possível, suas atribuições, ou seja, o Ensino, a Pesquisa e a Crítica.

Esta proposta já foi levada à reunião do Conselho da ADUSP do último dia 7. Há outras unidades que estão discutindo este tipo de proposta e a decisão quanto à forma do Congresso será tomada na próxima reunião do dia 20 de junho. Solicitamos sugestões dos colegas para que o nosso voto signifique, de fato, uma representação.

(Do "Informe" ADUSP-ECA n.º 1)

Proposta do Instituto de Matemática e Estatística

A crise por que passa a sociedade brasileira reflete-se dentro das universidades e na Universidade de São Paulo em particular. Amordaçada pela triagem ideológica e pelo terrorismo de Estado, pauperizada (juntamente com os setores de saúde e ensino públicos), ameaçada de privatização, deixa de cumprir, adequadamente e no interesse da população trabalhadora, suas atribuições de ensino, pesquisa e crítica.

É preciso que a comunidade universitária, mobilizada através de uma discussão ampla destes problemas e em torno de objetivos comuns de luta, passe de perplexa espectadora à agente de transformação da realidade que a cerca.

Isto nos leva a colocar a necessidade de um Congresso-USP coeso e uno, sem dispersões; um evento de deliberação e combate em defesa da Universidade e da Educação. Para isto propomos que:

1 — O Congresso seja realizado visando a discussão dos seguintes eixos:

- a) por mais verbas para a Universidade e a Educação, pelo no público e gratuito;
- b) pela autonomia universitária e o governo democrático de estudantes, professores e funcionários, para pôr a Universidade a serviço da população trabalhadora.

2 — A organização do Congresso leve em conta os seguintes itens:

a) que o Congresso se concentre em duas semanas, em agosto, e tenha uma sessão final, plenária, deliberativa;

b) que seja organizado por uma Comissão tripartite de estudantes, funcionários e professores eleitos em cada setor. Os representantes da ADUSP eleitos em assembléia;

c) que esta Comissão edite um jornal do Congresso, onde sejam publicadas todas as propostas e discussões.

OBS.: Essa proposta foi discutida e aprovada em seus termos gerais na ECA. No próximo dia 20 o Conselho de Representantes analisará a proposta da ADUSP acerca do Congresso.

Sugestões da Medicina

Hoje fizemos a reunião tripartite aqui na Faculdade da Medicina, com vistas ao Congresso da USP.

Os docentes presentes pediram-me que enviasse a vocês as sugestões seguintes (o representante da ASUSP enviará estas considerações à sua Associação e o representante estudantil ao CAOC, em primeira instância, e posteriormente ao DCE):

1 — a data do Congresso deveria ser adiada para a 2.^a quinzena de setembro ou, melhor ainda, para a 1.^a quinzena de outubro;

2 — deve ser constituída, com a maior urgência, a comissão tripartite que centralizará as informações na Cidade Universitária e divulgará as propostas oriundas das unidades e que, finalmente, organizará o Congresso com base na proposta definitiva;

3 — nas unidades, também se formarão comissões intra-unitárias tripartites;

4 — as comissões tripartites intra-unitárias elaborarão propostas que serão encaminhadas à comissão tripartite central;

5 — na Faculdade de Medicina os três setores alternarão reuniões conjuntas e isoladas para elaboração dos assuntos centrais e não-centrais que virão constituir o temário do Congresso.

No momento, são estas as sugestões que o nosso "Conselhinho" me encarregou de encaminhar a você, esperando que possamos contribuir para o êxito do Congresso.

*Dra. Maria Carolina Soares Guimarães —
Conselheira de Unidade ADUSP — Medicina
(Carta ao professor Alfredo Bosi, coordenador
da Comissão Organizadora — 10/06/80)*

Relatório da Comissão Organizadora — ADUSP

A Comissão, indicada pelo Conselho de Representantes e pela Diretoria da ADUSP para dar início aos preparativos do Congresso da USP, vem a este Conselho dar conta de suas atividades a partir de sua constituição em março do presente ano.

A Comissão vem-se reunindo regularmente na sede da ADUSP com a presença da maioria de seus membros. Para esses encontros têm sido convidados sistematicamente os representantes dos funcionários e dos estudantes através de suas entidades, a ASUSP e o DCE. Dada a dificuldade de comparecimento dos funcionários, alguns membros da Comissão têm realizado contatos com a sua Associação a fim de trocar idéias sobre o melhor encaminhamento do Congresso, devendo-se ressaltar que o projeto mesmo da realização de um Congresso da USP partiu do DCE-Livre da Universidade.

Conforme o espírito que a norteou, desde o início, a Comissão considerou como seu apenas o papel de estimular os debates das Unidades, e consultar diretamente os conselheiros, uma vez que entendeu não caber à Comissão propor, e muito menos impor, previamente, um temário ou eixos de discussões que unificassem prematuramente, e de cima para baixo, um encontro cuja estrutura democrática deveria refletir fielmente as diversas preocupações das bases a que se tem acesso.

Nessa primeira fase, que foi a de sondagem, realizaram-se encontros e debates em várias unidades, com ritmos diferentes de participação (Odontologia, com proposta que já foi a Conselho, Economia, Letras, FAU, Física e Matemática de São Carlos, Higiene e Saúde Pública, Medicina de Ribeirão Preto, IME, ECA e Biociências, entre outras), dos quais saíram algumas propostas que já tivemos a oportunidade de veicular, ou de receber, durante a reunião do Conselho de Representantes de 9 de junho próximo passado.

A Comissão promoveu também uma Mesa-redonda sobre Ensino Público e Ensino Pago, a 17 de abril, no Auditório da FAU, e que contou com a participação ativa dos convidados: Israel Henrique Waligora, presidente da UEE; Wagner Araújo, do DCE; José Roberto Stella, da ASUSP; Araújo Melchior, da Faculdade de Educação; André Franco Montoro Filho, da Faculdade de Economia; e Rogério Cerqueira Leite, da UNICAMP. Os materiais dessa discussão, que simbolicamente abriu o Congresso, acham-se à disposição dos interessados na secretaria da ADUSP. Foi exibido também, nessa oportunidade, um filme sobre as manifestações de rua contra o Ensino pago, promovidas pelos estudantes desta Universidade.

Em carta aos conselheiros, solicitamos destes que promovessem em suas unidades debates durante os meses de maio e junho, com o

fim de remobilizar as bases para tornar viáveis sessões plenárias no segundo semestre. Naquela altura, prevíamos que o Congresso faria essas plenárias na segunda quinzena de agosto; agora, porém, é consenso da Comissão que a data deva ser prorrogada para setembro ou mesmo outubro, conforme proposta já formalizada pela representante da Faculdade de Medicina, Prof.^a Maria Carolina Soares Guimarães.

Da lista de sugestões recebidas verificamos que:

1 — Há propostas de temas específicos de unidades ou de grupos de unidades: currículos, organização geral dos cursos, ligação desses com o Ensino Médio, ligação dos cursos com pesquisa, vestibulares de Ciências Humanas, relação FUVES-Universidade, além de problemas atinentes à formação e à função social de categorias profissionais, como arquitetos, médicos, biólogos, professores, bibliotecários, pesquisadores etc.

2 — Há propostas de temas que atingem diretamente a sobrevivência física, moral e política do povo brasileiro, como o Acordo Nuclear, a Lei de Segurança Nacional, o Programa de Planificação Demográfica, o Modelo Educacional Brasileiro, os Projetos Econômicos do regime atual etc.

3 — Enfim, há propostas que se concentram na vida da Universidade, e coincidem com lutas comuns a professores, funcionários e estudantes da USP: ensino gratuito, autonomia universitária, democratização do poder, controle de orçamento, de salário etc. Possivelmente, o problema do Hospital Universitário e o de prestação de serviços à comunidade (creche, restaurante, editoria, lazer) se incluíam nessa ordem de propostas.

Na reunião do Conselho de 09/06/80, a Comissão transmitiu e recebeu sugestões que podem inserir-se nas três ordens de tópicos que se apontaram acima.

Das várias propostas que a Comissão analisou depois da reunião do Conselho, uma parte entra como acréscimo ao temário já sugerido, e se inclui, portanto, na concepção de um Congresso como expressão da diversidade dos interesses e das contribuições que as unidades podem oferecer; outra parte entende estruturar o Congresso como um instrumento direto e, em última instância, deliberativo, das lutas reivindicatórias que a USP deve enfrentar para garantir a sua autonomia econômica, política e cultural. Rigorosamente falando, são modos diferentes de entender o Congresso; modos que talvez possam combinar-se, talvez não, dependendo da dinâmica das discussões em curso. Cabe lembrar que estão sendo encaminhadas ainda hoje, ao Conselho, várias outras propostas cujo debate transcende os limites de competência da Comissão.

A Comissão julga que é chegado e bem-vindo o momento de o Conselho discutir a própria natureza do Congresso. E diante da atual riqueza e diversidade de propostas sobre as formas de realizar o

Congresso, esta Comissão — que se considera apenas provisória e consultiva — não se julga com o direito de definir, em termos deliberativos, a fisionomia que o Congresso deverá enfim assumir.

Ponderando esses vários elementos da situação, a Comissão decidiu — e o faz agora — entregar os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Representantes, de onde emanou e a quem de direito cabe a responsabilidade pelas diretrizes políticas e pela consecução do Congresso da USP. Agradecemos a todos aqueles que, nessa fase preparatória, contribuíram com suas sugestões para a realização deste verdadeiro Encontro da Comunidade Universitária. E os seus membros, dando por cumprida a sua tarefa, consideram-se, doravante, peões do Congresso em suas respectivas unidades.

A Comissão, em 18/06/80.

(Apresentada ao Conselho de Representantes da ADUSP em 20/06/80)

Proposta da Escola de Comunicações e Artes

Considerando as discussões que surgiram em torno da proposta da ECA no que se refere ao Congresso da USP, julgamos conveniente esclarecer o seguinte:

— Na reunião de professores da ECA do dia 26 de abril foi apresentado o projeto geral do Congresso tal como consta no primeiro documento distribuído pela Comissão. Como o tempo para discussão do mesmo não foi suficiente, este foi retomado na reunião realizada no dia 4 de junho, reunião já coordenada pela representação eleita no dia 21 de maio, e na qual foram considerados os seguintes pontos:

a) os temas apresentados no documento elaborado pela Comissão, apesar de bastante sugestivos, eram demasiadamente vagos, o que poderia acarretar uma dispersão dos resultados;

b) esses temas eram também, na sua maioria, do interesse dos professores e talvez dos alunos, mas dificilmente mobilizaria o conjunto dos funcionários;

c) acrescente-se a este argumento o fato de que os problemas mais diretamente relacionados com a própria sobrevivência da USP, e o questionamento do seu papel frente à sociedade, exigem uma reflexão imediata e propostas de ação também urgentes.

Por tais razões os professores presentes à reunião julgaram da maior importância apresentar uma proposta para o Congresso que pudesse, ao mesmo tempo, evitar dispersão de esforços e mobilizar igualmente alunos e funcionários apontando, ainda, para uma ação

efetiva. Essa proposta está explicitada no INFORME 1 — ANO 1 — ADUSP-ECA.

Discussões posteriores evidenciaram, também, a necessidade de uma reflexão específica sobre o trabalho que a ECA vem desenvolvendo e, como resultado, é possível que se acrescente ainda um item referente a esse trabalho e apresentando uma alternativa: O problema do ensino das Comunicações e sua relação com as classes emergentes.

Esclarecemos, ainda, que a proposta da ECA não se organiza no sentido de cercear ou agir em prejuízo de nenhum dos temas propostos no documento da Comissão; ao contrário, o que se pretende é que sejam concentrados os esforços em torno dos três pontos principais explicitados, pois é do que se concluir sobre eles que dependem todos os outros temas.

São Paulo, 20 de junho de 1980
"Conselhinho" da ECA

Proposta de pauta da ADUSP

Baseando-se nos "Temas" apresentados e nas propostas e discussões do Conselho de Representantes da ADUSP, a Comissão Organizadora formulou a seguinte pauta:

Agosto

I — Semana da Economia

(Programada conjuntamente na FEA com funcionários e estudantes. Está organizada, só faltando determinar os locais.)

- 12 — A crise econômica brasileira
- 13 — Agricultura e o modelo econômico
- 14 — Política salarial em geral — relação entre capital e trabalho
- 15 — Perspectivas políticas e a crise econômica

II — Semana da Saúde

- 19 — Hospital Universitário
- 20 — Educação Médica e Serviços de Saúde
- 21 — Demografia e Política Populacional — Elza Berquó
- 22 — Política Nacional de Saúde

III — Semana das Questões de Política Nacional (a ser organizada):

- 26 — Usinas Nucleares (João André)
- 27 — Lei de Segurança Nacional (Dalmo Dallari — A. Bosi)
- 28 — Assembléia Nacional Constituinte (D. Dallari — A. Bosi)
- 29 — Entidades e Partidos Políticos (Braz — A. Bosi)

Setembro

Semana da Pátria — livre

8 a 12 — Discussões nas unidades

A seguir — “Temas” da Universidade e possíveis reuniões deliberativas

Propôs-se, ainda:

Às segundas-feiras, 17:30 hs. — Depoimentos, Consultas, Debates sobre “Questões trabalhistas na Universidade”.

A Comissão ADUSP (25 de junho de 1980)

Plano-proposta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

1 — *Objetivos do Congresso*

— Dinamizar a luta pela defesa da Universidade, pelo Ensino público, por melhores condições de trabalho.

— Divulgar, junto à sociedade, a crise, a produção e os compromissos da Universidade, nos últimos anos.

— Extrair as diretrizes e as propostas para a continuidade da luta.

2 — *Entendimento do Congresso*

O Congresso é entendido como o ponto culminante de um amplo processo de debate e discussão sobre a crise da Universidade, sua produção e seus compromissos. Tal processo tem sua base de apoio e seu ponto principal em cada uma das unidades que compõem a USP.

Assim sendo, o Congresso deve ter uma dupla preocupação, que se vincula a uma dupla discussão:

a) das questões e temas gerais da vida universitária, por um lado, e sua vinculação com os grandes temas sobre a realidade brasi-

leira, por outro. Dessas discussões deverão ser estabelecidas as novas formas de lutas.

b) das questões e problemas de cada unidade da Universidade, sua produção e seus compromissos com as questões essenciais do processo social brasileiro, que lhe dizem respeito.

3 — *Os grandes temas do Congresso*

Propõe-se que toda discussão do Congresso seja feita em torno de três eixos, a saber:

- a) *Universidade e Estado*
 - como tutela?
 - como promove?
 - como manipula?
- b) *Universidade e Sociedade*
 - compromissos do conhecimento produzido?
 - canais de acesso?
 - o que forma e para quem?
- c) *Universidade e produção cultural*
 - o que produz?
 - para quem produz?
 - em que condições?

4 — *Organização do Congresso*

Aceitos os temas gerais, as unidades deverão iniciar os trabalhos organizando diferentes formas de atuação, garantindo a participação de toda comunidade da unidade (alunos, funcionários e professores).

A unidade, através de sua especificidade, deverá garantir o desenvolvimento do temário principal do Congresso e sua contribuição a esse temário.

Assim, por exemplo, na FAUUSP, atividades podem ser organizadas em torno de:

- mesas-redondas;
- seminários de pesquisa;
- sessões plenárias;
- grupos de trabalho;
- atividades abertas (exposições, cursos, ateliês, escritório piloto etc.).

5 — *Algumas propostas preliminares*

5.1 — *Mesas-redondas:*

A — *Questões gerais*

- As políticas públicas e a questão urbana.
- A crise da habitação e o modelo brasileiro.

- A situação da USP, hoje.
- O orçamento da USP.
- O Ensino público.
- Currículo e Ensino.

B — Questões específicas da FAUUSP

- A tese prática.
- O arquiteto no setor público.
- A pesquisa em Arquitetura e Urbanismo.
- O pós-graduação na FAU.
- Currículo e Ensino.

5.2 — Seminário de pesquisa:

Incorporar os já existentes, divulgando-os, e incentivar a discussão sobre a produção cultural da unidade. (Teses e trabalhos de graduação e de pós-graduação).

5.3 — Sessões plenárias:

Deverão ser convocadas em caso de deliberação, para encaminhamento de posições junto ao Congresso, ou junto aos órgãos representativos das categorias.

5.4 — Grupos de trabalho:

Os grupos de trabalho deverão ser, sempre que possível e necessário, mistos (alunos, funcionários e professores), para realização das tarefas que lhes são pertinentes:

GT 1 — Levantamento da Situação da FAU (condições de trabalho, situação financeira, organização administrativa, representações, situação docente, discente, funcionários, currículos, pós-graduação etc. etc.)

GT 2 — Onde estão as cinco últimas gerações formadas pela FAUUSP?

GT 3 — Carreira Docente.

\$. \$ — Atividades abertas:

- Exposições.
- Escritório piloto.
- Cursos.

(Junho de 1980)

Manifesto da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Princípios gerais que deveriam nortear o Congresso

O Congresso deve ter caráter político e reivindicatório, na luta por algumas conquistas básicas; entre elas, o *Ensino público e gratuito*.

O Congresso deve dar espaço à manifestação e participação realmente ativa de todos: alunos, funcionários e professores.

Dar voz a todos significa mais: que qualquer um possa participar ora como leigo, ora como conhecedor mais autorizado nos vários debates que, por isso mesmo, devem ser vários, tantos quantas forem as propostas que surgirem por parte das diversas unidades, grupos, categorias... Significa, portanto, que todos nesse Congresso possam ser ora público, ora palco; ora autores, ora leitores; ora proponentes, ora votantes; ora sujeitos, ora objetos do pensar alheio; ora produtores de conhecimento e de cultura, ora consumidores.

O Congresso é político, mas é também cultural e quanto mais visceralmente cultural, mais radicalmente político. Cultura politizada e política culturalizada.

O Congresso deveria fazer viver, nem que seja por poucos dias, a riqueza potencial da Universidade: o ideal da *Universitas*, coexistindo nesses dias os debates de ciência e política, com atividades culturais tais como filmes, teatro, concertos, recitais de poesia... O Congresso deve ser o espaço da análise, da reflexão crítica, do debate polêmico; mas deve ser também o espaço da festa. Cultura, Política e Festa. Dança e Pensamento. Corpo e Razão para que a vida invada a Universidade (pelo menos durante uma semana) e para que ela possa se abrir à comunidade, oferecendo aos interessados a possibilidade de vivenciar por dentro um pouco da nossa ciência e um pouco da nossa arte.

O Congresso deveria definir alguns *temas centrais*, amplos, a serem debatidos desde já nas várias unidades, mas deveria também dar oportunidades às *manifestações específicas* de cada uma delas, cujos problemas específicos não estão certamente desvinculados desses temas gerais; pelo contrário, acabarão por revelar ramificações e implicações de modo a torná-los mais *concretos*.

Respeitando o princípio anterior, o Congresso estará, ao mesmo tempo, concentrando suas forças nos problemas centrais da Universidade, comuns a todos os seus membros, e de interesse mais geral para a comunidade, e estará respeitando os trabalhos (que não podemos desperdiçar) que em qualquer ponto desta Universidade estiverem sendo desenvolvidos em cima de questões mais específicas.

Sabendo ver o geral e o particular, a política e a cultura, a festa e o trabalho — dialeticamente vinculados — não diluiremos, pelo contrário, intensificaremos e ampliaremos o caráter político e reivindicatório do Congresso.

Sabendo viver o duplo papel que qualquer um nesta comunidade universitária (para não dizer, em toda a Sociedade) pode viver — de leigo e de especialista, de produtor e de consumidor; sabendo viver a precariedade do saber de cada um, e deixar periodicamente vago o lugar do saber (e do poder), estaremos vivendo um Con-

gresso verdadeiramente democrático e, quem sabe, vivendo, na prática, nem que seja por alguns dias, algo parecido com a Universidade que queremos ter.

quisa e Crítica.

Estratégias que podem tornar possível a realização desses princípios no Congresso

Fixação com antecedência dos temas centrais do Congresso, que deverão ser desenvolvidos em mesas-redondas, com especialistas convidados para compô-las. Alguns desses temas já estão propostos. Lembramos que o da Faculdade de Filosofia foi definido recentemente: A Questão da Modernidade e o papel das Humanidades ou que Modernidade nós queremos?

Fixação de um período (manhãs, por exemplo) para a realização dessas mesas-redondas.

Abertura de um espaço (e de um tempo) para o surgimento de novas proposições, de temas de debate, de textos, de grupos de estudo, de problemas mais específicos que deverão ir sendo amadurecidos em discussões por unidades (com frequência mínima quinzenal), até o Congresso e que, no final, deverão conduzir a proposições, concretas e conclusivas, que encaminhem as questões específicas na direção das questões gerais debatidas nas mesas-redondas.

Que esses problemas específicos sejam debatidos num período diferente; por exemplo, à tarde. E que deles seja feita uma ampla divulgação. Para tanto deverá funcionar um grande mural central que anunciará com antecedência tais atividades e que poderá conter manifestações de qualquer um que queira se pronunciar, avisar, desavisar, convocar, discordar, pentelhar...

Que se organize uma central de textos, e se incentivem esses grupos de trabalho sobre questões específicas a que produzam textos que serão amplamente distribuídos, para que haja uma participação efetiva e produtiva nesses debates.

Que se organize uma *Sala de Imprensa* para que qualquer participante do Congresso que saiba bater à máquina e rodar algo num mimeógrafo possa expressar algum pensamento, idéia, tese, proposta, que não caiba no mural.

Que cada grupo de discussão específica, depois de cada reunião ou de um conjunto de reuniões, redija uma lauda resumindo o conteúdo das suas discussões, para que se divulgue isso a todos os interessados em participar ou apenas em se informar. E que esse material sirva depois para facilitar a síntese final.

Que às noites ou às tardes, paralelamente às reuniões dos grupos, proliferem as atividades culturais (música, teatro, cinema, feira de poesia... e o que a nossa imaginação sugerir).

Concluindo:

Que todos possamos, no Congresso — pela informação circulando agilmente, pela forma democrática e aberta de organização, pela descontração geral — viver e pensar várias coisas ao mesmo tempo, vencendo um pouco esta atrofiante fragmentação em que vivemos. Que organização não implique em burocratizar e empobrecer. Que descentralização e riqueza da discussão não impliquem em dispersão e falta de contundência.

Pode ser utopia querer estar em toda a parte ao mesmo tempo, como um Deus. Esse parece ser o desejo dos filósofos, cientistas sociais e letrados que se reuniram no dia 20/06/80. Pode ser loucura. Mas uma loucura lúcida — porque “sem a loucura o que é o homem mais que a besta sadia, cadáver adiado que procria?”.

O debate no Conselho de Representantes da ADUSP II

...Entrando no item 1 da Ordem do Dia (Congresso da USP) o Prof. Denisard justifica a ausência do Prof. Alfredo Bosi e lê o relatório da Comissão do Congresso. O Presidente lê carta do Prof. Alfredo Bosi dirigida a ele, Prof. Braz, como Presidente da ADUSP. O Prof. Marcos, do IME, fazendo referência ao relatório da Comissão, na parte em que se refere ao IME, salienta que o debate naquela unidade surgiu de proposta da Assembléia e não dos atuais conselheiros e nem da ADUSP. Destaca que deve ser preservada a iniciativa da Assembléia do IME. O Prof. Denisard se manifesta dizendo que a Comissão retira o IME. A Prof.^a Dora, da ECA, informa que os Encontros e Debates incluíram reunião de professores. A Prof.^a Ruth Brito Lemos Terra, suplente do Instituto de Estudos Brasileiros, manifesta tristeza com relação à demissão solicitada pelo Prof. Bosi na carta enviada e pergunta qual é a proposta que permanece. Destaca que o Conselho, sem uma Comissão, não encaminhará o Congresso. O Prof. Denisard informa que a Comissão até então existente se auto-dissolveu. A Prof.^a Maria Amélia reforça as colocações do Prof. Denisard. Este esclarece que, no início, as discussões sobre o Congresso davam apenas uma idéia de criação de comissão coordenadora com a finalidade de colher informações, pensar sobre mecanismos, enfim, levantar a idéia do Congresso. Visava a Comissão promover a idéia do Congresso, e, neste sentido, ela desempenhou o seu papel. Destaca que na concepção inicial do Congresso era ne-

cessário envolver alunos e funcionários, pois sem isso o Congresso estaria prejudicado. Inúmeros problemas surgiram desde essas discussões iniciais: greve dos estudantes, Congresso da UEE. Há necessidade de se montar um esquema de reivindicação dos funcionários da USP; destaca ainda a importância de organizar o Congresso como representativo da comunidade universitária. Solicita o Prof. Denisard que o Conselho defina novas diretrizes para o Congresso. A Prof.^a Maria Adélia aceita e respeita as ponderações do Prof. Denisard mas destaca que os trabalhos da Comissão até aqui estão mostrando que é preciso reforçar o papel da Comissão em função do Congresso. As discussões havidas nas últimas reuniões do Conselho com relação a organização do Congresso são decorrentes de alguns fatos: mudança de alguns conselheiros que tiveram de se inteirar da questão rapidamente e a decorrente dificuldade de implementar em suas unidades as questões levantadas pela ADUSP. Destaca, contudo, que a Comissão do Congresso desempenhou perfeitamente o seu papel até aqui. Agora, apesar dos problemas acima levantados, algumas unidades vêm conseguindo se mobilizar em função do Congresso. A ADUSP não leva o Congresso sozinha, mas deve definir sua posição; neste sentido, a Prof.^a Maria Adélia encaminha uma proposta no sentido de que o Congresso desenvolva atividades organizadas em três linhas: 1) a ser definida pela Comissão Executiva do Congresso (tripartite), 2) uma segunda Comissão da ADUSP (a atual com novas diretrizes e novos membros) e 3) Comissões de Unidades (tripartite). Há necessidade de se selecionar temas específicos para cada um desses níveis de trabalho. A Prof.^a Dora endossa as palavras do colega Denisard. Informa que, embora não tenha participado da última reunião da Comissão, havia falado com alguns de seus membros individualmente. A Prof.^a Dora aprova integralmente o relatório da Comissão. Destaca que a proposta do Congresso até então estava aberta; sugere que se pense na proposta da Profa. Maria Adélia no sentido de verificar qual o Congresso e qual a linha política que se pretende. A Prof.^a Maria Carolina concorda com as proposições da Prof.^a Maria Adélia e quer discuti-las. Destaca que houve crises nesse período e que há necessidade de os três níveis decidirem se vão fazer o Congresso. Em não havendo consenso, pergunta se haveria interesse de se fazer um Congresso apenas dos docentes da USP. Afirma que esta parece ser uma proposta também pertinente. O Prof. Juan afirma que está surpreso com o relatório da Comissão; sente que estamos no ponto zero e que o problema para a realização do Congresso está na dificuldade de se somar. Julga essencial haver uma movimentação dentro da Universidade, independentemente de organização. O Presidente Braz comenta as colocações do Prof. Juan e destaca a importância de todos participarem e ajudarem a fazer o Congresso. O Prof. Lóssio lamenta a decisão da Comissão; informa que enfim reu-

niões que participou, havia proposta de um temário fixo para o Congresso. Há necessidade de definir o Congresso dentro do Conselho. O Congresso tem que ter uma liderança e a Comissão fez muito. O Conselho deveria ter estabelecido um temário. Toma como exemplo o exame da proposta da FAU. Destaca que temas vagos não vão atrair nem mesmo professores. Salienta a importância de se dizer o que é o Congresso, qual a sua mecânica, qual o seu temário. Acredita o Prof. Lóssio que se não se tomar cuidado com esses aspectos pode ser que o Congresso não saia. O Prof. Marcos, do IME, acha salutar as novas propostas que surgiram depois do IME. Destaca que é preciso definir os objetivos; enfim, há necessidade de uma proposta para o Congresso. Informa que levará as propostas da FAU e da Filosofia para realimentar a discussão do IME. O Prof. Marcos propõe que o Conselho edite um boletim contendo as propostas apresentadas até agora sobre o Congresso, a fim de serem discutidas em agosto. As Assembléias Gerais da ADUSP então tirariam a proposta da ADUSP. Propõe também que as Assembléias elejam os representantes da comissão tripartite. O Prof. Denisard concorda com os considerandos, porém quer discutir a proposta; esperar até agosto é esperar muito. A proposta da Economia entende o Congresso como um processo de discussão nas bases e informa que naquela unidade o Congresso já acontece. O Congresso é um mecanismo de mobilização da USP. Poderia haver vários congressos. Esta é a proposta da Economia ao Conselho e à Assembléia da ADUSP. O Prof. Denisard discorda do Prof. Lóssio; continua dizendo que a ADUSP lançou um processo de discussão fundamental que talvez possa, inclusive, trazer um novo projeto de Universidade; defende a idéia do Congresso como processo: daí não poder haver data marcada para sua realização. A Prof.^a Maria Amélia ressalta que a atual Comissão atuou na medida exata de sua capacidade de condução da Comissão do Congresso. Acha que a Comissão conduziu com extrema discrição e tato a questão. Se tivéssemos nomeado a comissão tripartite, uma série de problemas poderiam ter sido eliminados. Se houvesse um temário rígido poderia ter havido desestímulo à participação. Como a USP não tem nada a dizer à sociedade, ela também não tem nada a dizer a seus funcionários. Essa posição diz respeito ao desinteresse dos funcionários com relação ao Congresso. Alega que se viu perda na dinâmica, porém continua a debater o Congresso na Psicologia e redigiu proposta que distribuiu a alunos e funcionários. Os funcionários querem participar, como ASUSP, numa Comissão. Apresentaram também sugestões no sentido de que, além dos debates, mesas etc. pensados, houvesse cursos para os funcionários. O "Conselhinho" da Psicologia foi convidado a participar de uma reunião dos funcionários. A Prof.^a Maria Amélia retoma a proposta da Prof.^a Maria Adélia e informa que não concorda com a proposta do IME. A Prof.^a

Rifka explica a proposta da Filosofia e informa que ela é fruto da última reunião do Conselho. Destaca que as propostas trazidas pelo Prof. Bosi em nome da Comissão e do IME são importantes e que ao analisá-las na Filosofia os seus conteúdos foram agrupados em quatro itens, os quais preenchem duas linhas básicas do Congresso: a cultural e a política. Ressalta que não houve tempo na reunião do "Conselhinho" para discutir o funcionamento. Os quatro itens são: 1) Serviços (Hospital Universitário, creche, EDUSP, restaurante etc.); 2) Pesquisa e Ensino na Universidade (pesquisa e documentação em Ciências Humanas, Demografia e Planificação, pesquisa e usinas nucleares, pesquisa e indústria, pesquisa e biblioteca etc.); 3) Universidade e política nacional (partidos, Lei de Segurança Nacional, modelo educacional brasileiro, economia nacional etc.); 4) Organização da Universidade (estrutura de poder na Universidade, cursos, bibliotecas, orçamento, carreiras, regimes de trabalho, articulação com o segundo grau, FUVEST, teses, ASUSP, DCE-Livre e entidades estudantis etc.). Propõe a Prof.^a Rifka que se aceite as mesas já propostas, que se coordene e se dê um caráter político reivindicatório ao Congresso. Propõe ainda que seja nomeada uma comissão executiva para decidir sobre a forma do Congresso. O Congresso deve ser o reflexo de todas as atividades. O Presidente Braz salienta que quanto mais se discute sobre o Congresso, novas e melhores idéias vão surgindo. É otimista com relação à idéia do Congresso. As propostas até aqui surgidas comprovam que o trabalho está sendo feito. Informa que há uma proposta da Diretoria da ADUSP que liga o Congresso com as reivindicações da comunidade universitária. O Presidente entrou em contato com a UEE, DCE-Livre e UNE em função dessa proposta da Diretoria, que consiste no seguinte: propõe a Diretoria da ADUSP que o dia onze de agosto seja um dia de paralisação da USP, UNESP e UNICAMP, com o objetivo de uma caminhada do campus da USP ao Palácio com professores, funcionários, estudantes e ex-alunos, para que caminhem conosco a fim de mostrar nossas reivindicações, nossos problemas e definir que Universidade devemos ter. Nos contatos havidos houve excelente receptividade à essa proposta. É preciso, contudo, encaminhá-la à ADUNICAMP e à ADUNESP. Este Ato Público liga as atividades de discussão com o ponto culminante do Congresso, tendo um significado de deliberação política. O Prof. Moacyr Luiz Aizenstein, suplente do Instituto de Ciências Biomédicas, solicita ao Presidente esclarecimentos sobre o significado do evento, ao que o Presidente explica dizendo que se trata de um ponto político para colocar a Universidade diante da sociedade, pois agosto e setembro são meses fundamentais para o desenvolvimento da campanha de reajuste semestral. Informa o Presidente que vai solicitar apoio de outras associações docentes do país. O Prof. Marcos, do IME, reapresenta

sua proposta e solicita deliberação. O Presidente informa que o ato é colocado logo no início das atividades do Congresso, pois lança um impacto na opinião pública e diz que em outubro um outro lado pode ser pensado após as discussões do Congresso; explica que a paralisação do dia onze está diretamente ligada à campanha salarial. O Prof. Marcos faz uma proposta de encaminhamento do processo de discussão e diz que as propostas até então apresentadas (a sua, a da Prof.^a Maria Adélia e uma da Diretoria) têm níveis diferentes. O Presidente informa que vê dois níveis: 1.º de um processo em andamento; 2.º de definição da forma do Congresso em Assembléia, proposta do colega da Matemática. Em seguida, o Presidente lê a proposta do Prof. Marcos, do IME, encaminhada à mesa: "Considerando (a) As várias propostas surgidas das diversas unidades; (b) A necessidade de discussão destas propostas nos diversos Institutos, já que isto é o início da mobilização para o Congresso, propomos (1) Edição de um boletim do Conselho de Representantes da ADUSP contendo a redação das propostas surgidas até agora; (2) Realização de uma Assembléia da ADUSP para deliberar sobre a sua proposta para encaminhamento do Congresso junto aos outros setores da USP". O Prof. Denisard propõe que seja votada a proposta do conselheiro da Matemática em regime de urgência; insiste em que seja deliberada rapidamente. O Prof. Braz encaminha a votação da proposta do IME. O Prof. Marcos discute a validade do regime de urgência para o caso. O Presidente insiste que o Conselho delibere sobre a proposta do IME. O Prof. Marcos propõe, então, que cada proposta apresentada seja votada. A Prof.^a Rifka pede esclarecimentos sobre o que está votando. O Prof. Denisard insiste no encaminhamento de votação da proposta do IME. O Presidente solicita encaminhamento para votação da proposta do IME. O encaminhamento a favor é feito pelo Prof. Marcos, que ressalta a dificuldade de reunir os colegas nas férias, afirmando que julho é um mês morto; é um tempo onde não se avança nada nem se mobiliza. Salienta que a circulação das propostas até aqui apresentadas é importante para que se estabeleça uma articulação. O Prof. Denisard encaminha contra, dizendo que a Universidade não pára e que mesmo havendo um mínimo de pessoas que trabalha nas férias já é importante e que, entendendo o Congresso como um processo, não se deve transferir as discussões para agosto. O Presidente coloca em votação: três votos a favor e quatorze contra, sem abstenção. O Presidente propõe ao Conselho designar uma comissão que continue os trabalhos até aqui desenvolvidos para o Congresso e que formule algo consensual, incorporando a idéia do boletim sugerida pelo Prof. Marcos. Destaca a importância de organizar os debates durante o Congresso. O Prof. Lóssio insiste que se deve forçar a formação da comissão tripartite. O Prof. Colli pergunta sobre as funções dessa comissão. A Prof.^a Dora propõe que

o Conselho aprove uma comissão tripartite. A Prof.^a Maria Adélia propõe que o Conselho designe um elemento da ADUSP para a comissão tripartite e que também se designe a Comissão Executiva ADUSP do Congresso. O Prof. Marcos, do IME, pergunta sobre as atribuições da comissão e sobre qual a proposta que será levada adiante. O Prof. Denisard concorda com as questões do Prof. Marcos, salientando que é preciso ter claras as atribuições da comissão e que é necessário discutir antes as propostas. A Prof.^a Maria Amélia também afirma que é necessário discutir as propostas e que a idéia da tripartite tem que ser votada. O Prof. Lóssio relembra as discussões já havidas durante o Conselho e diz que tudo parece estar claro: a Comissão Executiva a ser formada tiraria a proposta do temário e da dinâmica do Congresso e que estas seriam, portanto, as funções da comissão. A Prof.^a Maria Adélia solicita que seja votada em regime de urgência a sua proposta, que consiste: 1) aprovar a formação de uma comissão tripartite; e 2) formar uma Comissão Executiva ADUSP do Congresso. O Presidente coloca em votação a formação da Comissão Executiva ADUSP: quatorze votos a favor, dois votos contra (da ECA e IME). A Prof.^a Dora, da ECA, solicita seja votada a idéia da comissão tripartite. O Prof. João Zanetic, suplente do Instituto de Física, ressalta que a comissão tripartite tem que sair. Destaca que os trabalhos referentes ao Congresso, desenvolvidos até aqui, na verdade não se vinculam aos trabalhos da Comissão. As propostas surgiram, isto sim, em função das discussões do Conselho de Representantes. O Prof. Moacyr sugere que a comissão tripartite faça a programação do Congresso e encaminha a seguinte proposta à mesa: "1) Que se crie ou reencaminhe a recém-demissionária Comissão para estabelecer urgentemente o Programa do Congresso, de comum acordo com Comissão de Alunos e Comissão de Funcionários; 2) Que se estabeleça data, duração e horário do Congresso; 3) Que se encerre o Congresso com uma caminhada ao Palácio para entrega das 'Decisões do Congresso'". (Proposta não apresentada e nem discutida). O Prof. Lóssio levanta uma questão de ordem, reclamando a votação em regime de urgência. O Presidente coloca a proposta de votação da comissão tripartite: quatorze votos a favor, três abstenções e nenhum contra. O Prof. Lóssio propõe uma dinâmica de trabalho para a comissão: 1) que ela elabore um temário ADUSP para o Congresso; 2) que proponha esse temário à comissão tripartite; e 3) que proponha uma mecânica para o Congresso da USP. O Presidente conclama o Conselho a confiar na comissão, na certeza de que esta responderia a certas preocupações do Conselho com relação ao Congresso. Propõe que sejam votados os nomes dos conselheiros e de outros docentes que comporão a Comissão Executiva. O Presidente aguarda propostas de nomes para a Comissão, quando então são sugeridos os nomes dos

Professores Alfredo Bosi, Denisard Cnéio de Oliveira Alves, Jaffa Rifka Berezin, Marilena de Souza Chauí, Ana Maria Belluzzo, Maria Amélia Matos, Maria Adélia Aparecida de Souza, André Franco Montoro Filho, Amélia Império Hamburger, Juan Stuardo Yazlle Rocha, Roberto Mendonça Faria e Maria Carolina Soares Guimarães. A Prof.^a Rifka lamenta não poder participar da Comissão e sugere o nome do Prof. João Luiz Machado Lafetá. A Profa. Carolina também comunica que não poderá participar da Comissão. O Presidente coloca os nomes sugeridos em votação. Os nomes são aprovados por unanimidade, com duas abstenções (Prof. Marcos e Profa. Dora, que declararam seus votos). A Prof.^a Dora declara seu voto dizendo que não é contra os nomes sugeridos e que se abstém por ter votado contra a proposta de formação da Comissão Executiva. O Prof. Marcos declara seu voto dizendo que está disposto a fazer composições da proposta na Unidade e não se dispõe a fazer composições na Comissão. Ressalta ainda que nada tem contra os nomes aprovados.

(Extraído da ata da reunião do dia 20/6/80)

Propostas da Comissão Organizadora — ADUSP

O Presidente Braz José de Araújo propõe à Comissão incluir nas atividades do Congresso:

- a) Festa da USP (incluindo um show).
- b) A Marcha da USP (envolvendo Associações Docentes, DCE, UEE, ex-alunos, centros acadêmicos do Estado de São Paulo).

Essas propostas são acatadas pela Comissão, ficando apenas pendentes as datas para realização, uma vez que não se tem, ainda, a proposta das outras categorias (funcionários e estudantes) para o Congresso.

A Prof.^a Marilena Chauí expõe a proposta da Filosofia e Ciências Humanas. A Comissão, face à temática a ser tratada pela unidade, propõe:

- a) que, com as devidas adaptações, o Congresso, no tratamento dos temas sobre a Universidade, encampe a proposta da Filosofia e Ciências Humanas;
- b) que cada unidade também discuta, no seu âmbito, tais temas vinculados à Universidade.

Além das Mesas-redondas, a Comissão ADUSP do Congresso deverá organizar Grupos de Trabalho e as Assembléias Deliberativas, no final do processo do Congresso.

Dando seqüência aos trabalhos da reunião anterior, a Comissão, no que tange a organização das Mesas-redondas, organizou aquelas referentes à Universidade, ficando assim:

Semana da Universidade

Setembro

15 — A modernização e os destinos da Universidade (Prof. Cavalcanti)

16 — A democratização da Universidade (Prof.^a Eunice Durham)

17 — O que é a Universidade brasileira (Prof. Ernesto Hamburger)

18 — Universidade, Ciência e Poder Público (Prof.^a Marilena Chauí)

19 — A Comunidade universitária (ASUSP e DCE)

Dias 22, 23 e 24 de setembro — Realização das Assembléias Gerais do Congresso.

Propõe-se, ainda, de 15 a 24 de setembro, época em que se estará discutindo a Universidade, uma paragem das atividades ordinárias e uma intensificação das atividades do Congresso.

Serão organizados os seguintes Grupos de Trabalho, que deverão produzir textos para deliberação:

GT — Editoria Universitária

Coord.: Prof. Walter Cunha

GT — Licenciaturas

Coord.: Prof.^a Amélia Hamburger

GT — Carreira Universitária

Coord.: Prof. Fuad Daher Saad

GT — Serviços à Comunidade (Restaurante, Creche, Lazer e Plano Diretor)

Coord.: Prof.^a Evelyn Castro Sá, ASUSP e DCE

GT — FUVEST e o Vestibular

Coord.: (proposto nome do Prof. Rui Gama, da FAU).

Os temas: "Organização do curso de Letras" e "Letras: a Universidade e o Ensino secundário" foram remetidos à semana da Unidade (8 a 12 de setembro).

Agosto

I — Semana da Economia:

12 — A crise econômica brasileira

13 — Agricultura e o modelo econômico

14 — Política salarial em geral — relação entre capital e trabalho

- 15 — Perspectivas políticas e a crise econômica
- II — Semana da Saúde:
 - 19 — Hospital Universitário
 - 20 — Educação Médica e Serviços de Saúde
 - 21 — Demografia e Política Populacional — Elza Berquó
 - 22 — Política Nacional de Saúde
- III — Semana das Questões de Política Nacional (a ser organizada):
 - 26 — Usinas Nucleares (João André)
 - 27 — Lei de Segurança Nacional (Dalmo Dallari — A. Bosi)
 - 28 — Assembléia Nacional Constituinte (D. Dallari — A. Bosi)
 - 29 — Entidades e Partidos Políticos (Braz — A. Bosi)

Setembro

- IV — Semana da Universidade:
 - 8 a 12 — Discussão nas unidades
 - 15 — A modernização e os destinos da Universidade (Prof. Cavalcanti)
 - 16 — A democratização da Universidade (Prof.^a Eunice)
 - 17 — O que é a Universidade brasileira (Prof. Ernesto Hamburger)
 - 18 — Universidade, Ciência e Poder Público (Prof.^a Marilena Chauí)
 - 19 — A Comunidade universitária (ASUSP e DCE)
 - 22 a 24 — Assembléias Gerais

(02/07/1980)

Proposta da Diretoria da ASUSP

Há algum tempo circula pela USP a idéia de se realizar um congresso desta Universidade, onde participariam as suas três partes constitutivas: funcionários, professores e alunos.

Esta proposta, levantada primeiro pelo DCE-Livre da USP e posteriormente encampada e desenvolvida pela ADUSP, tinha inicialmente o sentido de ampliar a discussão sobre a crise porque passa a Universidade, além de chamar a atenção em larga escala da imprensa em geral e, conseqüentemente, da opinião pública.

Hoje a diretoria da ASUSP já tem condições de formular publicamente sua posição, colocando-se favorável à realização do Congresso, pelos seguintes motivos:

1) porque entendemos que hoje a comunidade universitária faz parte dos setores oprimidos da sociedade brasileira. Assim, discutindo seus problemas e se organizando, estará contribuindo para o entendimento e para a superação, num sentido progressista, dessa crise mais geral — para que a Universidade em nosso país esteja voltada para o interesse maior de nosso povo, particularmente dos trabalhadores;

2) porque, particularmente para nós funcionários, esse Congresso pode significar um espaço real para nos fazermos ouvir. Sempre fomos a parte mais marginalizada da Universidade. Hoje temos um espaço, fruto de nossa luta; temos nossas propostas, queremos colocá-las. Portanto, esse Congresso pode significar o princípio de uma caminhada para a real democratização da USP;

3) porque esse Congresso pode não somente discutir e levantar os problemas reais da USP mas encontrar também fórmulas concretas de luta para superá-los.

Sobre o Congresso

Proposta de Encaminhamento: Organização — Conteúdo.

1) Encaminhamentos preliminares — Inicialmente, as diretorias das entidades indicarão oficialmente três pessoas (de cada categoria) para compor uma comissão tripartite com caráter provisório.

Esta comissão teria por função centralizar e organizar tudo o que já saiu sobre o Congresso (propostas), manter o entrosamento na ação e dar os encaminhamentos iniciais de forma organizada com as três partes.

OBS.: Para os fins políticos, os quais a Comissão se propõe, ou seja, igualdade das três partes na condução e concretização do Congresso, será justo e necessário que haja um número fixo de elementos para tal tarefa; porém, não se deverá negar a ajuda de pessoas disponíveis para os inúmeros trabalhos práticos que surgirão.

2) Tirar uma comissão tripartite definitiva e ouvir a opinião das três categorias — A comissão provisória, juntamente com as respectivas diretorias, encaminhará a proposta do Congresso de forma a mobilizar as categorias que, dentro de um certo prazo estipulado, se reunirão em assembléias separadas e deliberarão sobre a constituição definitiva da comissão e, além disso, darão subsídios finais para que esta possa organizar de vez o referido Congresso.

OBS.: Como é do nosso entender que as categorias têm que preservar sua autonomia, a questão de convocação de assembléias é um problema a ser resolvido pelas próprias. O importante é que dentro do prazo pré-fixado estejam definidos o conteúdo, a organização e o objetivo do Congresso, além da comissão adquirir um caráter definitivo para organizar este definitivamente.

- 3) Adiantamos certas sugestões quanto à organização:
- A) que o Congresso seja flexível para que as categorias possam:
 - A.1. tratar de seus problemas específicos (mesas-redondas ou plenárias separadas);
 - A.2. tratar de problemas comuns (mesas-redondas ou plenárias conjuntas). Ex.:
 - professor/aluno
 - professor/funcionário
 - funcionário/aluno
 - professor/aluno/funcionário;
 - B) que o Congresso tenha um eixo central e que procure não o diluir. Procurar que os temas a serem tratados não fujam desse eixo;
 - C) que o Congresso se realize durante uma semana. Será imprescindível que os serviços e as aulas na USP sejam paralizados totalmente, garantindo a participação de todos. Que se garanta ampla liberdade de reunião e expressão nas unidades, inclusive na Reitoria. Para isso, sugerimos a formação de um comitê de defesa da democracia interna da USP composto por professores, alunos e funcionários;
 - D) que o Congresso não tenha um fim em si mesmo. Que ele inicie um processo de atividade conjuntas das três categorias, através de lutas conjuntas. Portanto, desejamos que seja um Congresso combativo.

Quanto ao conteúdo

1) *O eixo central:* A — Democracia na USP; B — Crise na USP (a falta de verbas — seus problemas internos e sua relação com a sociedade e o regime — a superação da crise).

2) Temas:

A — Forma de estruturação orgânica e política da USP (a questão do poder — a democracia real — os órgãos colegiados — os estatutos da USP — a questão da autonomia — a liberdade de organização e expressão).

B — A Universidade e a Sociedade: prestação de serviços para a comunidade — qual é a influência da Universidade na sociedade — e como é a interferência da sociedade na Universidade.

C — Pesquisa na USP.

D — Discussão por Unidades — que estas levantem seus problemas específicos.

E — Regime de Trabalho — formas de contratação (Lei 180) e suas implicações — contagem recíproca — relação no trabalho — aposentadoria.

F — Melhorias das condições de segurança e de saúde no trabalho — insalubridade, HU, HSP, COSEAS — refeitórios, refeições

subsidiadas, CRUSP — creche — transporte — segurança no emprego (equipamentos adequados e cursos).

G — A questão salarial: situação atual — custo de vida, defasagem — suas relações com o nível de ensino — reajuste semestral — política salarial do governo — como tratar a questão na prática (como lutar).

H — Problemas de organização: a estrutura sindical vigente e suas implicações com o funcionalismo — associação ou sindicato? — a proibição legal para o funcionalismo se organizar em sindicato — como o funcionalismo pode participar na organização geral dos trabalhadores.

I — Problemas da ASUSP — como democratizar a ASUSP? — reformular os estatutos — como construir uma entidade com ampla participação? — como dar um caráter de classe para a associação? — a questão do assistencialismo nas entidades de classe.

J — Como atingir a concretização de nossas reivindicações e como organizar a comunidade universitária para a luta conjunta.

(16/07/80)

Contribuição do Instituto de Matemática e Estatística

A idéia de aprofundar a discussão entre alunos, professores e funcionários é antiga. Recentemente essa idéia se materializou na realização de um Congresso da USP, durante o qual funcionários, alunos e professores teriam uma semana para debates intensivos sobre seus problemas e as possíveis lutas a serem encaminhadas conjuntamente.

No início de junho (apesar de um certo atraso) realizamos algumas discussões no "Conselhinho" do IME sobre o Congresso. Dessas discussões ficou claro que o Congresso deveria ter eixos bem definidos, impedindo a dispersão de discussões e possibilitando um avanço na organização da comunidade universitária para o enfrentamento de suas lutas. A proposta apresentada pelo IME ao Conselho da ADUSP apontava como eixos centrais as seguintes questões:

— Por mais verbas para a Universidade e a Educação e pelo Ensino público gratuito.

— Pela autonomia universitária e o governo democrático de estudantes, professores e funcionários, para pôr a universidade a serviço da população trabalhadora.

Além disso definia o processo de realização do Congresso como fruto das discussões em cada unidade da USP.

Lamentavelmente, o conselho da ADUSP não definiu-se por um encaminhamento verdadeiramente democrático, preferindo nomear uma comissão "executiva" que homogeneizaria as diversas propostas até então surgidas. É preciso deixar claro que defendíamos uma filosofia de Congresso e não a simples inclusão de eixos em alguma mesa-redonda ou debate. Gostaríamos de ver nossa proposta debatida, criticada e alterada pelas reuniões de docentes das diversas unidades e a partir daí "homogeneizada" com as outras propostas. Mas não desfigurada, a pretexto de chegar ao consenso, por uma comissão de professores ilustres e bem intencionados porém desvinculados de uma discussão de base.

A comissão tripartite (ADUSP-ASUSP-DCE) na qual a ADUSP é representada por membros da executiva ADUSP, programou o Congresso com atividades semanais (Economia, Saúde, Unidades, Universidade). Não nos parece exagero dizer que o Congresso está se realizando (semanas de Economia e Saúde) com o desconhecimento da maioria dos professores. O ponto alto do Congresso deverá ser a "Semana da Universidade", cujas atividades não estão ainda definidas. Pretende-se que durante essa semana as aulas sejam suspensas e os funcionários dispensados do serviço.

Vamos começar a nos preparar desde já para transformar essa semana numa real experiência de trabalho conjunto de alunos, funcionários e professores.

Acreditamos que é possível democratizar esse Congresso apesar de, em termos da ADUSP, ele ter tido até agora um encaminhamento de cima para baixo.

(Boletim Informativo do "Conselhinho"
do IME — Agosto/80)

Chamamento final à Comunidade universitária

Colegas:

Começa hoje a última semana preparatória e que antecede a Semana de Encerramento do Congresso da USP. Todo o esforço desenvolvido pela ADUSP, ASUSP e DCE no sentido de fazer do Congresso (de 15 a 20 de setembro) um grande instrumento de nossas lutas, um palco de discussão dos problemas que nos atingem a todos, enfim, fazer dessa semana um marco na história da USP, todas essas iniciativas vem obtendo êxito.

Uma comissão das três entidades elaborou toda a programação da semana de 15 a 20 de setembro, procurando atender aos mais variados interesses existentes na comunidade universitária. Amanhã,

terça-feira, sairá um jornal do DCE/ADUSP/ASUSP com toda a programação da semana.

O fundamental, então, é garantir durante essa semana em que entramos hoje (8 a 12) a discussão e preparação da Semana Final em cada uma das unidades, fazendo reuniões conjuntas entre professores, alunos e funcionários, reuniões separadas ou a melhor forma que se encontrar. A garantia do Congresso reside em grande parte nessa preparação. Inclusive porque no dia 19 haverá uma plenária final com 100 delegados de cada um dos setores (alunos, professores e funcionários) para deliberar em nome do Congresso e da comunidade universitária.

Finalmente, é com satisfação que antecipamos uma das atividades do Congresso: dia 19, sexta, 17 hs., haverá uma concentração-monstro em frente ao Palácio dos Bandeirantes, com a participação do funcionalismo público, estudantes, enfim, uma manifestação contra a política anti-popular do governo do Estado e pelo atendimento de nossas reivindicações (verbas para a USP, reajuste semestral, aumento de salários, subsídios para o restaurante etc.).

— Vem aí, amanhã, a programação da “Semana da Universidade”!

— Vamos dar toda força ao Congresso. Ele é a garantia da unidade da comunidade universitária!

ADUSP/ASUSP/DCE — 08/09/80

O boicote das autoridades universitárias

Mensagem enviada ao reitor pelas entidades organizadoras

São Paulo, 29 de julho de 1980

Exmo. Sr.

Prof. Dr. Waldyr Muniz Oliva

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

Magnífico Reitor:

Temos o prazer de informar a V. Excia. que a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo — ADUSP; Diretório Central de Estudantes — DCE; e Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo — ASUSP, associações representativas respectivamente de professores, estudantes e funcionários, estão programando para os meses de agosto e setembro um Congresso da Universidade de São Paulo onde serão debatidos temas de interesse geral da comunidade universitária.

Durante esses meses estão previstos vários eventos como mesas-redondas, palestras, debates, atividades culturais etc., que contarão com a participação de todas as unidades da Universidade. O Congresso se encerrará com uma semana de atividades concentradas que representarão o coroamento dos trabalhos anteriores, a realizar-se entre 15 e 19 de setembro próximo futuro.

Para que haja uma participação efetiva de toda a comunidade universitária, vimos solicitar a V. Excia. que nesta semana professores, funcionários e estudantes sejam liberados de suas atividades regulares.

Sendo o que se nos apresenta no momento, renovamos a V. Excia. nossas cordiais saudações,

Walter Colli — Presidente da ADUSP (em exercício)

José Roberto Stella — Presidente da ASUSP

José Carlos do Carmo — Coordenador-Geral do DCE-Livre
"Alexandre V. Leme"

Resposta do CEPE

Exmo. Sr.

Prof. Dr. Braz José de Araujo

DD. Presidente da Associação dos Docentes da USP

São Paulo, 10 de setembro de 1980

Senhor Presidente:

Comunico a V. Excia. que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade, em sessão ontem realizada, indeferiu a solicitação dessa entidade, constante de ofício datado de 11 de agosto de 1980, no sentido de que fossem os alunos dispensados de suas atividades letivas regulares durante a semana de encerramento do Congresso da USP, de 15 a 19 do corrente.

Prevaleço-me do ensejo para renovar a V. Excia. os protestos de minha alta consideração.

José Geraldo Soares de Mello
Secretário Geral

Nota da ADUSP e do DCE-USP

O I CONGRESSO DA USP é um congresso das bases da comunidade universitária. A decisão do CEPE é mais uma demonstração da insensibilidade das autoridades universitárias aos justos anseios de todos nós. Nós também somos a USP e nosso Congresso será realizado com ou sem o apoio da Reitoria.

A ADUSP e o DCE-Livre da USP conclamam a todos os professores, funcionários e estudantes para se mobilizarem e participarem ativamente das programações desta e da próxima semana.

Da lucidez dos diretores, das chefias de departamentos e demais órgãos que desejam uma USP atuante, aberta, democrática, esperamos a maior compreensão e apoio para que os professores, estudantes e funcionários possam participar ativamente das atividades programadas entre os dias 15 e 19 de setembro. Continuaremos lutando pelo Congresso que queremos e vamos fazer o Congresso que podemos.

Neste momento de crise da Universidade é necessária a união de todos os membros da comunidade na discussão das questões e problemas que nos afetam e na apresentação de alternativas para uma efetiva democratização da USP.

Todos devemos perceber que o fortalecimento da ADUSP, da ASUSP e do DCE-Livre "Alexandre Vanucchi Leme" é indispensável para levar adiante todos esses nossos anseios.

Associação dos Docentes da US
DCE-Livre "Alexandre Vanucchi Leme"
10/09/1980

Os funcionários exigem participar

A ASUSP deliberou sobre sua retirada do Congresso da USP face à negativa do CEPE de dispensar professores, alunos e funcionários para participar na Semana do Congresso.

Manifestamos nossa estranheza ante essa deliberação, porque sabemos o muito que a diretoria da ASUSP batalhou para a concretização desse Congresso.

Nesse sentido, manifestamos nossa crença em que os funcionários da USP estão vivamente interessados no Congresso, estão participando ativamente de suas atividades, dando seu apoio e comparecimento tanto em suas unidades como em reuniões diversas, como funcionários e como associados da ASUSP. E, embora aquela decisão da ASUSP, continuaremos, *enquanto funcionários*, participando do Congresso.

Isto posto, na qualidade de associados da ASUSP, solicitamos da sua diretoria a urgente reconsideração, através de Assembléia Geral, daquela deliberação, entendendo que a sua retirada do Congresso irá induzir os funcionários à idéia de que a ASUSP não deseja esse Congresso, conduzindo assim ao enfraquecimento do mesmo e que decisão de tal magnitude deva contar com uma participação mais representativa dos 8,5 mil servidores da nossa Universidade.

(Texto do abaixo-assinado dos funcionários da USP — 10/09/80)

Mal-entendidos e esquecimentos; ou os desencontros da arte no campus universitário

Fazer arte. Saber de arte. Falar de arte. Ensinar arte. A arte de educar. O arte educador. A educação e a arte. A repressão: política educacional e preconceitos.

Sobre essas propostas gerais expressando preocupações e não ainda posições definitivas, foi feita uma convocação geral pelos jornais a todas as pessoas interessadas na questão para discutir a organização da Semana de Arte e Ensino.

Respondendo à convocação geral, cerca de 200 (duzentas) pessoas reuniram-se em maio para discutir, a partir de um texto básico, as diretrizes da Semana. Desde o início, professores, alunos e funcionários da ECA comprometeram-se com a sua realização. Nessa primeira reunião foram formadas as seguintes comissões: de temário, de relações públicas, de preparação de monitores, funcionando sob uma coordenação executiva composta por 6 (seis) pessoas. As comissões passaram a se reunir sistematicamente trabalhando sobre as sugestões recebidas, organizando-as, detalhando-as e transformando-as em temas de estudos mais precisos.

No mês de junho realizou-se a segunda reunião ampla, também com convocação através dos jornais, na qual todas as comissões apresentaram o resultado de seus trabalhos. Novas discussões determinaram mudanças fundamentais no projeto geral da Semana.

O processo revelou-se extremamente produtivo porque tornaram-se evidentes as diferenças de prática e compreensão dos problemas. Fundamentadas na segunda reunião, as comissões prosseguiram o seu trabalho agora dispondo de elementos mais precisos para a direção mais adequada a ser apontada para as atividades da Semana. Posteriormente, em uma terceira reunião, aprovou-se definitivamente o temário.

A ADUSP, formal ou informalmente, foi notificada, sendo assim conhecedora de todo o processo. Mais claramente, na reunião da 1.ª Comissão Organizadora do Congresso (ADUSP) e no Conselho de Representantes, foi proposto pelos organizadores da Semana que esta fosse incorporada como uma das atividades do Congresso da USP.

A sobreposição de datas foi, assim, surpreendente. A princípio uma questão trivial se transformou em questão crucial. A partir do dia 8 de agosto — ponto de impasse — a questão cresceu de tal forma que tornou difícil a procura de alternativas. As razões alegadas para a impossibilidade de mudança de data do Congresso foram as seguintes:

— Calendário do movimento estudantil que previa eleições para a UEE e UNE, trabalho que comprometia todas as lideranças estudantis, impedindo assim que os estudantes da USP se mobilizassem para o Congresso;

— Solicitação à Coordenação Nacional das Associações de Docentes para que mudasse a data da Semana de Luta e Mobilização, para fazê-la coincidir com a Semana do Congresso;

— Solicitação à UNE para mudança das datas da Greve Nacional de estudantes, para que coincidisse com a Semana do Congresso;

— As decisões do Congresso em relação às verbas para a Educação deveriam ser encaminhadas em prazo hábil, para se incorporarem à proposta orçamentária que seria enviada à Assembléia Legislativa antes do final de Setembro.

Das razões apresentadas verificamos que, a não ser a primeira, as outras foram improcedentes na prática.

Pensar na alternativa de mudança da Semana de Arte e Ensino, depois de todo o processo de organização envolvendo deslocamentos de pessoas de outros Estados (mais de mil), era impraticável.

Além disso, é preciso se destacar também a necessária participação dos funcionários, e boa parte dos estudantes e professores da ECA, na Semana, o que os impossibilitava de acompanharem as atividades do Congresso. Os funcionários eram imprescindíveis para os vários trabalhos que só poderiam ser realizados por eles próprios. E os professores e estudantes de todos os departamentos estavam empenhados na prática de suas atividades específicas, em relação à Semana de Arte e Ensino.

Algumas tentativas de conciliação, apresentadas pela comissão tripartite que organizava o Congresso, não chegaram a se definir como propostas realizáveis: eram imprecisas, não conseguindo se constituir como possibilidade de superação do impasse. A sobreposição de datas continuou.

É de se lamentar que o Congresso da USP tenha impedido a participação na Semana de pessoas de outras unidades da Universidade que poderiam, assim, alargar seu campo de referência. O mesmo se pode dizer em relação aos que, participando da Semana, foram impossibilitados de fazê-lo no Congresso. A perda se verificou, assim, tanto de um lado quanto do outro, empobrecemo-nos todos.

A intensa mobilização da Semana — duas mil inscrições pagantes, quinhentas inscrições isentas (participantes diretos no trabalho: técnicos, coordenadores, monitores) — revelaram o acerto da organização e do processo que esta gerou.

Esperamos que este documento possa servir como elemento de reflexão sobre formas de organização e que as próximas atividades da ADUSP levem em conta o desejo de todos os docentes, estimulando a participação das bases, processo basicamente incentivado na Semana de Arte e Ensino.

*(Assembléia de Professores da ECA-USP
29 de Setembro de 1980)*

Um testemunho de agradecimento

Sabedor de que a Assembléia de hoje, dia 28 de abril de 1981, seria a de prestação de contas das atividades da Diretoria da ADUSP, cujo mandato está em via de expirar, julguei de meu dever pessoal, estritamente pessoal, vir aqui e dar, de público, o meu testemunho de agradecimento pelo que esse colegiado, eleito democraticamente pelos seus colegas de Universidade, pôde fazer durante a sua laboriosa gestão, da qual desejo destacar apenas, por ter conhecimento de causa, a realização do I Congresso da USP, em 1980.

Planejado e executado em um período de quase total refluxo dos professores; em um período em que, inclusive por fatores salariais, o desânimo e a desmobilização eram fatos, o Congresso pôde vingar e conhecer alguns momentos altos de debate, graças também à abertura, disponibilidade e equilíbrio do colega Prof. Braz José de Araújo, que deixou inteira liberdade ao Conselho de Representantes, ao Conselho de Unidade e às Comissões que deles emergiram, para fazerem o Congresso possível naquelas circunstâncias, já que não lhes era dado fazer o Congresso ideal.

Dentro dessas coordenadas difíceis, os professores, os alunos e os funcionários que o desejaram puderam assistir a um conjunto cerrado de mesas-redondas e palestras. Muitas destas, as preparatórias, trouxeram para dentro dos muros da instituição problemas e homens que militam na política partidária, ou Sindical, na Economia, nas Comunicações, na Saúde Pública. A Universidade pôde, por algumas semanas, respirar em contato com a sociedade civil que a sustenta e que dela espera, se é que espera, a palavra do saber. Lembro-me de algumas sessões durante as quais só pude lamentar a exiguidade do público, pois o conteúdo dos debates era do maior interesse. A maior preocupação dos organizadores, sempre secundada pela direção da ADUSP, era que a palavra fosse dada indistintamente a todas as correntes doutrinárias; e nesse espírito, felizmente, convidaram-se representantes das mais diversas tendências.

Lembro também que muitas propostas bastante inteligente saíram dos vários grupos de trabalho que se reuniam desde o primeiro semestre. Sei que alguns desses grupos continuam a aprofundar problemas específicos de suas áreas, após o término do Congresso. Meu voto é que prossigam corajosamente o seu trabalho.

Por tudo isso, volto agora ao começo: deixo consignados aqui o meu testemunho pessoal e a minha palavra da fraterno agradecimento aos colegas da diretoria que promoveram o nosso I Congresso da USP. Muito obrigado."

Alfredo Bosi

*(Publicado no "Informativo da ADUSP" n.º 3
Maio de 1981)*

Despesas do I Congresso da USP ADUSP-ASUSP-DCE

DESPESAS	VALOR	A SEREM DIVIDIDAS POR:		
	TOTAL	ADUSP	ASUSP	DCE
Estênceis eletrônicos para gravação trabalhos do Congresso (68 estênceis) (1)	4 216	1 406	1 405	1 405
Faixa / Sem. Polit. Nacion.	3 000	1 000	1 000	1 000
Cartazes p/ idem, idem	2 100	700	700	700
Boletim do Congresso	66 548	22 183	22 183	22 182
Impressão de envelopes p/ envio de circulares	4 500	1 500	1 500	1 500
Faixas p/ a Concentração	2 520	1 260	1 260	—
Aluguel de dois ônibus p/ Concentração	3 850	1 925	1 925	—
Cartazes feitos pela Gráfica da FAU	5 241	1 747	1 747	1 747
Aluguel de ônibus Piracicaba-SP p/ Concentração	3 000	1 500	1 500	—
Compra de envelopes p/ envio de circulares	10 150	3 384	3 383	3 383
Compra de papel p/ impressão resumos trabalhos (Congresso)	6 650	2 217	2 217	2 216
Tinta para mimeógrafo	1 196	399	399	398
Xerox de texto do Congresso	3 240	1 080	1 080	1 080
Compra de papel p/ impressão de circulares	1 900	634	633	633
Gravação de Estênceis na ECA	1 800	600	600	600
Subtotal (despesas já pagas pela ADUSP)	115 695	40 129	41 532	36 844
Devolução a Prof. Denisard despesas c/ passagem p/ convidados e cartazes para a Semana de Economia	12 000	4 000	4 000	4 000
Passagem do Prof. Darcy Ribeiro (paga por Marta, da Economia)	5 000	1 667	1 667	1 666
Subtotal (despesas a pagar)	17 000	5 667	5 667	5 666
TOTAL DAS DESPESAS (2)	132 695	45 796	47 199	42 510

(1) A ADUSP já dispunha, em seu estoque de material de escritório, de estênceis eletrônicos, que foram comprados em 24 de abril por 62,00 cada. Dessa forma, o valor gasto com os estênceis foi somado apenas nas despesas da ASUSP e DCE, uma vez que a ADUSP já arcou com essa despesa anteriormente.

(2) A soma ASUSP ± DCE = Cr\$ 89.109,00.

23/10/1980

5. Registros de hoje e de ontem

Depoimentos dos organizadores

Professores, estudantes e funcionários que destacaram-se na organização do I Congresso foram solicitados a apresentar depoimentos e/ou avaliações, quatro anos depois. Por razões alheias à vontade e ao esforço dos editores não foi possível obter o testemunho dos professores Marilena Chauí e André Franco Montoro Filho, e dos funcionários José Roberto Stella e Silvana Casela. Todos eles deram importantíssima contribuição ao esforço de preparação do Congresso. Um registro, também, para os editoriais dos jornais paulistas à época do Congresso.

Alfredo Bosi

Meu nome para participante foi lembrado numa Assembléia da ADUSP no começo de 80. Depois houve várias reuniões promovidas pela diretoria. Cada vez que a diretoria convocava o Conselho, também nos convocava. A minha função era de recolher sugestões que vinham dos conselheiros que, por sua vez, mobilizavam grupos de trabalho nas suas unidades. Era uma espécie de mediador das propostas que vinham dos conselheiros das unidades.

Uma grande dificuldade que encontrei foi conjugar duas tendências opostas. Desejaria que o Congresso fosse pluralista, que houvesse mesas-redondas e palestras de interesse universitário e nacional. Queria um Congresso que refletisse as condições da Universidade e da Sociedade. Exemplo: participação política, a política universitária do Governo, usinas nucleares etc. Eu, particularmente, era simpático a essa vertente.

Outros viam um Congresso específico de reivindicações universitárias. Queriam o Congresso voltado essencialmente para as questões de verbas e democracia interna. Desejavam um Congresso mais concentrado e o viam como uma mobilização. Essa segunda vertente pretendia retomar o elã do movimento reivindicatório, um pouco arrefecido após a greve de 1979.

Então, como mediador, eu tinha que trabalhar com os dois lados, respeitando-os. Eu me lembro que houve crises no Conselho da ADUSP sobre o que se pretendia com o Congresso. Num momento cheguei à conclusão que uma certa ala só pretendia saber da segunda vertente e pedi ao Conselho que realmente deliberasse. Definitivamente, que ele decidisse a questão. A partir daí, a ADUSP indicou uma comissão que nos ajudou a fazer a mediação. Foi a partir disso, me parece, que pudemos realizar um Congresso satisfatório às duas alas.

Fizemos mesas-redondas com uma concorrência mediana (do ponto de vista do número de pessoas) embora houvesse bastante divulgação e os temas fossem realmente atuais. Do ponto de vista do conteúdo achei notáveis as palestras, porém com a frequência muito fraca. Na segunda parte do Congresso houve uma concorrência excelente (de 15 a 19 de setembro) com salas cheias: cerca de 1500 pessoas na Mesa-redonda "Universidade e Cultura". Nessas sessões em setembro, o nível dos debates foi excelente. Essa semana foi muito feliz.

No caso das Letras, o Congresso estimulou muito um debate que frutificou até hoje. No tocante à questão da democracia foi semente. Em resumo: se tivesse que escolher, teria ficado com a primeira parte, onde se discutiram mais a fundo os temas. Precisaria haver mais grupos de trabalho e com trabalho mais intenso. Mais mobilização no nível das unidades.

Me impressionou, particularmente, o relato de um grupo de funcionários acerca dos acidentes de trabalho. Foi numa das últimas sessões, na apresentação do relatório de um dos grupos de trabalho. Acho que só isso justificaria positivamente o Congresso. Essa denúncia e a mobilização, por si, valeram.

Amélia Império Hamburger

A idéia do Congresso surgiu da necessidade sentida pelas entidades de conjugar ou congregar a comunidade universitária numa atividade conjunta. Ela, a idéia, partiu do DCE e dos professores da Faculdade de Economia e Administração, sendo dos últimos a proposta de definição: "Para onde vai a USP?"

Participei da organização como representante da diretoria da ADUSP, secretariando os trabalhos da Comissão. Entretanto, foram os contatos com a ASUSP que consumiram boa parte de minha participação, dados os problemas existentes. Era necessário, naquele momento, muita dedicação ao diálogo com os funcionários e suas lideranças. Foi muito importante. Pude compreender como os funcionários estavam longe de compreender seu importante papel na Universidade. Finalmente, atuei bastante nos debates sobre licenciatura e serviços à comunidade.

Mas a dificuldade mais marcante, no processo de organização, foi a unificação com as propostas da diretoria da ASUSP. Até porque os funcionários têm uma outra vivência. E isso resultou no saldo mais importante: um trabalho real de reflexão e convivência. Convivência fora da hierarquia institucional. Foi fundamental o auto-reconhecimento dos problemas, junto com funcionários e alunos, de igual para igual. Era algo que só podia se dar através dessa iniciativa das entidades.

Negativo, em minha opinião, foi o fato do Congresso não ter encontrado o caminho para uma intervenção mais efetiva na Universidade. As resoluções não tiveram continuidade. O Congresso se fechou em si mesmo. E uma das causas disso foi o fato do Congresso não ter discutido melhor o papel da produção da comunidade universitária. Propor isto implica em ver na missão da ADUSP mais que simplesmente um lugar para reunir professores.

A estrutura da Universidade, contra o pensamento crítico, também atuou negativamente no Congresso e em seus resultados. O conhecimento da Universidade também depende da estrutura cultural de poder existente. Ela não reflete de forma satisfatória uma liderança cultural. E, na maior parte das vezes, sequer possui qualquer liderança. Temos uma Universidade onde se reflete uma mentalidade política estreita, sem uma visão e perspectivas mais amplas para a sociedade brasileira.

Sobre o Congresso propriamente dito, destacaria ainda outros momentos muito importantes. A abertura da "Semana da Universidade", no Centro de Convenções da USP, foi uma coisa muito alegre, festiva. Já as reuniões dos grupos de trabalho foram muito sérias e produtivas. O debate sobre o Hospital Universitário foi outro momento particularmente importante, ao lado da mesa-redonda sobre "Universidade e Cultura" e a assembléia conjunta de encerramento. Foram momentos de muita participação.

Entre os organizadores, destaco a atitude muito construtiva do Alfredo Bosi e da Marilena Chauí. Entre os estudantes, Paulo Kliass e Fred. Mas, o conjunto, pode-se visualizar o Congresso como o encontro de diversos conjuntos até então dispersos na busca de reflexões e soluções comuns.

Em um novo Congresso seria muito importante a tentativa de organizar, e mostrar, a produção da USP, especialmente agora, por ocasião das comemorações dos 50 anos da Universidade. No que se refere aos aspectos puramente organizativos, acho fundamental detectar e caracterizar bem as propostas, jamais em termos pessoais, mas na busca das melhores formas de atuação conjunta.

Braz José de Araújo

A realização do I Congresso da USP foi decisão da diretoria da ADUSP a partir da idéia lançada pela diretoria do DCE. A direção da ADUSP considerou que a idéia era importante mas que sua realização dependeria, finalmente, dela. A partir da decisão, a questão foi aprovada a nível do Conselho da ADUSP e da Assembléia.

Nós sabíamos das dificuldades que iríamos enfrentar, inclusive material. O DCE não tinha dinheiro. A ASUSP nenhuma boa vontade nem dinheiro e não contaríamos com a simpatia da Reitoria. Por conseguinte, teríamos que arcar com o peso econômico do Congresso (o que, aliás, foi feito), ficando as demais entidades perdoadas pela ADUSP.

No plano político há que se ressaltar as tentativas frustradas da ASUSP de sabotar o Congresso. Tendo sua diretoria que se curvar à decisão da assembléia dos funcionários de participar, apesar da ausência de iniciativas construtivas dos diretores de sua Associação.

Outro risco era a possibilidade de instrumentalização do Congresso por alguma corrente partidária. A Diretoria da ADUSP tomou o cuidado de atribuir ao Conselho da entidade a direção organizativa do Congresso, garantindo assim a participação das correntes mais representativas de pensamento existentes na Universidade, e na Sociedade. Cumpre lembrar que foi no Primeiro Congresso da USP que convidamos representantes de partidos não legalizados para se manifestarem sobre problemas relativos à Sociedade e à Universidade.

Por outro lado a diretoria da ADUSP se preocupou em facilitar a discussão da temática em todas as unidades, criando as condições propícias para ampliar a participação. Apesar desse esforço, talvez seja prudente dizer que muitas resoluções do Congresso não foram tomadas nas condições mais adequadas de representação e participação. Em outras palavras, também no I Congresso notou-se esta prática anti-democrática de alongar desnecessariamente as discussões para esvaziar o plenário, quase sempre instrumento de certas minorias.

A diretoria da ADUSP se preocupou também em garantir a presença de nomes representativos da comunidade nos debates de

todas as questões. Considerávamos que naquele momento era fundamental abrir o leque para a discussão de todas as questões decisivas para a defesa da Universidade. Assim, foi natural que aspectos importantes desse debate tenham merecido um esforço ainda insatisfatório como, por exemplo, a questão da fundação na USP, a questão do regime de trabalho na Universidade e em especial nas chamadas áreas profissionais. Mesmo a questão da democratização da Universidade não aprofundou significativamente a discussão sobre a importância da democratização a partir dos departamentos. Ou seja, permaneceu um pouco aquela idéia de que triagem ideológica se faz apenas nos gabinetes da Reitoria. As conclusões do I Congresso, no entanto, são contribuições significativas para enfrentar um conjunto de problemas muito complexos.

Uma das lições do I Congresso é de que deveríamos aproveitar a Semana da Pátria para outra experiência semelhante, visto ser um período adequado a tais atividades, não prejudicando ou impedindo a ampliação da participação, inclusive dos funcionários.

Outra questão muito importante é a credibilidade das associações que realizam o congresso. Se uma das entidades está muito afastada de suas bases já se corre o risco de um certo desvio nos objetivos da promoção. De toda maneira, a realização do I Congresso foi muito importante para mostrar a competência da ADUSP em nortear discussões sobre o futuro da Universidade contribuindo, assim, para o fortalecimento da própria entidade.

A nossa diretoria soube compreender que a ela cabia todo o esforço para o bom funcionamento de todas as comissões, trabalhando pelas condições materiais e políticas adequadas. *Quer dizer, em um Congresso quem aparece é o Congresso e não as diretorias das entidades. Isso é muito importante.*

Uma contribuição importante desse Congresso foi mostrar que a ADUSP pode ser decisiva para a defesa da Universidade. Como seriam o DCE e a ASUSP. Isso indica também que, dependendo das circunstâncias, isoladamente ou em conjunto, as entidades podem prejudicar a defesa da Universidade.

Denisard Cnéio de Oliveira Alves

A idéia surgiu como uma proposta da Faculdade de Economia numa Assembléia da ADUSP. Julgamos importante que a Universidade se voltasse para si mesma e começasse a propor soluções para seus problemas. Um congresso tripartite. As dificuldades mais marcantes foram eliminar algumas tendências mais sectárias que surgiam

dentro da Comissão tripartite. Existia uma desconfiança muito grande quanto aos objetivos. Sempre havia a preocupação de que alguma força fosse utilizá-lo para a promoção. Alguns iriam propor idéias mais radicais. Mas, afinal de contas, acho que saiu, em média, mais razoável. Outra dificuldade muito grande foi a total falta de colaboração das autoridades universitárias (Waldyr Muniz Oliva) que não se sensibilizou nem um pouco com a idéia. Por outro lado, isso levou a que os setores retrógrados da Universidade não tivessem nenhuma influência.

Saldo positivo: foi uma experiência única, demonstrou que é possível realizar uma atividade tripartite e se chegar a determinados consensos. Outro ponto negativo é que o Congresso foi muito longo. É interessante fazer eventos preparatórios como foi a Semana de Economia. Nela tivemos a oportunidade de colocar — em 80 — temas e propostas atuais até hoje. Mário Covas, Olavo Setúbal, Hércules Correa, Gastoni Righi e outros debateram livremente nesta “Semana”.

Mas tudo poderia e deveria ser mais concentrado. Já as atividades setoriais preparatórias deveriam ser mais longas. As atividades do Congresso em si deveriam ser mais concentradas. Por exemplo, na plenária final tínhamos apenas os eternos participantes de qualquer assembléia ou reunião. Só “vanguarda”.

Marilena Chauí teve uma intervenção muito bonita. Darcy Ribeiro, excelente. Na Semana de Economia se discutiram idéias que alimentaram a ação dos partidos de oposição nas eleições de 82. Uma sessão do Congresso que não foi muito bem utilizada foi um debate entre os partidos ilegais. Foi a primeira vez que tiveram a possibilidade de participar abertamente com suas posições.

Poderíamos ter dado mais ênfase sobre as condições de trabalho dos funcionários. Também o debate sobre a estrutura da Universidade ficou um pouco falho. Poderíamos ter feito propostas no sentido de mudar algo em sua estrutura. Por exemplo, a mudança do Conselho (constituído por representantes de professores, alunos e funcionários).

Maria Adélia de Souza

O Congresso foi uma experiência importante para conhecer duas coisas: a mecânica do funcionamento da política universitária nos dias de hoje; e verificar que o pessoal não sabe muito distinguir a ação da reflexão. Este Primeiro Congresso foi muito traumatizante quanto ao acerto entre entidades. Afinal de contas, este foi um Congresso da ADUSP. A ASUSP acabou não participando, porém os funcionários participaram. O DCE não participou. Houve uma parti-

cipação fraca de estudantes. Foi prioritariamente sustentado pelos professores.

Outra coisa que me preocupa é saber quem fala pelas entidades e isso enfraquece o Congresso. Mesmo considerando o Congresso como exclusivamente da ADUSP, foram muito poucos os que *tocaram* o Congresso (Denizard, eu e Chauí). *Tocar* é o monstruoso trabalho de organização, acerto político... etc. Nem contar que foi um Congresso que não tinha local para se realizar.

Há coisas práticas que não podem ser discutidas como coisas filosóficas. E temo que o segundo venha a padecer do mesmo problema.

Minha participação foi integral. Participei de todos os problemas, desde puxar cadeiras até as articulações e discussões políticas.

Penso que o Congresso deve vir numa seqüência de discussões sobre os problemas da USP. Faltou, no primeiro, mais ação preparatória nas unidades para culminar com uma junção de todo mundo. Sem isto acho que o Congresso fica prejudicado. Temo que essa insuficiência se repita no segundo.

O maior saldo positivo foi o resultado dos grupos de trabalho. O negativo foi a ausência de melhor preparação e a inexistência da divulgação dos resultados. É preciso estimular os conselheiros para incentivar a participação das unidades com suas reivindicações específicas. Se o Congresso não discute as questões essenciais do ensino e da pesquisa, ele se perde em questões administrativas.

Compartilho a visão do Bosi sobre a questão do tipo do Congresso. Aliás, ele foi um personagem muito importante. Na ADUSP, cada um a seu modo, seu estilo. Na organização, ficou muito misturada a questão executiva com diretiva ou de articulação. Organizar um Congresso implica em comissão política executiva e administrativa, promoção... Em 1980, tivemos "um elefante com a cabeça tamanho de um bonde, sem nada para sustentar".

O professor não teve, naquela ocasião, interesse em participar. Teve atividade com mais gente na mesa que no plenário. Exemplo: o debate sobre lei de Segurança Nacional, com o máximo de oito pessoas. A militância, na hora de se informar, não veio. Se não há votação as pessoas não aparecem. Já a não colaboração das autoridades universitárias foi trágica. A Faculdade de Filosofia abriu as portas para o Congresso, em contrapartida.

Mesmo assim, apesar de todos os problemas, acho que o Congresso foi um sucesso. Tanto foi que já estamos pensando em realizar o segundo. Vou participar com o máximo prazer da Comissão de Organização do segundo. Acho que o imobilismo de 81 não existe mais. Ou a comunidade entra na discussão ou a direção universitária fará sozinha a reforma. O universitário que já entre estudando.

Paulo Kliass e Frederico Pessoa da Silva

Avaliar o I Congresso da USP, quatro anos depois, não parece apaziguar as paixões que eventualmente podem mascarar ou parcializar a análise do fato político presente, no qual se está inteiramente mergulhado, e comprometido. Mas não se espere de nós nenhuma opinião imparcial. Nem mesmo nenhuma minimização da contribuição dos estudantes e da diretoria do DCE-Livre "Alexandre Vanucchi Leme", do qual participávamos na época.

É certo que a nossa contribuição foi modesta em muitos sentidos, especialmente no terreno da organização. Aqui não há o que tergiversar: os professores e sua ADUSP foram a espinha dorsal do I Congresso da USP. Mas vale a pena, aqui, destacar alguns *altos* e *baixos* de contribuição e participação dos estudantes.

Se é verdade que expressiva parcela do movimento estudantil não se envolveu com a organização do Congresso, esta ausência não se configurou em boicote declarado. Ao contrário, todas as correntes defendiam a "idéia". Apenas não se dedicavam ao esforço organizativo. No varejo, divergia-se quanto a datas, critérios de participação, objetivos, "eixos" de luta etc. De olho no calendário do movimento estudantil — e nas alianças em formação, previstas ou desejadas — as diversas correntes apoiavam, subestimavam ou hostilizavam a *realização* do Congresso. Seu êxito ou fracasso poderia ser apontado como "realização" da diretoria do DCE.

Pode-se intuir desde logo que a nossa diretoria não foi nenhum anjinho nessa história. Podemos fazer muitas críticas à nossa oposição. Mas o fato histórico é que não fomos capazes de ganhar, democraticamente, o conjunto do movimento para o Congresso. Toda a iniciativa e participação dos estudantes esteve apoiada nas entidades cujas diretrizes eram aliadas de nossa diretoria e, secundariamente, numa parcela minoritária da oposição que não apenas defendia o Congresso, como o enxergava como espaço privilegiado para a afirmação de suas posições.

Apenas a Plenária final contou com a participação de toda a chamada "vanguarda" do movimento estudantil. Nada de extraordinário: era o espaço de "deliberação", passar a posição etc. Talvez por isso mesmo esta tenha sido a atividade mais pobre e menos representativa do Congresso em seu conjunto, sem nenhum demérito para seu enorme significado: a primeira reunião conjunta da comunidade universitária, com expressiva participação da parcela que faz a política universitária.

O que queremos dizer é que o I Congresso, em seu conjunto, nas inúmeras atividades locais e inter-setoriais foi muito mais rico, mais representativo. É só ver o que foi produzido nos grupos de trabalho

e recordar os milhares de participantes de algumas atividades do Congresso. Vale repetir: as dezenas de reuniões conjuntas nas unidades, as primeiras na maioria delas, representam um marco definitivo nas relações entre alunos, professores e funcionários. Isso foi extraordinário e é o saldo principal daquele I Congresso da USP.

É em nome desse saldo, em defesa de seu crescimento e enriquecimento que, aqui, dedicamos tanto espaço aos elementos negativos. Recordamos, por exemplo, a criação de obstáculos e pré-condições artificiais à participação deste ou daquele setor, não bastassem as tremendas dificuldades reais enfrentadas pelos organizadores do Congresso. Exemplo típico — além da “ausência” expressiva de parcelas da liderança estudantil — foi o aparente pouco entusiasmo da diretoria da ASUSP de então.

No fundo, apenas as divergências que animam o jogo político das forças e correntes que atuam na USP e na sociedade. Jogo legítimo, mas poderia ser jogado com mais competência e grandiosidade, sem comprometer a realização e a amplitude de eventos como o Congresso. Não era o que ocorria, sempre. Qualquer pretexto servia para justificar ausências e descomprometimentos com a realização do Congresso. A diretoria da ASUSP, por exemplo, tentou retirar-se, a pretexto da não liberação do ponto pelas autoridades universitárias.

Ora bolas! Desde quando a participação dos funcionários deve estar submetida apenas ao beneplácito das autoridades universitárias? Foi o que entendeu uma parte dos funcionários que exigiu — e conseguiu — uma assembléia para mudar a decisão da retirada de sua Associação.

Esses e outros percalços reduziram a participação de estudantes e funcionários. Ao contrário dos professores e sua ADUSP, os dirigentes das entidades representativas dos estudantes e dos funcionários não foram muito felizes na condução democrática do processo de organização do Congresso. Estávamos demasiadamente acossados pela ótica eleitoral e sectária, em que pesem os muitos momentos e iniciativas corretas de ambos — diretorias do DCE e da ASUSP.

Destaque-se, por exemplo, o extraordinário esforço de alguns diretores e associados da ASUSP nos trabalhos da Comissão Organizadora, nas unidades e nos debates. Nada menos pode ser dito do trabalho realizado por dezenas de estudantes, diretorias de centros acadêmicos. Mas o I Congresso teria sido inegavelmente melhor, mais rico e representativo, se o conjunto das lideranças dos estudantes e dos funcionários tivessem sido menos sectários.

Não que os professores não tivessem os seus problemas, inclusive razoáveis doses de sectarismo e intolerância. Mas ali as questões foram melhor resolvidas pela forma democrática, participativa, com que a diretoria do ADUSP conduziu todo o processo. Mas há que

nos fazer justiça também: as estruturas democráticas de nossas entidades (ASUSP e DCE) eram ainda muito frágeis, instáveis, subordinadas às determinações de um momento de reconstrução e transição da maioria delas.

Contudo — e por tudo! — valeu a pena ter contribuído para a realização do I Congresso da Universidade de São Paulo. Temos a certeza de haver realizado quase o melhor *possível*, sob aquelas condições determinadas e concretas.

Deodato

Eu vi no Congresso a possibilidade de fazer algumas denúncias e de formular propostas. Do ponto de vista de minhas expectativas, acho que o Congresso cumpriu seus objetivos.

Em relação às denúncias, por exemplo, ele demonstrou as consequências trágicas, tanto para o ensino quanto para a pesquisa, decorrentes da degradação do pessoal e da precária infra-estrutura de suporte. Graças às denúncias, muitos alunos perceberam porque a sua presença nos laboratórios deixou de ser exigida.

Muitos funcionários, a princípio, demonstravam uma certa indiferença. Entre os alunos a receptividade foi muito boa, assim como entre os docentes (comprometidos com a pesquisa séria e defendendo o binômio Ensino-Pesquisa), se bem que entre o corpo discente as discussões não progrediram o bastante para forçar uma tomada de consciência. Esse é um campo que precisa ser explorado. Muitos jovens começaram a entender, durante o Congresso, o porque de vir se tornando cada vez mais difícil encontrar as condições necessárias para o desenvolvimento de suas carreiras, a falta de infra-estrutura, a falta de apoio.

Em relação ao corpo docente, o trabalho tem sido mais duradouro porque a ADUSP, em todas as oportunidades que surgiram, tem criado fóruns que permitem que as denúncias sejam reiteradas e encaminhadas as propostas de interesse da comunidade.

No Congresso, as propostas positivas foram no sentido de unificar os regimes de trabalho e de criar um quadro de carreira com o objetivo de reparar as consequências trazidas pelo regime de arbítrio. Convém lembrar, em relação aos regimes, que muitos entre os próprios docentes desconheciam o regime trabalhista a que estavam sujeitos. Hoje, isso já é preocupação dos serventes.

A falha que eu pude observar no Congresso foi que muitas pessoas não estavam preparadas para discutir as questões que ali eram debatidas. Fica aqui uma sugestão para que se criem comissões para melhor preparar as discussões.

Editoriais de "O Estado de São Paulo" e da "Folha de São Paulo"

O Congresso da USP

Esta semana, que professores da Universidade de São Paulo escolheram para analisar e debater os problemas daquela instituição, poderá trazer elementos novos para a compreensão da crise em que ela está mergulhada. A crise, reconhecida até mesmo pelos setores mais conservadores, não está entretanto diagnosticada. Admite-se que venha de longe, e não seja apenas da USP, mas da universidade brasileira. Todavia, a USP possui características próprias, derivando daí a importância do Congresso desta semana.

Trata-se, com efeito, da maior instituição de ensino superior do País. O renome nacional e internacional adquirido — hoje declinante — firmou-se, através dos tempos, a partir de produção científica e humanística de alto nível, traduzindo seu ensino a qualidade de mestres e pesquisadores de excelência e intelectualmente independentes. Nesse sentido, o que se passava na USP repercutia na vida do Estado e do País. Dir-se-ia que a pretensão de seus fundadores de formar "uma nova elite" foi parcialmente realizada até certa época. A USP organizava-se a partir das faculdades tradicionais (como Direito e Politécnica), e era centralizada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta última, instituição de novo tipo, deveria propiciar progressivamente a interdisciplinaridade, ou seja, a interação entre os diversos ramos do saber. Por essa razão, era a faculdade predileta de Fernando de Azevedo e tantos outros. Abrigou até campanhas históricas, como a da escola pública, laica e gratuita no início dos anos 60.

A pesquisa e a democratização do ensino constituíam a utopia sempre renovada e inspiradora das gerações sucessivas. Os colegiados eram abertos, e nem mesmo o regime de cátedras impedia — apesar de tudo — que algumas questões fundamentais da sociedade brasileira fossem enfrentadas. A própria autonomia da USP era efetivamente respeitada, e sua transgressão não era respeitada pelos mestres, como se verificou por ocasião da polêmica com o então governador Jânio Quadros.

Mas o modelo da USP sofreu vários desvios em sua trajetória. Embora por vezes condicionado por seu berço oligárquico, apontava ele numa direção em que a ordem liberal democrática viria a se realizar paulatina mas irreversivelmente. Liberdade de expressão e de pesquisa de organização curricular, de associação entre docentes e discentes ocorreriam normalmente. Tornando-se assim a USP um "território livre", uma "república dentro da República", com suas praxes

acadêmicas, mas fazendo emanar uma concepção de liberdade que se irradiaria por toda a sociedade, renovando-a.

O que se verificou, entretanto, é que o modelo democrático não floresceu. Ao contrário, sob o AI-5 a USP padeceu algumas severas punições, das quais não se recuperou. Fechou-se sobre si mesma, tornou-se compartimentada e corporativista, e quase nunca selecionou os melhores para renovação de seus quadros. Por vezes, nulidades triunfaram, enquanto os funcionários das triagens ideológicas fizeram o resto.

O congresso da USP poderá, esta semana, ajudar a reabilitar a instituição do profundo descrédito que a avassala. Não cabe discutir aqui as dificuldades que os promotores encontraram para organizar o congresso, entre elas a de fazer ver à cúpula universitária que o debate é aberto e desarmado. Contudo, vale a pena fazer notar que a abertura política realmente ainda não chegou à USP, bem como às outras duas universidades estaduais.

Hoje, a situação é menos democrática, em termos de organização acadêmica. A rotatividade do poder interno se dá entre um pequeno círculo de pessoas, nem sempre as mais representativas de um ponto de vista científico ou humanístico.

Mas o problema maior talvez resida na inexistência de um perfil dos corpos docente e discente. Quem é o professor da USP? Como é recrutado? Qual a expectativa intelectual e profissional do aluno da USP? Quais as respostas que a USP oferece à problemática nacional? Que representam suas lideranças? Como a tradicional instituição se governa? Por que está em crise? Têm seus dirigentes respostas a essas questões?

O congresso poderá ajudar no esclarecimento desses e outros problemas, que não são exclusivos da Casa de Armando de Sales Oliveira, mas de todos os contribuintes. Mais difícil será explicar como administrar seu orçamento, pois não são poucas as suspeitas de incompetência nessa esfera.

Espera-se que a semana de estudos traga alguma luz para a instituição que, em 1934, se propôs ser um centro renovador de produção e transmissão do saber.

O momento é oportuno, pois como disse o ministro Eduardo Portela, "estamos no início de uma fase nova, fundamentada no diálogo, e não devemos estar cansados do diálogo". No caso da USP, não seria cansaço do diálogo, aliás inexistente, mas o esperado fim da administração autoritária do silêncio, que se esconde no cipoal dos regimentos, dos parágrafos e dos incisos da lei para poder continuar funcionando mal. A cidade de São Paulo, como a sociedade brasileira, está mudando e abrindo, e a USP, se não está à frente do processo — como se propôs em 1934 — deve hoje ao menos reconquistar, em novas bases, o respeito e a estima que já teve. Aprimo-

rando sua produção e acolhendo a abertura democrática, para melhor realizar seus objetivos científicos e para bem servir a sociedade. O que não vem fazendo, daí a crise que se origina, por certo, na falta de identificação com a coletividade.

(Folha de S. Paulo — Editorial em 16/09/80)

A propósito de um congresso na USP

O desencontrado noticiário dos meios de comunicação a respeito da realização, a partir de segunda-feira, do que se convencionou chamar de "Congresso da USP", somado à desinformação que campeia sobre o assunto na própria Universidade, obriga-se a restabelecer a verdade dos fatos.

Desde os princípios deste ano — ou até mesmo dos fins do ano passado —, associações livres de alunos e professores vinham falando sobre a realização do referido congresso, sem, entretanto, dirigir-se aos órgãos competentes da Unidade, o que dava a todos a impressão de que não se pretendia atribuir ao certame caráter oficial. Seria possível imaginar-se, por exemplo, que ele fosse realizado durante as férias de julho, provavelmente em período não coincidente com a reunião da SBPC. Nesse caso, bastaria que seus promotores solicitassem da Reitoria a sessão de locais para o desenvolvimento do Congresso. O mesmo poderia ter acontecido, por exemplo, durante a chamada Semana da Pátria — que, no ano em curso, foi a primeira semana de setembro —, período esse em que, de acordo com o calendário da USP, não há atividades escolares.

Surpreendentemente, entretanto, a 11 de agosto último, as referidas associações dirigiram-se ao coordenador da Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços da Comunidade (CEPE), solicitando, por assim dizer, a oficialização do certame, o que envolveria a modificação do calendário escolar. Surpreendentemente, dizemos, por dois motivos: o primeiro, por pedirem, à última hora, que algo há muito resolvido em particular se tornasse oficial — e desprezando a semana de recesso escolar que haveria pouco antes das datas solicitadas — e, o segundo, por oficiarem a quem não tinha poder decisório na questão.

De fato, se o CEPE, pela Resolução n.º 898, de 26 de fevereiro de 1976, delegou à Câmara de Graduação a competência de "fixar anualmente o calendário escolar pertinente à graduação" (art. 1.º, inciso VI), competência originariamente sua, de acordo com o inciso XVII do art. 23 do Estatuto da USP, não lhe delegou a competência para prorrogar o ano letivo — o que estaria automaticamente implicado na paralisação, por uma semana, das atividades escolares normais — prorrogação essa que é da competência do Conselho Universitário, por decisão de dois terços de seus membros, com audiência do

CEPE, e apenas nos casos excepcionais previstos pelo § 5.º do art. 29 da Lei n.º 5.540 (*Regimento Geral da USP*, parágrafo único do art. 159).

Ora, o presidente do Conselho Universitário, assim como o do Cepe, é o reitor — e não o coordenador da Câmara de Graduação, que, dessa forma, enviou a solicitação ao dirigente máximo da Universidade. O Cepe, chamado a opinar, apenas consultivamente, pois que a decisão final seria do Conselho Universitário, negou a prorrogação, como não poderia deixar de fazê-lo, eis que nenhum dos motivos excepcionais, enumerados em lei, se configurara. A não ser que se considerasse a crise da Universidade, não apenas paulista, mas também nacional, um caso de calamidade pública, o que provavelmente é. Acontece, entretanto, que essa crise vem de longe — e poderia, perfeitamente, ter sido debatida na Semana da Pátria, em julho ou até nas férias de verão de 1979-80.

Não há nenhuma dúvida de que há o maior interesse em que a comunidade universitária debata amplamente essa crise — o que, aliás, poderia ser feito durante o ano todo, fora dos horários de aula como, diga-se de passagem, vem acontecendo. O que não se compreende é que se queira que um congresso, programado pelo menos há seis meses, por associações não-oficiais, seja ilegalmente oficializado, à última hora, pelos órgãos regulares da Universidade.

Afirmam as associações promotoras do congresso que este se realizará, mesmo sem o apoio da Reitoria ou dos órgãos colegiados responsáveis da Universidade, como se estes e aquela pretendessem o "boicote" da reunião, o que, positivamente, é faltar à mais elementar verdade. A pergunta que fica é a respeito da estranha escolha de uma semana letiva regular para a realização do congresso, quando havia, quinze dias antes, uma semana inteiramente livre no calendário escolar. O que nos leva a perguntar se o que se deseja não é, para além de quaisquer discussões sobre a crise da Universidade, a provocação de mais uma crise, com a intenção de pôr em situação equívoca os órgãos colegiados da USP. Pelo menos, a sistemática desinformação, ao que parece dirigida, sobre o assunto, cuja verdade estamos restabelecendo após cuidadoso exame, deixa entrever qualquer coisa nesse sentido.

(*O Estado de S. Paulo* — Editorial em 14/09/80)

Um congresso física e espiritualmente vazio

No último domingo, escrevendo sobre o denominado "Congresso da USP", falávamos do interesse que haveria no debate, pela comu-

nidade universitária, acerca da crise por que passa a instituição, desde que não se pretendesse, à última hora, sua oficialização, ao arrepio de todos os preceitos que regem a elaboração do calendário escolar. Queríamos pensar, contudo, que a intenção das entidades promotoras do conclave fosse a de realmente discutir os problemas concretos da Universidade — e não a de permitir, se repetissem os velhíssimos e surrados chavões e *slogans* sobre a “democratização da Universidade” e quejandos, entendida essa democratização como uma espécie de nivelamento no qual se pulverizaria toda a autoridade real com uma série de “soviets” a pronunciar *diktats* sobre os rumos da instituição.

Queríamos crer, mas o noticiário, adequado, aliás, à desimportância e ao vazio do referido congresso, revela que não havia qualquer fundamento para qualquer crença positiva. A total falta de seriedade desse conclave começa no anúncio feito aos jornais quanto à participação, nas mesas-redondas, de diversas personalidades que sequer receberam um convite dos organizadores. Para não ir mais longe, anunciou-se a presença, à revelia, do diretor responsável desta folha numa dessas reuniões — e podemos garantir que ele só tomou conhecimento do fato pelo noticiário jornalístico. Por si só, essa forma de “promover” o conclave, com o uso indevido de nomes conhecidos, dá a medido do “acontecimento”. E as “teses” defendidas por “congressistas” ficam no mesmo nível. É incrível que, na maior universidade do País, alguém sustente a sério (imaginamos, pelo menos, que seja a sério) que o orçamento da instituição deve ser elaborado pela comunidade dos docentes, funcionários e alunos, provavelmente sendo submetido a algum plebiscito. Ao que parece, querem *construir* a universidade da anarquia, querem *organizar* o caos.

Exemplo da mesma tendência é a proposta de eleição direta do reitor e dos diretores das unidades pela mesma comunidade universitária, com a participação dos corpos docente, discente e administrativo. Para completar o festival, bastaria acrescentar que qualquer aluno poderia ser eleito reitor ou diretor de unidade, pelo menos assim essa estúpida idéia de “democratização” mal-entendida seria levada às suas últimas e efetivas conseqüências e revelaria o seu caráter disparatado aos olhos dos próprios docentes — alguns até professores titulares ou adjuntos — que a esposam.

O curioso, entretanto, é que essa “democracia de massa” venha sendo pregada e discutida por duas ou três centenas de pessoas, numa universidade que tem mais de 35.000 alunos (entre os de graduação e pós-graduação), cerca de 10.000 funcionários e mais de 4.500 professores! É curioso que, ao mesmo tempo que o congresso funciona no vazio, tenha havido uma drástica queda nos trabalhos dinâmicos das várias unidades. Isso talvez explique o tipo de interesse que tal interrupção das atividades escolares realmente desperta. E, à vista da proporção do comparecimento aos “trabalhos”, comparada à da ausência

às aulas, não se diga que o malogro do conclave se deve à óbvia negativa do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade em oficializar essa extemporânea reunião.

Mais curioso ainda, nos diagnósticos e análises da crise da Universidade, é que os auto-intitulados representantes da "massa universitária" não percebiam que, antes de tudo, tal crise decorre precisamente de ter a instituição se tornado uma instituição de massa. Massa de alunos, massa de docentes, massa de funcionários, massas, enfim, que estão na raiz tanto da vertiginosa queda do nível do ensino quanto na da tão falada burocratização. Essa crise, já o mostramos mais de uma vez, se acentuou a partir da equivocada aplicação dos princípios norteadores da Reforma Universitária de 1968, praticamente executada à *retours*, reforma que pretendia encaminhar o nosso ensino superior no sentido inverso daquele em que realmente o foi. E, se se pode, com razão, reclamar, no caso paulista, da acanhada compreensão do governo do sr. Paulo Maluf em relação ao problema da Universidade, é preciso perceber que a crise tem raízes mais profundas, cuja solução eventual nada tem a ver com os chavões herdados dos tempos do governo Goulart, chavões que, quando se tornaram leis universitárias, em vários países da América Latina, destruíram inteiramente a Universidade. Mas destruir inteiramente a Universidade liberal, essa que foi uma das mais fecundas criações do Ocidente, não seria, em última instância, a inspiração, quem sabe até oculta ou inconsciente, dos paladinos dessa absurda e caricata idéia de "democratização da Universidade" ou de massificação das decisões universitárias?

(O Estado de S. Paulo — Editorial em 21/09/80)

Diretorias das entidades organizadoras em 1980

Diretoria da ADUSP — 1979/81

Presidente: Braz José de Araújo (FFLCH)

1.º Vice-Presidente: Elza Salvatori Berquó

2.º Vice-Presidente: Walter Colli (IQ)

1.º Secretário: Amélia Império Hamburger (IF)

2.ª Secretária: Maria Nazareth Ferreira (ECA)

1.º Tesoureiro: Francisco A. Bezerra Coutinho (IF)

2.º Tesoureiro: Sylvio Ferraz Melo (IAG)

Diretoria do ASUSP — 1980/83

Presidente — José Roberto Stella (Química)
Vice-Presidente — Maria Angela Marques (FAU)
Sec. Geral — Dagoberto Stucker (Física)
1.ª Secretária — Silvana Mattiazzi (ECA)
Tesoureiro Geral — Sonia Maria Stevanin de Oliveira (Psicologia)
Diretor de Patrimônio — Magda Nunes da Silva (ICB)
Diretor de Esportes — Mauro Gomes de Paulo (Letras)
Diretor Sócio-Cultural — Gilmar Francisco de Souza (ICB)
Diretor Geral — Roberto Bojo (FAU)
Diretor Geral — Alberto Domingues F. Manzoni (Oceano)
Diretor Geral — Wagner Roberto de Martino (Física)
Diretor-Geral — Takeshi Yamagushi (Reitoria)

Diretoria do DCE — 1979/80

José Carlos do Carmo (Med)
Paulo Kliass (FAU)
Wagner Nabuco de Araújo (História)
José Joaquim de Almeida Júnior (Zico) (POLI)
Nara Bueno de Camargo (ECA)
Nelson Matheus (ESALO)
Frederico Pessoa da Silva (ECA)
José Américo Morelli (EESC)

6. Rumo ao II Congresso da USP: a proposta da ADUSP

*1984. Quatro anos se passaram
e o II Congresso entra na
pauta de toda a comunidade USP.
Propostas surgem, prazos são
marcados, as tarefas se
multiplicam. A diretoria da
ADUSP, em 02/07/84, apresentou
ao Conselho de Representantes
da entidade uma proposta de
organização para o II Congresso.*

Organização:

A — Comissões organizadoras

As diretorias da ADUSP, ASUSP e DCE propuseram a constituição de duas comissões de organização:

1 — *Comissão de programas:* Composta por 9 (nove) membros (3 de cada entidade) e que deverá propor encaminhamentos para as atividades preparatórias e finais do Congresso, além de coordenar os trabalhos nos diferentes níveis.

2 — *Comissão executiva:* Composta por aproximadamente 6 membros, e que ficará encarregada dos aspectos técnicos e materiais envolvidos em todas as fases do Congresso. Ficará também sob sua responsabilidade a divulgação interna e externa dos eventos e o controle dos custos e despesas financeiras.

B — Atividades previstas e datas

1 — Mesas-redondas (até 21 de setembro de 1984)

2 — Congressos por Unidade (até 21 de setembro)

- 3 — Grupos de Trabalho (até 21 de setembro)
- 4 — Plenárias Parciais (27 e 28 de setembro, quinta e sexta-feira)
- 5 — Plenária Final (29 de setembro, sábado)
- 6 — Publicações (Atas do I Congresso, em início de agosto; jornais especiais, em agosto e setembro; resumos dos resultados dos Grupos de Trabalho, das Mesas-redondas e dos Congressos Setoriais publicados nos jornais ou em boletins especiais até 25 de setembro)
- 7 — Plebiscito (novembro)

Congressos por Unidades

A realização desses Congressos Setoriais é fundamental para o sucesso do Congresso Geral. Para tanto, cada unidade, ou se for o caso, grupo de unidades, devem estruturar as suas atividades. Para tanto, no âmbito dos docentes, cada Conselheiro e respectivos "Conselhinhos" devem planejar os eventos com alguma antecedência, contando com o apoio das comissões de programas e executiva, além da infra-estrutura que será colocada à sua disposição. É desejável, além dos problemas específicos de cada local, que os temas gerais do Congresso sejam discutidos e que seus resultados sejam enviados a Plenária Final.

Grupos de trabalho

Estão previstos, pelo menos, tantos grupos de trabalho quantos forem os temas de interesse da Comunidade, com a possibilidade de mais de um grupo discutir um mesmo tema. Objetiva-se com esta atividade, permitir a livre discussão em maior profundidade de temas específicos em fóruns restritos. É fundamental, no entanto, que os grupos se organizem segundo algumas normas mínimas:

- a) Que a sua constituição e respectivos temas, locais e horários de reuniões sejam divulgados previamente;
- b) Que seja escolhido um relator a fim de garantir a publicação dos resultados do trabalho antes das plenárias;
- c) Quando houver mais de um grupo trabalhando um mesmo tema é necessário que se prevejam reuniões conjuntas antes das plenárias, a fim de somar, onde for possível, o trabalho comum;
- d) Os grupos poderão, a seu critério, promover Mesas Redondas a fim de ampliar o debate sobre determinado tema. É desejável que estas sejam planejadas junto às Comissões de Programa e Executiva para que sejam previamente divulgadas e eventualmente acompanhadas de textos específicos.

Plenárias parciais

Cada Plenária Parcial deverá discutir e consolidar os resultados dos grupos de trabalho que trataram do mesmo tema. Mesmo que hajam divergências, é desejável que as diferentes propostas alternativas sejam apresentadas no relatório final, contanto que tenham obtido pelo menos 10% da votação da Plenária Parcial

Lembra-se que se for grande o número de Plenárias Parciais, várias delas ocorrerão simultaneamente.

Sugestões de classificação de temas

- 1 — Estrutura e Concepção de Universidade. Democratização:
 - a) Concepção de Universidade
 - b) Estrutura de Poder
 - Ao nível da reitoria e C.O.
 - das unidades
 - dos departamentos
 - Estatutos/Regimentos (USP e unidades)
 - Colegiados (Políticos e Acadêmicos)
 - Autonomia x Credenciamento
 - c) Orçamento da USP
- 2 — Ensino de Graduação
 - a) Acesso
 - b) Coordenação do Ensino
- 3 — Ensino de Pós-Graduação
- 4 — Pesquisa
 - a) Financiamento — Fundações Internas/Fontes Externas (PADCT)
 - b) Câmara de Pesquisa
- 5 — Condições de Trabalho e de Vivência
 - a) Salários
 - b) Condições de salubridade
 - c) Regimes Trabalhistas CLT
 - d) Regimes de Trabalho Docente
 - e) Segurança
 - f) Saúde
 - g) Transportes
 - h) Moradia e Alimentação
 - i) Relação Universidade/Comunidade
 - j) Bibliotecas

Plenária Final

É a Assembléia Final do Congresso e deverá apreciar as propostas provindas das Plenárias Parciais e dos Congressos Setoriais. Não serão apreciadas propostas individuais ou de grupos que não tenham sido apreciados nas duas instâncias anteriores. Cada proposta será objeto de discussão, encaminhamento e votação. Terão direito a voz e voto *todos os presentes à Plenária*, sendo a votação feita em *separado, por categoria*. Cada proposta então, deverá ser submetida a três votações. Aquela que obtiver a aprovação em duas ou três categorias será considerada aprovada. Serão registrados e posteriormente divulgados os resultados das votações a nível geral e cada categoria. Ficará a critério da Plenária Final ou de uma categoria em particular, remeter para um plebiscito em data posterior aquelas propostas que julgar merecedoras desse tipo de consulta.

Bibliografia

Serão organizados, na sede da ADUSP, dossiês dos temas debatidos, contendo as principais referências bibliográficas, em xerox, para consulta no local ou para copiar. Já está sendo organizado um dossiê sobre Reforma Universitária.